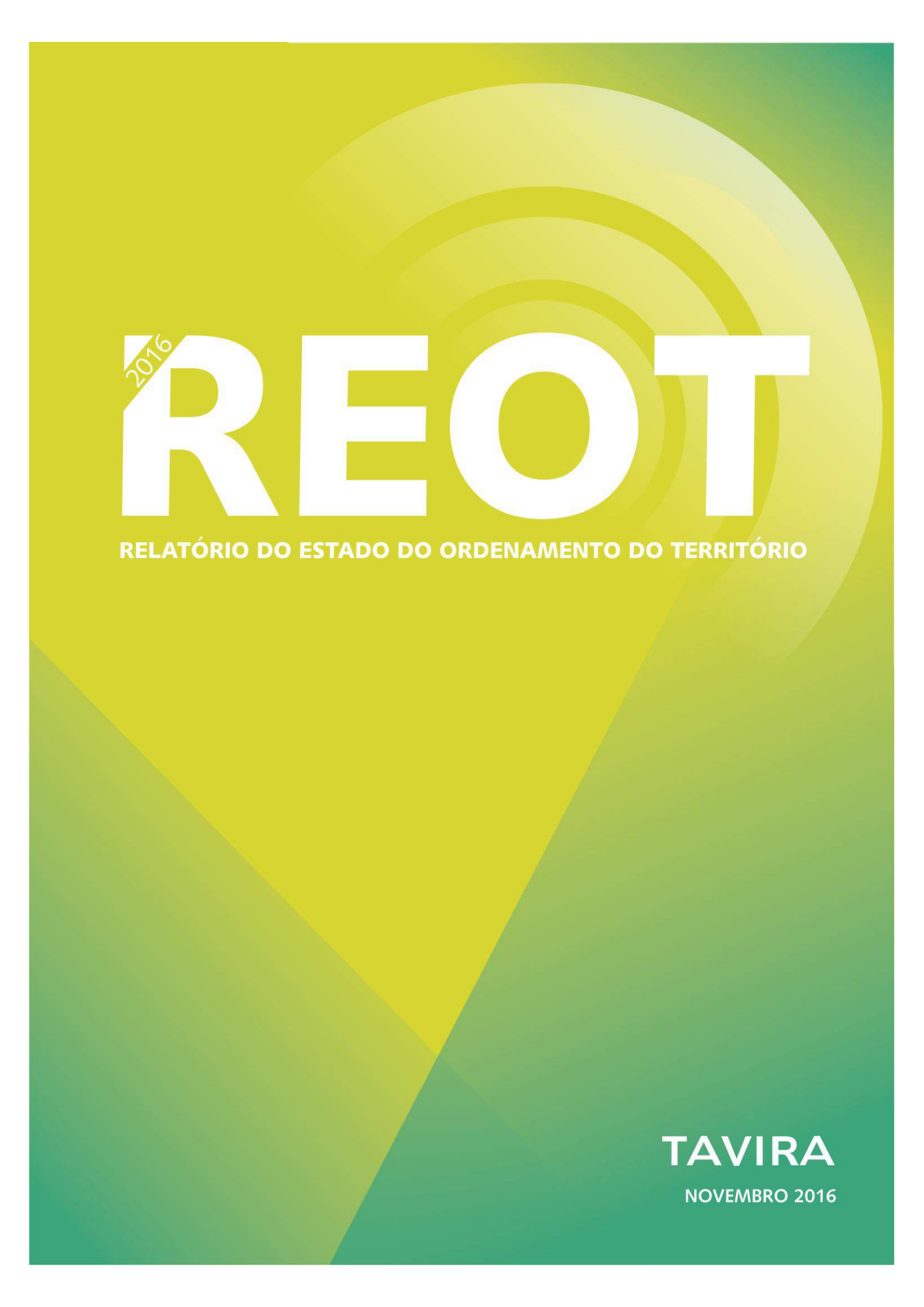




2016 REOT

RELATÓRIO DO ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

TAVIRA

NOVEMBRO 2016



2016
REOT

RELATÓRIO DO ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

TAVIRA

FICHA TÉCNICA

TÍTULO:	Relatório do Estado do Ordenamento do Território
DESCRIÇÃO:	Relatório que pretende apresentar a avaliação das transformações do território e a execução dos PMOT's em vigor.
PRODUÇÃO:	Município de Tavira e Terraforma, Sociedade de Estudos e Projetos, Lda.
DATA DE PRODUÇÃO:	2016
ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:	Novembro
COORDENAÇÃO GERAL:	Ana Massena Gago Arquitetura
COORDENAÇÃO TÉCNICA:	Isabel Domingos Pereira Geografia Nuno Ferreira Geografia
EQUIPA TÉCNICA:	
MUNICÍPIO DE TAVIRA	Ana Luísa Pacheco Engenharia Civil Cristina Neto Turismo e Marketing Darkson Vieira Educação e Intervenção Comunitária Filipe Beato Ciências da Educação Gilda Horta Assessoria de Administração Inês Faleiro Arquitetura Isabel Domingos Pereira Geografia Isabel Fernandes Património Cultural Manuela Pires Engenharia Civil Manuela Quadros Engenharia do Ambiente Margarida Jesus Economia Nuno David Arquitetura Nuno Ferreira Geografia Paula Viegas Engenharia Mecânica Rui Dias Engenharia Eletrotécnica Sílvia Bento Engenharia Civil Sílvia Caiado Arquitetura Paisagista Sílvia Lourenço Turismo e Marketing Tânia Oliveira Arquitetura Telmo Santos Desporto Teresa Barros Design Gráfico Teresa Custódio Sociologia
TERRAFORMA	João Belard Correia Engenharia do Território Hugo Serra Engenharia do Território
CONSULTORES:	Terraforma, Sociedade de Estudos e Projetos, Lda.
VERSÃO:	v.01
FICHEIRO DIGITAL:	reot_rpt01.pdf

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO	17
METODOLOGIA	18
ESTADO DO TERRITÓRIO	21
SOCIO-ECONOMIA	21
POPULAÇÃO	21
População residente	21
População estrangeira residente	25
Estrutura etária da população	27
Índice de envelhecimento	31
Índice de dependência	32
Saldo natural e Saldo migratório	34
FAMÍLIAS	34
Famílias clássicas	34
Dimensão média	35
EMPREGO	36
População empregada	36
População empregada por nível de escolaridade	37
População empregada por setores de atividade	38
AGRICULTURA	40
EMPRESAS E ESTABELECIMENTOS	40
Tecido empresarial	40
Volume de negócios	40
Parque empresarial de Tavira	41
TURISMO	43
Empreendimentos turísticos	43
Agentes de animação turística	45
Hóspedes	46
Estadia média	48
CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO	52
EDIFÍCIOS	52
Evolução do número de edifícios	52
Idade do Parque edificado	52
Estado de conservação dos edifícios	53
ALOJAMENTOS	54
Famíliares	54
Uso do parque edificado	56
LICENCIAMENTOS	59
Alvarás de obras de edificação	59
Alvarás de loteamento	60
HABITAÇÃO SOCIAL	66
Número de fogos	66
Vagos	67
Inscrições	67
EQUIPAMENTOS	68
CULTURA	68
DESPORTO	69
EDUCAÇÃO	70
Pré-escolar	72
Ensino básico – 1.º Ciclo	74
Ensino básico – 2.º e 3.º Ciclos	74
Ensino secundário	75
SAÚDE	75
SOCIAIS	77
Infância e juventude	78
Equipamentos de apoio à Infância Creche	78
Estabelecimento de Educação Pré-escolar	79
Crianças e jovens em risco	81
Centro de acolhimento temporário	81

Centro de apoio familiar e aconselhamento parental.....	81
Crianças/jovens e população adulta com deficiência	82
Intervenção precoce	82
Centro de atividade ocupacionais	82
Lar	82
População adulta	82
Pessoas em situação de dependência	82
Serviço de Apoio Domiciliário Integrado	82
Pessoas Idosas	83
Serviço de Apoio Domiciliário	83
Centro de Dia	85
Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	87
Centro de Convívio	88
MOBILIDADE E TRANSPORTES.....	89
REDE VIÁRIA	89
Classificação/extensão	89
Densidade	91
ESTACIONAMENTO.....	93
Núcleo urbano da cidade de Tavira	94
Estacionamento em zona tarifada	95
Parques públicos de estacionamento	96
Núcleo urbano de Santa Luzia.....	97
Núcleo urbano da Conceição e Cabanas de Tavira	98
FLUXOS	99
Entrada e saída	99
TRANSPORTE URBANO	101
CICLOVIAS.....	102
INFRAESTRUTURAS	104
RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	104
ILUMINAÇÃO PÚBLICA	108
AMBIENTE	110
CONSUMOS	110
Água	110
Energia elétrica	112
Resíduos.....	113
Diferenciados.....	115
Evolução dos resíduos de embalagens recolhidos pela algar e tavraverde.....	115
ESPAÇOS VERDES.....	117
Capitação	117
Padrões definidos para a EVU.....	117
Diagnóstico	119
AVALIAÇÃO DO ORDENAMENTO E PLANEAMENTO MUNICIPAL.....	122
INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL DE AMBITO MUNICIPAL	122
METODOLOGIA	125
COMPROMISSOS URBANÍSTICOS.....	128
PLANO DIRETOR MUNICIPAL.....	130
SOLO URBANO.....	133
Avaliação da execução dos espaços urbanos	134
Avaliação da execução dos espaços urbanizáveis.....	138
Avaliação da execução dos espaços de equipamentos e comércio	138
Avaliação da execução dos núcleos de desenvolvimento turístico.....	139
Avaliação da execução dos espaços industriais e de serviços.....	140
SOLO RURAL	140
Avaliação da execução dos espaços de indústria extrativa	141
UNIDADES OPERATIVAS DE PLANEAMENTO E GESTÃO	141
Plano Geral de Urbanização de Tavira	142
Plano Geral de Urbanização de Conceição e Cabanas	144
Plano Geral de Urbanização da Luz de Tavira	146
Plano Geral de Urbanização de Santa Catarina da Fonte do Bispo	147
Plano de Urbanização de Santo Estêvão	149
Plano de Urbanização de Arroteia/Livramento.....	150
Plano de Pormenor da Área Industrial de Santa Margarida	152
Plano de Pormenor de Pêro Gil.....	153
Plano de Pormenor de Cachopo	155
NÚCLEOS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO	157
Plano de Pormenor do NDT da Quinta da Atalaia.....	157
Plano de Pormenor do NDT da Boavista	158

OUTROS PMOTS.....	159
Plano de Urbanização de Santa Margarida	160
Plano de Urbanização de Amaro Gonçalves.....	161
LOTEAMENTOS	163
SÍNTESE DA AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO.....	165
QUALIFICAÇÃO DO SOLO URBANO.....	170
CONSIDERAÇÕES FINAIS	174
BIBLIOGRAFIA	175

ÍNDICE FIGURAS

FIGURA 1 População residente nos concelhos que integram a NUT II Algarve, em 2011.	21
FIGURA 2 Variação da população residente nos concelhos que integram a NUT II Algarve, de 2001 e 2011.	22
FIGURA 3 População residente por freguesia no concelho de Tavira, em 2011.	23
FIGURA 4 Variação da população residente nas freguesias do concelho de Tavira, de 2001 e 2011. .	24
FIGURA 5 População residente por subsecção na cidade de Tavira, em 2011.	25
FIGURA 6 População residente estrangeira no concelho de Tavira, em 2011.	26
FIGURA 7 Pirâmide etária da população residente no concelho de Tavira, de 2001 e 2011.	28
FIGURA 8 Pirâmide etária da população residente na freguesia de Tavira, de 2001 e 2011.	29
FIGURA 9 Pirâmide etária população residente na freguesia de Cachopo, de 2001 e 2011.	30
FIGURA 10 População empregada por setor de atividade.	39
FIGURA 11 Localização e situação dos lotes do Parque Empresarial de Tavira.	42
FIGURA 12 Distribuição dos empreendimentos turísticos, no concelho de Tavira.	44
FIGURA 13 Número de alojamentos familiares (incluindo os não clássicos/barracas e outros), em 2011.	55
FIGURA 14 Número de alojamentos em residência habitual nas freguesias do concelho de Tavira, em 2011.	57
FIGURA 15 Número de alojamentos em residência secundária, em 2011.	58
FIGURA 16 Número de alojamentos vagos, em 2011.	58
FIGURA 17 Distribuição dos alvarás de loteamento emitidos no concelho de Tavira, de 1997 a 2015.	65
FIGURA 18 Distribuição dos edifícios de habitação social segundo o número de alojamentos.	66
FIGURA 19 Distribuição dos equipamentos culturais no concelho de Tavira.	69
FIGURA 20 Distribuição dos equipamentos desportivos no concelho de Tavira, em 2014.	70
FIGURA 21 Distribuição dos estabelecimentos de ensino (rede pública e privada).	71
FIGURA 22 Distribuição dos equipamentos de saúde, no concelho de Tavira, em 2015.	77
FIGURA 23 Distribuição de equipamentos sociais, no concelho de Tavira, em 2014.	78
FIGURA 24 Entidades a desenvolverem o serviço de apoio domiciliário, no concelho de Tavira, em 2015.	84
FIGURA 25 Serviço de apoio domiciliário e população residente por lugar, no concelho de Tavira, em 2015.	85
FIGURA 26 Entidades a desenvolver resposta social de Centro de Dia, no concelho de Tavira, em 2015.	86
FIGURA 27 Centros de Dia e população residente por lugar no concelho de Tavira em 2015.	87
FIGURA 28 Principal rede viária no concelho de Tavira.	91
FIGURA 29 Densidade de vias por freguesia (área).	92
FIGURA 30 Densidade de vias por freguesia/população residente.	93
FIGURA 31 Estacionamento na cidade de Tavira.	95
FIGURA 32 Estacionamento tarifado na cidade de Tavira.	96
FIGURA 33 Parques de estacionamento.	97
FIGURA 34 Estacionamento em Santa Luzia e Pedras D'El Rei.	98
FIGURA 35 Estacionamento em Conceição e Cabanas de Tavira.	99
FIGURA 36 População residente em Tavira que trabalha/estuda noutros concelhos.	100
FIGURA 37 População residente noutros concelhos que trabalham ou estudam em Tavira.	101
FIGURA 38 Rede/cobertura do transporte urbano "Sobe e Desce"	102
FIGURA 39 Ciclovia no concelho de Tavira.	103
FIGURA 40 Distribuição do sistema de contentorização de RSU no concelho de Tavira.	105
FIGURA 41 Distribuição dos Ecopontos no concelho de Tavira.	107
FIGURA 42 Distribuição da Rede de IP no concelho de Tavira.	109
FIGURA 43 EVU da cidade de Tavira.	121
FIGURA 44 Distribuição territorial dos PMOT no concelho de Tavira.	124
FIGURA 45 Planta de Regulamento do PGU de Tavira.	143
FIGURA 46 Planta de Zonamento do PU de Conceição e Cabanas.	145
FIGURA 47 Planta de Zonamento do PU da Luz de Tavira.	146
FIGURA 48 Planta de Zonamento do PU de Santa Catarina da Fonte do Bispo.	148
FIGURA 49 Planta de Zonamento do PU de Santo Estêvão.	149
FIGURA 50 Planta de Zonamento do PU do Arroiteia/Livramento.	151
FIGURA 51 Planta de Implantação do PP da Área Industrial de Santa Margarida.	152
FIGURA 52 Planta de Implantação do PP de Pêro Gil.	154
FIGURA 53 Planta de Implantação do PP de Cachopo.	156
FIGURA 54 Planta de Implantação do PP do NDT da Quinta da Atalaia.	158
FIGURA 55 Planta de Implantação do PP do NDT da Boavista.	159
FIGURA 56 Planta de Zonamento do PU de Santa Margarida.	160

FIGURA 57 Planta de Zonamento do PU de Amaro Gonçalves.....	162
--	------------

ÍNDICE QUADROS

QUADRO 1	Indicadores-chave de avaliação do Estado do Ordenamento do Território.	18
QUADRO 2	Variação da População residente a vários níveis territoriais, de 2001 e 2011.	22
QUADRO 3	Variação da população residente, no concelho de Tavira, de 2001 e 2011.	23
QUADRO 4	População residente estrangeira no concelho de Tavira, de 2001 e 2011.	26
QUADRO 5	Estrutura etária da população residente na NUT II Algarve e no concelho de Tavira, de 2001 e 2011.	28
QUADRO 6	Estrutura etária e variação da população residente no concelho de Tavira, de 2001 e 2011.	29
QUADRO 7	População residente estrangeira segundo a estrutura etária, no concelho de Tavira, em 2011.	30
QUADRO 8	Índice de dependência de idosos, de 2001 e 2011.	32
QUADRO 9	Índice de dependência de jovens, de 2001 e 2011.	32
QUADRO 10	Índice de dependência total, de 2001 e 2011.	33
QUADRO 11	Famílias clássicas no concelho de Tavira, de 2001 e 2011.	35
QUADRO 12	Núcleos familiares segundo o número de filhos, por freguesia, de 2001 e 2011.	36
QUADRO 13	Variação da dimensão das famílias clássicas no concelho de Tavira, entre 2001 e 2011.	36
QUADRO 14	População empregada, de 2001 e 2011.	37
QUADRO 15	População empregada por nível de escolaridade, em 2011.	38
QUADRO 16	População empregada segundo o setor de atividade, em 2011.	39
QUADRO 17	Superfície agrícola utilizada, no concelho de Tavira, de 1999 e 2009.	40
QUADRO 18	Empresas segundo a forma jurídica, em 2011.	40
QUADRO 19	Volume de negócios das empresas, no concelho de Tavira, em 2011.	41
QUADRO 20	Síntese das áreas, usos e índices dos lotes do Parque Empresarial de Tavira.	41
QUADRO 21	Situação imobiliária dos lotes do Parque Empresarial de Tavira.	42
QUADRO 22	Oferta de empreendimentos turísticos, no concelho de Tavira.	43
QUADRO 23	Empresas de animação turística, no concelho de Tavira.	45
QUADRO 24	Total de hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros em Tavira, segundo o país de residência habitual, de 2004 a 2013.	47
QUADRO 25	Estada média nos estabelecimentos hoteleiros em Tavira, segundo o país de residência habitual, de 2004 a 2013.	49
QUADRO 26	Variação do número de edifícios por freguesia, de 2001 e 2011.	52
QUADRO 27	Estado de conservação de edifícios, em 2011.	53
QUADRO 28	Variação do número de alojamentos familiares (incluindo os não clássicos/barracas e outros), em 2001 e 2011.	54
QUADRO 29	Formas e ocupação dos alojamentos clássicos nas freguesias, em 2011.	56
QUADRO 30	Alvarás de obra de edificação e admissão de Comunicação Prévia, de 2000 a 2015.	59
QUADRO 31	Variação do número de alvarás por freguesia, de 2001 e 2011.	61
QUADRO 32	Alvarás e áreas de intervenção dos loteamentos, de 1997 a 2015.	62
QUADRO 33	Alvarás emitidos por freguesia, de 1997 a 2015.	63
QUADRO 34	Número de edifícios e fogos de habitação social.	66
QUADRO 35	Oferta de equipamentos desportivos de base formativos, domínio público, em 2015.	70
QUADRO 36	Taxas de ocupação (pré-escolar, creche e berçário).	72
QUADRO 37	Equipamentos de apoio à infância (público e privado), 2014/15.	73
QUADRO 38	Estabelecimentos de ensino - 1.º ciclo, 2014/15.	74
QUADRO 39	Estabelecimentos de ensino do 2.º e 3.º ciclo, em 2014/15.	74
QUADRO 40	Estabelecimentos de ensino secundário, em 2014/15.	75
QUADRO 41	Creche/equipamentos no concelho de Tavira, em 2015.	79
QUADRO 42	Rede pública/equipamentos pré-escolar no concelho de Tavira, em 2014.	79
QUADRO 43	Rede privada/equipamentos pré-escolar no concelho de Tavira, em 2015.	80
QUADRO 44	Resposta social, centro de acolhimento temporário/equipamento no concelho de Tavira, em 2015.	81
QUADRO 45	Resposta social, serviço de apoio domiciliário, no concelho de Tavira.	83
QUADRO 46	Resposta social de centro de dia no concelho de Tavira, em 2015.	85
QUADRO 47	Resposta social, estrutura residencial, rede solidária e privada, no concelho de Tavira, em 2015.	88
QUADRO 48	Extensão da rede viária classificada existente.	90
QUADRO 49	Número de lugares de estacionamento.	94
QUADRO 50	Tipologia e quantidade de contentores.	104
QUADRO 51	Número de contentores de deposição seletiva.	106
QUADRO 52	Total de contentores por freguesia.	106
QUADRO 53	Número total de ecopontos.	106

QUADRO 54 Valores aduzidos para os reservatórios/redes abastecimento da Tavraverde no ano de 2014.	110
QUADRO 55 Evolução do número total de consumidores de energia elétrica no concelho de Tavira, entre 2001 e 2013.	112
QUADRO 56 Valores totais de consumo de Energia Elétrica no concelho de Tavira, entre 2001 e 2013.	113
QUADRO 57 Total de resíduos entregues pela Tavraverde à ALGAR, entre 2011 e 2014, e respetivas taxas de crescimento.....	115
QUADRO 58 Estruturas, sistemas e tipologias da EVU.....	118
QUADRO 59 Síntese dos PMOT no município de Tavira.	122
QUADRO 60 Classificação e qualificação do solo do PDM de Tavira.....	125
QUADRO 61 Lista de perímetros urbanos e outras áreas classificadas como solo urbano.	126
QUADRO 62 Loteamentos que constituem compromissos urbanísticos válidos.	128
QUADRO 63 Compromissos urbanísticos por tipo de processo.	128
QUADRO 64 Projetos municipais.	130
QUADRO 65 Direitos de superfície.....	130
QUADRO 66 Avaliação da execução das ações constantes do Programa de Execução do PDM de Tavira em vigor.....	132
QUADRO 67 Classificação e qualificação do solo do PDM de Tavira, com ajustes do uso do solo dos outros planos em vigor.....	133
QUADRO 68 Avaliação da execução dos espaços urbanos, por subcategoria, segundo os perímetros urbanos e por nível.....	135
QUADRO 69 Avaliação da execução dos Espaços Urbanizáveis – Áreas Urbanizáveis, segundo os perímetros urbanos e por nível.	138
QUADRO 70 Avaliação da execução dos Espaços de Equipamentos e Comércio, segundo os perímetros urbanos e por nível.	139
QUADRO 71 Avaliação da execução dos Núcleos de Desenvolvimento Turístico.	140
QUADRO 72 Avaliação da execução dos Espaços Industriais e de Serviço, segundo os perímetros urbanos e por nível.....	140
QUADRO 73 Avaliação da execução dos Espaços de Indústria Extrativa.	141
QUADRO 74 Avaliação da execução dos PMOT, com áreas comprometidas, segundo a qualificação do solo.....	142
QUADRO 75 Avaliação da execução PGU de Tavira, com áreas comprometidas, segundo qualificação do solo.....	143
QUADRO 76 Avaliação da execução PU de Conceição e Cabanas, com áreas comprometidas, segundo qualificação do solo.....	145
QUADRO 77 Avaliação da execução do PU da Luz de Tavira, com áreas comprometidas, segundo a qualificação do solo.....	147
QUADRO 78 Avaliação da execução do PU de Santa Catarina da Fonte do Bispo, com áreas comprometidas, segundo qualificação do solo.	148
QUADRO 79 Avaliação da execução do PU de Santo Estêvão, com áreas comprometidas, segundo a qualificação do solo.....	150
QUADRO 80 Avaliação da execução do PU do Arroteia/Livramento, com áreas comprometidas, segundo a qualificação do solo.	151
QUADRO 81 Avaliação da execução do PP da Área Industrial de Santa Margarida, com áreas comprometidas, segundo qualificação do solo.	153
QUADRO 82 Avaliação de execução do PP de Pêro Gil, com áreas comprometidas.....	154
QUADRO 83 Avaliação de execução do PP de Cachopo, com áreas comprometidas, segundo a qualificação do solo.....	156
QUADRO 84 Avaliação da execução do PP do NDT da Quinta da Atalaia, com áreas comprometidas, segundo qualificação do solo.	158
QUADRO 85 Avaliação de execução do PP do NDT da Boavista, com áreas comprometidas.	159
QUADRO 86 Avaliação da execução do PU de Santa Margarida, com áreas comprometidas, segundo qualificação do solo.....	161
QUADRO 87 Avaliação da execução do PU de Amaro Gonçalves, com áreas comprometidas, segundo qualificação do solo.....	162
QUADRO 88 Avaliação de execução das operações de loteamento.	163
QUADRO 89 Avaliação da execução do solo urbano, por perímetro urbano e por nível.	166
QUADRO 90 Avaliação da execução do solo urbano, segundo a qualificação do solo – categorias e subcategorias.	171

ÍNDICE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	População residente estrangeira no concelho de Tavira, por nacionalidade, em 2011.	27
GRÁFICO 2	Índice de envelhecimento populacional, de 2001 e 2011.	31
GRÁFICO 3	Índice de dependência de jovens e idosos, em 2011.	33
GRÁFICO 4	Evolução do saldo natural, saldo migratório e crescimento efetivo, em Tavira, de 2001 a 2013.	34
GRÁFICO 5	Famílias clássicas no concelho de Tavira, de 2001 e 2011.	35
GRÁFICO 6	Total de hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros em Tavira, de 2004 a 2013.	46
GRÁFICO 7	Total de hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros em Tavira, segundo o país de residência habitual, de 2004 a 2013.	48
GRÁFICO 8	Estada média nos estabelecimentos hoteleiros em Tavira, de 2004 a 2013.	48
GRÁFICO 9	Estada média nos estabelecimentos hoteleiros em Tavira, segundo o país de residência habitual, de 2004 a 2013.	49
GRÁFICO 10	Estada média nos estabelecimentos hoteleiros em Tavira, segundo o país de residência habitual, de 2004 a 2013.	50
GRÁFICO 11	Estada média nos estabelecimentos hoteleiros no Algarve e em Tavira, segundo o país de residência habitual, de 2004 a 2013.	51
GRÁFICO 12	Idade do parque habitacional, em 2011.	52
GRÁFICO 13	Estado de conservação de edifícios, em 2011.	53
GRÁFICO 14	Edifícios existentes segundo o estado de conservação, em 2011.	54
GRÁFICO 15	Variação do número de alojamentos familiares (incluindo os não clássicos/barracas e outros), entre 2001 e 2011.	55
GRÁFICO 16	Evolução da forma de ocupação dos alojamentos clássicos, em 2001 e 2011.	56
GRÁFICO 17	Evolução do número de alvarás de obras de edificação e admissão de Comunicação Prévía, de 2000 a 2015.	60
GRÁFICO 18	Evolução do número de licenças/autorização de utilização, de 2000 a 2015.	60
GRÁFICO 19	Emissão de alvarás de loteamento por freguesia, de 2001 e 2011.	61
GRÁFICO 20	Alvarás de loteamento emitidos, de 1997 a 2015.	62
GRÁFICO 21	Evolução dos alvarás por freguesia, de 1997 a 2015.	63
GRÁFICO 22	Distribuição dos fogos de habitação social por destino dos fogos.	67
GRÁFICO 23	Inscrições para acesso a habitação social.	67
GRÁFICO 24	Equipamentos culturais por tipologia.	68
GRÁFICO 25	Volume de água aduzido de 2013 a 2015.	110
GRÁFICO 26	Volume de água faturado pela Taviraverde, de 2013 a 2015.	111
GRÁFICO 27	Diferencial entre água aduzida e água faturada entre 2013 a 2015.	111
GRÁFICO 28	Consumidores de energia elétrica por tipo de atividade no concelho de Tavira.	112
GRÁFICO 29	RSU entregues pela Taviraverde na Estação Transferência de Tavira (ALGAR).	113
GRÁFICO 30	Monos e verdes entregues pela Taviraverde na Estação Transferência de Tavira (ALGAR).	114
GRÁFICO 31	Pneus usados, REEE e outros recicláveis entregues pela Taviraverde na Estação Transferência de Tavira (ALGAR).	114
GRÁFICO 32	Resíduos de embalagens recolhidos pela ALGAR.	115
GRÁFICO 33	Resíduos de embalagens recolhidos pela Taviraverde.	116
GRÁFICO 34	Resíduos de madeira/ALGAR.	116
GRÁFICO 35	Resíduos de madeira/Taviraverde.	116
GRÁFICO 36	Pilhas/ALGAR.	116
GRÁFICO 37	Pilhas/Taviraverde.	117

ÍNDICE DE ACRÓNIMOS/SIGLAS

AdA	Área de Aptidão Turística
AHSA	Águas do Algarve, S.A.
ALGAR	Aproveitamento Hidroagrícola do Sotavento Algarvio
ARU	ALGAR - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.
AT	Área de Reabilitação Urbana
BT	Alta Tensão
CM	Baixa Tensão
CMT	Caminho Municipal
EM	Câmara Municipal de Tavira
EN	Estrada Municipal
ER	Estrada Nacional
ETAR	Estrada Regional
EVP	Estação de Tratamento de Águas Residuais
EVS	Estrutura Verde Principal
EVU	Estrutura Verde Secundária
IC	Estrutura Verde Urbana
IDE	Itinerário Complementar
IEFP	Infraestrutura de Dados Espaciais
IGT	Instituto de Emprego e Formação Profissional
INE	Instrumentos de Gestão do Território
IP	Instituto Nacional de Estatística
IP	Itinerário Principal
IP	Infraestruturas de Portugal, S.A.
Km	Iluminação Pública
LBPPSOTU	Quilómetros
MT	Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo
NDT	Média Tensão
ORU	Núcleo de Desenvolvimento Turístico
PDM	Operação de Reabilitação Urbana
PGU	Plano Diretor Municipal
PMOT	Plano Geral de Urbanização de Tavira
POOC	Planos Municipais de Ordenamento do Território
POPNR	Plano de Ordenamento da Orla Costeira
PP	Plano de Ordenamento do Parque Natural da Ria Formosa
PRN	Plano de Pormenor
PROT	Plano Rodoviário Nacional
PT	Plano Regional de Ordenamento do Território
PU	Posto de Transformação
RAN	Plano de Urbanização
REEE	Reserva Agrícola Nacional
REN	Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos
REOT	Reserva Ecológica Nacional
RJIGT	Relatório de Estado do Ordenamento do Território
RJRU	Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial
RPDM	Regime Jurídico da Reabilitação Urbana
RSU	Revisão do Plano Diretor Municipal de Tavira
SAU	Resíduos Sólidos Urbanos
SIG	Superfície Agrícola Útil

SIGREEE	Sistemas de Informação Geográfica
SMAAA	Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos
Taviraverde	Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve
TERRAFORMA	Taviraverde - Empresa Municipal de Ambiente, E. M.
ULDM	TERRAFORMA - Sociedade de Estudos e Projetos, Lda.
UMDR	Unidades de Longa Duração e Manutenção
UOPG	Unidade de Média Duração e Reabilitação
VRSA	Unidade Operativa de Planeamento e Gestão Vila Real de Santo António

NOTA: Algumas entidades representadas através de acrónimos constantes desta listagem, e por sua vez referidas ao longo do presente documento, encontram-se designadas de formas distintas respeitando a designação à data a que se reporta.

INTRODUÇÃO

O presente Relatório do Estado do Ordenamento do Território (REOT) enquadra-se na obrigatoriedade legal, estabelecida na Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBPPSOTU), e no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT).

As entidades responsáveis pela concretização da política de ordenamento do território e de urbanismo, no âmbito da LBPPSOTU (Lei n.º 31/2014 de 30 de maio) e do RJIGT (Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio), devem promover a permanente avaliação da política de ordenamento do território, o que origina, a nível municipal, a necessidade de elaboração de um REOT de quatro em quatro anos, ou quando se verifique a necessidade de promover a revisão de planos municipais, decorrente de adequação à evolução, a médio e longo prazo das condições ambientais, económicas, sociais e culturais, que determinaram a respetiva elaboração.

Atendendo à recente publicação da Revisão do Plano Diretor Municipal de Tavira (RPDM) (Diário da República, 2.ª série, N.º 41, de 29 de fevereiro de 2016, Aviso nº 2629/2016), o presente documento pretende sistematizar um conjunto de informação de natureza qualitativa e quantitativa que corporize um primeiro momento da construção de um modelo de atualização e monitorização contínua de informação em matéria do ordenamento do território.

No caso concreto do município de Tavira, a elaboração do REOT insere-se num processo mais amplo perspetivando a criação de um sistema municipal de informação, capaz de promover uma efetiva dinâmica de planeamento tendo por base o conhecimento da situação do Município no que se refere ao território, da performance dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT) e das políticas municipais de desenvolvimento territorial, permitindo detetar e medir tendências de evolução, todos os dados recolhidos no âmbito da elaboração deste REOT foram carregados e sistematizados na Infraestrutura de Dados Espaciais (IDE) do município de Tavira.

O presente REOT constitui o retrato do estado do Município, à data da sua elaboração, e pretende-se que sirva de base de referência para futuras análises que irão favorecer a tomada de decisão.

METODOLOGIA

Constituindo uma atividade relativamente recente em Portugal, particularmente no âmbito do ordenamento do território, a avaliação das políticas públicas tem ainda um longo caminho a percorrer até se afirmar como uma prática sistemática de monitorização das dinâmicas territoriais e dos respetivos mecanismos de intervenção, envolvendo processos de deliberação amplamente participados. Porque o Ordenamento do território resulta, inevitavelmente, do sistema de planeamento e do sistema territorial sobre o qual o primeiro atua, a elaboração do REOT Tavira estrutura-se em dois grandes capítulos: o primeiro referente ao Estado do Ordenamento do Território e o segundo à Avaliação do Sistema Municipal de Planeamento.

Em termos metodológicos, a elaboração do primeiro capítulo teve como orientação, a recolha e sistematização de informação de base relativa aos principais eixos do sistema territorial: Socioeconómico, Construção e Habitação, Equipamentos, Mobilidade e Transportes, Infraestruturas e Ambiente. Para cada eixo foram criados domínios ou temas, sobre os quais se definiram e selecionaram diversos indicadores, responsáveis pela informação real e quantificada para efetuar a análise sumária das diferentes temáticas ao longo do tempo. Tentou-se, sempre que possível, obter valores para mais do que uma unidade geográfica e temporal (possibilitando análises comparativas e evoluções a partir de 1997). Neste relatório, são apresentados essencialmente os indicadores base, que deverão ser o mais possível discriminados e aprofundados no futuro, inclusivamente na elaboração dos estudos de caracterização territorial no âmbito da RPDM, permitindo uma intervenção mais direta de todas as divisões do Município sobre as quais os temas abordados incidem nas suas diferentes áreas de especialização.

QUADRO 1 | Indicadores-chave de avaliação do Estado do Ordenamento do Território.

DOMÍNIO	TEMÁTICA	INDICADOR
SOCIO-ECONOMIA	População	População residente
		População estrangeira residente
		Estrutura etária
		Índice envelhecimento
		Índice de dependência
		Saldo natural e Saldo migratório
	Famílias	Famílias clássicas
		Dimensão média
	Emprego	População empregada
		População empregada por nível de escolaridade
		População empregada por sectores de atividade
	Agricultura	SAU
	Empresas e estabelecimentos	Tecido empresarial
		Volume de negócios
		Parque Empresarial de Tavira
	Turismo	Empreendimentos turísticos
		Agentes de animação turística
		Hóspedes
		Estadia média
CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO	Edifícios	Número
		Idade
		Conservação
	Alojamentos	Famíliares
		Residência habitual
		Residência secundária
		Vagos
	Licenciamentos	Licenças e autorização de utilização

		Alvarás de loteamento
	Habitação social	Número de fogos
		Vagos
		Inscrições
EQUIPAMENTOS	Educação	Pré-escolar
		1.º Ciclo
		2.º e 3.º Ciclos
		Secundário
	Saúde	Farmácias
		Centros de saúde/extensões
		Clínicas
		Unidades funcionais
	Sociais	Infância e juventude
		Adultos
	Desporto	Grandes campos
		Pequenos campos
		Pavilhões
		Piscinas
		Salas de desporto
	Cultura	Espaço polivalente associativo
		Museu e centro interpretativo
		Recinto Multiusos
		Biblioteca
		Teatro e cineteatro
		Arquivo
MOBILIDADE E TRANSPORTES	Fluxos	Entrada
		Saída
	Transporte urbano	Extensão/coertura
	Rede viária	Classificação/Extensão
		Densidade
	Ciclovias	Extensão
INFRAESTRUTURAS	Estacionamento	Lugares
	Resíduos	RSU/Ecopontos
	Energia	Iluminação pública
AMBIENTE	Consumos/Volume	Água
		Energia elétrica
		Resíduos
	Espaços verdes	Capitação

O segundo capítulo do REOT, a Avaliação do Ordenamento e Planeamento Municipal, tem por base o enquadramento estratégico do atual PDM, por se considerar relevante no universo dos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT). Nesse sentido esta análise será estruturada em dois subpontos:

- Num primeiro momento, procede-se à identificação de todos os instrumentos de gestão territorial que vigoram sobre o território;

- Numa segunda fase e decorrente da primeira, procede-se a uma análise do enquadramento estratégico e do planeamento do concelho, no qual é avaliada a execução dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT) de acordo com os objetivos então preconizados no modelo de desenvolvimento e de organização territorial e das transformações operadas neste instrumento de gestão territorial.

ESTADO DO TERRITÓRIO

SOCIO-ECONOMIA

POPULAÇÃO

População residente

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística

(INE), a população residente diz respeito ao “conjunto de pessoas que, independentemente de estarem presentes ou ausentes num determinado alojamento no momento de observação, viveram no seu local de residência habitual por um período contínuo de, pelo menos, 12 meses anteriores ao momento de observação, ou que chegaram ao seu local de residência habitual durante o período correspondente aos 12 meses anteriores ao momento de observação, com a intenção de aí permanecer por um período mínimo de um ano”.

Segundo os Censos 2011 o concelho de Tavira possui 26 167 habitantes o que representa 5,80% da população residente da NUT II Algarve, constituindo-se assim como o oitavo concelho mais populoso (Figura 1).

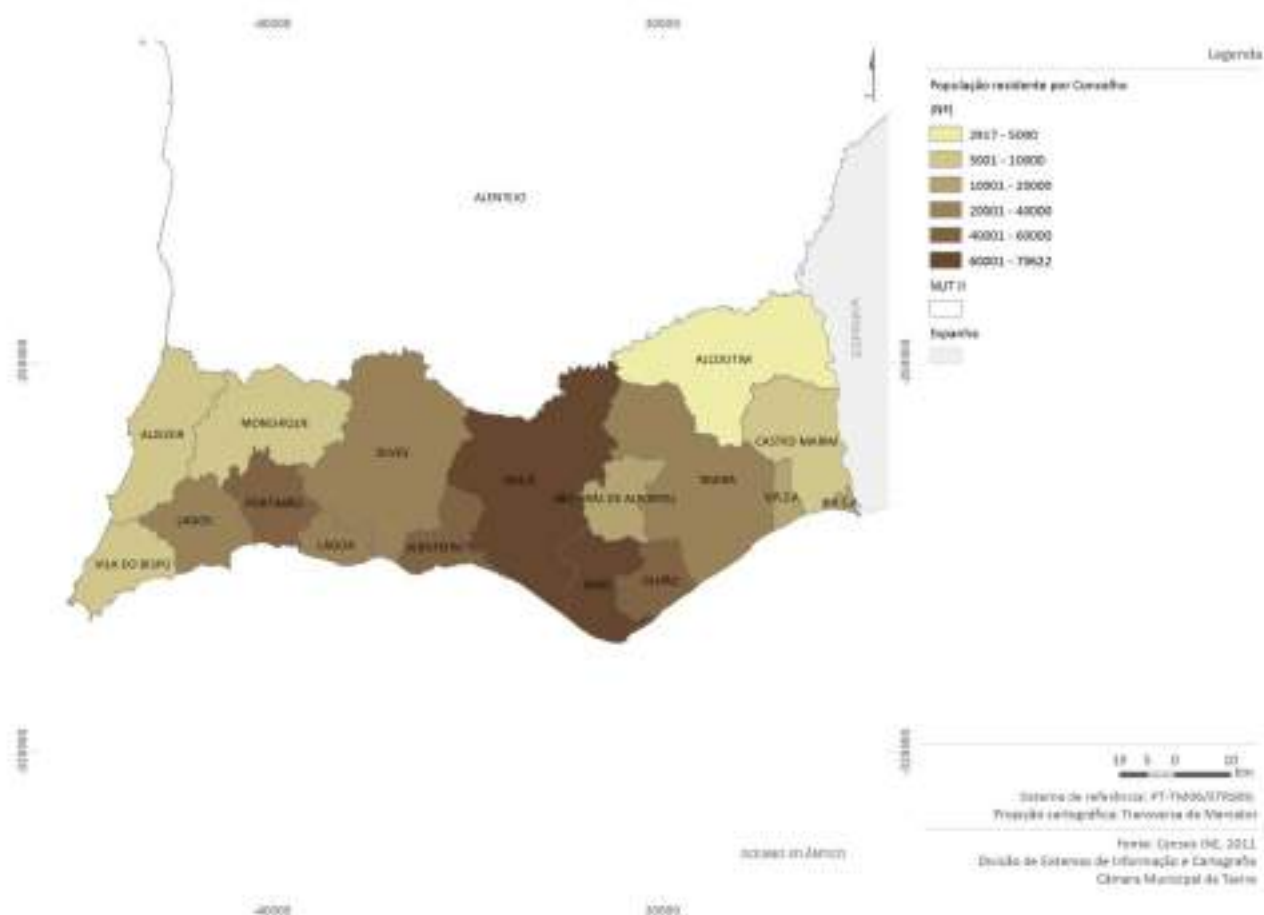


FIGURA 1 | População residente nos concelhos que integram a NUT II Algarve, em 2011.

Tendo presente os valores da população com base nos recenseamentos de 2001 e 2011, verifica-se que a população em Portugal teve um acréscimo de 1,99%, enquanto na NUT II Algarve o crescimento populacional em análise foi muito superior ao crescimento nacional (14,12%), o que demonstra um maior dinamismo demográfico ao nível da Região (Quadro 2 e Figura 2).

QUADRO 2 | Variação da População residente a vários níveis territoriais, de 2001 e 2011.

UNIDADE TERRITORIAL	2001	2011	VARIAÇÃO 2001/2011
	N.º	N.º	(%)
Portugal	10.356.117	10.562.179	1,99
Algarve	395.218	451.006	14,12

Fonte: INE, Censos 2001 e Censos 2011, Lisboa

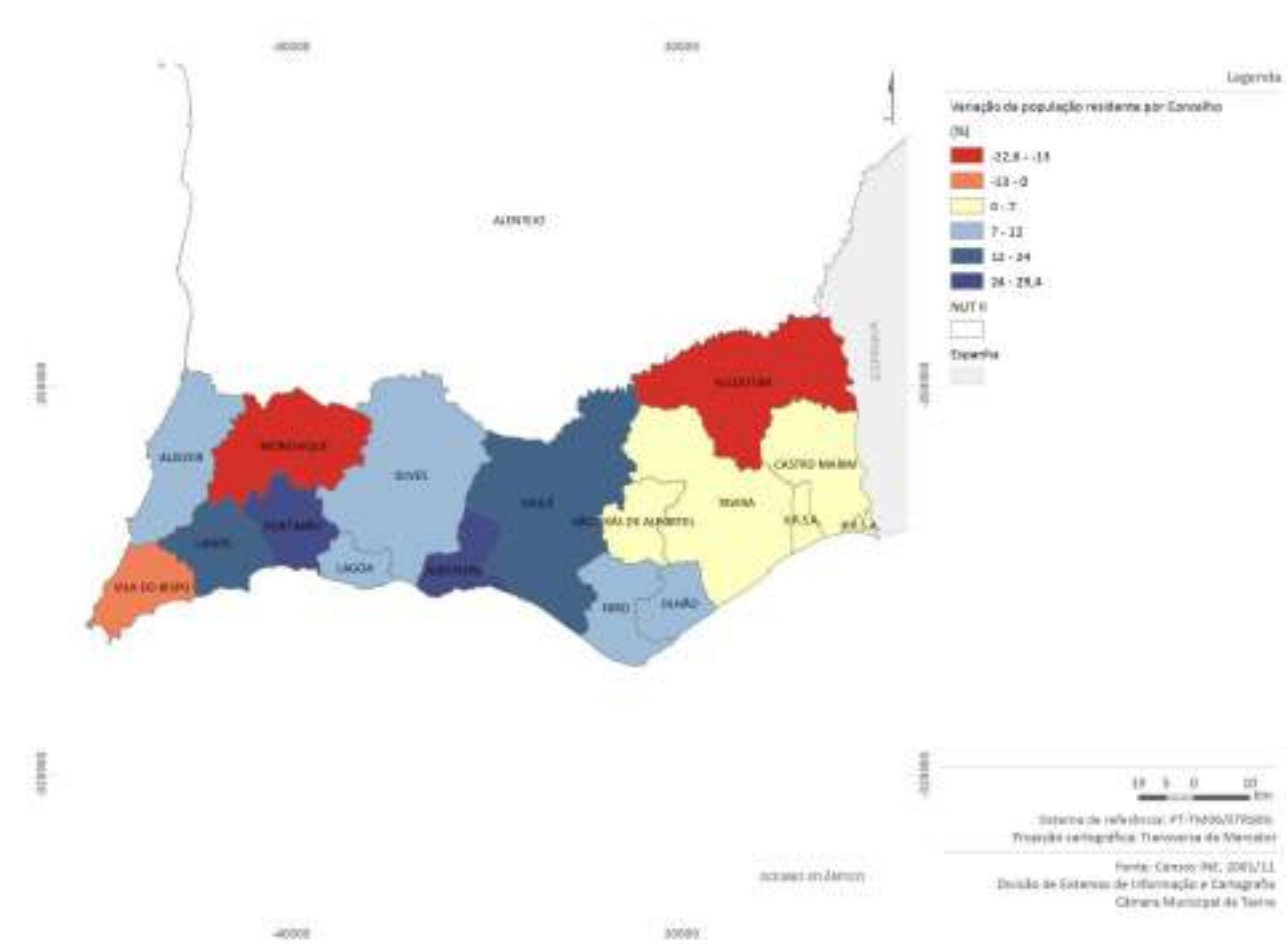


FIGURA 2 | Variação da população residente nos concelhos que integram a NUT II Algarve, de 2001 e 2011.

O concelho de Tavira, embora não tenha aumentado na mesma proporção da NUT II Algarve, apresenta também um crescimento superior à média nacional, com um incremento da população residente na ordem dos 4,68%, que representa um aumento de 1 170 pessoas. A caracterização da população residente no Censos de 2011 permite detalhar as assimetrias existentes no território do concelho de Tavira (Figura 3).

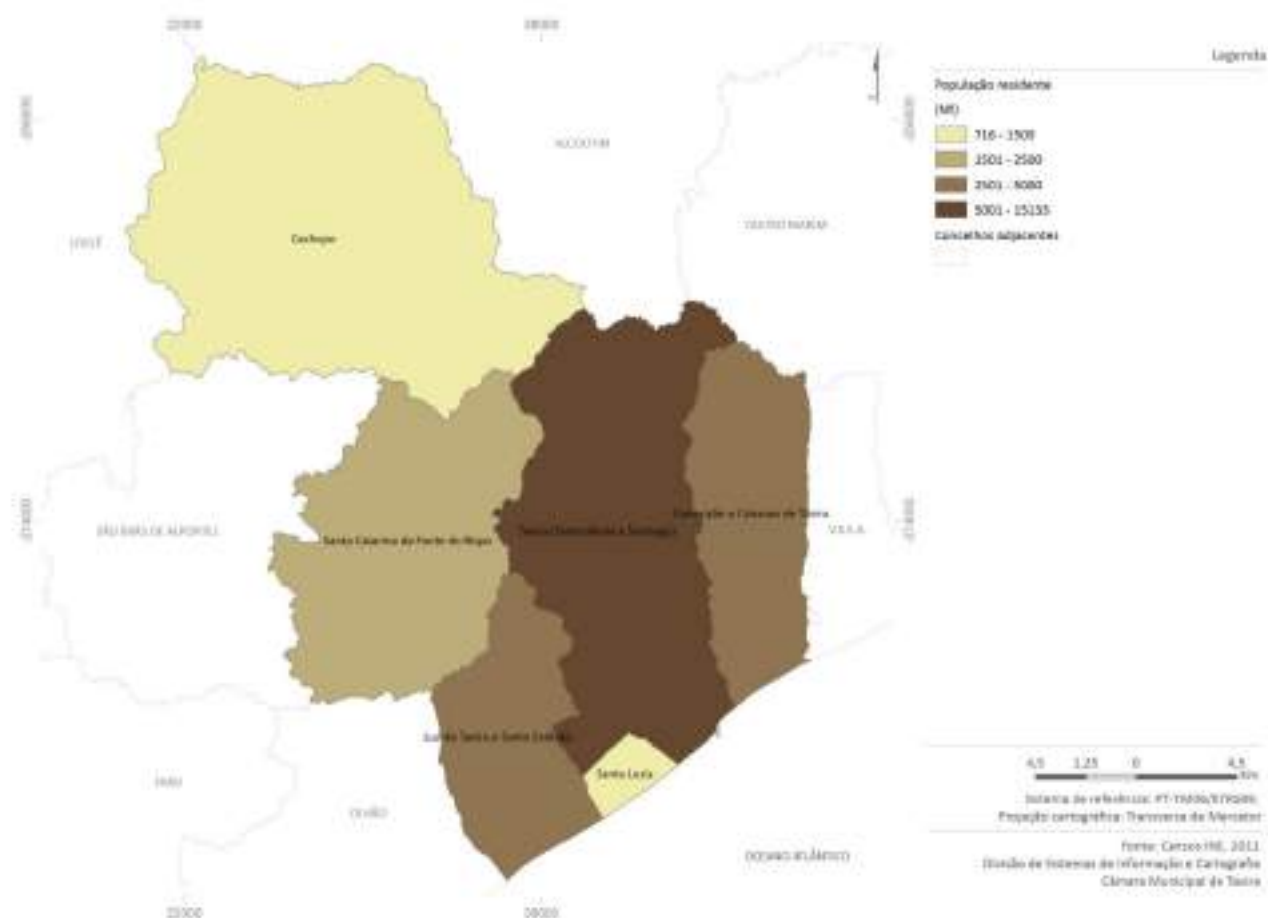


FIGURA 3 | População residente por freguesia no concelho de Tavira, em 2011.

A freguesia mais populosa, em 2001, era a freguesia de Tavira (Santa Maria e Santiago), que abarcava 50,3% da população do concelho, passou, em 2011, a representar 57,8% da população, verificando-se uma variação positiva com um acréscimo de 20,33%. À exceção da freguesia de Conceição e Cabanas de Tavira, todas as outras freguesias do concelho tiveram uma variação negativa na década em análise, tendo perdido população. A freguesia menos povoada – Cachopo, foi aquela que, em percentagem, sofreu uma variação negativa mais acentuada, atingindo uma diminuição populacional na ordem dos 30,21% (Quadro 3 e Figura 4).

QUADRO 3 | Variação da população residente, no concelho de Tavira, de 2001 e 2011.

UNIDADE TERRITORIAL	2001	2011	VARIAÇÃO 2001/2011
	N.º	N.º	%
CONCELHO DE TAVIRA	24.997	26.167	4,68
Cachopo	1.026	716	-30,21
Conceição e Cabanas de Tavira	2.516	2.519	0,12
Santa Catarina da Fonte do Bispo	2.085	1.809	-13,23
Tavira (Santa Maria e Santiago)	12.576	15.133	20,33
Luz de Tavira e Santo Estêvão	5.065	4.535	-10,46
Santa Luzia	1.729	1.455	-15,85

Fonte: INE, Censos 2001 e Censos 2011, Lisboa

De acordo com os números referentes ao crescimento populacional, verifica-se uma forte tendência para a população se deslocar para o centro urbano de Tavira, constatando-se uma ligeira variação positiva na freguesia de Conceição e Cabanas de Tavira muito por força do desenvolvimento turístico ali verificado. Contudo e, não desvirtuando o anteriormente referido, esta variação não é homogénea na área das referidas freguesias, evidenciando-se uma polarização no litoral em torno dos núcleos urbanos de Tavira, Conceição e Cabanas de Tavira.

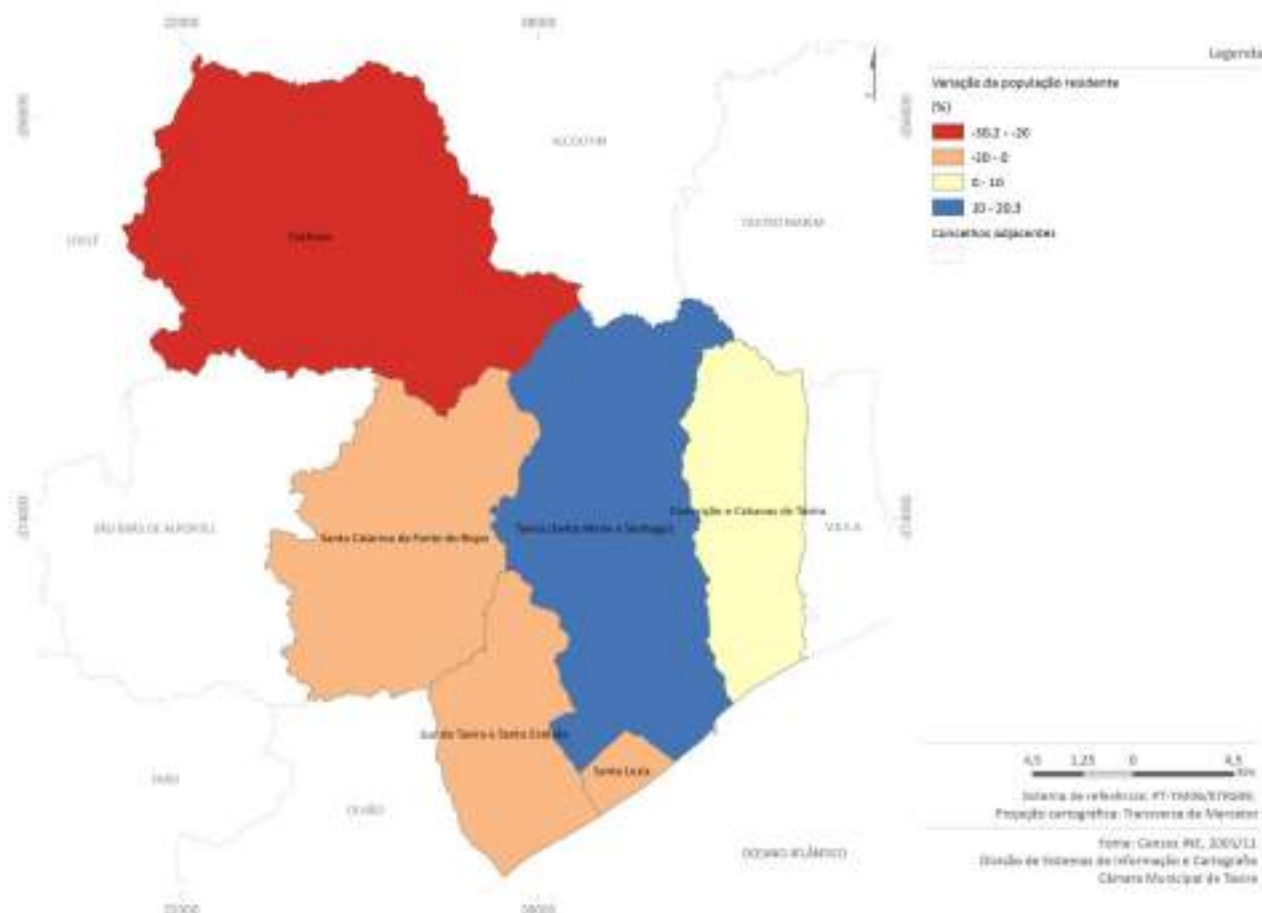


FIGURA 4 | Variação da população residente nas freguesias do concelho de Tavira, de 2001 e 2011.

A análise das subsecções estatísticas permite constatar dinâmicas e tendências existentes no atual padrão urbano da cidade de Tavira. A população residente sofreu uma variação positiva de 27,58%, entre os anos de 2001 e 2011, passando de 10 434 indivíduos para 13 312, respetivamente.

De acordo com a figura 5 conclui-se que, relativamente à cidade de Tavira, em 2011, eram as zonas da Atalaia à antiga zona das Pardinhas, do Quartel Militar à Estação da CP e a zona da Porta Nova, as três zonas que apresentavam um maior número de população residente cujos valores se situam entre os 201 e os 469 habitantes por subsecção.

As subsecções estatísticas mais centrais da cidade apresentam valores de população reduzidos, já que se trata de uma zona que, pela sua função de centralidade, se destina predominantemente a usos como comércio e serviços, ou mais recentemente, a edifícios ocupados com atividades ligadas ao setor turístico. Um outro motivo que poderá ajudar a explicar esta situação deve-se ao facto de muitos dos imóveis existentes necessitarem de ser reabilitados e adaptados em função das novas necessidades do século XXI.

As áreas de expansão da cidade assumem assimetrias evidentes quanto à população residente. Embora sejam zonas bastante edificadas, a sua ocupação é heterogénea, pelo que podemos diferenciar três padrões distintos:

- A expansão efetuada entre a linha de caminho-de-ferro e a ER125 a noroeste da cidade (urbanizações: Caminhos de Santiago, Assêca, Horta da Torre, Santa Rita e Quinta do Caracol) e a expansão a este (urbanizações: Quinta da Foz e Urbicruz) caracteriza-se por forte ocupação de população residente;
- A norte da ER125 verifica-se um número elevado de população residente na urbanização Mato Santo Espírito (com subsecções a atingir entre 101 e 200 habitantes) e alguma relevância nas urbanizações Miramar, Quinta da Pegada, Pézinhos, Quinta da Barra, Miraflores e Nascimento & Pereira;
- Por outro lado, e na mesma a norte da ER125 distingue-se um outro padrão de urbanizações bastante edificadas com baixos valores de população residente o que pressupõe que a sua ocupação/uso esteja ligada ao setor turístico ou habitação secundária/população não residente (urbanizações: Nora Velha, Tavira Garden, Perogil e Marlin).

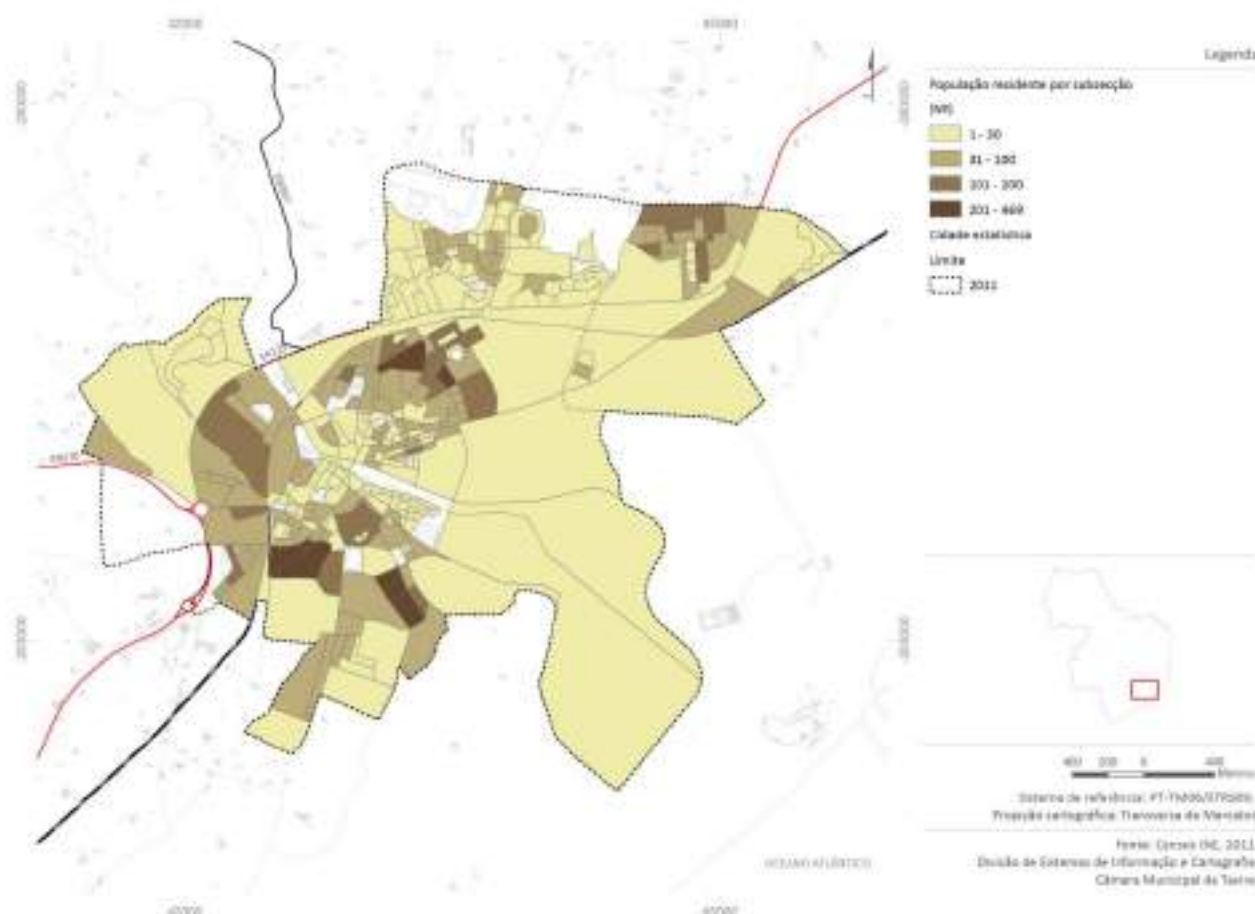


FIGURA 5 | População residente por subsecção na cidade de Tavira, em 2011.

População

População estrangeira residente

Na década em análise, a população estrangeira cresceu 79,37% no concelho de Tavira, o que, constituindo um valor elevado, fica aquém dos 101,90% registados na NUT II ALGARVE.

Segundo os Censos 2011 residiam no concelho de Tavira 2 269 estrangeiros, representando 8,67% do total de residentes, o que significa um acréscimo de 3,61% face ao ano de 2001.

Em termos de distribuição geográfica, a freguesia de Tavira (Santa Maria e Santiago) concentra mais de metade dos estrangeiros residentes no concelho (59,32%), seguindo-se as freguesias da Luz de Tavira e Santo Estêvão (15,51%) e da Conceição e Cabanas de Tavira (11,02%). É, à semelhança da população total residente, a freguesia de Cachopo que concentra um menor número de estrangeiros residentes, apenas 0,44% (Quadro 4 e Figura 6).

QUADRO 4 | População residente estrangeira no concelho de Tavira, de 2001 e 2011.

UNIDADE TERRITORIAL	POPULAÇÃO RESIDENTE ES- TRANGEIRA (N.º)		TOTAL DA POP. RESID. ES- TRANG. FACE À TOTAL (%)		VARIACÃO DA POPULAÇÃO RESI- DENTE 2001/2011	
	2001	2011	2001	2011	Nº	%
Algarve	23.990	48.435	6,07	10,74	24.445	101,90
Concelho de Tavira	1.265	2.269	5,06	8,67	1.004	79,37
Cachopo	4	10	0,39	1,40	6	150,00
Conceição e Cabanas de Tavira	198	250	7,87	9,92	52	26,26
Santa Catarina da Fonte do Bispo	175	233	8,39	12,88	58	33,14
Tavira (Santa Maria e Santiago)	516	1.346	4,1	8,89	830	160,85
Luz de Tavira e Santo Estêvão	311	352	6,14	7,76	41	13,18
Santa Luzia	61	78	3,53	5,36	17	27,87

Fonte: INE, Censos 2001 e Censos 2011, Lisboa

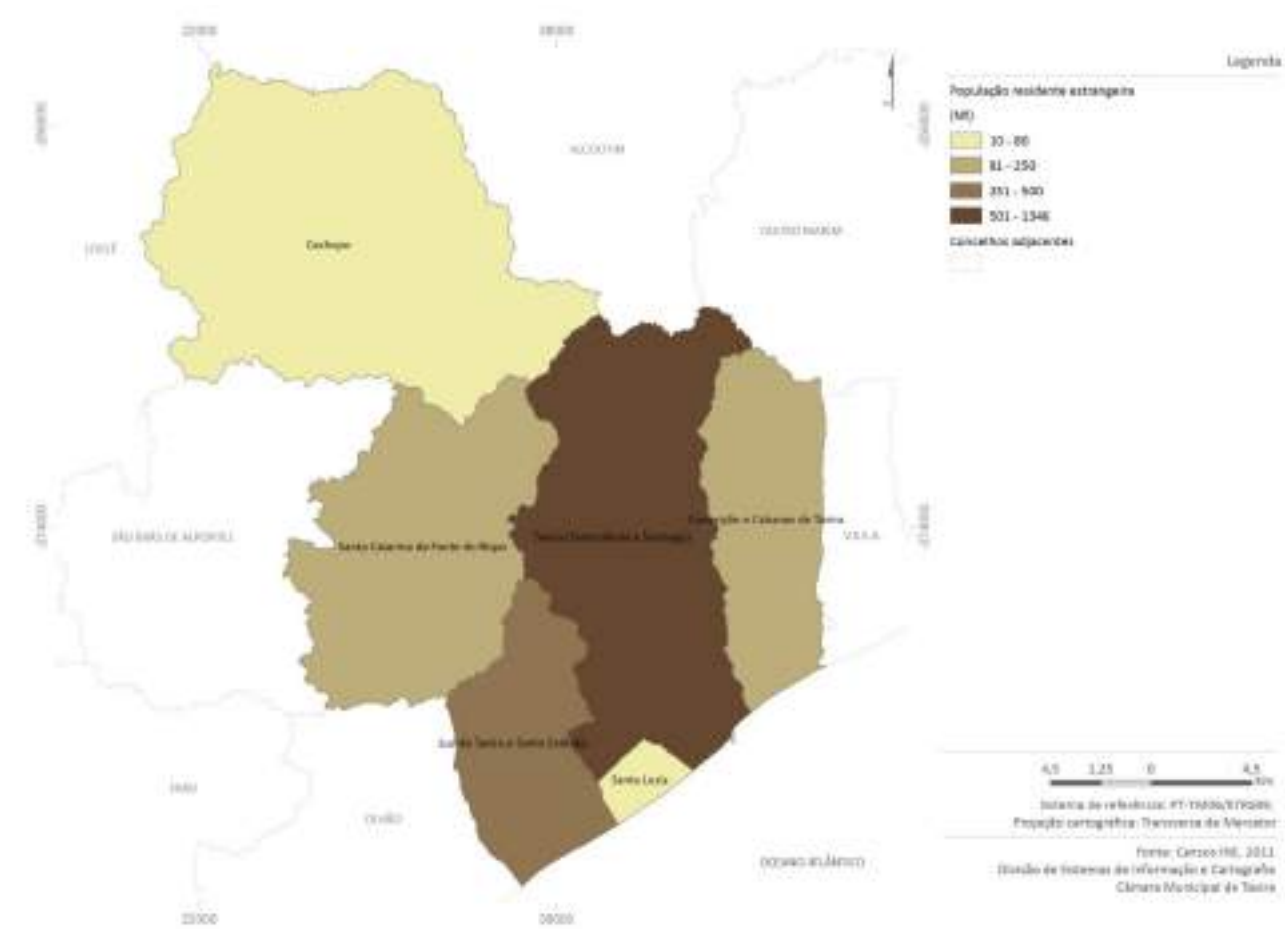
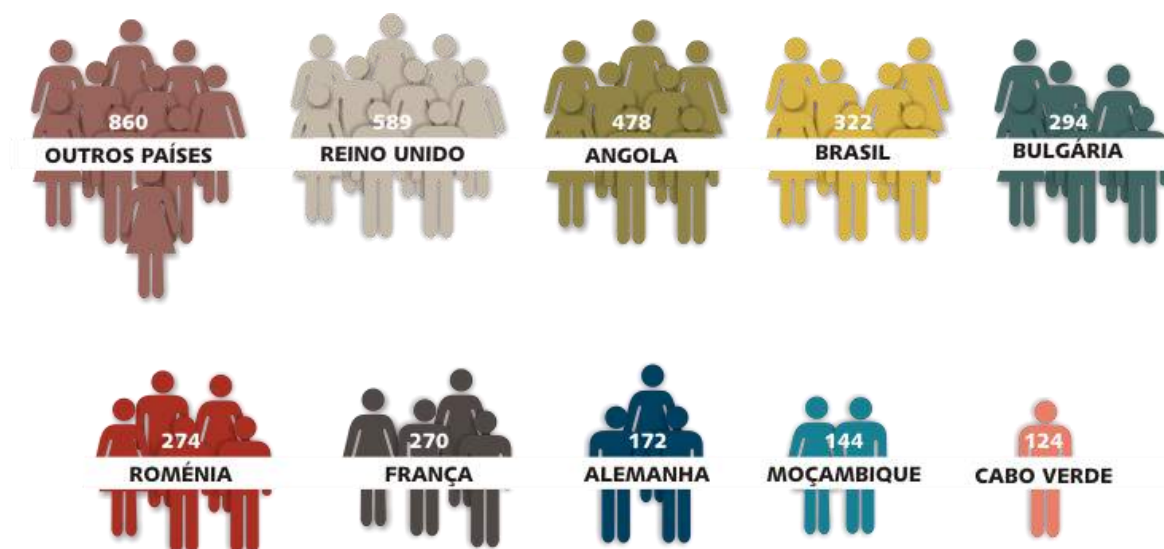


FIGURA 6 | População residente estrangeira no concelho de Tavira, em 2011.

Numa análise mais fina em relação à proveniência da população estrangeira no concelho de Tavira, em 2011, constata-se que os provenientes do Reino Unido representam, de forma individualizada, o maior grupo imediatamente seguido de Angola e do Brasil. Depois verifica-se um conjunto de proveniências bastante diversificado, com maior ou menor representatividade (Gráfico 1).

(N.º)



Fonte: INE, Censos 2011, Lisboa

GRÁFICO 1 | População residente estrangeira no concelho de Tavira, por nacionalidade, em 2011.

Se agruparmos a população estrangeira por grupos de nacionalidade, no concelho de Tavira, o grupo dos países europeus é o mais representativo, com 76,29%, basicamente pela importância do Reino Unido. Segue-se o grupo dos países americanos com 13,62% e dos países africanos (6,87%), nomeadamente os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

População

Estrutura etária da população

A análise da evolução da população deve contemplar, também, o estudo das pirâmides etárias. Estas representações gráficas traduzem não apenas a imagem da população num dado momento, mas permitem uma leitura da perspetiva histórica dos acontecimentos que marcam a população representada ao longo de décadas de vida das gerações mais antigas. Consideram-se, para efeitos de análise, as pirâmides etárias de 2001 e 2011 para as situações mais marcadas no concelho de Tavira, centrando a atenção nos perfis populacionais das pirâmides. Em paralelo, apresentam-se alguns índices que resumem o comportamento da estrutura etária da população.

A evolução da estrutura etária da população residente no concelho de Tavira, ao longo da última década, reflete uma fraca dinâmica. Todavia, verifica-se um ligeiro aumento na taxa percentual da primeira faixa etária (0 aos 14 anos), de 12,48% para 13,43% indiciando um maior número de nascimentos, ao contrário da tendência registada na NUT II Algarve cuja variação, nesta faixa etária, não foi superior a 0,24%.

Analisando os números relativos ao grupo etário entre os 15 e 24 anos, salienta-se uma alteração na tendência, já que é a população jovem que reflete um maior decréscimo, passando de 12,52% para 9,11%, em termos representativos da população do concelho.

Seguindo a tendência verificada ao nível da NUT II Algarve, é a população entre os 25 e 64 anos que representa o maior volume demográfico, tendo o seu peso aumentado ligeiramente na última década, tanto a nível do Concelho, como da Região (Quadro 5 e Gráfico 2).

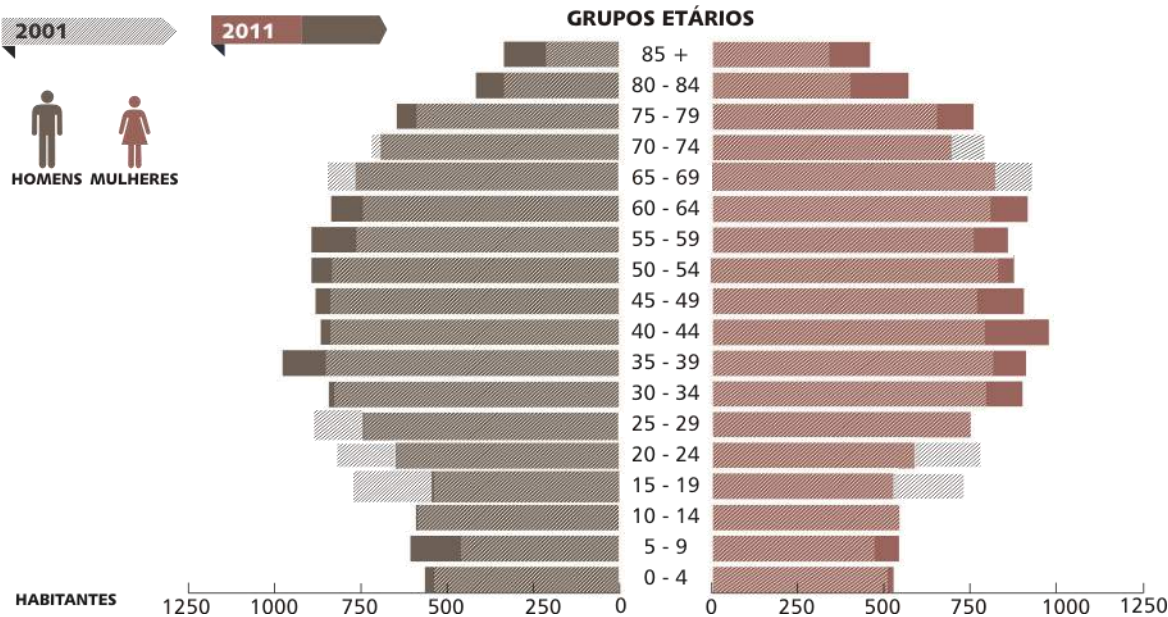
QUADRO 5 | Estrutura etária da população residente na NUT II Algarve e no concelho de Tavira, de 2001 e 2011.

	ALGARVE		CONCELHO DE TAVIRA	
	2001 (%)	2011 (%)	2001 (%)	2011 (%)
0 a 14	14,61	14,85	12,48	13,43
15 a 24	13,14	10,09	12,52	9,11
25 a 64	53,63	55,46	51,61	53,51
65 e mais	18,62	19,6	23,39	23,95

Fonte: INE, Censos 2001 e Censos 2011, Lisboa

Ao analisarmos a pirâmide etária do concelho de Tavira verificamos que estamos perante um “envelhecimento duplo”, dado que temos um estreitamento na base da pirâmide e, ao mesmo tempo, um alargamento no topo com um elevado número de idosos. A atual estrutura da população no concelho de Tavira continua, tal como há uma década, a ter na população idosa o seu segundo maior grupo populacional tendo, inclusivamente, aumentado ligeiramente (7,20 %) relativamente a 2001 (Figura 7 e Quadro 6).

(N.º)



Fonte: INE, Censos 2001 e Censos 2011, Lisboa

FIGURA 7 | Pirâmide etária da população residente no concelho de Tavira, de 2001 e 2011.

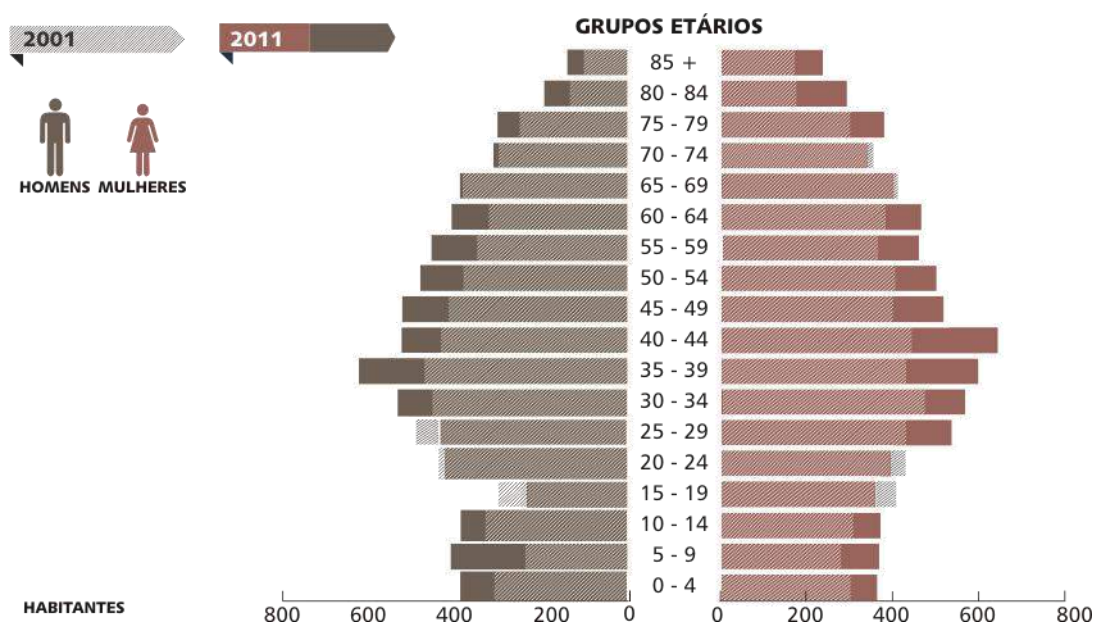
QUADRO 6 | Estrutura etária e variação da população residente no concelho de Tavira, de 2001 e 2011.

Unidade Terri- torial	2001	2011	Variação	2001	2011	Variação	2001	2011	Variação	2001	2011	Variação
	N.º	N.º	2001/ 2011%	N.º	N.º	2001/ 2011%	N.º	N.º	2001/ 2011%	N.º	N.º	2001/ 2011%
	0-14			15-24			25-64			65 ou mais		
Concelho de Ta- vira	3.121	3.514	12,59	3.130	2.384	-23,83	12.900	14.002	8,54	5.846	6.267	7,20
Cachopo	50	28	-44,00	66	28	-57,58	392	223	-43,11	518	437	-15,64
Conceição e Ca- banas de Tavira	285	269	-5,61	299	207	-30,77	1.382	1.416	2,46	550	627	14,00
Santa Catarina da Fonte do Bispo	174	163	-6,32	216	135	-37,50	1.005	893	-11,14	690	618	-10,43
Tavira (Santa Maria e Santi- ago)	1.758	2.324	32,20	1.651	1.512	-8,42	6.589	8.268	25,48	2.578	3.029	17,49
Luz de Tavira e Santo Estêvão	628	546	-13,06	629	379	-39,75	2.611	2.379	-8,89	1.197	1.231	2,84
Santa Luzia	226	184	-18,58	269	123	-54,28	921	823	-10,64	313	325	3,83

Fonte: INE, Censos 2001 e Censos 2011, Lisboa

Por forma a evidenciar as discrepâncias existentes no concelho analisa-se de seguida duas freguesias com dinâmicas semelhantes, mas resultados opostos. Por um lado, temos a freguesia de Tavira (Santa Maria e Santiago) em que existe um aumento de população nos vários grupos etários em relação a 2001, excetuando os grupos etários dos 15 aos 24 anos, em homens e mulheres, e dos 65 aos 74 anos. Esta situação justifica-se pelo aumento da população na freguesia de Tavira (Santa Maria e Santiago), contudo, é notório o envelhecimento da estrutura comparativamente a 2001 (Figura 8).

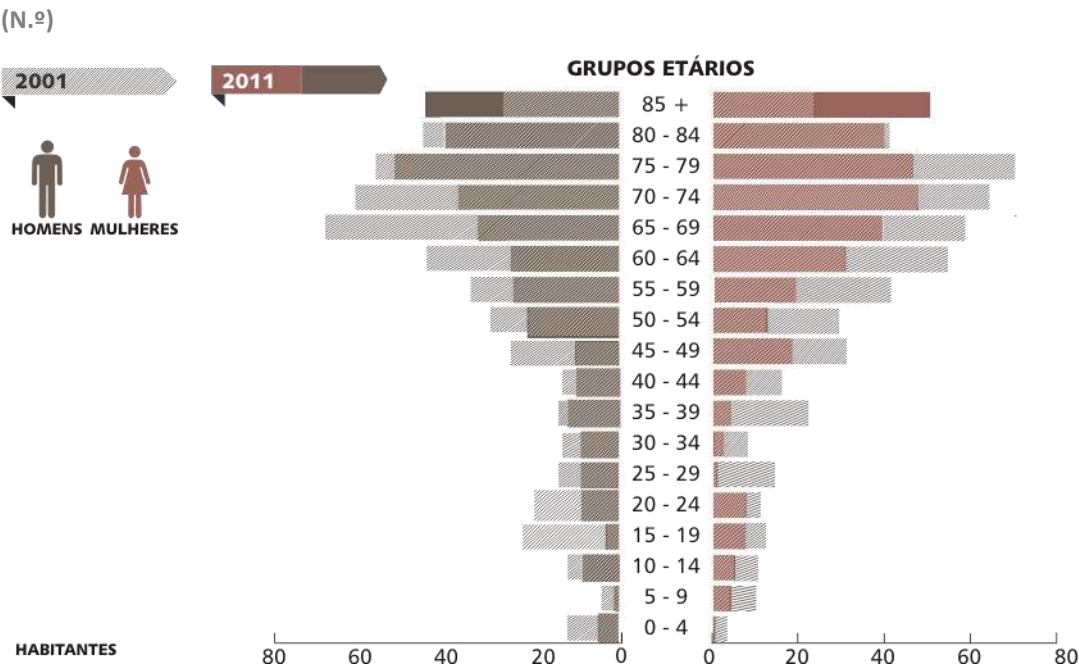
(N.º)



Fonte: INE, Censos 2001 e Censos 2011, Lisboa

FIGURA 8 | Pirâmide etária da população residente na freguesia de Tavira, de 2001 e 2011.

Por outro lado, ao analisar a pirâmide etária de Cachopo verificamos o mesmo processo de envelhecimento evidenciado na freguesia de Tavira (Santa Maria e Santiago), no entanto, bastante mais pronunciado pelo decréscimo acentuado de população visível, em que apenas o grupo etário dos 85 ou mais anos cresceu comparativamente com 2001 (Figura 9).



Fonte: INE, Censos 2001 e Censos 2011, Lisboa

FIGURA 9 | Pirâmide etária população residente na freguesia de Cachopo, de 2001 e 2011.

Face à relevância da população estrangeira residente torna-se igualmente importante analisar a sua estrutura etária. Em 2011 esta demonstra que é mais jovem do que a portuguesa, concentrando-se sobretudo nas idades entre os 15 e os 44 anos, tendo, nestas idades, percentagens mais significativas que a população portuguesa. A média da idade da população estrangeira em 2011 é inferior à da população portuguesa sendo 45,5 anos na população estrangeira face aos 46,4 anos na população portuguesa.

Particularizando esta análise para as nacionalidades mais representativas, verifica-se que os estrangeiros com idade mais elevada são de nacionalidade inglesa com uma idade média de 45,3 anos. Os estrangeiros mais “jovens” são os provenientes do grupo de nacionalidades africanas com uma média de 40,8 anos (Quadro 7).

QUADRO 7 | População residente estrangeira segundo a estrutura etária, no concelho de Tavira, em 2011.

(N.º)

	TOTAL	PORTUGUESA	ESTRANGEIRA	INGLESES	AFRICANOS
Total	26167	23258	2269	551	156
0 - 4 anos	1121	1014	57	6	3
5 - 9 anos	1203	1107	61	8	0
10 - 14 anos	1189	1044	103	5	7
15 - 19 anos	1121	961	117	8	14
20 - 24 anos	1269	1103	132	8	11
25 - 29 anos	1498	1284	165	5	15
30 - 34 anos	1731	1508	173	11	10

35 - 39 anos	1886	1637	187	15	14
40 - 44 anos	1861	1593	204	19	17
45 - 49 anos	1770	1551	181	36	17
50 - 54 anos	1757	1539	173	45	20
55 - 59 anos	1751	1544	177	79	11
60 - 64 anos	1778	1553	197	127	6
65 - 69 anos	1575	1400	153	88	4
70 - 74 anos	1436	1308	109	64	4
75 - 79 anos	1410	1345	49	26	3
80 - 84 anos	1008	977	23	12	0
85 e mais anos	803	790	8	5	0

Fonte: INE, Censos 2011, Lisboa

População

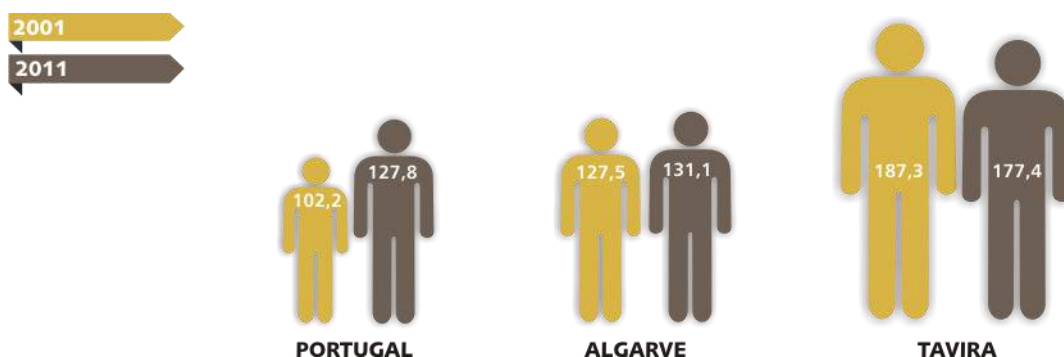
Índice de envelhecimento

O “índice de envelhecimento populacional” estabelece a relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos.

A população residente em Tavira apresenta, em 2011, um índice de envelhecimento bastante significativo (177,4 idosos por cada 100 jovens), sendo, todavia, ligeiramente inferior ao índice verificado no concelho de Tavira em 2001, que se cifrava nos 187,3 idosos (Gráfico 2).

A população residente na NUT II Algarve apresenta, em 2011, uma estrutura etária ligeiramente mais envelhecida do que a registada em Portugal, pois enquanto, em Portugal, existia 127,8 idosos por cada 100 jovens, na NUT II Algarve essa relação situava-se nos 131,1. O concelho de Tavira demonstra um grande envelhecimento da sua população, face ao maior peso deste grupo relativamente à generalidade do País e da Região. Esta tendência para o envelhecimento demográfico em Tavira é fruto da baixa da natalidade, conjugado com outros fatores, como por exemplo o aumento da esperança média de vida.

Rácio - %



Fonte: INE, Censos 2001 e Censos 2011, Lisboa

GRÁFICO 2 | Índice de envelhecimento populacional, de 2001 e 2011.

População

Índice de dependência

O “índice de dependência de idosos” dá-nos a relação entre o número de idosos e a população em idade ativa, definido habitualmente como a relação entre a população com 65 ou mais anos e a população com 15-64 anos.

Neste sentido, verificamos que o concelho de Tavira apresentava, em 2011, 38 idosos por cada 100 habitantes em idade ativa. O índice de dependência de idosos agravou-se em 1,6 idosos por cada 100 habitantes em idade ativa, entre os anos em análise: 2001 e 2011. A freguesia mais envelhecida do concelho é Cachopo com 174,1 idosos por cada 100 habitantes em idade ativa e a freguesia de Tavira (Santa Maria e Santiago), com cerca de 30 idosos por cada 100 habitantes, é a menos envelhecida. Pela análise do índice de dependência de idosos verificamos que a população idosa em Tavira tem um peso mais significativo do que na generalidade do País, ou mesmo da Região (Quadro 8).

QUADRO 8 | Índice de dependência de idosos, de 2001 e 2011.

Rácio - %

	2001	2011
Portugal	24,10	28,80
Algarve	27,80	29,60
Concelho de Tavira	36,40	38,00
Cachopo	113,10	174,10
Conceição e Cabanas de Tavira	32,72	38,63
Santa Catarina Fonte do Bispo	56,50	60,00
Tavira (Santa Maria e Santiago)	31,29	30,97
Luz de Tavira e Santo Estêvão	36,94	44,63
Santa Luzia	26,30	34,20

Fonte: INE, Censos 2001 e Censos 2011, Lisboa

O “índice de dependência de jovens” estabelece a relação entre o número de jovens e a população em idade ativa, sendo definido habitualmente como a relação entre a população com 0-14 anos e a população com 15-64 anos.

Em 2011, verificamos que a NUT II Algarve tinha um valor semelhante ao de Portugal, com cerca de 22,5 jovens por cada 100 habitantes em idade ativa. O índice de dependência de jovens em Portugal teve, entre 2001 e 2011, uma ligeira diminuição. Situação contrária verifica o concelho de Tavira, em que o número de jovens por cada 100 habitantes em idade ativa aumentou de 19,40 para 21,40 (Quadro 9).

QUADRO 9 | Índice de dependência de jovens, de 2001 e 2011.

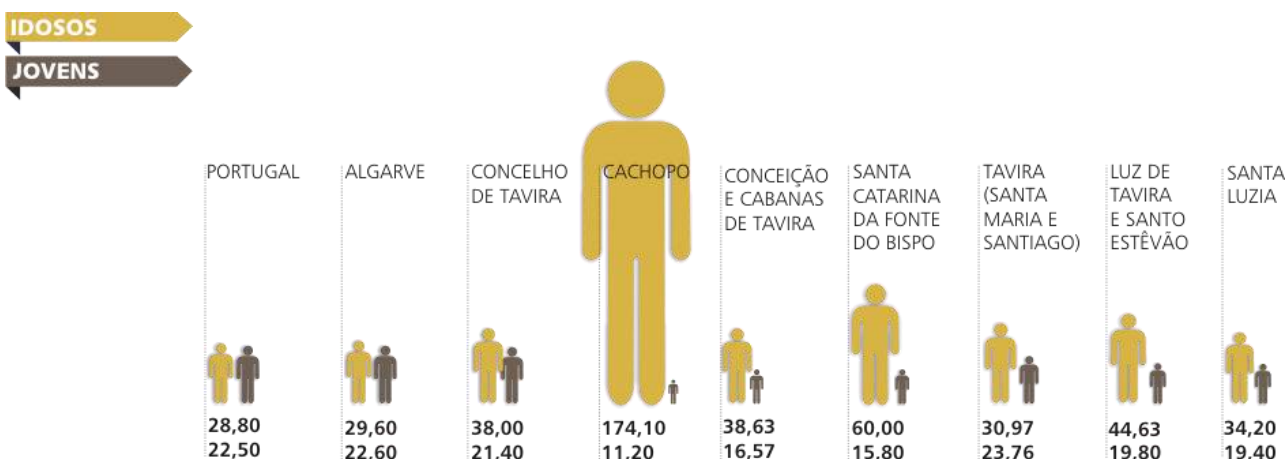
Rácio - %

	2001	2011
Portugal	23,60	22,50
Algarve	21,80	22,60
Concelho de Tavira	19,40	21,40
Cachopo	10,90	11,20
Conceição e Cabanas de Tavira	16,95	16,57
Santa Catarina Fonte do Bispo	14,20	15,80
Tavira (Santa Maria e Santiago)	21,33	23,76
Luz de Tavira e Santo Estêvão	19,38	19,80
Santa Luzia	18,90	19,40

Fonte: INE, Censos 2001 e Censos 2011, Lisboa

Em relação ao “índice de dependência de jovens e idosos”, em 2011, a freguesia de Cachopo apresenta um baixo índice de dependência de jovens, e cumulativamente, é a freguesia com o mais elevado índice de dependência de idosos, situação que decorre do envelhecimento populacional verificado na mesma. A freguesia com um maior índice de dependência de jovens é Tavira (Santa Maria e Santiago), contudo a dependência superior de idosos prevalece como nas demais freguesias, ainda que de forma mais atenuada (Gráfico 3).

Rácio - %



Fonte: INE, Censos 2001 e Censos 2011, Lisboa

GRÁFICO 3 | Índice de dependência de jovens e idosos, em 2011.

O “índice de dependência total” é um indicador que permite uma perceção sobre o esforço que a sociedade exerce sobre a população ativa. O índice de dependência total efetua a relação entre a população jovem e idosa e a população em idade ativa. Assim é definido como a relação entre a população dos 0-14 anos conjuntamente com a população com 65 ou mais, que relaciona com a população entre os 15-64 anos.

Para Portugal, o índice de dependência total aumentou de 48, em 2001, para 51,3, em 2011. Este agravamento do índice de dependência total é resultado do aumento do índice de dependência de idosos que foi significativo na última década (Quadro 10).

Os resultados dos Censos 2011 permitem verificar que o esforço da sociedade sobre a população ativa agravou-se na última década, verificando-se num acréscimo de 3,3 para Tavira. O índice de dependência total para Tavira é bastante superior a Portugal e também à NUT II Algarve, ainda que na última década a sua progressão tenha sido semelhante e, a menos que se verifique uma inversão da diminuição da natalidade, este indicador tenderá a agravar-se.

QUADRO 10 | Índice de dependência total, de 2001 e 2011.

Rácio - %

	2001	2011
Portugal	48,00	51,30
Algarve	50,00	52,20
Concelho de Tavira	56,00	59,30
Cachopo	124,00	185,30

Conceição e Cabanas de Tavira	49,67	55,21
Santa Catarina Fonte do Bispo	70,76	75,97
Tavira (Santa Maria e Santiago)	52,62	54,73
Luz de Tavira e Santo Estêvão	56,33	64,43
Santa Luzia	45,29	53,81

Fonte: INE, Censos 2001 e Censos 2011, Lisboa

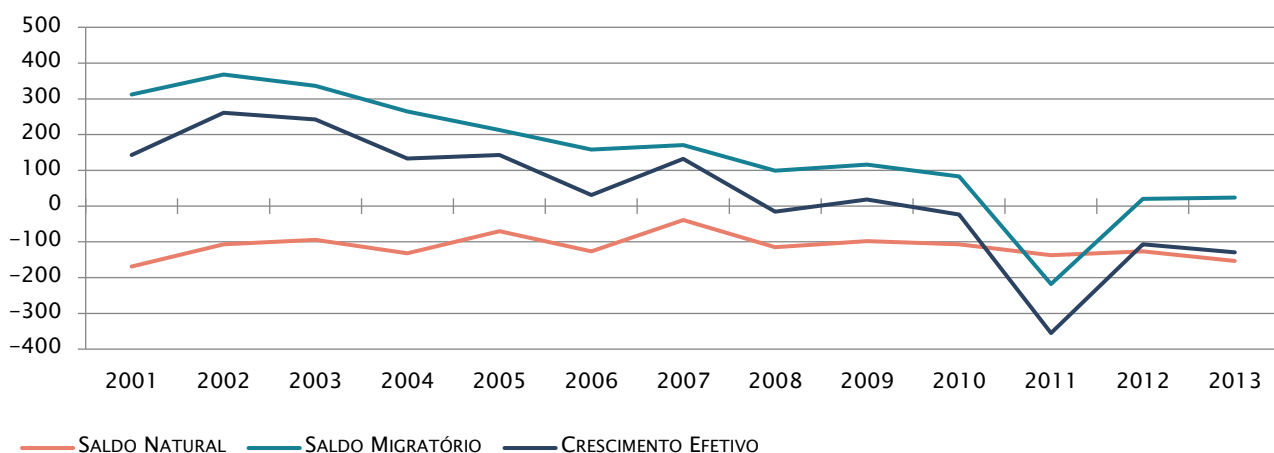
População

Saldo natural e Saldo migratório

O saldo natural, também denominado crescimento fisiológico, mede a diferença entre os nascimentos e os óbitos. O saldo migratório, por sua vez, é o resultado do movimento de saídas e entradas de população do concelho. O crescimento efetivo ou real de uma população resulta da diferença entre o saldo natural e o saldo migratório.

Analisando os dados do INE relativos ao período 2001-2013, observa-se que o ténue crescimento demográfico resultou de um sustentado saldo migratório positivo até 2010, suficiente para compensar o saldo natural negativo, apesar de se ter verificado uma forte quebra em 2011, com tendência a estabilizar nos anos seguintes. Embora se verifique um decréscimo do saldo migratório face aos primeiros anos de análise este manteve-se tendencialmente positivo ao contrário do saldo natural que, no atual século, nunca alcançou níveis positivos (Gráfico 4).

(N.º)



Fonte: INE, 2001-2013

GRÁFICO 4 | Evolução do saldo natural, saldo migratório e crescimento efetivo, em Tavira, de 2001 a 2013.

SOCIO-ECONOMIA

FAMÍLIAS

Famílias clássicas

Tendo como base os números apurados pelo INE, em termos comparativos, na década 2001-2011, o concelho de Tavira sofreu um acréscimo de 1 237 famílias, o que representa 13,21%, ligeiramente abaixo da percentagem apurada relativamente à NUT II Algarve, cujo número de famílias clássicas sofreu um acréscimo de 17,93% (Quadro 11 e Gráfico 5).

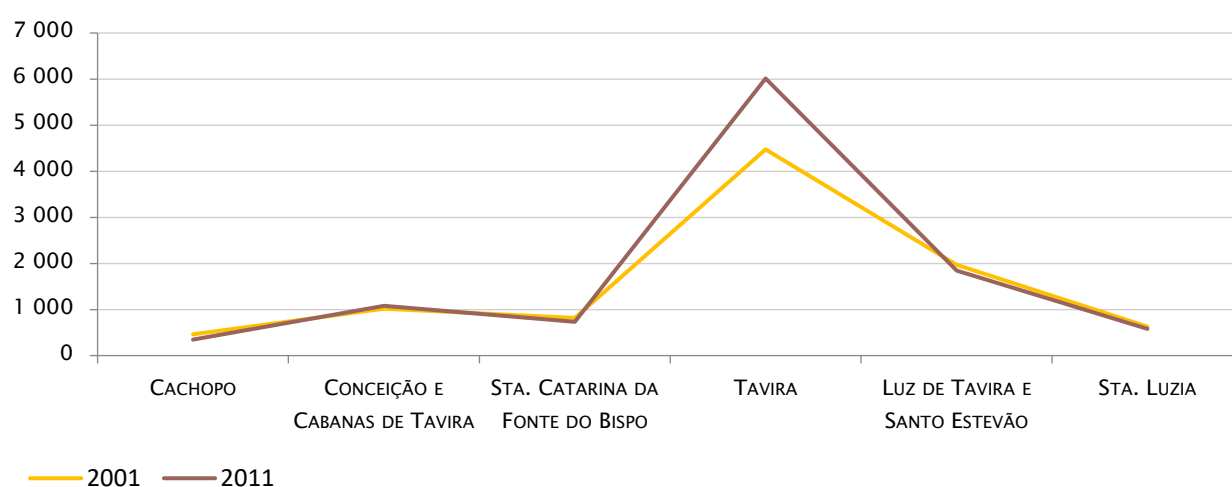
Em termos de número de famílias verifica-se que a tendência a nível das freguesias no concelho de Tavira é semelhante à abordagem concelhia e regional, tendo-se verificado um acréscimo apenas nas freguesias de Tavira (Santa Maria e Santiago) e Conceição e Cabanas de Tavira.

QUADRO 11 | Famílias clássicas no concelho de Tavira, de 2001 e 2011.

Unidade Territorial	Famílias Clássicas			Indivíduos nas famílias clássicas		
	2001	2011	Variação 2001/2011 %	2001	2011	Variação 2001/2011 %
	N.º	N.º		N.º	N.º	
Concelho de Tavira	9.366	10.603	13,21	24.679	25.894	4,92
Cachopo	462	347	-24,89	1.026	686	-33,14
Conceição e Cabanas de Tavira	1.017	1.082	6,39	2.463	2.518	2,23
Sta. Catarina da Fonte do Bispo	818	732	-10,51	2.047	1.772	-13,43
Tavira (Santa Maria e Santiago)	4.474	6.013	34,40	12.361	14.950	20,94
Luz de Tavira e Santo Estêvão	1.966	1.847	-6,05	5.053	4.513	-10,69
Sta. Luzia	629	582	-7,47	1.729	1.455	-15,85

Fonte: INE, Censos 2001 e Censos 2011, Lisboa

(N.º)



Fonte: INE, Censos 2001 e Censos 2011, Lisboa

GRÁFICO 5 | Famílias clássicas no concelho de Tavira, de 2001 e 2011.

Famílias

Dimensão média

Contudo, nota-se que, apesar do aumento do número de famílias, o número de filhos sofreu um decréscimo de 2,63 para 2,44 relevando a tendência para a constituição de famílias cada vez menos numerosas, fator comum à década 2001-2011, em que se verifica que 34,37% em 2001 e 33,52% em 2011 das famílias, não têm filhos. As famílias com 3 ou mais filhos representavam, em 2001, 3,3% e, em 2011, apenas 2,8%

do total de famílias do Concelho, refletindo a diminuição na totalidade das freguesias, sejam estas rurais ou não (Quadro 12).

QUADRO 12 | Núcleos familiares segundo o número de filhos, por freguesia, de 2001 e 2011.

Unidade Territorial	SEM FILHOS			1 FILHO			2 FILHOS			3 FILHOS OU MAIS		
	2001	2011	Varia- ção 2001/ 2011 %	2001	2011	Varia- ção 2001/ 2011 %	2001	2011	Varia- ção 2001/ 2011 %	2001	2011	Varia- ção 2001/ 2011 %
	N.º	N.º		N.º	N.º		N.º	N.º		N.º	N.º	
Concelho de												
Tavira	3.219	3.544	10,10	2.613	2.911	11,40	1.563	1.546	-1,09	355	293	-17,46
Cachopo	234	148	-36,75	73	56	-23,29	35	15	-57,14	3	3	0,00
Conceição e Cabanas de Tavira	308	366	18,83	276	284	2,90	153	132	-13,73	34	24	-29,41
Sta. Catarina da Fonte do Bispo	344	291	-15,41	205	191	-6,83	107	93	-13,08	18	9	-50,00
Tavira (Sta. Maria e Santiago)	1.415	1.869	32,08	1.346	1.695	25,93	826	972	17,68	215	204	-5,12
Luz de Tavira e Santo Estêvão	745	692	-7,11	508	517	1,77	316	237	-25,00	57	37	-35,09
Santa Luzia	173	178	2,89	205	168	-18,05	126	97	-23,02	28	16	-42,86

Fonte: INE, Censos 2001 e Censos 2011, Lisboa

Embora como o quadro anterior nos mostre uma trajetória de evolução das famílias esta tem vindo a ser marcada por uma tendencial diminuição da sua dimensão face à evolução registada, o que pode ser explicado pelos mais variados fatores, tais como o divórcio, o aumento de famílias monoparentais, a situação face ao emprego e o estilo de vida “moderno” (Quadro 13).

QUADRO 13 | Variação da dimensão das famílias clássicas no concelho de Tavira, entre 2001 e 2011.

	2001	2011	Variação 2001/2011	
	N.º	N.º	Nº	%
Com 1 pessoa	1.816	2.460	644	35,46
Com 2 pessoas	3.163	3.815	652	20,61
Com 3 pessoas	2.129	2.259	130	6,1
Com 4 pessoas	1.503	1.532	29	1,9
Com 5 ou mais pessoas	755	537	-218	-28,87

Fonte: INE, Censos 2001 e Censos 2011, Lisboa

SOCIO-ECONOMIA

EMPREGO

População empregada

De acordo com os dados disponibilizados pelo Instituto INE (Quadro 14), por comparação na década 2001 - 2011, o número de pessoas empregadas em Portugal reflete uma evolução negativa (-6,10%) cuja

tendência também, embora com menor expressão (-1,11%), se verifica no concelho de Tavira, contrariamente ao ocorrido na NUT II Algarve, que sofreu uma evolução positiva de 3,21%. A freguesia de Tavira (Santa Maria e Santiago), que integra a cidade sede do Concelho, é a única onde se verificou um acréscimo de cerca de 15,17% no número de pessoas empregadas (818). De facto, na década de 2001 a 2011, a população empregada nas restantes freguesias do Concelho variou de - 30,90% em Cachopo, -24,61% na Luz de Tavira e Santo Estevão, - 23,36% em Santa Luzia, - 16,08% em Santa Catarina da Fonte do Bispo e - 4,99% em Conceição e Cabanas de Tavira.

QUADRO 14 | População empregada, de 2001 e 2011.

UNIDADE TERRITORIAL	População empregada – 2001	População empregada – 2011	Variação (%)
	N.º	N.º	
Portugal	4.650.947	4.367.187	-6,10
Algarve	180.395	186.191	3,21
Concelho de Tavira	10.221	10.108	-1,11
Cachopo	233	161	-30,90
Conceição e Cabanas de Tavira	1.022	971	-4,99
Luz de Tavira e Santo Estevão	2.109	1.590	-24,61
Santa Catarina da Fonte do Bispo	734	616	-16,08
Tavira (Santa Maria e Santiago)	5.391	6.209	15,17
Santa Luzia	732	561	-23,36

Fonte: INE, Censos 2001 e Censos 2011, Lisboa

Emprego

População empregada por nível de escolaridade

Relativamente ao nível de escolaridade da população empregada a tendência verificada no concelho de Tavira reflete que os grupos maioritários se situam nas pessoas que completaram o ensino básico, representando 47,74% do total, seguido das que completaram o ensino secundário com 27,91%. Esta situação também se verifica ao nível regional, contrariando o que é verificado a nível nacional, dado que o grupo de pessoas com o ensino superior representa o segundo maior grupo de pessoas empregadas, ligeiramente superior aos que possuem o ensino secundário. A população empregada com habilitações superiores representa 21,47% dos empregados do Concelho. São os grupos sem qualquer nível de escolaridade (1,42%) e os que possuem grau de ensino pós-secundário (1,45%) os menos representativos ao nível concelhio, contudo este facto deve-se essencialmente à sua baixa representatividade (Quadro 15).

Ao analisar as freguesias verifica-se que, na generalidade, seguem a mesma tendência do Concelho mas existem alguns valores relevantes a ser destacados: na freguesia de Cachopo uma grande maioria da população empregada possui o nível de escolaridade de ensino básico (80,75%), por outro lado, a população empregada com ensino superior é bastante diminuta face à média das outras freguesias com apenas 3,11% do total; outro valor que merece ser referenciado e que se destaca claramente do padrão é a população com nível de ensino superior na freguesia de Tavira (Santa Maria e Santiago) com 25,96%.

QUADRO 15 | População empregada por nível de escolaridade, em 2011.

UNIDADE TERRITÓ- RIAL	Total	Nenhum nível de escolar.		Ens. básico		Ens. secundário		Ens. pós-secun- dário		Ens. superior	
	N.º	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Portugal	4.361.187	45.428	1,04	2.061.496	47,26	1.070.989	24,56	60.442	1,39	1.122.832	25,75
Algarve	186.191	2.984	1,60	84.316	45,28	54.751	29,41	3.070	1,65	41.070	22,06
Concelho de Tavira	10.108	144	1,42	4.826	47,74	2.821	27,91	147	1,45	2.170	21,47
Cachopo	161	2	1,24	130	80,75	24	14,91	0	0,00	5	3,11
Conceição e Cabanas de Tavira	0	0	0,72	0	55,61	0	25,44	0	1,54	0	16,68
Luz de Tavira e Santo Estevão	1590	29	1,82	953	59,94	357	22,45	21	1,32	230	14,47
Santa Catarina da Fonte do Bispo	616	5	0,81	384	62,34	146	23,70	9	1,46	72	11,69
Tavira (Santa Maria e Santiago)	0	0	1,55	0	40,65	0	30,44	0	1,40	0	25,96
Santa Luzia	561	5	0,89	295	52,58	157	27,99	15	2,67	89	15,86

Fonte: INE, Censos 2011, Lisboa

Emprego

População empregada por setores de atividade

Por último, na análise efetuada à população empregada vamos referir o seu comportamento em relação à distribuição pelos setores de atividade. Assim, como poderemos observar no quadro 10 embora existindo similitude quanto ao dimensionamento dos setores, existem discrepâncias quanto ao peso de cada um.

No concelho de Tavira, o setor primário apresenta percentagens mais elevadas que o verificado a nível nacional e regional. Por seu turno, o setor secundário evidencia um padrão regional e concelhio diferente do nacional, com valores bastante inferiores ao nacional. O setor terciário apresenta valores mais elevados a nível regional e concelhio do que nacional, no entanto, o concelho de Tavira apresenta valores inferiores à região. Grande parte da população empregada é absorvida por este setor, o que em termos práticos revela uma especialização da economia concelhia e regional na área dos bens e serviços, com maior incidência no turismo. Em Tavira, o setor terciário reúne, no seu conjunto, 75,40% da população empregada, seguindo-se o setor secundário com 17,72% sendo que apenas 6,89% das pessoas empregadas integram o setor primário.

Numa análise às freguesias conclui-se que é a freguesia de Cachopo a que se destaca por uma maior concentração de ativos no setor primário (18,63%), como consequência da sua interioridade, níveis de instrução mais baixos e da perda de população mais jovem. Também as freguesias de Santa Luzia e Luz de Tavira e Santo Estevão apresentam valores consideráveis de população a trabalhar no setor primário, o que se explica pela atividade piscatória e agricultura, respetivamente. A freguesia que se destaca pela predominância do setor secundário (35,55%) é a de Santa Catarina da Fonte do Bispo, pois é nela que está concentrada a maior parte da pequena indústria existente no concelho, nomeadamente telheiros, lagares e destilarias. Na freguesia de Tavira (Santa Maria e Santiago), onde se encontra o núcleo citadino, o setor terciário é predominante, representando 81,01% da concentração da população empregada (Quadro 16 e Figura 10).

QUADRO 16 | População empregada segundo o setor de atividade, em 2011.

População empregada (N.º) por Setor de atividade económica									
	Total	Setor Primário		Setor Secundário		Setor Terciário (Social)		Setor Terciário (Económico)	
	N.º	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Portugal	4.361.187	133.386	3,06	1.154.709	26,48	1.254.273	28,76	1.818.819	41,70
Algarve	186.191	6.142	3,30	29.992	16,11	52.243	28,06	97.814	52,53
Concelho de Távira	10.108	696	6,89	1.791	17,72	2.900	28,69	4.721	46,71
Cachopo	161	30	18,63	38	23,60	55	34,16	38	23,60
Conceição e Cabanas de Távira	971	93	9,58	165	16,99	184	18,95	529	54,48
Luz de Távira e Santo Estevão	1.590	191	12,01	361	22,70	368	23,14	670	42,14
Santa Catarina da Fonte do Bispo	616	45	7,31	219	35,55	133	21,59	219	35,55
Távira	6.209	251	4,04	928	14,95	2.037	32,81	2.993	48,20
Santa Luzia	561	86	15,33	80	14,26	123	21,93	272	48,48

Fonte: INE, Censos 2011, Lisboa

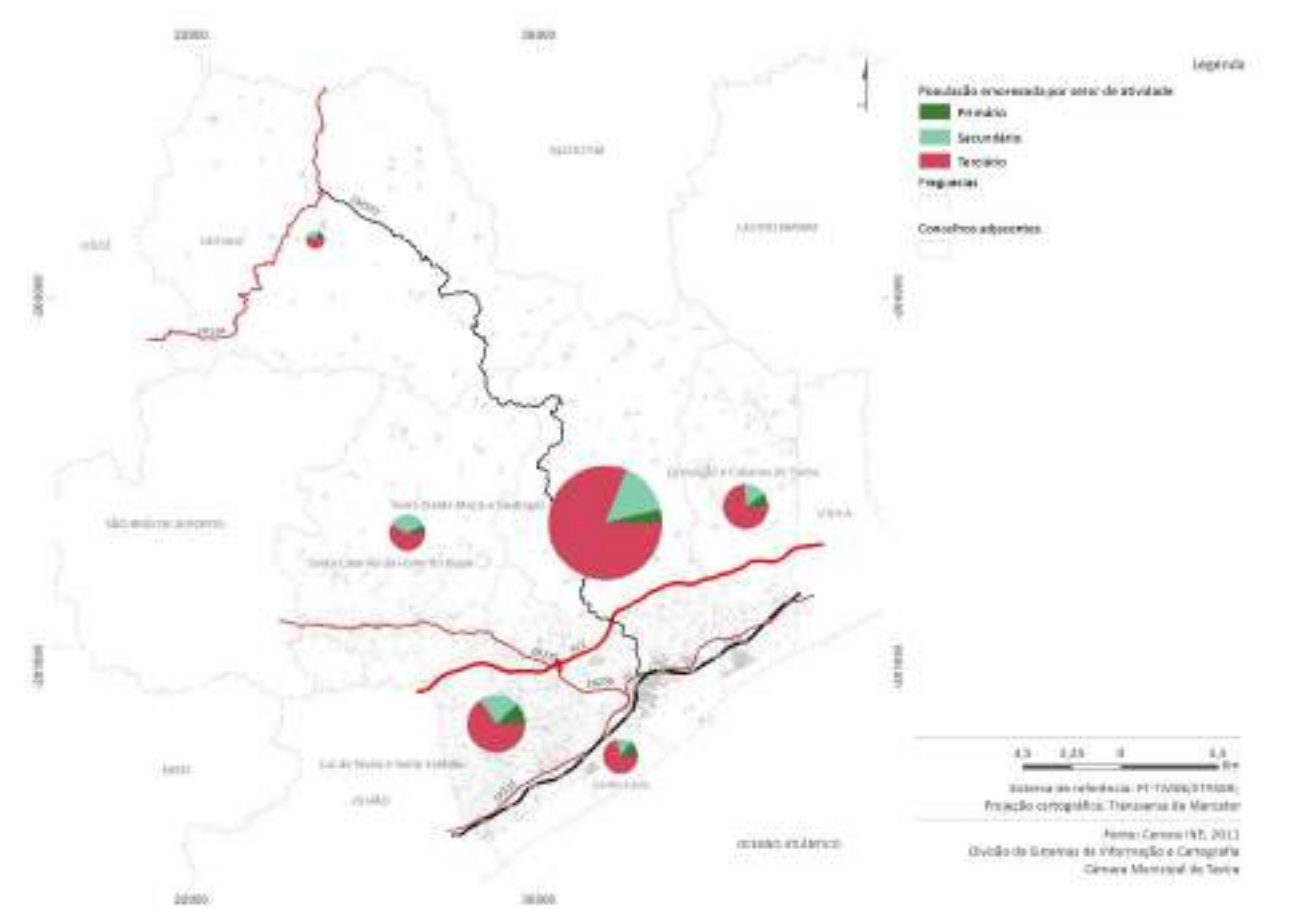


FIGURA 10 | População empregada por setor de atividade.

SOCIO-ECONOMIA

AGRICULTURA

Tendo por base os resultados obtidos no último Recenseamento Agrícola elaborado pelo INE, verifica-se que o concelho de Tavira possuía, em 2009, uma Superfície Agrícola Útil (SAU) de 11 032ha, o que demonstra uma diminuição de 10,02% relativamente aos dados apurados no ano de 1999. Todavia, realça-se uma variação positiva de 20,51% de hectares de SAU utilizada na freguesia de Cachopo e 10,39% na freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo e, por outro lado, uma variação negativa mais importante na freguesia de Tavira (Santa Maria e Santiago) e Santa Luzia com 37,05% e 30%, respetivamente (Quadro 17).

QUADRO 17 | Superfície agrícola utilizada, no concelho de Tavira, de 1999 e 2009.

Unidade Territorial	1999 (ha)	2009 (ha)	Variação (%)
Concelho de Tavira	12.260	11.032	-10,02
Cachopo	2.476	2.984	20,51
Conceição e Cabanas de Tavira	1.713	1.432	-16,40
Luz de Tavira e Santo Estevão	2.581	2.189	-15,19
Santa Catarina da Fonte do Bispo	2.020	2.230	10,39
Tavira (Santa Maria e Santiago)	3.290	2.071	-37,05
Santa Luzia	180	126	-30,00

Fonte: INE, Recenseamento Agrícola de 1999 e 2009, Lisboa

SOCIO-ECONOMIA

EMPRESAS E ESTABELECIMENTOS

Tecido empresarial

No concelho de Tavira, em 2011, cerca de 74,25% das empresas assumem a forma jurídica de empresas individuais, valor ligeiramente superior ao registado na NUT II Algarve, 69,70% (Quadro 18).

QUADRO 18 | Empresas segundo a forma jurídica, em 2011.

Unidades territoriais	Total	Empresa individual		Sociedade	
	N.º	N.º	%	N.º	%
Portugal	1 112 000	751 412	67,57	360 588	32,43
Algarve	58 333	40 656	69,70	17 677	30,30
Tavira	3 130	2 324	74,25	806	25,75

Fonte: INE, Censos 2011, Lisboa

Empresas e estabelecimentos

Volume de negócios

Quanto ao volume de negócios, em 2011 Tavira registou 238 657 512€ sendo 39,23% provenientes do “Comércio por grosso e retalho e a reparação de veículos automóveis e motociclos” (93 621 647€) que representa o setor principal. São as atividades de “Informação e comunicação” e o setor da “Educação” (3 042 998€) os setores que menos contribuíram para o volume de negócios do concelho de Tavira representando apenas 1,28% (Quadro 19).

QUADRO 19 | Volume de negócios das empresas, no concelho de Tavira, em 2011.

Total	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos		Atividades de informação e de comunicação		Educação	Total
	€	%		€		%
238.657.512	93 621 647	39,23	2 039 393	1 003 605	3 042 998	1,28

Fonte: INE, Censos 2011, Lisboa

Empresas e estabelecimentos

Parque empresarial de Tavira

O Parque Empresarial de Tavira, situado em Santa Margarida, entre a cidade de Tavira e o nó da A22, com uma área total de 97 000m², é composto por 123 lotes para Indústria/Armazenagem, com áreas entre 240m² e 2 100m², 8 lotes para Comércio / Serviços, com áreas entre 300m² e 420m², Estação de Serviço, Ecocentro para resíduos diversos, Restaurante Panorâmico. Igualmente encontra-se servido por um conjunto de infra-estruturas que lhe garantem a adequação aos usos previstos, como seja, água para fins industriais, rede de gás propano, rede de fibra ótica e possibilidade de instalação de ETAR (Quadro 20).

QUADRO 20 | Síntese das áreas, usos e índices dos lotes do Parque Empresarial de Tavira.

PARQUE EMPRESARIAL DE TAVIRA - 2015					
Quantidade	Uso	Área Lote (m ²)	Área Implantação (m ²)	Área Construção (m ²)	Situação do Lote
1	E.T.A.R.	1 968,27	1 968,27	3 936,55	Equipamento
2	Instalações Industriais/Armazenagem	1 058,82	703,99	1 407,98	Equipamento
78	Instalações Industriais/Armazenagem	49 287,40	27 943,28	55 886,56	Para Venda
6	Instalações Industriais/Armazenagem	6 992,32	4 161,69	8 323,38	Arrendado
31	Instalações Industriais/Armazenagem	15 719,82	9 683,15	19 366,30	Vendido
6	Instalações Industriais/Armazenagem	3 698,12	1 889,30	3 778,60	Reservado
1	EcoCentro	9 181,55	360,00	9 181,55	Para Venda
2	Edif.de Com./Serv./Equip./Estab. Rest.	840,00	840,00	1 680,00	Vendido
3	Edif.de Com./Serv./Equip./Estab. Rest.	1 260,00	1 260,00	2 520,00	Para Venda
3	Edif.de Com./Serv./Equip./Estab. Rest.	1 020,00	1 020,00	2 040,00	Reservado
1	Instalações de Gás - Reservatórios	598,42	598,42	598,42	Reservado
1	Restaurante	994,09	400,00	400,00	Reservado
1	Miradouro	40,00	40,00	40,00	Reservado
1	Estação de Serviço	3 595,71	3 595,71	7 191,42	Equipamento
137		96 254,54	54 463,81	116 658,74	

Fonte: EMPET, E.M., 2015

Este parque empresarial constitui-se como uma plataforma de apoio à indústria, armazenagem, comércio e serviços, sendo a primeira unidade industrial inaugurada no ano de 2012, o Parque Empresarial de Tavira tem cerca de 40 % dos seus espaços ocupados, encontrando-se disponíveis 63 % das instalações industriais e armazenagem e 37,5 % dos edifícios de comércio, serviços, equipamentos e estabelecimentos de restauração (Quadro 21 e Figura 11).

QUADRO 21 | Situação imobiliária dos lotes do Parque Empresarial de Tavira.

(N.º)

Parque Empresarial de Tavira - 2015						
Tipo de Uso	Equipamento	Para Venda	Arrendado	Vendido	Reservado	Total
E.T.A.R.	1	0	0	0	0	1
Instalações Industriais/Armazenagem	2	78	6	31	6	123
EcoCentro	0	1	0	0	0	1
Edif.de Com./Serv./Equip./Estab. Rest.	0	3	0	2	3	8
Instalações de Gás - Reservatórios	0	0	0	0	1	1
Restaurante	0	0	0	0	1	1
Miradouro	0	0	0	0	1	1
Estação de Serviço	1	0	0	0	0	1
Total	4	82	6	33	12	137

Fonte: EMPET, E.M., 2015



FIGURA 11 | Localização e situação dos lotes do Parque Empresarial de Tavira.

SOCIO-ECONOMIA

TURISMO

Empreendimentos turísticos

Constituindo um factor dinamizador da procura turística, a oferta de serviços de alojamento constitui só por si, um recurso turístico, razão pela qual se apresenta de seguida a sua caracterização no concelho de Tavira. A oferta de alojamento é distribuída segundo as seguintes tipologias de estabelecimentos de diversas categorias: Hotéis, Hotéis Apartamentos, TER – Agro-Turismo, Casas de Campo, Turismo de Habitação. Em 2015, o concelho de Tavira dispunha de 29 empreendimentos turísticos com uma dotação de 5 039 camas (Quadro 22 e Figura 12).

QUADRO 22 | Oferta de empreendimentos turísticos, no concelho de Tavira.

EMPREENHIMENTOS TURÍSTICOS	TIPOLOGIA	N.º DE CAMAS
Pousada do Convento da Graça	Pousada	72
Hotel Don Rodrigues	Hotel 1*	30
Hotel Vila Galé Tavira	Hotel 4*	536
Hotel Vila Galé Albacora	Hotel 4*	258
Hotel Ozadi	Hotel 4*	77
Hotel Porta Nova	Hotel 4*	274
Golden Club Cabanas	Hotel - Apartamento	500
Pedras da Rainha	Aldeamento Turístico	1890
Pedras D' El Rei	Apartamentos Turísticos 3*	732
Cabanas Park Resort	Apartamentos Turísticos 4*	392
Forte de São João da Barra	Turismo de Habitação	20
Quinta do Marco	Hotel Rural 4*	53
Casa da Paz do Barrocal	Casa de campo	20
Casa Camaleon	Casa de campo	6
Casa Branca	Casa de campo	20
Herdade da Corte – Monte da Beleza	Casa de campo	6
Herdade da Corte - Monte do Lavrador	Casa de campo	14
Quinta do Açude	Casa de campo	8
Quinta dos Perdigões	Casa de campo	12
Quinta da Colina Verde	Casa de campo	4
Fazenda Nova Country House	Casa de campo	12
Pensão Agrícola	Casa de campo	6
Monte Oliva	Agro-turismo	14
Monte do Álamo	Agro-turismo	6
Quinta dos Perfumes	Agro-turismo	14
Pousada da Juventude de Tavira*	Pousada*	60
Parque de Campismo e Caravanismo Ria Formosa	Parque de campismo e caravanismo	41
Parque de Campismo PSP	Parque de campismo	18
Parque de Campismo da Ilha de Tavira	Parque de campismo	218
Totais	29 empreendimentos	5039 camas

Fonte: CMT, 2015

*A Pousada da Juventude não é classificada como empreendimento turístico, contudo é uma entidade de alojamento com oferta de camas para um tipo de mercado específico (turismo juvenil/ alberguistas).

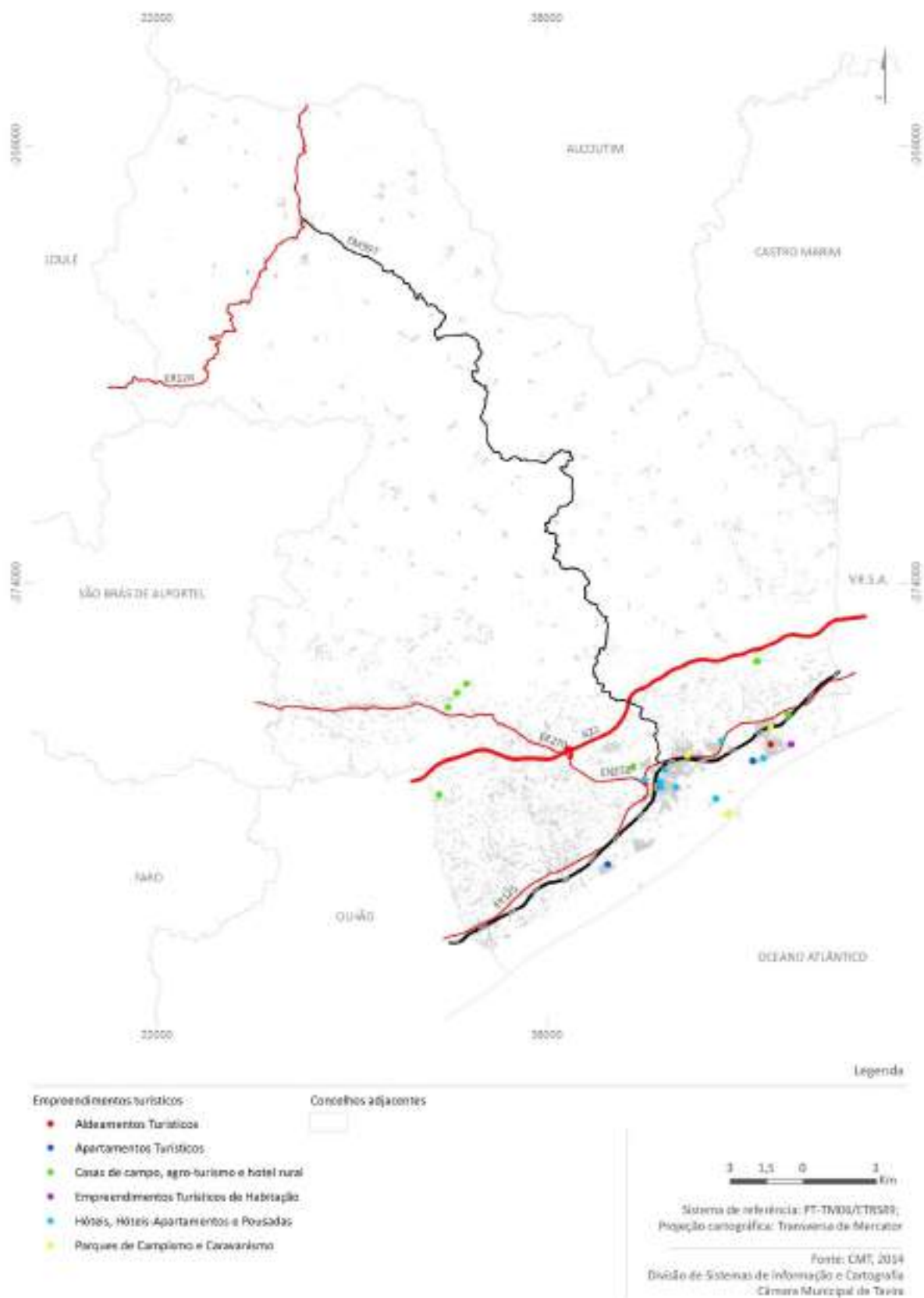


FIGURA 12 | Distribuição dos empreendimentos turísticos, no concelho de Tavira.

Alguns dos empreendimentos turísticos mencionados, possuem, além da componente de alojamento, outros serviços complementares (*facilities* e *amenities*), tais como SPA, estacionamento, campos de ténis, zonas ajardinadas, bicicletas, barco para aluguer, salas de conferências, entre outros.

Turismo

Agentes de animação turística

A animação turística é uma vertente importante da oferta e do produto turístico, constituído pelo conjunto de atividades organizadas que proporcionam experiências únicas geradoras de um elevado grau de satisfação no turista. Animar é essencialmente comunicar, participar, preservar, ensinar, permitindo que todos, adaptando as suas capacidades possam ter um papel ativo em todo o processo.

A competitividade de um destino evolui com a capacidade de iniciativa dos agentes privados. A estruturação da oferta depende muito mais do arrojo e saber de quem investe do que do investimento público, sendo que a este compete abrir o setor às mudanças e desafios, conferindo-lhe a liberdade de atuação e inovação necessária ao desenvolvimento de uma oferta turística atrativa.

Beneficiando de condições climáticas favoráveis que associadas ao elevado número de dias de sol fazem de Tavira um concelho particularmente favorável para a prática de um conjunto de atividades ao ar livre ao longo de todo o ano. Opera em Tavira um conjunto de empresas de animação turística que oferecem aos visitantes um leque diversificado de possibilidades de prática de atividades, nomeadamente desportivas, como sejam golfe, *kitesurf*, bicicleta, observação de aves, passeio de canoagem, mergulho, entre outros (Quadro 23).

QUADRO 23 | Empresas de animação turística, no concelho de Tavira.

NOME DA EMPRESA	SETOR DE ATIVIDADE	LOCALIZAÇÃO POR FREGUESIA
Benamor – Actividades Turísticas, S.A.	Golfe	Conceição e Cabanas de Tavira
Branquinho da Silva, Bike Events, Lda.	Ar Livre/ Natureza e Aventura	Tavira (Santa Maria e Santiago)
Centro Náutico Ilha de Tavira	Ar Livre/ Natureza e Aventura	Tavira (Santa Maria e Santiago)
Crossadventure Unip,Lda	Ar Livre/ Natureza e Aventura/ Marítimo Turística	Tavira (Santa Maria e Santiago)
Jetsul Lda	Ar Livre/ Natureza e Aventura	-
Joaquim Pedro Martins de Almeida	Ar Livre/ Natureza e Aventura	-
José de Mendonça Bagarrão	Marítimo-Turística	Conceição e Cabanas de Tavira
José Manuel Nascimento Domingos		-
Marevento – Actividades Recreativas e Turísticas, Lda	Marítimo-Turística	Tavira (Santa Maria e Santiago)
Maria Otília Martins Cardeira	Ar Livre/ Natureza e Aventura	Cachopo
Nascimento & Saleiro Lda	Passeios Turísticos – culturais de Tuk Tuk ao ar Livre/ Natureza/ Aventura/ Cultural	Tavira (Santa Maria e Santiago)
Onda Revolta - Actividades Marítimo Turísticas Lda	Marítimo-Turística	Tavira (Santa Maria e Santiago)
Pedras Del Rei – Gestão e Turismo, S.A	Ar Livre/ Natureza e Aventura, Cultural/ Marítimo Turística	Pedras Del Rei – Santa Luzia
Pedro Manuel Martins Correia	Marítimo-Turística	Conceição e Cabanas de Tavira
Eolis	Marítimo-Turística	Conceição e Cabanas de Tavira
Séquatours, Lda	Ar Livre/ Natureza e Aventura, Cultural/ Marítimo Turística	Tavira (Santa Maria e Santiago)
Silnido – Transportes Fluviais, Lda	Marítimo-Turística	Tavira (Santa Maria e Santiago)

Steven Paul Newton	Marítimo-Turística	-
Marnereu	Marítimo-Turística	Conceição e Cabanas de Tavira
Sutyaquas – Comércio náutico, Unipessoal, Lda	Marítimo-Turística	-
Vectio, Animação Turística, Lda	Ar Livre/ Natureza e Aventura, Cultural	-
Vitor Manuel Caetano Palma	Ar Livre/ Natureza e Aventura, Cultural/ Marítimo Turística	-
Algarcross, Unipessoal, Lda	Ar Livre/ Natureza e Aventura, Cultural/ Marítimo Turística	Sítio do Prego - Santo Estevão e Luz de Tavira
Delgaturis Atividades Turísticas, S. A	Passeios turísticos de comboio urbano	Tavira (Santa Maria e Santiago)
Cabanas Park	Ar Livre/ Natureza e Aventura, Cultural/ Marítimo Turística	Cabanas Park Resort – Conceição e Cabanas de Tavira
Udiving	Ar Livre/ Natureza e Aventura	Hotel Vila Galé Albacora - Tavira (Santa Maria e Santiago)
Em Sintonia, Lda		-
Formosamar, Lda*	Marítimo-Turística	-
Megasport, Lda*	Passeios turísticos de bicicleta ao ar Livre/ Natureza e Aventura	Pedras D'El Rei – Freguesia de Santa Luzia
Segs & the City, Lda	Passeios Turísticos de Segway	-

*Empresas que operam em Tavira e que não têm sede comercial no concelho.

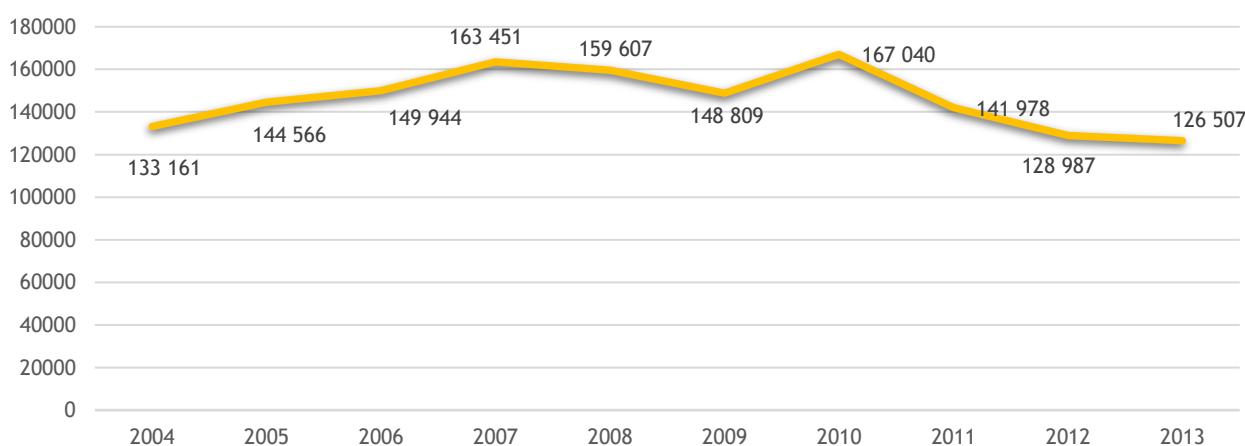
Fonte: Base de dados do Gabinete de Turismo, 2015

Turismo

Hóspedes

Depois de termos tido com base nos dados disponibilizados pelo INE uma perspetiva macro da procura turística, a nível nacional e regional, é determinante conhecermos a realidade do concelho de Tavira. Dos dados apresentados, verifica-se que o número de hóspedes em Tavira cresceu até 2007, tendo os anos seguintes sido de quebra, que apenas foi interrompida por um pontual crescimento no ano de 2010. Os últimos dois anos foram os que apresentaram valores mais baixos, isto é, inferiores aos 133 161 hóspedes registados no ano de 2004 (Gráfico 6).

(N.º)



Fonte: Anuários Estatísticos da Região do Algarve, INE, de 2005 a 2014

GRÁFICO 6 | Total de hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros em Tavira, de 2004 a 2013.

Em termos de país de residência, a maioria dos turistas que se hospeda em Tavira, tendo por base os últimos dois anos em análise, é oriunda de Portugal, seguindo-se os oriundos de Espanha, Reino Unido, Países Baixos, França e Alemanha. Em 2013, estes turistas representaram quase 87% do total dos hóspedes (126 507).

No caso dos hóspedes oriundos de Portugal depois de terem atingido o maior número em 2009 e 2010, registaram uma quebra acentuada, tendo nos últimos dois anos apresentado os valores mais baixos no período em análise.

Os residentes em Espanha, após terem registado um crescimento contínuo no número de hóspedes até 2007, registaram uma diminuição significativa nos últimos anos, tendo também atingido, tal como se registou nos residentes em Portugal, nos últimos dois anos, os valores mais baixos.

No que se refere aos residentes no Reino Unido, registaram ao longo do período em análise bastantes oscilações. À semelhança dos residentes em Espanha, até 2007 cresceram em termos de hóspedes, nos dois anos seguintes registaram uma quebra significativa, tendo em 2009 apresentado o valor mais baixo, 14 212 hóspedes, voltando a crescer no ano seguinte cerca de 75,5%.

Em relação aos turistas oriundos da Alemanha e Países Baixos, ao longo dos anos em análise não tiveram um comportamento linear, contudo as oscilações também foram pouco significativas, ao contrário do ocorrido no caso dos hóspedes oriundos dos países analisados anteriormente. Relativamente a estes dois mercados é de realçar que foram os únicos que cresceram no último ano, ainda que os valores sejam pouco significativos em relação ao ano anterior. Os hóspedes oriundos da França cresceram até 2012, sendo que o maior crescimento se verificou de 2010 para 2011, passando de 3 483 para 6 304 hóspedes. No último ano, tal como em outros mercados registou uma ligeira quebra (-93 hóspedes) (Quadro 24 e Gráfico 7).

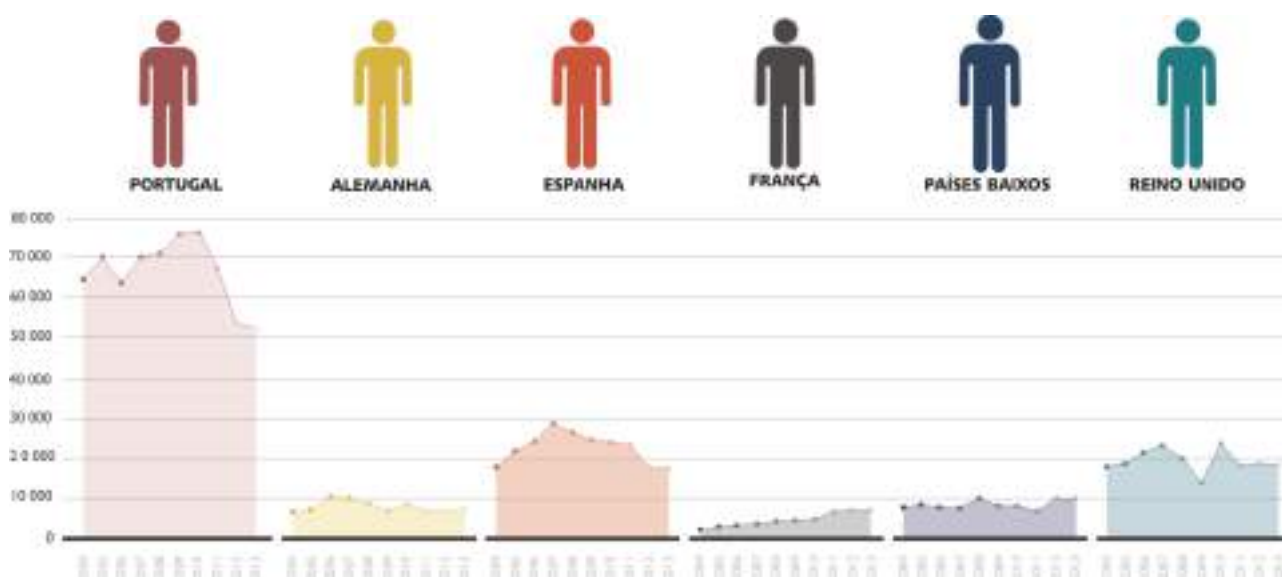
QUADRO 24 | Total de hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros em Tavira, segundo o país de residência habitual, de 2004 a 2013.

(N.º)

	PORTUGAL	ALEMANHA	ESPAÑA	FRANÇA	PAÍSES BAIXOS	REINO UNIDO
2004	65 946	7 872	17 755	1 549	6 450	17 803
2005	70 699	8 257	23 022	2 234	7 590	19 247
2006	64 153	11 250	25 392	2 253	6 689	22 900
2007	70 373	10 177	29 563	2 548	7 043	25 556
2008	71 869	8 488	27 071	3 133	10 667	20 629
2009	76 653	6 343	24 607	3 157	8 119	14 212
2010	76 450	8 690	24 141	3 483	8 098	24 947
2011	66 064	6 030	22 727	6 304	6 708	17 048
2012	54 220	5 463	17 590	6 176	10 625	19 042
2013	52 197	6 083	17 168	6 083	10 650	17 725

Fonte: Anuários Estatísticos da Região do Algarve, INE, de 2005 a 2014

(N.º)



Fonte: Anuários Estatísticos da Região do Algarve, INE, de 2005 a 2014

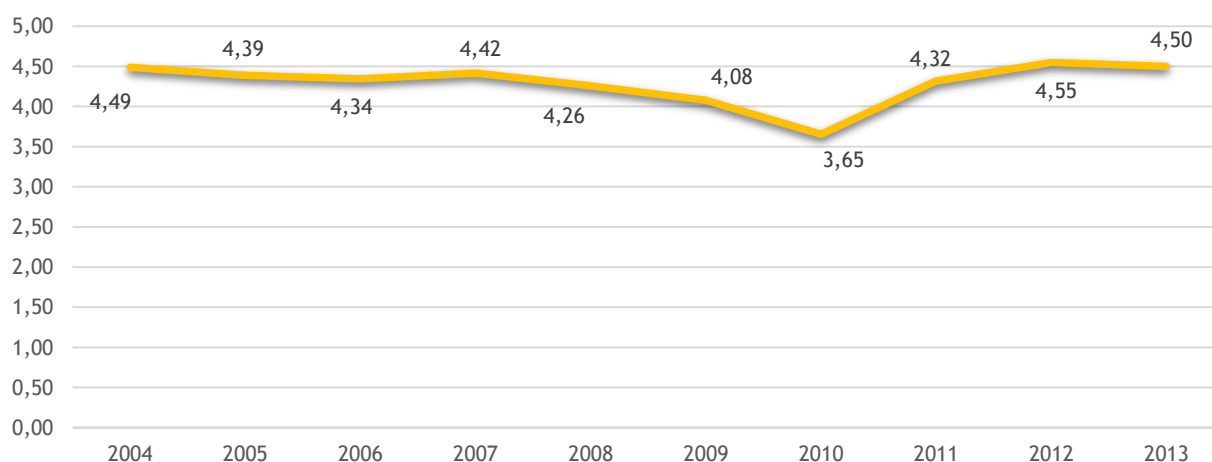
GRÁFICO 7 | Total de hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros em Tavira, segundo o país de residência habitual, de 2004 a 2013.

Turismo

Estadia média

A estadia média em Tavira até 2010 teve um comportamento decrescente, tendo atingido o valor mínimo (3,65 noites) nesse ano. Os anos seguintes foram de recuperação, tendo nos últimos dois anos atingido os valores de estadia média mais elevada, que rondam as 4,5 noites. Assim, ainda que se tenha registado uma diminuição no total de hóspedes e dormidas, o decréscimo foi mais significativo nos hóspedes que nas dormidas, pois a estadia média aumentou (Gráfico 8).

(N.º/dia)

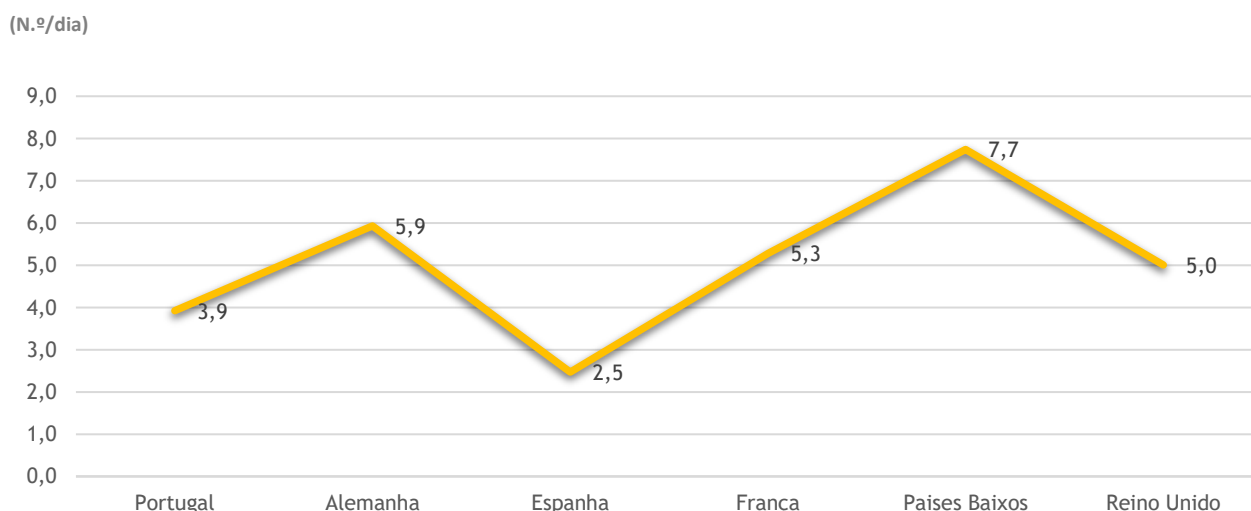


Fonte: Anuários Estatísticos da Região do Algarve, INE, de 2005 a 2014

GRÁFICO 8 | Estadia média nos estabelecimentos hoteleiros em Tavira, de 2004 a 2013.

Em termos de estadia média por principais mercados de origem, os turistas oriundos dos Países Baixos foram os que tiveram a estadia média mais elevada, 7,7 noites, valor ligeiramente superior à região do Algarve. Em sentido contrário

e tal como se verificou na região do Algarve os turistas do mercado interno alargado, Portugal e Espanha, talvez devido à proximidade e eventual facilidade de deslocação, são os que apresentaram valores médios mais baixos, 3,9 e 2,5 noites respetivamente. No caso de Portugal a estada média de Tavira foi ligeiramente superior à do Algarve. Também os valores apresentados por estes dois mercados ao longo dos anos, não sofreram oscilações significativas. Os restantes mercados que têm vindo a ser analisados têm uma estada média que varia entre as 6 noites, no caso dos oriundos da Alemanha, e as 5 noites, no caso dos turistas oriundos do Reino Unido e França. No caso dos turistas da Alemanha e do Reino Unido a estada média em Tavira foi ligeiramente inferior aos valores apresentados no Algarve (Gráfico 9).



Fonte: Anuários Estatísticos da Região do Algarve, INE, de 2005 a 2014

GRÁFICO 9 | Estada média nos estabelecimentos hoteleiros em Tavira, segundo o país de residência habitual, de 2004 a 2013.

O comportamento ao longo dos anos nos diferentes mercados não foi linear, tendo-se registado muitas oscilações em praticamente todos os mercados. Apenas no caso dos turistas oriundos de França se verificou que a estada média aumentou significativamente de 2004 para 2013, tendo passado de 4,5 noites para 6,8 noites. Em sentido inverso os turistas oriundos da Alemanha que registavam em 2004 uma estada média de 7,15 noites baixaram em 2013 para 5,11 noites e os turistas oriundos dos Países Baixos registaram a redução de 1 noite de 2004 para 2013. Um dos principais mercados, o do Reino Unido, excetuando o ano de 2010 que registou uma estada média bastante baixa (3,09 noites), os restantes anos rondaram as 5 noites, tendo nos anos extremos em análise, 2004 e 2013, atingidos valores próximos das 6 noites (Quadro 25 e Gráfico 10).

QUADRO 25 | Estada média nos estabelecimentos hoteleiros em Tavira, segundo o país de residência habitual, de 2004 a 2013.

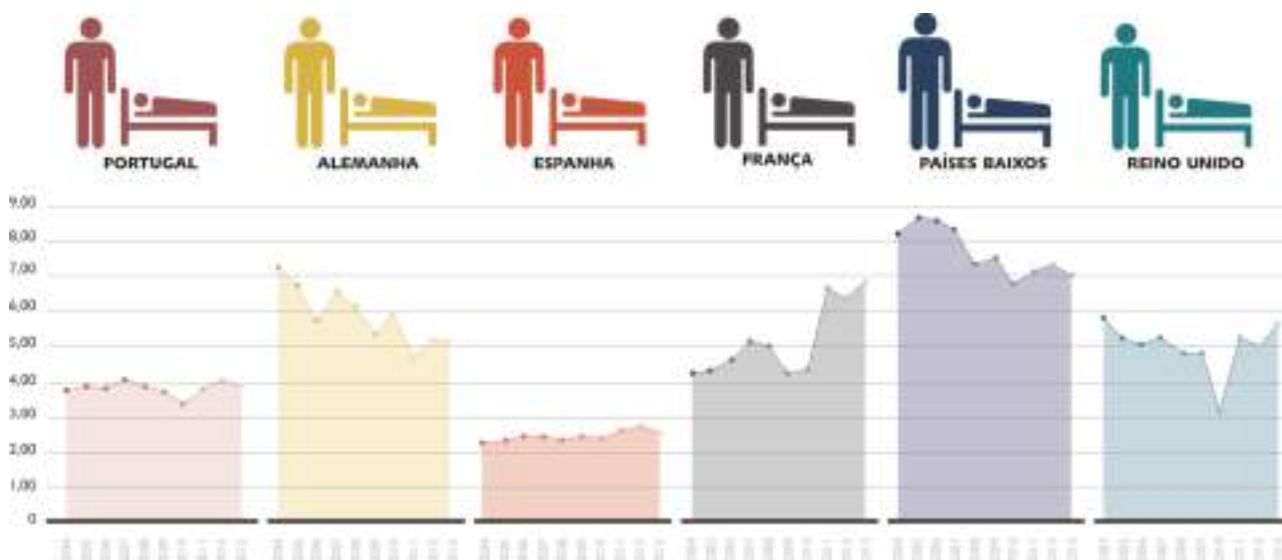
(N.º/dia)

	PORTUGAL	ALEMANHA	ESPANHA	FRANÇA	PAÍSES BAIXOS	REINO UNIDO
2004	3,83	7,15	2,41	4,5	8,31	5,82
2005	3,92	6,83	2,43	4,6	8,74	5,29
2006	3,87	5,91	2,51	4,8	8,65	5,08
2007	4,11	6,74	2,51	5,1	8,33	5,10
2008	4,03	6,22	2,34	5,0	7,37	4,90

2009	3,85	5,37	2,39	4,4	7,48	4,90
2010	3,56	5,96	2,37	4,5	6,81	3,09
2011	3,95	4,77	2,54	6,7	7,19	5,26
2012	4,15	5,27	2,71	6,4	7,42	5,01
2013	3,97	5,11	2,50	6,8	7,12	5,61

Fonte: Anuários Estatísticos da Região do Algarve, INE, de 2005 a 2014, dados tratados

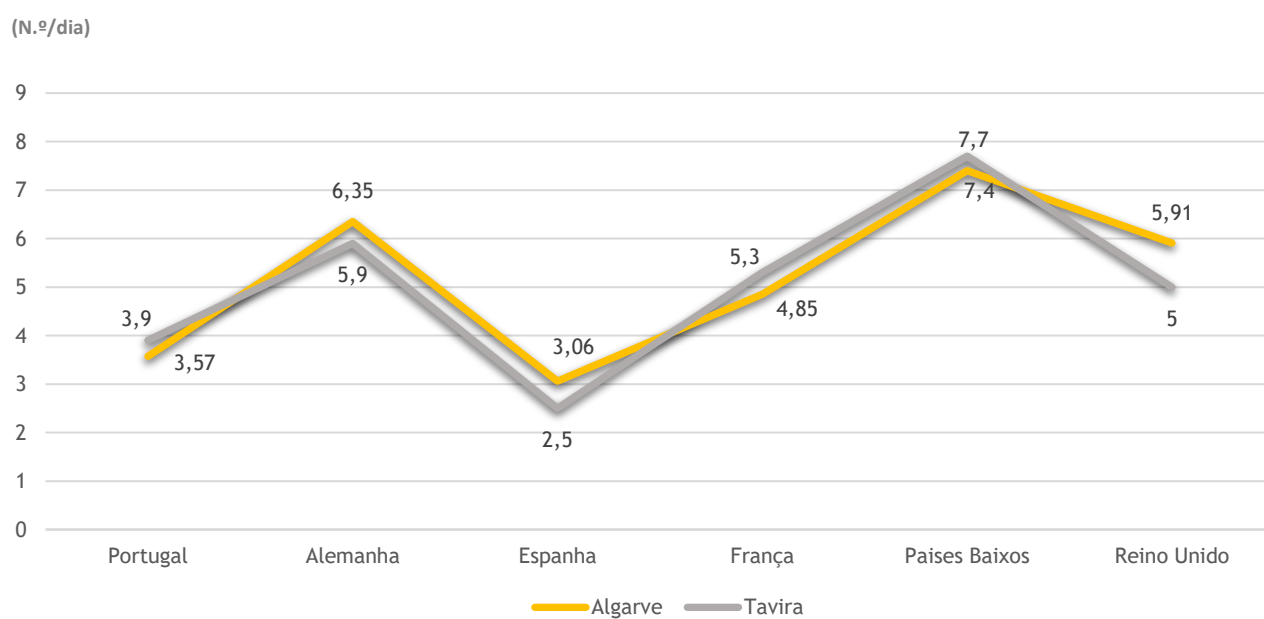
(N.º/dia)



Fonte: Anuários Estatísticos da Região do Algarve, INE, de 2005 a 2014, dados tratados

GRÁFICO 10 | Estada média nos estabelecimentos hoteleiros em Tavira, segundo o país de residência habitual, de 2004 a 2013.

Em relação à estada média nos estabelecimentos hoteleiros no Algarve e Tavira pode-se observar que existe uma grande similitude segundo o país de residência e a duração da mesma, contudo, pode-se evidenciar um outro detalhe, como por exemplo os turistas nacionais, dos Países Baixos e França têm um período de permanência superior à da região, por outro lado, os turistas da Alemanha, Espanha e Reino Unido têm um período de permanência inferior (Gráfico 11).



Fonte: Anuários Estatísticos da Região do Algarve, INE, de 2005 a 2014

GRÁFICO 11 | Estada média nos estabelecimentos hoteleiros no Algarve e em Tavira, segundo o país de residência habitual, de 2004 a 2013.

CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO
EDIFÍCIOS

Evolução do número de edifícios

A dinâmica construtiva pode ser observada também através da variação do número de edifícios. Entre 2001 e 2011, o concelho de Tavira registou um crescimento do edificado na ordem dos 25,30%, o que representa, em termos absolutos, um aumento de 3 058 edifícios. Assim, enquanto em 2001 o parque edificado de Tavira era composto por 12 086 edifícios, em 2011, esse valor sobe para os 15 144 edifícios (Quadro 26).

Ainda que este crescimento registado a nível concelhio, tenha sido generalizável a todas as freguesias, as que mais viram crescer o seu parque edificado foram as freguesias de Tavira (Santa Maria e Santiago) e de Conceição e Cabanas de Tavira, com mais 55,6% e 22,27%, respetivamente.

QUADRO 26 | Variação do número de edifícios por freguesia, de 2001 e 2011.

UNIDADE TERRITORIAL	2001		2011		VARIAÇÃO (2001-2011)	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Cachopo	741	6,13%	840	5,55%	99	3,24%
Santa Catarina da Fonte do Bispo	1236	10,23%	1396	9,22%	160	5,23%
Luz de Tavira e Santo Estevão	2687	22,23%	3036	20,05%	349	11,41%
Tavira (Santa Maria e Santiago)	4157	34,40%	5859	38,69%	1702	55,66%
Santa Luzia	1162	9,61%	1229	8,12%	67	2,19%
Conceição e Cabanas de Tavira	2103	17,40%	2784	18,38%	681	22,27%
Total	12086		15144		3058	

Fonte: INE, Censos 2001 e Censos 2011, Lisboa

Edifícios

Idade do Parque edificado

Em relação à época de construção dos edifícios existentes, regista-se a relativa juventude do parque edificado, já que mais de metade dos edifícios, 65,58% foi construída posteriormente a 1971. Destes, 19,72% datam dos últimos 10 anos, pelo que os restantes 45,85% apresentam já uma idade compreendida entre os 10 e os 40 anos (Gráfico 12).

(%)



Fonte: INE, Censos 2011, Lisboa

GRÁFICO 12 | Idade do parque habitacional, em 2011.

Edifícios

Estado de conservação dos edifícios

Dada a relativa juventude do parque habitacional, a maioria das freguesias apresenta edifícios sem necessidades de reparação, sendo que entre os edifícios que carecem de reparações, predominam as pequenas reparações. Apenas na freguesia de Cachopo se verifica que a maioria dos seus edifícios tem necessidade de pequenas reparações (Quadro 27).

QUADRO 27 | Estado de conservação de edifícios, em 2011.

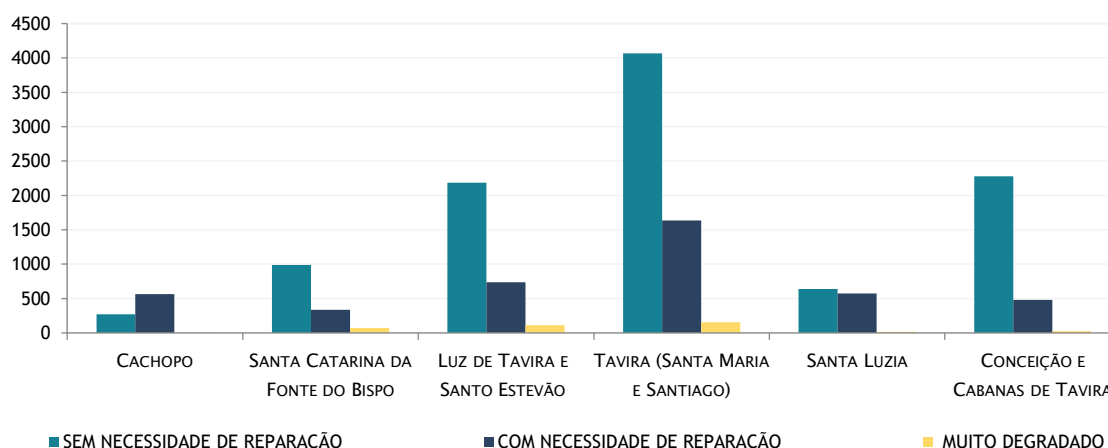
(N.º)

Unidade territorial	Sem neces. reparação	Com necessidade de reparação			Muito degradado	Total
		Pequenas reparações	Reparações médias	Grandes reparações		
Cachopo	272	416	125	24	3	840
Santa Catarina da F. Bispo	988	180	121	37	70	1396
Luz de Tavira e Sto. Estevão	2186	494	171	73	112	3036
Tavira (Santa Maria e Santiago)	4068	963	445	227	156	5859
Santa Luzia	639	433	81	62	14	1229
Conceição e Cabanas de Tavira	2280	386	79	16	23	2784
Total	10433	2872	1022	439	378	15144

Fonte: INE, Censos 2011, Lisboa

Em termos de presença de fogos muito degradados, estes assumem alguma expressão nas freguesias de Tavira (Santa Maria e Santiago) e na freguesia da Luz de Tavira e Santo Estevão, onde representam cerca de 41% e 30%, respetivamente, da globalidade do parque edificado muito degradado (Gráfico 13).

(N.º)

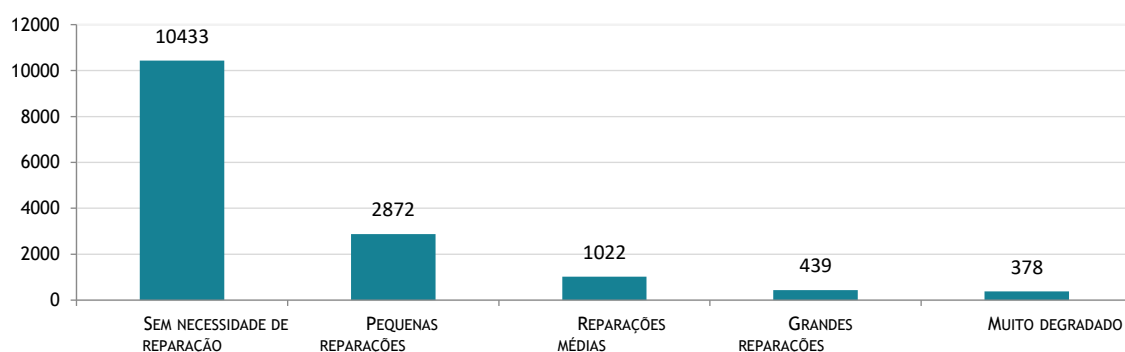


Fonte: INE, Censos 2011, Lisboa

GRÁFICO 13 | Estado de conservação de edifícios, em 2011.

Verifica-se ainda que o Concelho, em 2011, possui 378 edifícios muito degradados, num universo de 15 144 edifícios (Gráfico 14).

(N.º)



Fonte: INE, Censos 2011, Lisboa

GRÁFICO 14 | Edifícios existentes segundo o estado de conservação, em 2011.

CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO

ALOJAMENTOS

Familiares

No período 2001-2011, verifica-se que o parque habitacional passou para 25 313 alojamentos familiares, correspondendo a um aumento de 51,2%. (Quadro 28 e Gráfico 15).

Este aumento do número de alojamentos familiares estendeu-se à totalidade das freguesias reforçando-se a tendência de crescimento verificada anteriormente. Manteve-se uma maior dinâmica do parque habitacional na freguesia de Tavira (Santa Maria e Santiago) e consolidou-se a dinâmica construtiva na freguesia de Conceição e Cabanas de Tavira. No período 2001-2011, constatou-se, contudo, uma desaceleração do ritmo de crescimento do número de alojamentos familiares clássicos na freguesia de Luz de Tavira e Santo Estevão e, de forma mais acentuada, na freguesia Santa Luzia. O número efetivo de alojamentos familiares não clássicos reduziu para 21 unidades na totalidade do território concelhio, valor que se tornou inexpressivo como objeto de estudo.

QUADRO 28 | Variação do número de alojamentos familiares (incluindo os não clássicos/barracas e outros), em 2001 e 2011.

UNIDADE TERRITORIAL	2001		2011		VARIAÇÃO (2001-2011)	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Cachopo	744	4,44%	842	3,33%	98	1,14%
Santa Catarina da Fonte do Bispo	1281	7,65%	1429	5,65%	148	1,73%
Luz de Tavira e Santo Estevão	2981	17,81%	3359	13,27%	378	4,41%
Tavira (Santa Maria e Santiago)	7244	43,27%	11541	45,59%	4297	50,13%
Santa Luzia	1688	10,08%	2274	8,98%	586	6,84%
Conceição e Cabanas de Tavira	2804	16,75%	5868	23,18%	3064	35,75%
Total	16742		25313		8571	

Fonte: INE, Censos 1991, Censos 2001 e Censos 2011, Lisboa

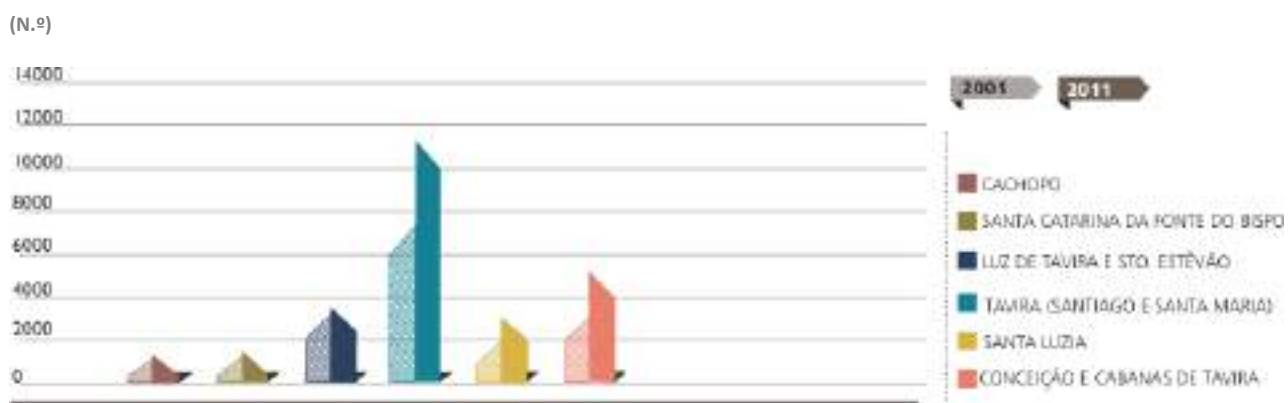


GRÁFICO 15 | Variação do número de alojamentos familiares (incluindo os não clássicos/barracas e outros), entre 2001 e 2011.

Conforme a figura 13 é possível observar-se que, em 2011, é na freguesia de Távora (Santa Maria e Santiago) que existe o maior número de alojamentos familiares, seguida da freguesia de Conceição e Cabanas de Távora. Esta situação é o reflexo da área de maior densidade populacional e turística, respetivamente.

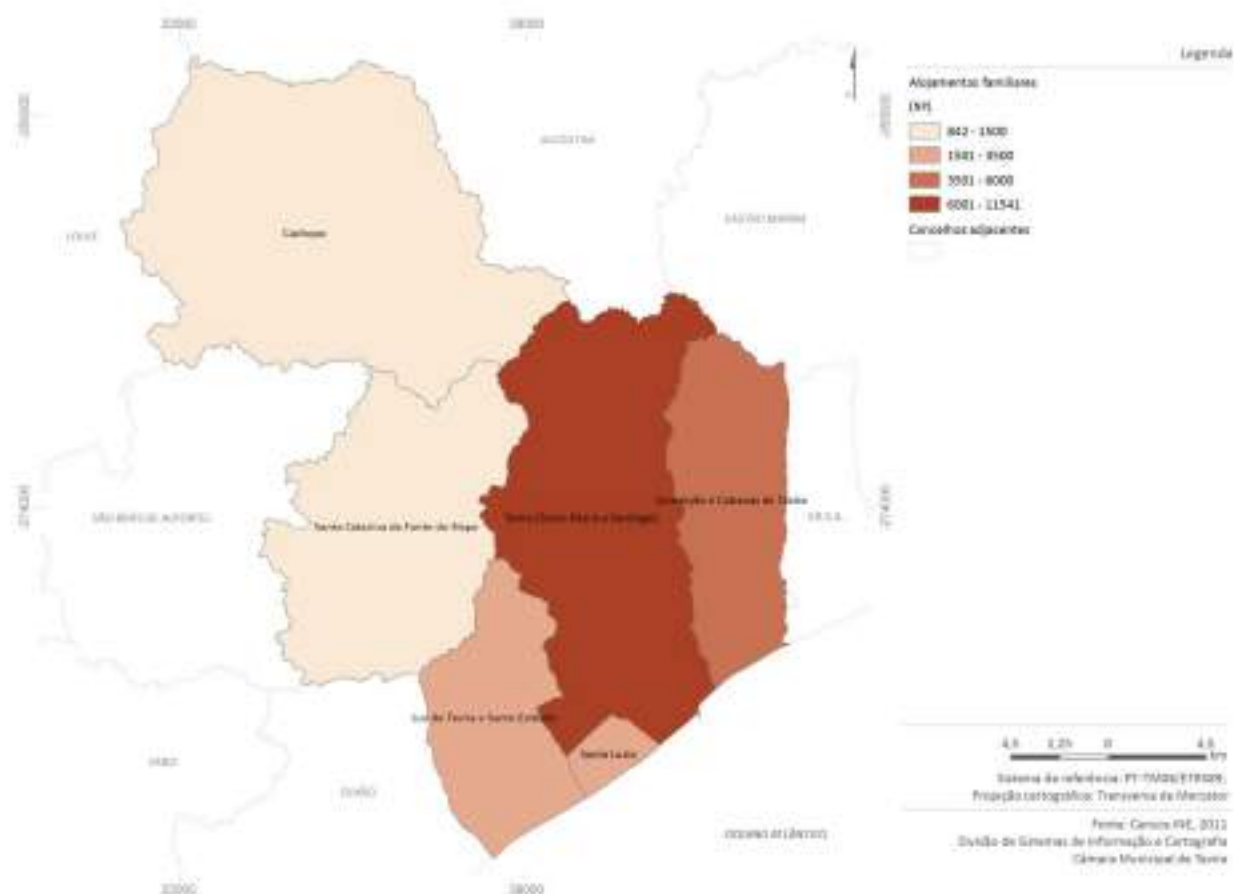


FIGURA 13 | Número de alojamentos familiares (incluindo os não clássicos/barracas e outros), em 2011.

Alojamento

Uso do parque edificado

A redução da dimensão média das famílias e a pressão urbanística a que está sujeito o Algarve ao nível dos alojamentos tem implicações no uso do parque edificado.

Comparativamente com os dados de 2001, onde o parque de alojamentos clássicos de Tavira apresentava 55,17% de alojamentos ocupados como residência habitual, 34,67% destinados a residência secundária e 10,15% dos alojamentos vagos/uso sazonal, salienta-se um decréscimo na residência habitual em relação a 2011 contrariando das restantes formas de alojamento clássico (Quadro 29, Gráfico 16 e Figuras 14, 15 e 16).

A distribuição das formas de ocupação, permite identificar os seguintes padrões por freguesia:

- As freguesias da Luz de Tavira e Santo Estevão, Santa Catarina de Fonte do Bispo e Tavira (Santa Maria e Santiago) apresentam um peso superior de alojamentos ocupados em residência habitual.
- A freguesia de Conceição e Cabanas de Tavira é a que apresenta um peso superior de alojamentos ocupados em residência secundária.
- As freguesias de Cachopo e Santa Luzia são as que tem um peso superior de fogos vagos/ uso sazonal.

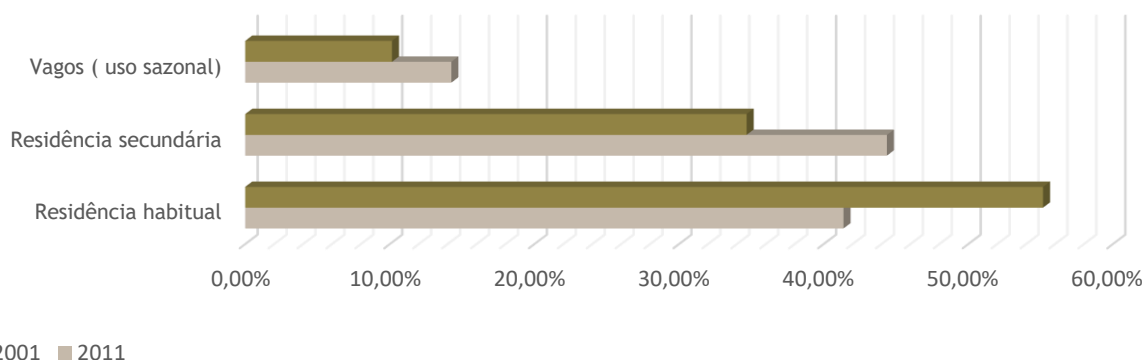
Salienta-se ainda que no contexto do concelho, a freguesia que apresenta um valor mais significativo de residência habitual é a de Tavira (Santa Maria e Santiago). Relativamente a residência secundária constata-se que as freguesias de Tavira (Santa Maria e Santiago) e de Conceição e Cabanas de Tavira representam 73,27% do valor total.

A freguesia de Santa Luzia apresenta-se como a terceira freguesia que detêm o maior de residência secundária. Quando à ocupação em alojamento sazonal e vagos a tendência mantém a forma de ocupação secundária, apenas aparecendo a freguesia de Luz de Tavira e Santo Estevão com terceira freguesia.

QUADRO 29 | Formas e ocupação dos alojamentos clássicos nas freguesias, em 2011.

UNIDADE TERRITORIAL	RESIDÊNCIA HABITUAL		RESIDÊNCIA SECUNDÁRIA		VAGOS (USO SAZONAL)		TOTAL
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º
Cachopo	347	3,32%	304	2,71%	191	5,30%	842
Santa Catarina da Fonte do Bispo	731	6,99%	489	4,36%	209	5,80%	1429
Luz de Tavira e Santo Estevão	1829	17,48%	951	8,47%	572	15,87%	3352
Tavira (Santa Maria e Santiago)	5938	56,75%	4325	38,54%	1269	35,20%	11532
Santa Luzia	551	5,27%	1256	11,19%	464	12,87%	2271
Conceição e Cabanas de Tavira	1068	10,21%	3898	34,73%	900	24,97%	5866
Total	10464	41,37%	11223	44,37%	3605	14,25%	25292

Fonte: INE, Censos 2011, Lisboa



Fonte: INE, Censos 2011, Lisboa

GRÁFICO 16 | Evolução da forma de ocupação dos alojamentos clássicos, em 2001 e 2011.

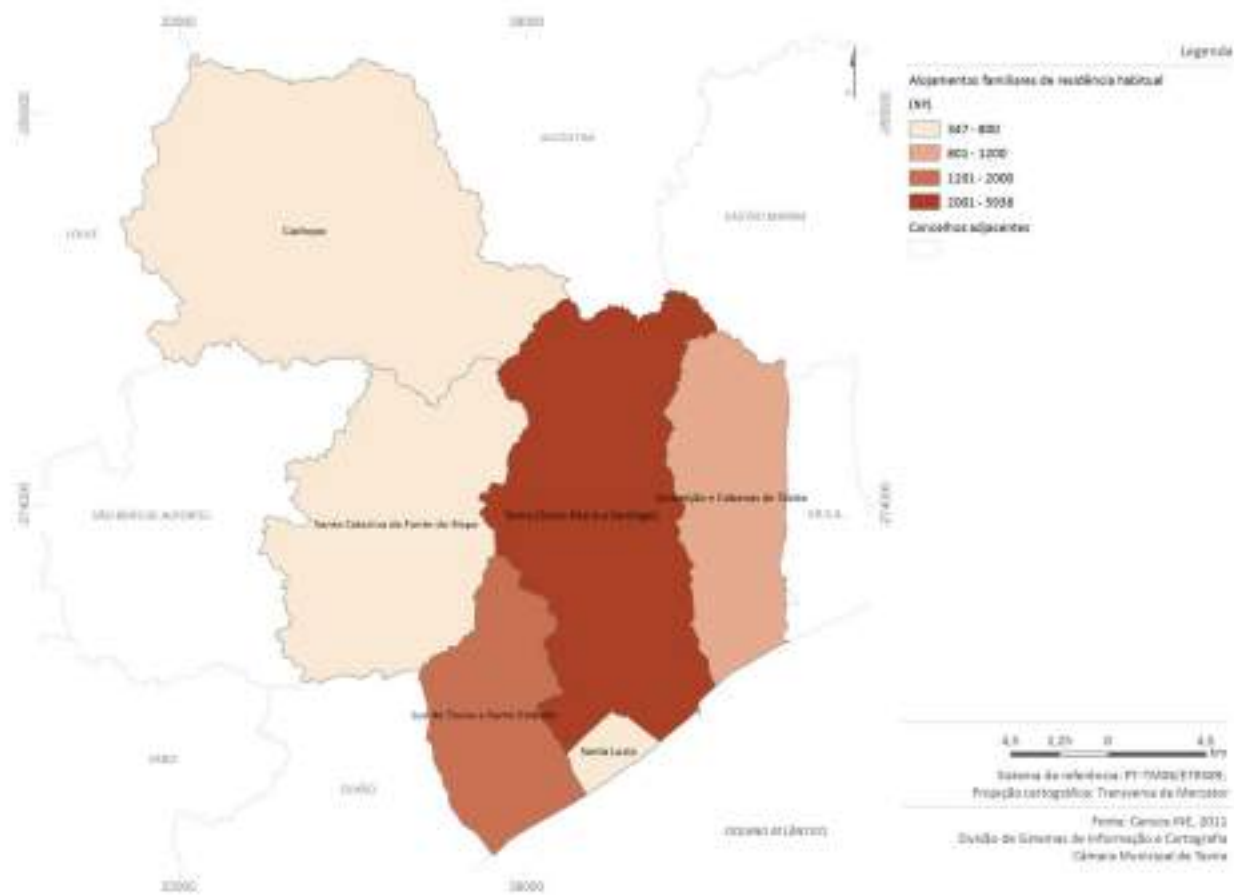


FIGURA 14 | Número de alojamentos em residência habitual nas freguesias do concelho de Tavira, em 2011.

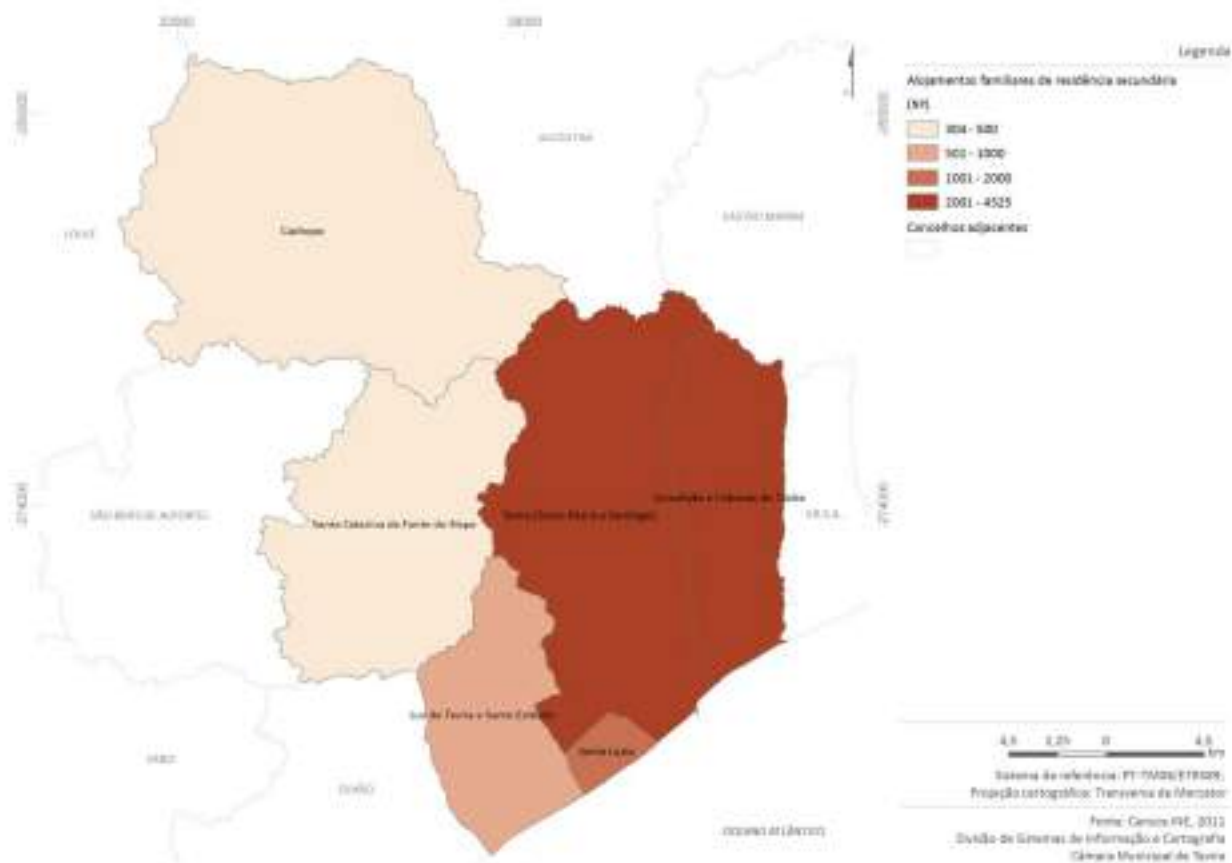


FIGURA 15 | Número de alojamentos em residência secundária, em 2011.

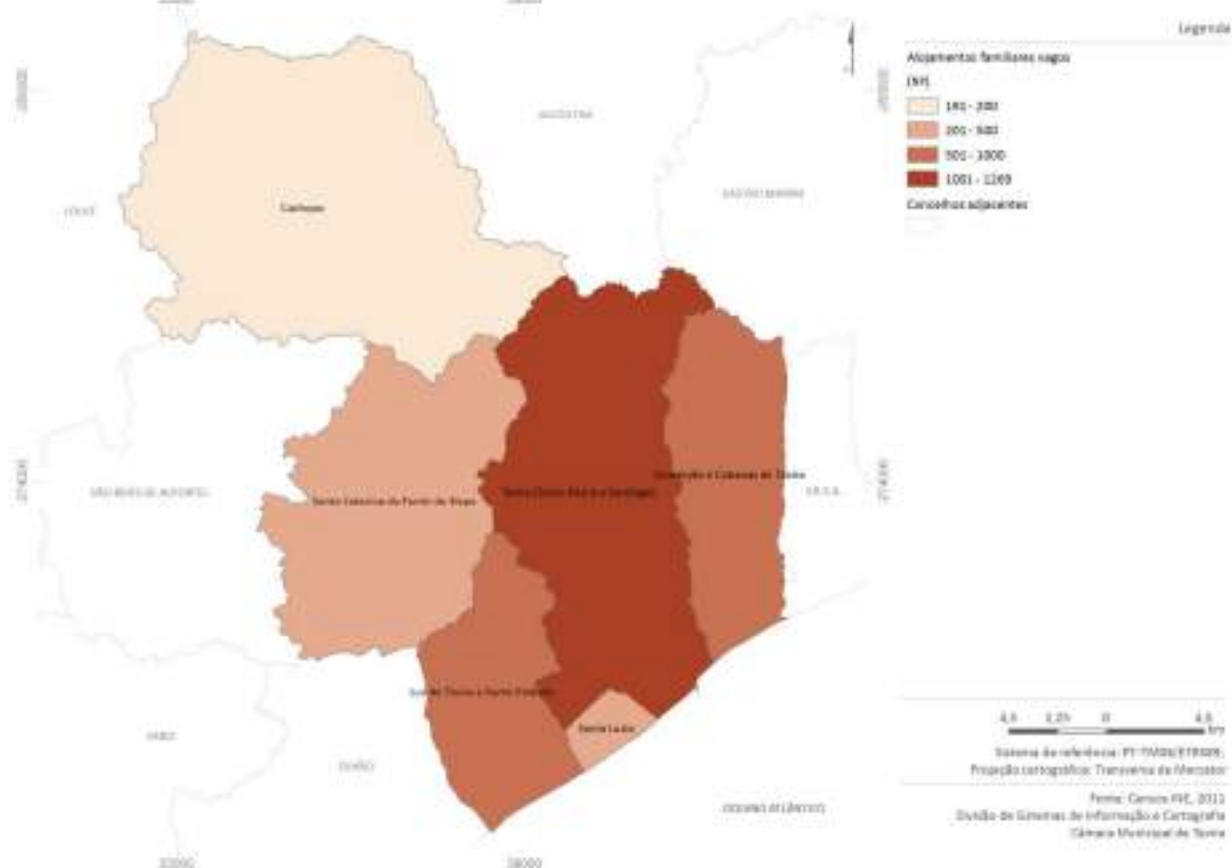


FIGURA 16 | Número de alojamentos vagos, em 2011.

CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO

LICENCIAMENTOS

Alvarás de obras de edificação

Para se obter uma caracterização da ocupação do solo, que traduza com maior detalhe a dimensão da construção de novas edificações e a sua expressão territorial, efetuou-se um levantamento do número de alvarás de obra de edificação e admissão de comunicação prévias emitidas. A dinâmica urbanística do concelho pode ser observada na análise no período 2000-2015 (Quadro 30 e Gráfico 17).

Através da análise destes indicadores, e no período em análise, verifica-se que foi nos anos de 2000 e 2005 que se emitiram o maior número de alvarás de obra de edificação, refletindo assim os períodos de maior dinâmica construtiva.

Ainda que com evolução oscilante, em 2009 verificou-se um decréscimo acentuado do número de alvarás de obra de edificação, atingindo-se valores mínimos para este parâmetro no ano 2012, em alinhamento com a crise económica do País. Contudo, e apesar de pouco significativo, o ano de 2013 apresenta um ligeiro aumento em relação ao ano anterior, mas que volta a decrescer nos anos seguintes.

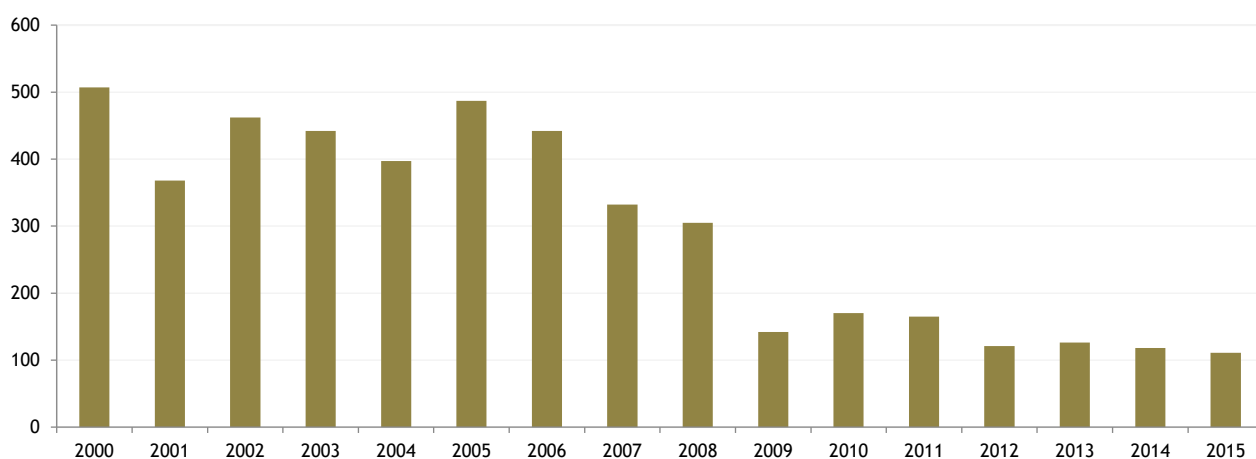
QUADRO 30 | Alvarás de obra de edificação e admissão de Comunicação Prévia, de 2000 a 2015.

(N.º)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Jan.	31	20	37	59	35	43	48	34	30	21	15	18	14	14	14	11
Fev.	39	23	36	27	22	30	32	29	30	14	7	10	11	7	8	7
Mar.	51	38	56	30	24	51	45	36	37	10	16	26	12	14	15	15
Abr.	24	31	47	25	42	37	33	22	38	10	10	12	12	14	15	14
Mai.	35	42	43	41	37	33	36	28	27	17	21	14	8	13	9	6
Jun.	54	48	29	26	27	43	28	39	35	10	12	17	5	10	9	18
Jul.	37	26	34	42	31	28	26	31	22	10	17	7	12	7	8	6
Agos.	45	26	13	26	32	35	26	21	17	11	12	12	11	10	6	2
Set.	31	36	41	37	26	35	33	26	22	7	24	13	6	9	10	7
Out.	61	26	43	29	41	64	27	32	16	10	10	14	10	6	4	6
Nov.	61	27	45	34	39	37	24	21	18	10	15	10	12	12	11	10
Dez.	38	25	38	66	41	51	84	13	13	12	11	12	8	10	9	9
Totais	507	368	462	442	397	487	442	332	305	142	170	165	121	126	118	111
Mé- dia/M ensal	42,25	30,667	38,5	36,833	33,083	40,583	36,833	27,667	25,417	11,833	14,167	13,75	10,083	10,5	9,83	9,25

Fonte: CMT, 2016

(N.º)

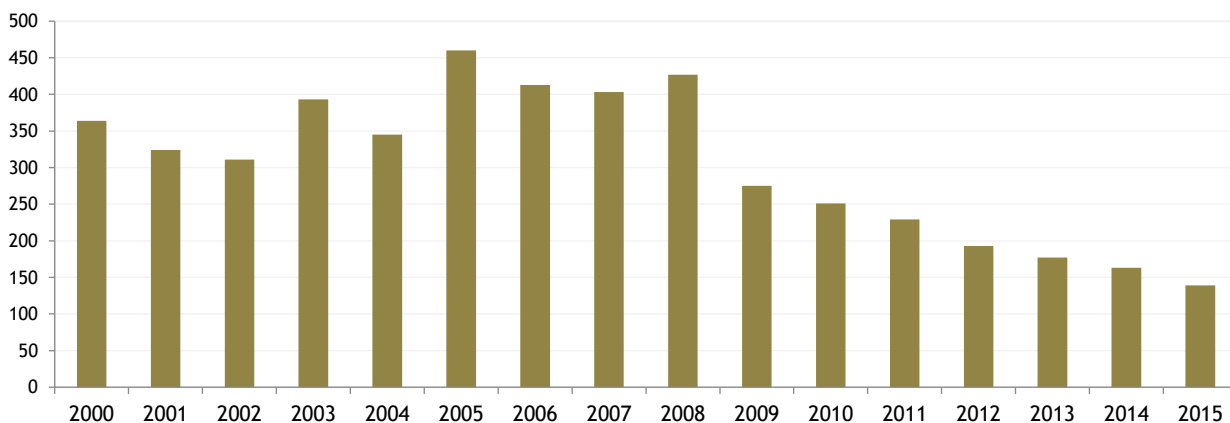


Fonte: CMT, 2016

GRÁFICO 17 | Evolução do número de alvarás de obras de edificação e admissão de Comunicação Prévía, de 2000 a 2015.

Em termos de licenças/autorização de utilização, verifica-se uma divergência com o número de alvarás de obras emitidos. Apesar de existir uma situação análoga no ano de 2005, constata-se que o ano de 2008 apresenta um valor superior de emissão de licenças/autorização de utilização em relação à emissão de alvarás de obras (Gráfico 18).

(N.º)



Fonte: CMT, 2016

GRÁFICO 18 | Evolução do número de licenças/autorização de utilização, de 2000 a 2015.

Licenciamentos

Alvarás de loteamento

Configurando desde sempre uma das mais importantes formas de intervenção nos solos, os loteamentos urbanos constituem, quer pela abrangência da área de intervenção, quer pela visibilidade das marcas que operam no território, um dos principais indicadores urbanísticos dos níveis de ocupação do solo, com repercussões ao nível do ordenamento do território, ambiente, recursos naturais e qualidade de vida do cidadão.

Elaborou-se o levantamento de todos os processos administrativos relativos ao licenciamento de operações de loteamento com alvará emitido, de 1997 a 2015.

Aproveitando os dados disponíveis sobre os alvarás emitidos por freguesia, e tendo em conta a análise feita ao parque habitacional de Tavira, efetuou-se primeiramente a análise evolutiva num espaço temporal 2001-2011. Entre 2001 e 2011 verificou-se um aumento de alvarás emitidos na ordem das 24 unidades (Quadro 31).

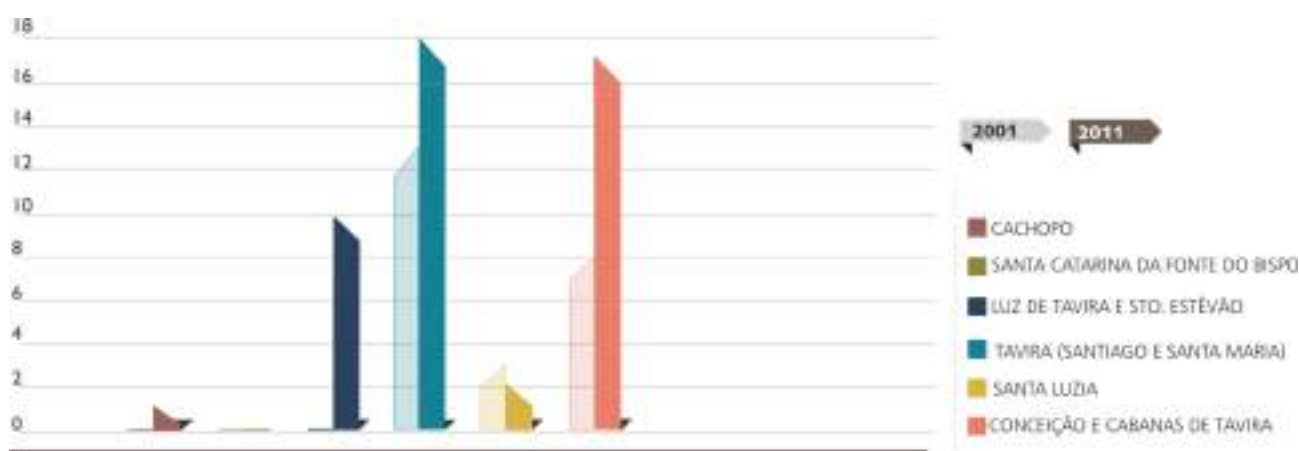
QUADRO 31 | Variação do número de alvarás por freguesia, de 2001 e 2011.

UNIDADE TERRITORIAL	2001		2011		Variação (2001-2011)	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Cachopo	0	0,00%	1	2,08%	1	4,17%
Santa Catarina da Fonte do Bispo	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Luz de Tavira e Santo Estevão	0	0,00%	10	20,83%	10	41,67%
Tavira (Santa Maria e Santiago)	13	54,17%	18	37,50%	5	20,83%
Santa Luzia	3	12,50%	2	4,17%	-1	-4,17%
Conceição e Cabanas de Tavira	8	33,33%	17	35,42%	9	37,50%
Total	24		48		24	

Fonte: CMT, 2014

Da análise do gráfico 19 seguinte verifica-se que na década em estudo, as freguesias com maior relevância na emissão de alvarás são as de Tavira (Santa Maria e Santiago) e de Conceição e Cabanas de Tavira.

(N.º)



Fonte: CMT, 2014

GRÁFICO 19 | Emissão de alvarás de loteamento por freguesia, de 2001 e 2011.

Da análise efetuada entre 1997 e 2015 verifica-se que foram emitidos 71 alvarás de loteamento, correspondendo a um total de 2 233 769,60m² de área de intervenção, sendo o uso funcional dominante o habitacional. Relativamente aos fogos gerados a partir das operações de loteamento no período de referência, são da ordem dos 8 949 fogos, correspondendo a uma densidade habitacional média de 40,06 fogos/ha (Quadro 32).

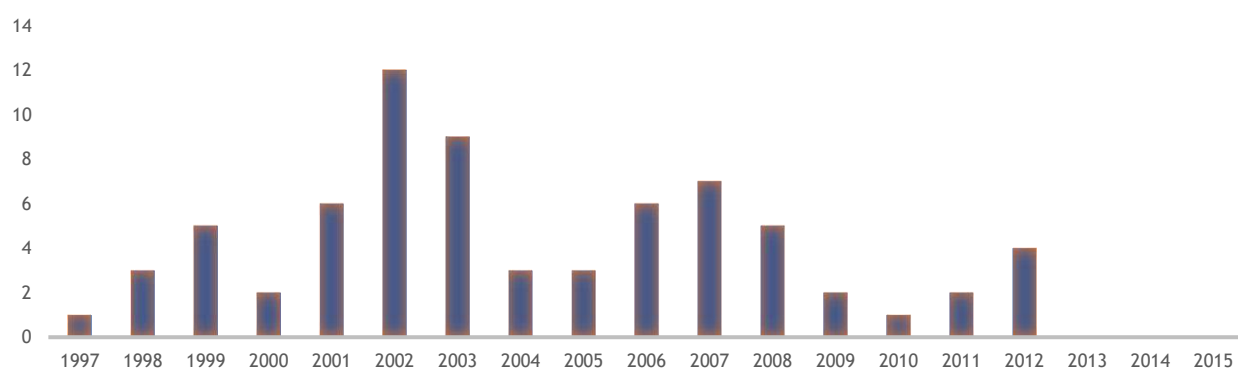
QUADRO 32 | Alvarás e áreas de intervenção dos loteamentos, de 1997 a 2015.

ANOS	N.º DE ALVARÁS	N.º DE FOGOS	ÁREA DE INTERVENÇÃO (m²)	ÁREA DE CONSTRUÇÃO (m²)	
				PARA HABITAÇÃO	PARA COMÉRCIO/ SERVIÇOS/OUTROS
1997	1	50	11.528,00	5.776,00	0
1998	3	689	89.492,00	56.482,99	2.212,00
1999	5	628	22.937,58	81.251,17	899,05
2000	2	263	50.185,00	40.064,00	250,00
2001	6	1420	170.824,09	124.300,17	7.910,48
2002	12	1601	720.858,20	178.507,87	10.706,57
2003	9	1206	258.976,50	147.753,18	10.993,19
2004	3	239	31.485,50	20.993,30	160,00
2005	3	192	141.848,00	21.481,40	34.893,19
2006	6	631	117.953,50	72.085,40	1.112,30
2007	7	842	121.589,35	91.682,73	1.481,40
2008	5	249	62.601,14	31.004,02	0,00
2009	2	111	239.139,44	14.314,86	89.554,08
2010	1	152	18.145,00	14.730,00	90,00
2011	2	35	19.349,47	7.916,45	0,00
2012	4	641	156.856,83	73.189,96	8.134,50
2013	0	0	0	0	0
2014	0	0	0	0	0
2015	0	0	0	0	0
Totais	71	8949	2.233.769,60	981.533,50	168.396,76

Fonte: CMT, 2016

Na distribuição dos 71 alvarás de loteamento emitidos, o maior número ocorreu em 2002 (12) e 2003 (9), e entre 2013 e 2015 não ocorreu a emissão de qualquer alvará de loteamento no concelho de Tavira (Gráfico 20).

(N.º)



Fonte: CMT, 2016

GRÁFICO 20 | Alvarás de loteamento emitidos, de 1997 a 2015.

No sentido de se obter uma leitura da evolução dos alvarás emitidos por freguesia no período de referência (2000-2014) elaborou-se o quadro 33 e gráfico 21 seguintes.

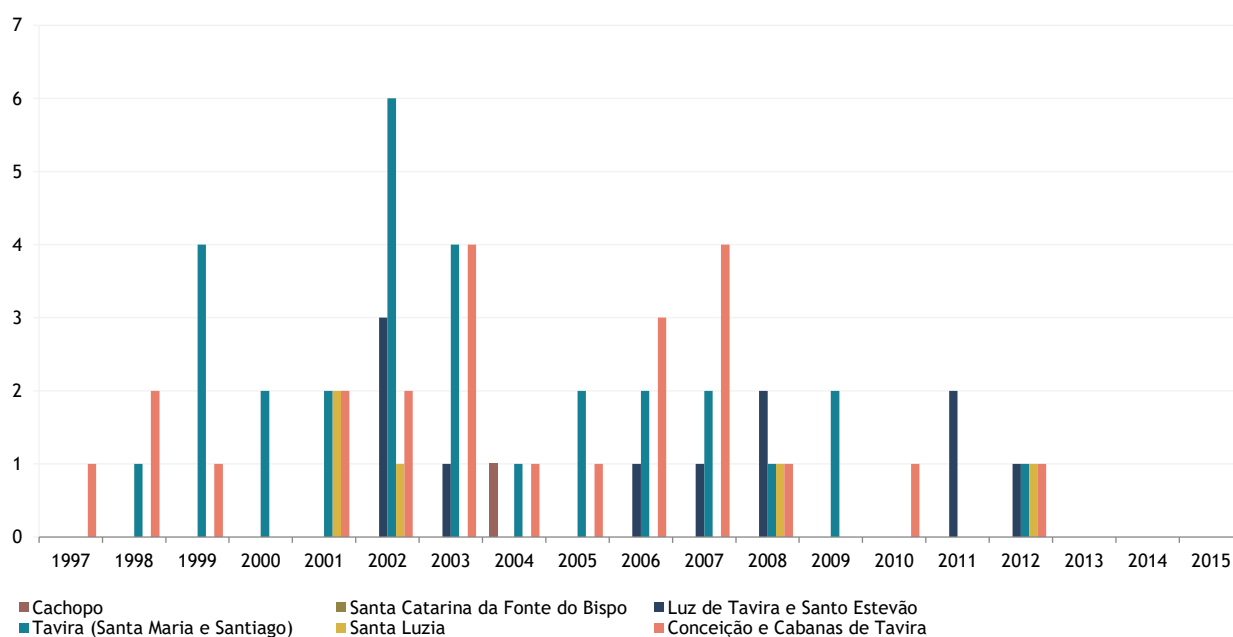
QUADRO 33 | Alvarás emitidos por freguesia, de 1997 a 2015.

(N.º)

Unidade ter- ritorial	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Cachopo	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sta Catarina F. Bispo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Luz de Tavira e Sto Este- vão	0	0	0	0	0	3	1	0	0	1	1	2	0	0	2	1	0	0	0
Tavira (Sta. Maria e San- tiago)	0	1	4	2	2	6	4	1	2	2	2	1	2	0	0	1	0	0	0
Sta Luzia	0	0	0	0	2	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0
Conceição e Cabanas de Tavira	1	2	1	0	2	2	4	1	1	3	4	1	0	1	0	1	0	0	0
Totais	1	3	5	2	6	12	9	3	3	6	7	5	2	1	2	4	0	0	0

Fonte: CMT, 2016

(N.º)



Fonte: CMT, 2016

GRÁFICO 21 | Evolução dos alvarás por freguesia, de 1997 a 2015.

Constata-se que as freguesias com maior número de alvarás emitidos e de certo modo distribuídos ao longo do período de referência (1997-2015) foram as de Tavira (Santa Maria e Santiago), de Conceição e Cabanas de Tavira e de Luz de Tavira e Santo Estevão.

A localização das operações de loteamento e as suas características paramétricas permitem conhecer o preenchimento das áreas urbanas e urbanizáveis classificadas no PDM de Tavira, deste modo, por forma a obter uma leitura da distribuição geográfica dos alvarás emitidos, apresentam-se as figuras seguintes. Numa primeira figura 17 é possível verificar a distribuição espacial dos alvarás de loteamento emitidos entre 1997 e 2015, sendo evidente a edificação junto à faixa litoral.

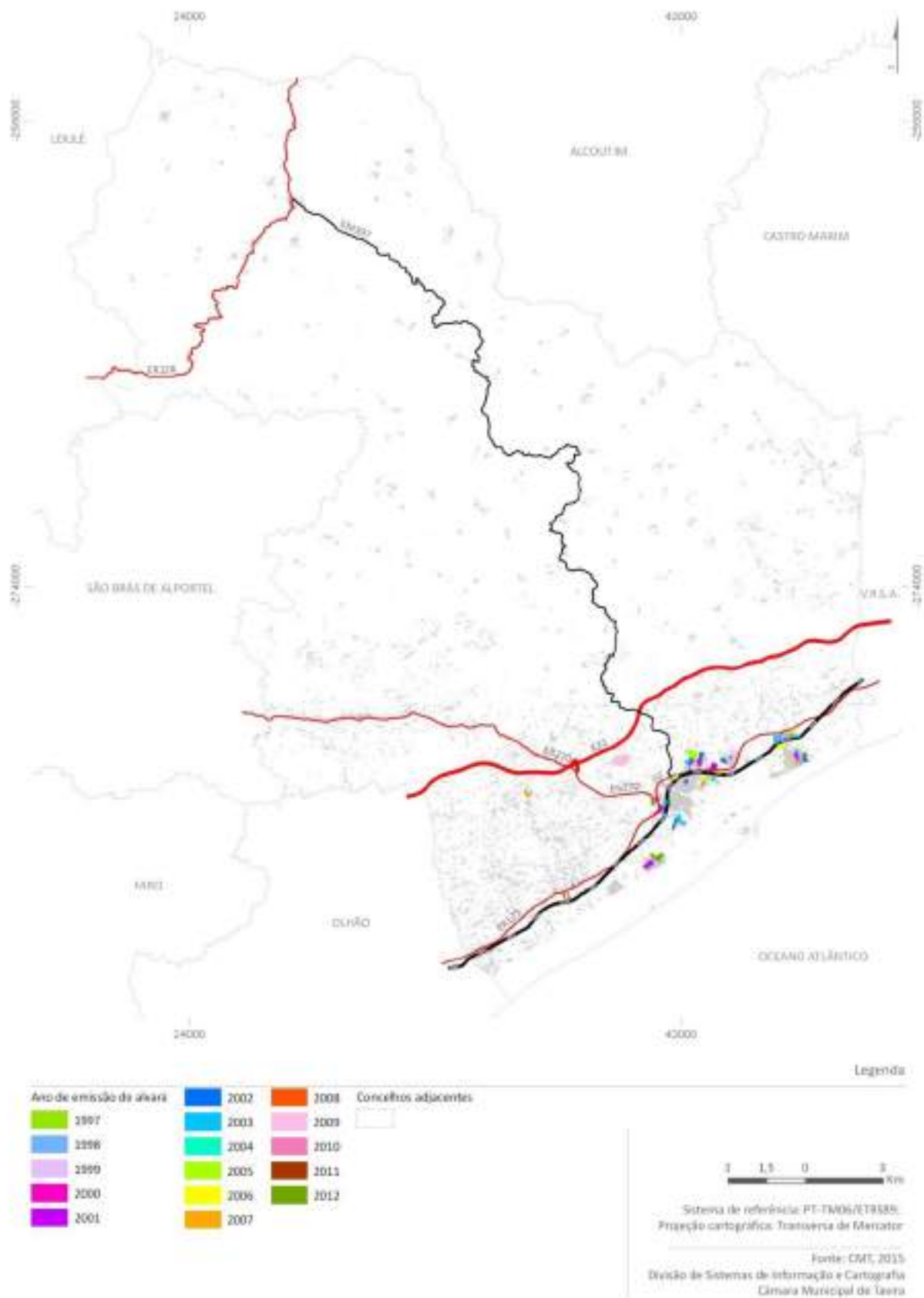


FIGURA 17 | Distribuição dos alvarás de loteamento emitidos no concelho de Tavira, de 1997 a 2015.

CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO

HABITAÇÃO SOCIAL
Número de fogos

Em 2015 existem cerca de 599 fogos de habitação municipal distribuídos por 127 edifícios, localizados nas 6 freguesias do concelho. A maioria (72%) dos edifícios possui 2 ou mais alojamentos, conduzindo a um rácio de 4,8 fogos por edifício. A freguesia de Tavira (Santa Maria e Santiago) apresenta a maior proporção de edifícios com 2 ou mais alojamentos (70%), seguida pela freguesia de Santa Luzia com 10% (Figura 18 e Quadro 34).

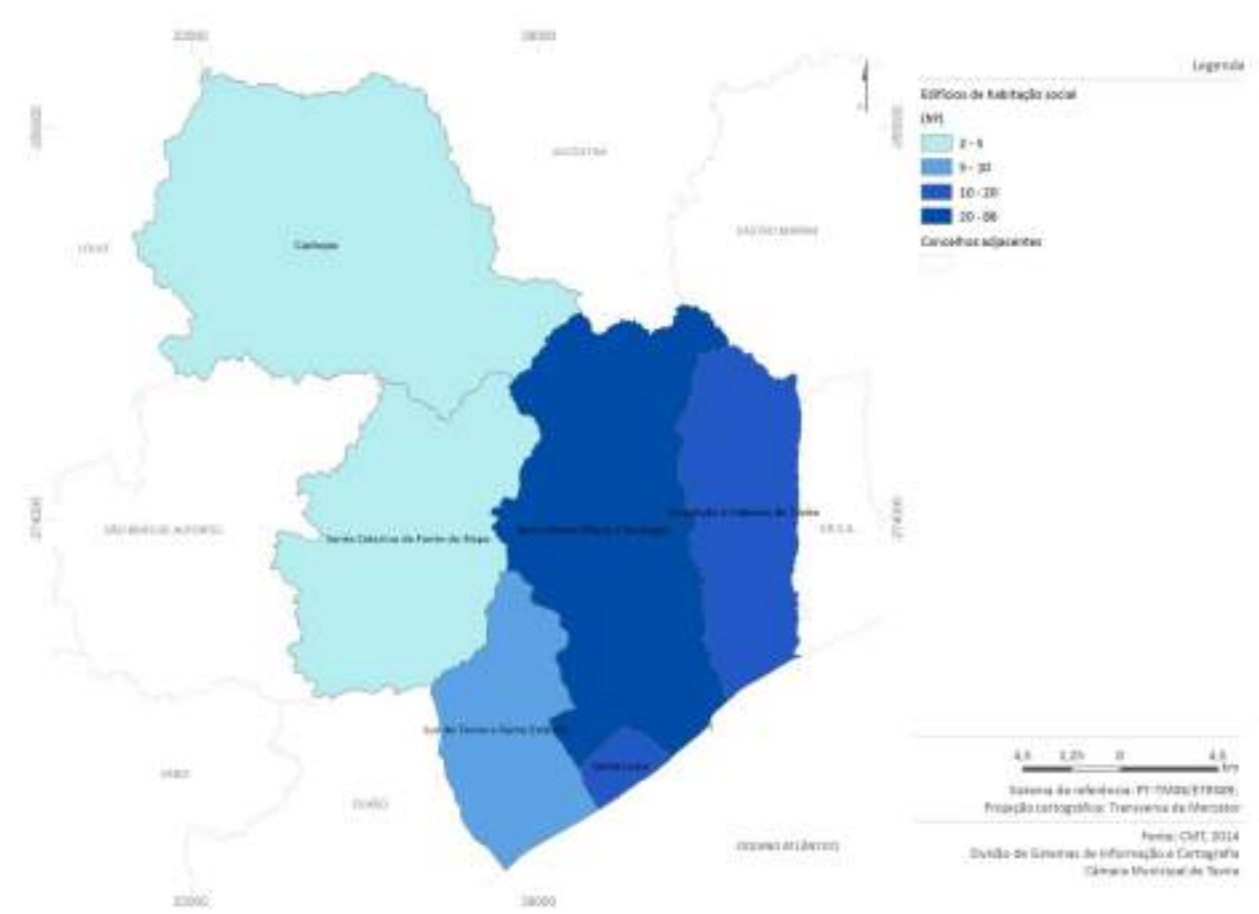


FIGURA 18 | Distribuição dos edifícios de habitação social segundo o número de alojamentos.

QUADRO 34 | Número de edifícios e fogos de habitação social.

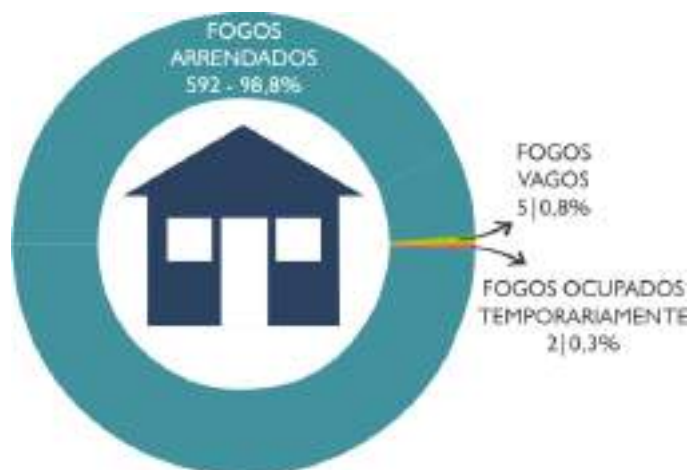
UNIDADE TERRITORIAL	N.º TOTAL DE EDIFÍCIOS	N.º TOTAL DE FOGOS	N.º DE FOGOS POR EDIFÍCIO
Portugal	24.484	118.334	4,8
Algarve	1.292	4.372	3,4
Concelho de Tavira	127	599	4,7
Cachopo	2	5	2,5
Conceição e Cabanas de Tavira	12	50	4,2
Luz de Tavira e Santo Estêvão	7	19	2,7
Santa Catarina da Fonte do Bispo	4	24	6,0
Santa Luzia	15	38	2,5
Tavira (Santa Maria e Santiago)	87	463	5,3

Fonte: CMT, 2015 e INE, Inquérito à Caracterização da Habitação Social, 2012

Habitação social

Vagos

Os fogos de habitação social encontram-se quase exclusivamente (98,8%) ocupados em regime de arrendamento. Face ao parque existente, 0,8% dos fogos de habitação social estão vagos e 0,3% ocupados temporariamente (Gráfico 22).



Fonte: CMT, 2015

GRÁFICO 22 | Distribuição dos fogos de habitação social por destino dos fogos.

Habitação social

Inscrições

Em 2015 registam-se 1 384 inscrições para acesso a habitação social, 48% das quais em situação válida e 52% consideradas não válidas por não reunirem as condições de acesso dispostas no Regulamento sobre a gestão do parque habitacional social do concelho de Tavira. Em 2015 registam-se 661 pedidos de habitação, 58% dos quais na freguesia de Tavira (Santa Maria e Santiago) (Gráfico 23).



Fonte: CMT, 2015

GRÁFICO 23 | Inscrições para acesso a habitação social.

EQUIPAMENTOS CULTURA

Os equipamentos culturais constituem importantes estruturas físicas para a promoção do território, de socialização e garantia da qualidade de vida das populações, nomeadamente de acesso dos cidadãos aos bens culturais.

Ao longo de década e meia o Município recuperou inúmeros edifícios que permitiram que Tavira pudesse ter instalações condignas para atividades fundamentais ao desenvolvimento cultural e educativo, como biblioteca pública, museu municipal com rede polinucleada, arquivo histórico e centro de ciência.

O concelho de Tavira possui hoje um conjunto valorizado de equipamentos que contribuem para a dinamização divulgação e fomento de múltiplas atividades culturais.

Foram assinalados **27 espaços/equipamentos** culturais nas seguintes tipologias (Gráfico 24).

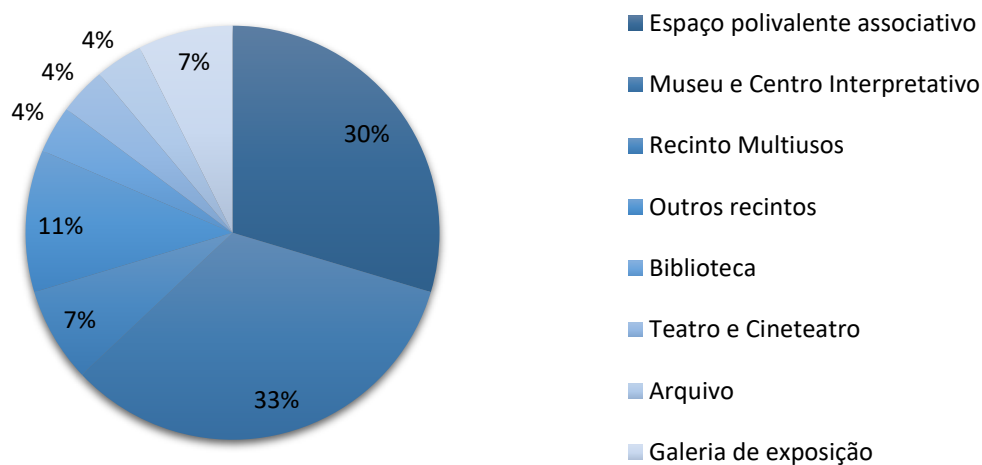


GRÁFICO 24 | Equipamentos culturais por tipologia.

Fonte: CMT, 2014

Em termos de distribuição geográfica, verifica-se uma concentração na área urbana da freguesia de Tavira (Santiago e Santa Maria), que concentra cerca de 78% do total de equipamentos culturais. A sede do concelho desempenha papel fundamental na atividade cultural, e com a maioria dos equipamentos implantados na margem sul do rio Gilão (Figura 19).

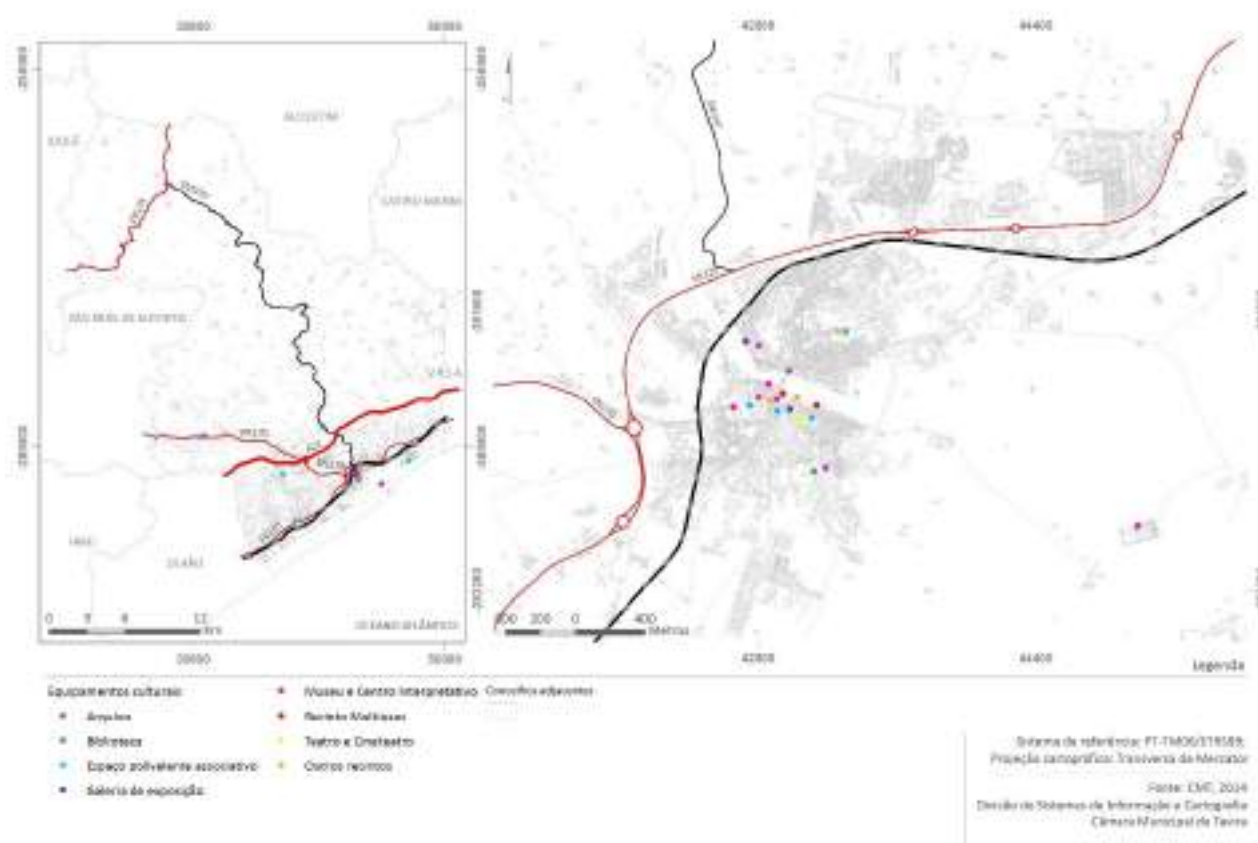


FIGURA 19 | Distribuição dos equipamentos culturais no concelho de Tavira.

Equipamentos

DESPORTO

Os espaços onde se realizam as atividades desportivas podem ser agrupados em espaços naturais ou espaços adaptados e espaços artificiais.

Dada a variedade de tipologias dos equipamentos desportivos, usualmente, estes encontram-se agrupados em desportivos de base, desportivos especializados ou monodisciplinares e em desportivos especiais para o espetáculo desportivo.

Para efeitos deste estudo apenas se caracterizam os equipamentos fundamentais da rede, neste caso, os equipamentos de base, que se encontram classificados como equipamentos formativos.

Segundo recomendações do Conselho da Europa e do Conselho Internacional para a Educação Física e o Desporto (UNESCO), o critério que se tem vindo a adotar, mas obviamente sem carácter estanque, baseia-se na atribuição de uma quota global de 4m² de superfície desportiva útil por habitante, que se reparte pelas tipologias consideradas como equipamentos base.

De acordo com os dados, existem, ao nível dos equipamentos de base formativos, cerca de **35**, que ocupam uma área de **51 251,90m²** distribuídos por todas as freguesias do concelho, existindo uma, natural, maior concentração destas estruturas na freguesia de Tavira (Santa Maria e Santiago) que integra a cidade (Quadro 35 e Figura 20).

QUADRO 35 | Oferta de equipamentos desportivos de base formativos, domínio público, em 2015.

Grupo	N.º	Área (m²)
Grandes Campos de Jogos	5	29345,70
Pequenos Campos de jogos	22	16954,70
Pavilhões Desportivos	5	3867,25
Salas de Desporto	2	666,74
Piscinas Cobertas	1	417,50
TOTAL	35	51251,90

Fonte: CMT, 2015

No conjunto das tipologias oferecidas, como se pode constatar no quadro anterior, destacam-se, o grupo dos pequenos campos de jogos (polidesportivos e campos de ténis), seguido dos pavilhões desportivos e dos grandes campos de jogos, e já a uma considerável distância pelas salas de desporto. Em menor número estão as superfícies aquáticas, existindo apenas um complexo de piscinas.

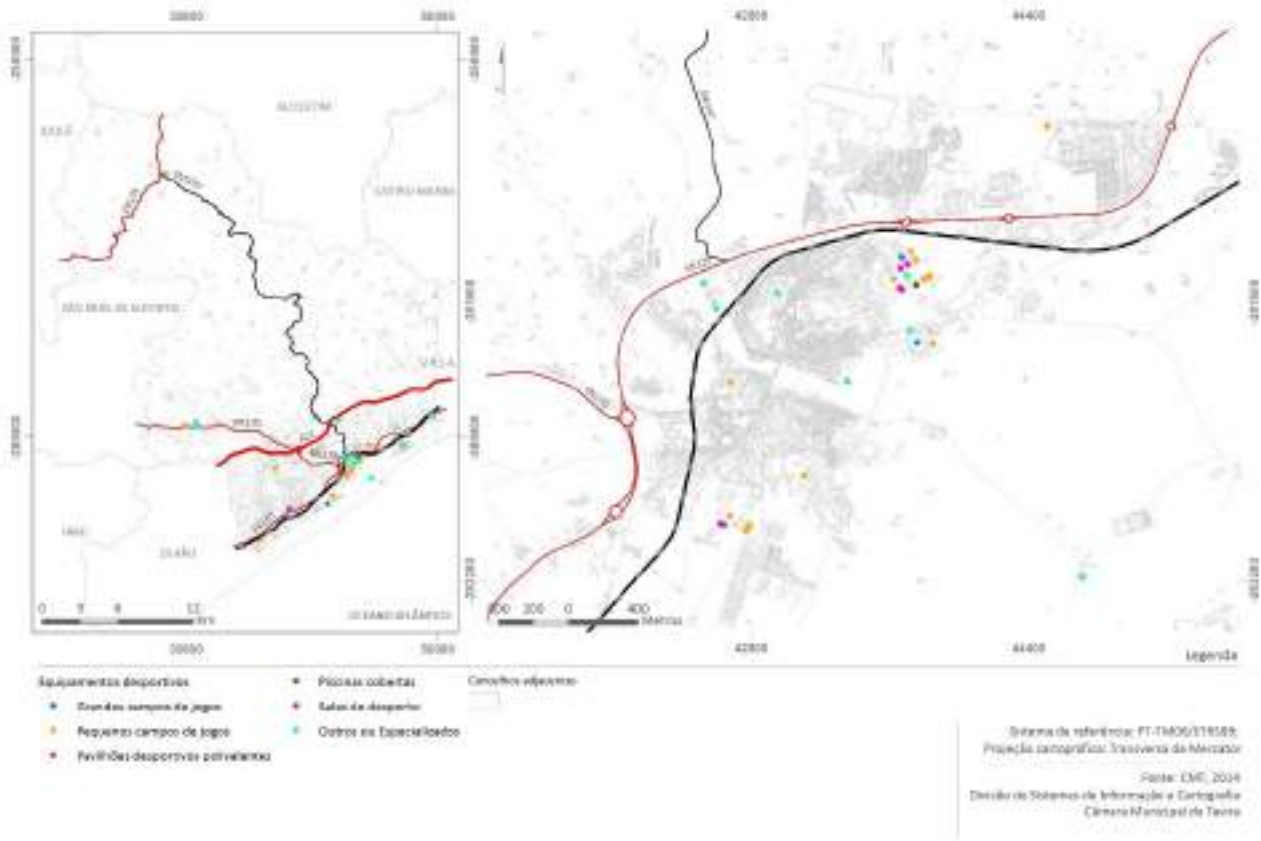


FIGURA 20 | Distribuição dos equipamentos desportivos no concelho de Távira, em 2014.

Equipamentos

EDUCAÇÃO

A rede escolar do concelho de Távira é constituída por 26 estabelecimentos de educação, sendo que a **rede pública**, num total de 14 estabelecimentos, conta com os seguintes níveis de ensino: 6 de pré-escolar, 9 escolas do 1º ciclo do ensino básico, 2 escolas do 2º/3º ciclo do ensino básico e uma escola secundária. Dos 12 estabelecimentos da **rede privada**, destacam-se as seguintes valências: 2 estabelecimentos com 1º ciclo do ensino básico, 9 com pré-escolar, 10 com creche e 8 com berçário (Figura 21).

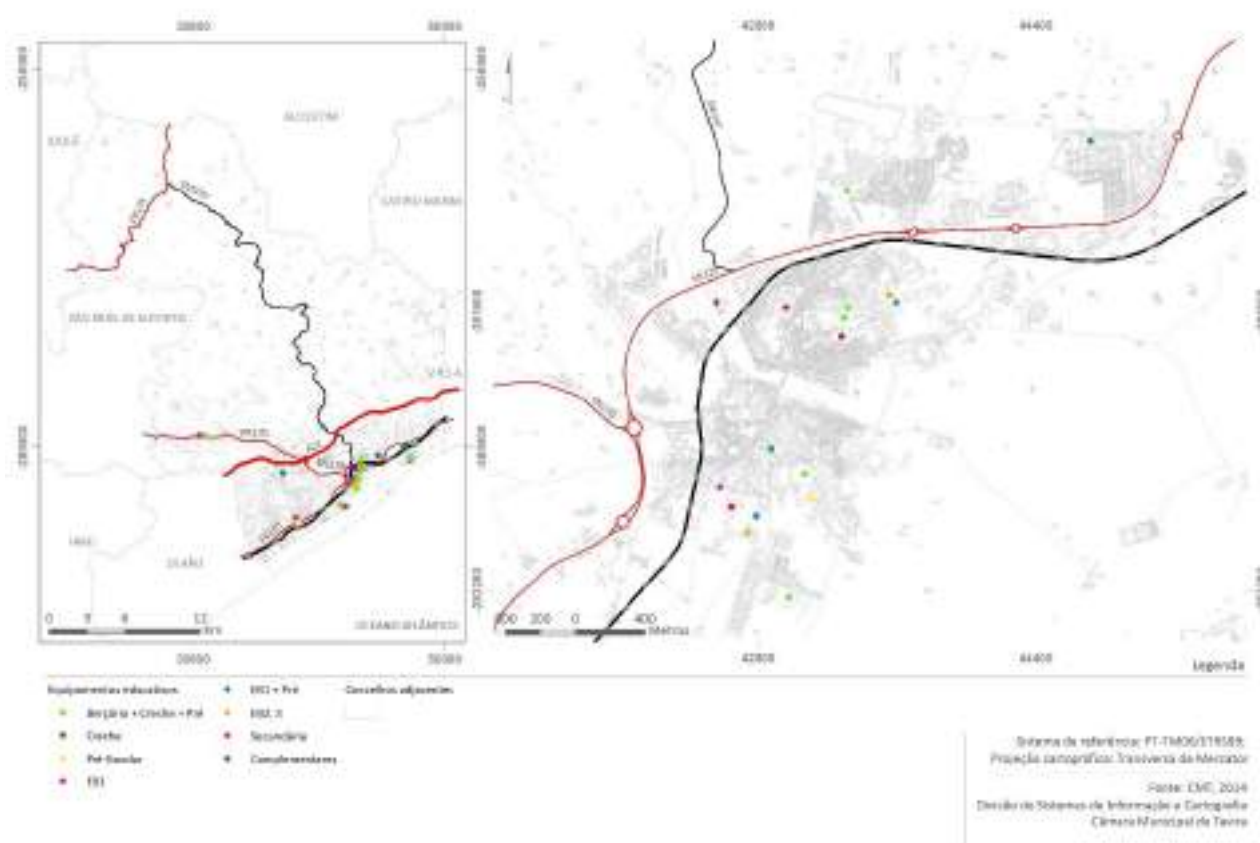


FIGURA 21 | Distribuição dos estabelecimentos de ensino (rede pública e privada).

A rede pública de escolas estrutura-se em dois agrupamentos, o Agrupamento de Escolas D. Manuel I e o Agrupamento de Escolas Dr. Jorge Augusto Correia, de acordo com a seguinte organização:

a) Agrupamento de Escolas D. Manuel I:

- EB2, 3 D. Manuel I (sede do agrupamento);
- EB1/JI D. Manuel I;
- EB1/JI Santo Estêvão;
- EB1 Luz de Tavira;
- EB1 Santa Luzia;
- EB1 Santa Catarina;
- EB1 n.º 1 de Tavira;
- JI Eco;
- JI Luz de Tavira.

b) Agrupamento de Escolas Dr. Jorge Augusto Correia:

- Escola Secundária Dr. Jorge Augusto Correia (sede do agrupamento);
- Escola EB2, 3 D. Paio Peres Correia;
- EB1/JI Conceição;
- EB1/JI Horta do Carmo;

- EB1 Cabanas.

A presente reorganização da rede escolar data do ano letivo 2013/14, com a agregação da Escola Secundária Dr. Jorge Augusto Correia com o Agrupamento de Escolas D. Paio Peres Correia, de acordo com os princípios e objetivos emanados no Decreto-Lei nº 137/2012, de 2 de julho.

Educação

Pré-escolar

A educação pré-escolar destina-se às crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico e, no seu aspeto formativo, é complementar e ou supletiva da ação educativa da família. É um sector da educação de regime facultativo que precede a educação escolar obrigatória e é universal para todas as crianças a partir do ano em que atinjam os 5 anos de idade. A universalidade prevista implica, para o Estado, o dever de garantir a existência de uma rede que permita a inscrição de todas as crianças, em regime de gratuidade da componente educativa. O concelho de Tavira, ao nível do ensino pré-escolar (3-5 anos), tem 6 estabelecimentos de ensino da rede pública, com 12 salas, correspondendo a uma capacidade de resposta para 294 alunos.

A rede privada de equipamentos de apoio à infância é composta por 9 estabelecimentos, com capacidade para cerca de 448 crianças a nível do pré-escolar. Esta capacidade representa um aumento de oferta para mais 120 crianças, face ao registado em 2005, considerando a abertura dos seguintes estabelecimentos: Jardim-de-Infância da Associação Âncora, Jardim-Escola João de Deus e a Gaivota (Cruz Vermelha).

Da análise, considera-se que para o ano letivo 2014/15, no conjunto dos equipamentos públicos e privados de apoio à infância no pré-escolar, o concelho detém capacidade de resposta para de 742 crianças, num total de 32 salas. De se referir, para se verificar a evolução da resposta ao nível do pré-escolar, que em 1998 existiam 2 salas na rede pública e 9 salas na rede privada. No espaço de 17 anos, significa um crescimento na resposta de mais 21 salas ao nível do de pré-escolar (Quadros 36 e 37).

Ao nível da taxa de ocupação dos estabelecimentos de apoio à infância verifica-se que, de uma forma global, quer a rede pública, quer a rede privada, encontram-se dimensionadas face à frequência registada, sendo que:

- no pré-escolar público, a taxa de ocupação mais elevada regista-se na D. Manuel I (100%) e Horta do Carmo (92%). A menos elevada é a do JI da Luz de Tavira (56%);
- no pré-escolar privado, a taxa de ocupação mais elevada verifica-se na Boneca (96,3%), João de Deus (94,7%) e Pinóquio (92%). A menos elevada é a do Centro Nossa Senhora das Dores (44%) e a Âncora (50%);
- Na valência Creche, alguns estabelecimentos a funcionar na sua capacidade máxima: João de Deus (100%); Pimpão (100%); Pinóquio (100%); Pegada (100%).

QUADRO 36 | Taxas de ocupação (pré-escolar, creche e berçário).

		Estabelecimentos N.º	Salas N.º	Capacidade N.º	Alunos (2014/2015) N.º	Tx. Ocupação (%)
Pré-Escolar	Público	6	12	294	236	80,3
	Privado	9	20	448	371	82,8
	Total	15	32	742	607	83,2
Creche	Privado	10	22	363	287	79,1
Berçário	Privado	8	10	94	67	71,3

Fonte: CMT, 2015

QUADRO 37 | Equipamentos de apoio à infância (público e privado), 2014/15.

Estabelecimento	Domínio	Entidade Gestora	Freguesia	Conservação ¹⁰	Valência ^[1]	Capacidade N.º	Alunos N.º	Tx. Ocupação(%) ¹¹
J. Inf. Tavira - O ECO	Público	Autarquia	Tavira (Sta Maria e Santiago)	Bom	Pré	75	62	82,7
J. Inf. Luz de Tavira			Luz de Tavira e Sto Estêvão	Bom	Pré	75	42	56,0
J. Inf. Conceição			Conceição e Cabanas de Tavira	Razoável	Pré	22	18	81,8
J. Inf. D. Manuel I			Tavira (Santa Maria e Santiago)	Bom	Pré	50	50	100,0
J. Inf. Horta do Carmo			Tavira (Sta Maria e Santiago)	Muito Bom	Pré	50	46	92,0
J. Inf. Santo Estêvão			Luz de Tavira e Sto Estêvão	Razoável	Pré	22	18	81,8
Creche do J. Esc. Inf. João de Deus de Tavira	Privado	Ass. de Jardins Escola João de Deus	Tavira (Santa Maria e Santiago)	Muito Bom	Creche	38	38	100,0
					Pré	75	71	94,7
Ass. J. Esc. Infantil de Tavira - O Pimpão		Jardim Escola/Infantário de Tavira - O Pimpão	Tavira (Sta Maria e Santiago)	Bom	Berçário	10	10	100,0
					Creche	48	48	100,0
					Pré	75	65	86,7
C. Infantil - O Pinóquio		Sta Casa da Misericórdia de Tavira	Tavira (Sta Maria e Santiago)	Bom	Berçário	11	8	72,7
					Creche	34	34	100,0
					Pré	75	69	92,0
C, Infantil - A Semente		Cruz Vermelha Portuguesa	Tavira (Sta Maria e Santiago)	Bom	Berçário	10	4	40,0
					Creche	31	12	38,7
					Pré	50	40	80,0
C, Infantil N. Senhora das Dores		C, Social N. Senhora das Dores Santa Catarina	Sta Catarina da Fonte do Bispo	Bom	Berçário	8	5	62,5
					Creche	12	8	66,7
					Pré	50	22	44,0
J. Infância - O Girassol		Santa Casa da Misericórdia de Tavira	Santa Luzia	Bom	Pré	24	20	83,3
Ass. Centro Comunitário de Santa Luzia		Âncora - Centro Comum. de Santa Luzia	Santa Luzia	Bom	Berçário	9	9	100,0
					Creche	16	15	93,8
					Pré	20	10	50,0
J. Infantil - A Boneca		Santa Casa da Misericórdia de Tavira	Conceição e Cabanas de Tavira	Bom	Berçário	11	5	45,5
					Creche	34	32	94,1
					Pré	54	52	96,3
Centro de Apoio Integrado a Crianças - A Gaivota		Cruz Vermelha Portuguesa	Tavira (Sta Maria e Santiago)	Muito Bom	Berçário	19	10	52,6
					Creche	31	30	96,8
					Pré	25	22	88,0
Centro Intergeneracional da Pegada		Centro Social Paroquial de Santa Maria	Tavira (Sta Maria e Santiago)	Muito Bom	Berçário	16	16	100,0
					Creche	50	50	100,0
Ass. o Pontão - Creche		Ass. Solidariedade Social da Conceição de Tavira	Conceição e Cabanas de Tavira	Muito Bom	Creche	69	20	29,0
Colégio Santiago Internacional		Colégio Santiago Internacional	Tavira (Sta Maria e Santiago)	Muito Bom	Vários [2]	128	50	39,1

Fonte: CMT, 2015

Educação

Ensino básico – 1.º Ciclo

De acordo com a Lei de bases do Sistema Educativo, o ensino básico compreende três ciclos sequenciais, sendo o 1º de quatro anos, com ingresso aos 6 anos de idade, o 2º de dois anos e o 3º de três anos, obedecendo a uma lógica progressiva, conferindo a cada ciclo a função de completar, aprofundar e alargar o ciclo anterior. O ensino secundário tem a duração de três anos, organizado segundo forma diferenciada, contemplando a existência de cursos predominantemente orientados para a vida ativa ou para o prosseguimento de estudos, contendo todos eles formação de sentido técnico, tecnológico e profissionalizante, ou de índole artística, e de língua e cultura portuguesas.

Para efeitos de escolaridade obrigatória, ensino universal e gratuito, considera-se em idade escolar as crianças e jovens com idades compreendidas entre os 6 e os 18 anos. A escolaridade obrigatória cessa com a obtenção de diploma de nível secundário ou, independentemente da obtenção do diploma de qualquer ciclo ou nível de ensino, no momento do ano escolar em que o aluno perfaça 18 anos¹ (Quadro 38).

QUADRO 38 | Estabelecimentos de ensino - 1.º ciclo, 2014/15.

Estabelecimento	Domínio	Freguesia	Conservação	Valência	Alunos N.º	Capacidade N.º	Tx. Ocupação (%)
Cabanas	Público	Conceição e Cabanas de Tavira	Bom	EB1	42	52	80,8
Conceição		Conceição e Cabanas de Tavira	Razoável	EB1	38	52	73,1
D. Manuel I		Tavira (Santa Maria e Santiago)	Bom	EB1	159	208	76,4
Horta do Carmo		Tavira (Santa Maria e Santiago)	Muito Bom	EB1	295	312	94,6
Luz de Tavira		Luz de Tavira e Santo Estêvão	Bom	EB1	70	104	67,3
N.º 1 Tavira (Estação)		Tavira (Santa Maria e Santiago)	Bom	EB1	124	208	59,6
Santa Catarina		Santa Catarina Fonte do Bispo	Razoável	EB1	41	78	52,6
Santa Luzia		Santa Luzia	Bom	EB1	72	104	69,2
Santo Estêvão		Luz de Tavira e Santo Estêvão	Razoável	EB1	37	78	47,4
João de Deus	Privado	Tavira (Santa Maria e Santiago)	Muito Bom	EB1	85	100	85,0
Colégio Santiago Internacional		Tavira (Santa Maria e Santiago)	Muito Bom	Vários ³	50	128	39,1

Fonte: CMT, 2015

Educação

Ensino básico – 2.º e 3.º Ciclos

O concelho de Tavira conta com 2 estabelecimentos de 2º e 3º ciclos, a Escola EB2,3 e D. Manuel I e Escolas EB2,3 D. Paio Peres Correia, sendo que na Escola D. Manuel é visível uma taxa de ocupação bastante elevada (Quadro 39).

QUADRO 39 | Estabelecimentos de ensino do 2.º e 3.º ciclo, em 2014/15.

¹ Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto.

Estabelecimento	Domínio	Freguesia	Conservação	Valência	Alunos N.º	Capacidade N.º	Tx. Ocup (%)
EB D. Manuel I	Público	Tavira (Sta Maria e Santiago)	Bom	EB 2,3	809	850	95,8
EB 2,3 D Paio Peres Correia		Tavira (Sta Maria e Santiago)	Bom	EB 2,3	525	837	62,7

Fonte: CMT, 2015

Educação

Ensino secundário

O ensino secundário, após a conclusão do 3º ciclo, tem a duração de 3 anos e organiza-se de forma diferenciada, abrangendo cursos predominantemente orientados para a vida ativa ou para o prosseguimento de estudos, sendo garantido a permeabilidade entre estes cursos, e contendo todos componentes de sentido técnico, tecnológico e profissionalizante e de língua e cultura portuguesa, adequadas à natureza dos diversos cursos² (Quadro 40).

QUADRO 40 | Estabelecimentos de ensino secundário, em 2014/15.

Estabelecimento	Domínio	Freguesia	Conservação	Valência	Alunos N.º	Capacidade N.º	Tx. Ocupação (%)
E. Dr. Jorge Augusto Correia	Público	Tavira (Santa Maria e Santiago)	Razoável	Secundária	703	1141	61,6

Fonte: CMT 2015

Equipamentos

SAÚDE

O concelho de Tavira é sede do Agrupamento de Centros de Saúde do Algarve III – Sotavento³, no qual se engloba o Centro de Saúde de Tavira, possuindo oito unidades funcionais associadas (Figura 22):

- Unidade de Saúde Familiar Balsa – Sede Tavira;
- Unidade de Saúde Familiar Balsa – Polo Cabanas/Conceição de Tavira;
- Unidade de Saúde Familiar Balsa - Polo Santa Catarina da Fonte do Bispo;
- Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados Mar - Sede Tavira;
- Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados Mar - Polo de Cachopo;
- Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados Mar - Polo da Luz de Tavira;
- Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados Mar - Polo de Santo Estevão;
- Unidade de Cuidados na Comunidade Talábriga.

A população de Tavira, ao nível da urgência básica, pertence ao Centro de Saúde de Vila Real de Santo António, ao nível da urgência hospitalar, depende do Centro Hospitalar do Algarve, E.P.E.. Os equipamentos e meios complementares de

² Cf. Lei de Bases do Sistema Educativo.

³ Prestadores associados: Unidade de Cuidados na Comunidade Santo António de Arenilha; Centro de Saúde Alcoutim; Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados Aleo – Alcoutim; Centro de Saúde Castro Marim; Centro de Saúde Vila Real de Santo António e Centro de Saúde de Tavira.

diagnóstico, de âmbito privado, clínicas de medicina geral, especialidades, radiologia e hemodiálise, encontram-se concentrados na freguesia de Tavira (Santa Maria e Santiago) (Figura 22).

No âmbito farmacêutico o concelho possui 10 farmácias, à exceção da freguesia de Cachopo, as restantes freguesias do concelho, possuem no mínimo uma farmácia (Figura 22).

A Rede de Cuidados Continuados Integrados⁴ destina-se a dependências moderadas ou severas, na sequência de um episódio de doença aguda, associado ou não a patologias múltiplas, evolução progressiva variável, com necessidade de cuidados de saúde e/ou sociais, impacto emocional e social na pessoa e no seu meio.

Os grupos alvo são constituídos por pessoas: idosas com dependência funcional; com doenças crónicas evolutivas e dependência funcional grave por doença física ou psíquica progressiva ou permanente; sofrem de uma doença em situação terminal, que sofrem de uma síndrome de demência; com situações transitórias de dependência.

Atualmente, no concelho encontram-se sedeadas duas tipologias de internamentos, administradas pela da Cruz de Vermelha Portuguesa - delegação de Tavira:

- **Unidade de Média Duração e Reabilitação (UMDR)**⁶, situada na freguesia de Tavira (Santa Maria e Santiago), contigua ao equipamento do Centro de Saúde e cujo objetivo, é a elaboração de um plano individual de intervenção ao utente, com a sua colaboração, da família e da equipa para que sejam esclarecidas os aspetos relativos ao internamento e ao processo de reabilitação. A unidade possui 20 camas (Figura 22).

- **Unidades de Longa Duração e Manutenção (ULDM)**⁷, situada na freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo, possui 33 camas (Figura 22).

⁴ Enquadramento Normativo: Decreto-Lei nº 101/2006, de 6 de junho; Despacho Conjunto nº 19040/2006; resolução do Conselho de Ministros nº168/2006, de 18 de dezembro; Portaria nº 1087 – A/2007, de 5 de setembro.

⁵ Podem ser entidades promotoras e gestoras, as entidades públicas dotadas de autonomia administrativa e financeira, com ou sem autonomia patrimonial; instituições particulares de solidariedade social e equiparadas, ou que prossigam fins idênticos; entidades privadas com fins lucrativos, e Centros de Saúde do Serviço Nacional de Saúde.

⁶ Sempre que o doente esteja estável, mas com indicação para reabilitação e cuidados de enfermagem que devam ser prestados durante as 24 horas, mas sem indicação para acompanhamento médico permanente (internamento até 90 dias).

⁷ Sempre que o doente necessite de ajuda para a realização das atividades da vida diária e de cuidados médicos planeados, mas não diários, e de enfermagem permanentes e não existam condições que permitam a permanência no domicílio. (O período de internamento previsto é de indeterminado e superior a 90 dias).

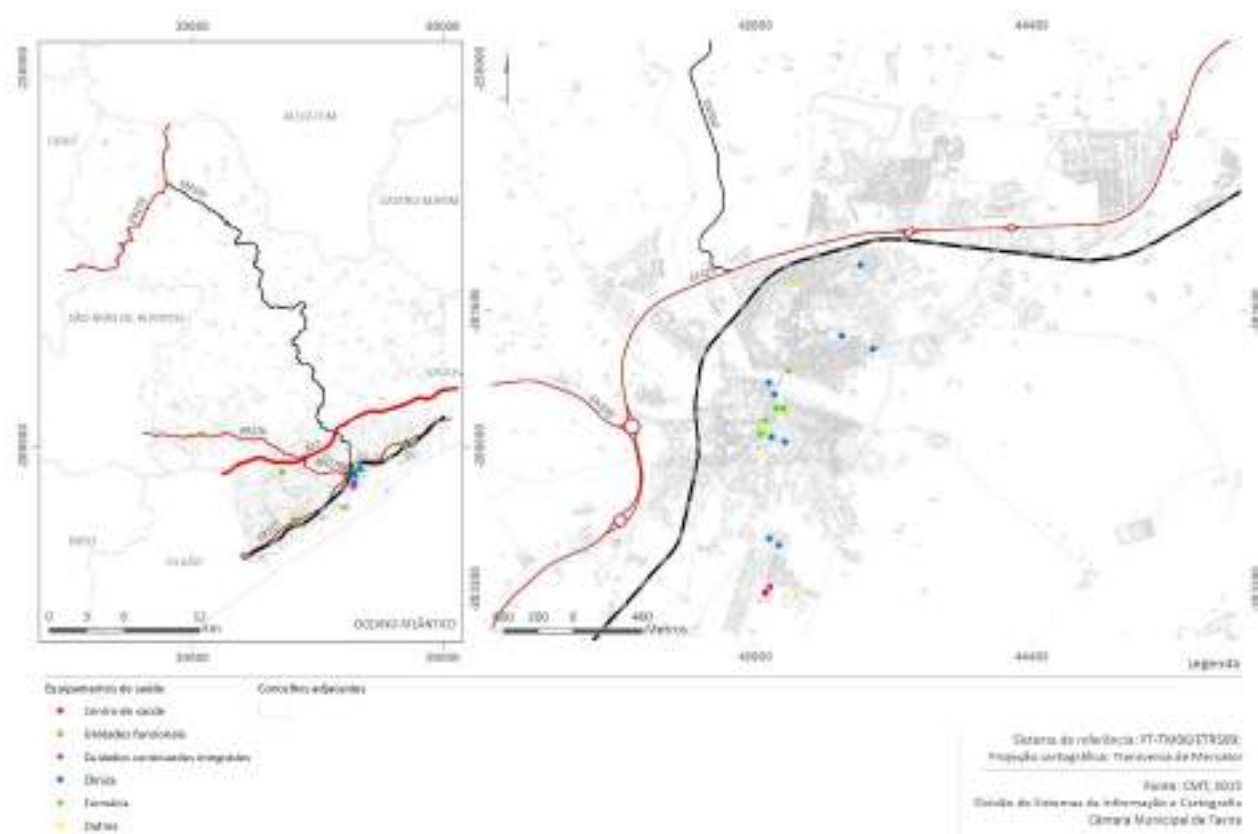


FIGURA 22 | Distribuição dos equipamentos de saúde, no concelho de Tavira, em 2015.

Equipamentos

SOCIAIS

A rede de equipamentos existente, no território revela a concentração de valências e respostas sociais no litoral, na freguesia de Tavira (Santa Maria e Santiago), principalmente na área compreendida pela cidade, onde se concentra mais de 50% da população do concelho (Figura 23).

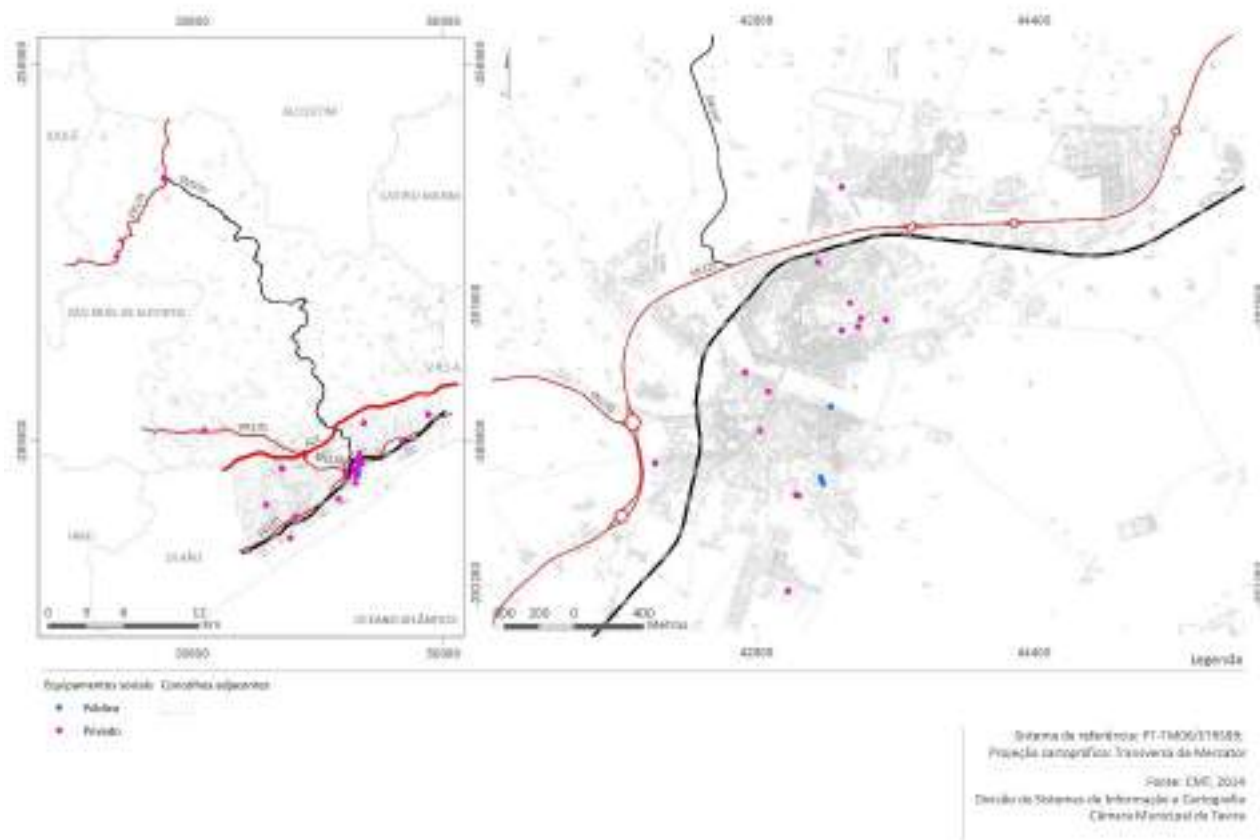


FIGURA 23 | Distribuição de equipamentos sociais, no concelho de Tavira, em 2014.

O concelho de Tavira possui cerca de 18 equipamentos sociais, os quais são geridos por entidades como, Santa Casa da Misericórdia de Tavira, Delegação de Tavira da Cruz Vermelha Portuguesa, Centro Social Paroquial de Santa Maria, Associação “Âncora”, Casa do Povo da Luz de Tavira, Centro Social de Santo Estêvão, Centro Paroquial de Cachopo, Centro Social Nossa Senhora das Dores de Santa Catarina, O Pontão - Associação de Solidariedade Social da Conceição de Tavira, Associação “Uma Porta Amiga” e Fundação Irene Rolo, as quais dinamizam múltiplas respostas sociais na área da infância, juventude, família e comunidade.

Por a forma a caracterizar-se a rede de equipamentos sociais, irá optar-se pela seguinte tipologia:

- Infância e Juventude;
- População Adulta.

Sociais

Infância e juventude

Equipamentos de apoio à Infância Creche

A nível nacional a educação infantil estrutura-se em redes do sistema público, particular e cooperativo. Os equipamentos destinados à primeira infância, para crianças dos 0-3 anos de idade, são simultaneamente estabelecimentos de apoio familiar e educacional, dependendo do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social. No âmbito da 1ª Infância, a taxa de cobertura no Concelho, em 2011, era de 55,8% (fonte: Instituto de Segurança Social, 2015). Em, 2014 abriu na freguesia da Conceição e Cabanas de Tavira, um novo equipamento com valência de creche o “O Pontão”, com capacidade para 69 crianças, contribuindo para o incremento da oferta social.

Atualmente, existem 8 instituições de solidariedade social, que possuem a valência de creche, com 10 equipamentos e capacidade para 473 crianças, com ocupação de 377 crianças, sendo a taxa de utilização de 79,7% (fonte: Rede Social Tavira, 2015).

QUADRO 41 | Creche/equipamentos no concelho de Tavira, em 2015.

FREGUESIA	EQUIPAMENTOS	INSTITUIÇÃO	CAPACIDADE N.º	UTENTES N.º	TAXA DE UTILIZAÇÃO (%)
Tavira	Associação Jardim Escola - Infantário de Tavira "O Pimpão"	Jardim Escola / Infantário de Tavira "O Pimpão"	57	48	84,2
	Centro Infantil "O Pinóquio"*	Instituto de Segurança Social – ISS – IP	45	45	100
	Centro Intergeracional da Pegada	Centro Social Paroquial de Santa Maria	66	63	95,4
	Centro de Apoio Integrado a Crianças "Gaivota"	Cruz Vermelha Portuguesa	67	43	64
	Centro Infantil "A Semente"	Cruz Vermelha Portuguesa	41	35	85
	Creche do Jardim Escola Infantário João de Deus Tavira	Associação de Jardins -Escolas João de Deus	38	38	100
Santa Luzia	Centro Comunitário de Santa Luzia	Âncora – Associação Centro Comunitário de Santa Luzia	25	25	100
Conceição e Cabanas de Tavira	Jardim Infantil A Boneca	Santa Casa Da Misericórdia de Tavira	45	40	88,8
	"O Pontão"	Associação de Solidariedade Social da Conceição de Tavira	69	26	37,6
Sta Catarina da Fonte do Bispo	Centro Infantil Nossa Senhora das Dores de Santa Catarina	Centro Social Nossa Senhora das Dores de Santa Catarina	20	14	70
Total			473	377	79,7

*O presente equipamento é gerido pela Santa Casa da Misericórdia de Tavira

Fonte: Rede Social de Tavira, 2015

Infância e juventude

Estabelecimento de Educação Pré-escolar

A educação pré-escolar é a primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida, sendo complementar da ação educativa da família. Destina-se a crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico (5/6 anos).

A frequência da educação pré-escolar é facultativa, cabe, primeiramente, à família a educação das crianças, mas compete ao Estado desenvolver estratégias para a "universalização da oferta da educação pré-escolar".

Existem duas redes de educação pré-escolar complementares, a rede pública e a rede privada, as quais constituem uma rede nacional.

A rede pública integra os estabelecimentos de educação pré-escolar a funcionar na direta dependência da administração pública central e local, do Ministério da Educação e Ciência.

No concelho de Tavira, existem 6 equipamentos da rede pública com a valência de pré-escolar, pertencentes aos Agrupamentos D. Manuel I e Dr.º Jorge Augusto Correia, com capacidade total para 294 crianças e cuja utilização é de 218 utentes (Quadro 42).

QUADRO 42 | Rede pública/equipamentos pré-escolar no concelho de Tavira, em 2014.

AGRUPAMENTO	FREGUESIA	ESTABELECIMENTO	CAPACIDADE N.º	UTENTES N.º	TAXA DE UTILIZAÇÃO (%)
Agrupamento de Escolas D. Manuel I	Tavira	Jardim de Infância Tavira "ECO"	75	62	82,7
		Jardim de Infância EB D. Manuel I	50	50	100

	Luz de Tavira e Santo Estêvão	Jardim de Infância Luz de Tavira	75	42	56,0
		Jardim de Infância Santo Estêvão	22	18	81,8
Agrupamento de Escolas Dr. Jorge Correia Tavira	Conceição e Cabanas	Jardim de Infância Conceição	22	18	81,8
	Tavira	Jardim de Infância “Horta do Carmo”	50	46	92,0
Total			294	218	74,1

Fonte: Divisão de Assuntos Sociais e Educação 2014

A rede privada integra os estabelecimentos de educação pré-escolar que funcionem em estabelecimentos de ensino particular ou cooperativo, em instituições particulares de solidariedade social e em instituições, sem fins lucrativos, que prossigam atividades no domínio da educação e do ensino, depende do Ministério da Educação e Ciência e do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social.

As iniciativas de alargamento da rede nacional, tem como objetivo consolidar uma política de igualdade de oportunidades de acesso e de frequência de todas as crianças, permitindo apoiar as famílias dos alunos que frequentam o ensino particular e cooperativo, respeitando a escolha efetuada, para o percurso educativo dos seus educados.

Ao nível da rede privada o concelho possui 9 equipamentos com a resposta de pré-escolar, disponibilizando 448 vagas, das quais 396 encontram-se preenchidas. No ano de 2014, o Centro de Apoio Integrado a Crianças “Gaivota”, abriu uma sala de pré-escolar, com capacidade para 25 crianças, até então atividade limitava-se ao desenvolvimento de resposta social creche (Quadro 43).

QUADRO 43 | Rede privada/equipamentos pré-escolar no concelho de Tavira, em 2015.

FREGUESIA	ESTABELECIMENTO	INSTITUIÇÃO	CAPACIDADE N.º	UTENTES N.º	TAXA DE UTILIZAÇÃO (%)
Tavira	Jardim-Escola Infantário João de Deus Tavira	Associação de Jardins -Escolas João de Deus	75	71	94,6
	Associação Jardim Escola - Infantário de Tavira “O Pimpão”	Jardim Escola / Infantário de Tavira “O Pimpão”	74	71	95,9
	Centro Infantil “O Pinóquio”*	Instituto de Segurança Social – ISS – IP	75	69	92
	Centro Infantil “A Semente”	Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Tavira	50	50	100
	Centro de Apoio Integrado a Crianças “Gaivota”	Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Tavira	25	22	88
Santa Catarina	Centro Infantil Nossa Senhora das Dores	Centro Social Nossa Senhora das Dores de Santa Catarina	50	21	42
Santa Luzia	Centro Comunitário de Santa Luzia	Âncora – Associação Centro Comunitário de Santa Luzia	20	20	100
	Jardim infantil “Girassol”	Santa Casa Da Misericórdia de Tavira	25	20	80
Conceição e Cabanas	Jardim Infantil “Boneca”	Santa Casa da Misericórdia de Tavira	54	52	92,2
Total			448	396	88,3

Fonte: Rede Social de Tavira, 2015

A freguesia de Cachopo, não possui atualmente em funcionamento equipamentos de apoio à infância, creche ou pré-escolar. O Centro de Animação Infantil e Apoio Comunitário, encontra-se desativado devido ao decréscimo de população infanto-juvenil⁸ verificado na freguesia. Cachopo possui características inerentes ao fenómeno da interioridade e do despovoamento, no âmbito ecológico e social, acentuadas nas últimas décadas.

⁸ Na freguesia de Cachopo o escalão etário entre 0-14 anos de idade, possui cerca de 28 indivíduos. INE – Censos 2011.

As crianças residentes na freguesia de Cachopo, encontram resposta à educação pré-escolar⁹, no concelho de Alcoutim, freguesia de Martinlongo, a qual dista a cerca de 16km (ER124). Ao nível do concelho de Tavira, as escolas do 1º ciclo do ensino básico, mais próximas distam a 39km (EM397/Porto Carvalhoso), sita em Santa Catarina da Fonte do Bispo ou 42km (EM397), Agrupamento D. Manuel I, sedado na cidade de Tavira, o qual administrativamente foi responsável pelo funcionamento da Escola de Cachopo até ao seu encerramento.

Infância e juventude

Crianças e jovens em risco

O conceito de crianças e jovens em risco implica um perigo potencial para a concretização dos direitos da criança, nomeadamente situações de pobreza. A prevalência de fatores de risco poderá, em determinadas circunstâncias, conduzir a situações de perigo (*fonte: www.cnpj.pt*).

Crianças e jovens em risco

Centro de acolhimento temporário

O Centro de Acolhimento Temporário é uma resposta social, desenvolvida para criação de equipamento, destinado ao acolhimento urgente e temporário de crianças e jovens em perigo, de duração inferior a seis meses, com base na aplicação de medida de promoção e proteção.

Verifica-se a existência de dois equipamentos de acolhimento, o Centro de Apoio Integrado a Crianças “A Gaivota”, destinado a crianças dos 0 aos 12 anos de idade e o Centro de Acolhimento Temporário – “Sítio de São Marcos”, destinado a crianças e jovens com idades compreendidas entre os 12 e 18 anos (Quadro 44).

QUADRO 44 | Resposta social, centro de acolhimento temporário/equipamento no concelho de Tavira, em 2015.

FREGUESIA	EQUIPAMENTO	INSTITUIÇÃO	CAPACIDADE N.º	UTENTES N.º	TAXA DE UTILIZAÇÃO (%)
Tavira	Centro de Apoio Integrado a Crianças “A Gaivota”	Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Tavira	20	15	75
	Centro de Acolhimento Temporário – Sítio de São Marcos	Associação Uma Porta Amiga	20	16	80
Total			40	31	77,5

Fonte: Instituto de Segurança Social/Gabinete de planeamento estratégico, 2015 (www.cartasocial.pt)

Crianças e jovens em risco

Centro de apoio familiar e aconselhamento parental

A Associação “Uma Porta Amiga” desenvolve a presente resposta social através da “Oficina Comunitária Horta Viva”, com capacidade total para 120 beneficiários, preenchida a 100% e cujo objetivo é o “estudo e prevenção de situações de risco social e para o apoio a crianças e jovens em situação de perigo e suas famílias, concretizado na sua comunidade, através de equipas multidisciplinares” (*fonte: www.cartasocial.pt*).

⁹ E níveis de ensino escolar 1º, 2º e 3º ciclo.

Infância e juventude

Crianças/jovens e população adulta com deficiência

Intervenção precoce

O Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância pressupõe assegurar a interação entre as famílias e as instituições, através da definição de um Plano Individual de Intervenção Precoce, elaborado por Equipas Locais de Intervenção, multidisciplinares, que representem todos os serviços/profissionais que são chamados a intervir na comunidade (*fonte: www.dgs.pt*).

A Equipa Local de Tavira, sediada no Centro de Saúde de Tavira agrupa os concelhos de Tavira, Alcoutim, Castro Marim e Vila Real de Santo António (VRSA). Promove-se o apoio integrado, centrado na criança (até aos 6 anos de idade) e na família mediante ações de natureza preventiva e habilitativa. A intervenção é desenvolvida na Fundação Irene Rolo a qual apresenta capacidade para 41 crianças e uma ocupação de 33 crianças (*fonte: www.cartasocial.pt*).

Crianças/jovens e população adulta com deficiência

Centro de atividade ocupacionais

É uma resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a desenvolver atividades para jovens e adultos com deficiência grave. A Fundação Irene Rolo, promove o desenvolvimento da resposta, com capacidade para 40 utentes, esta encontra-se preenchida. A população beneficiária caracteriza-se por cerca de 24 elementos do sexo feminino e 28 elementos do sexo masculino, com uma média idades compreendida entre os 35 anos. Verifica-se, maior incidência de residentes dos concelhos de Tavira e VRSA, com a frequência em simultâneo de residentes dos concelhos de Faro, Olhão, Castro Marim e Alcoutim.

No âmbito da problemática da deficiência/incapacidade são ainda ministrados cursos profissionais, co financiados pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), a cerca de 73 alunos, 38 elementos do sexo masculino e 35 do sexo feminino, a partir dos 16 anos de idade, de acordo com a escolaridade obtida.

Crianças/jovens e população adulta com deficiência

Lar

O equipamento de Lar, destina-se a alojar jovens e adultos com deficiência, que se encontrem impedidos temporária ou definitivamente de residir no seu meio familiar. A presente resposta é desenvolvida pela Fundação Irene Rolo, apresenta capacidade para acolher 24 utentes, a utilização atual é de 21 utentes, 10 elementos do sexo feminino e 11 do sexo masculino, com uma média de idades compreendida entre os 45 anos.

Equipamentos sociais

População adulta

Pessoas em situação de dependência

Serviço de Apoio Domiciliário Integrado

O presente serviço, visa um conjunto de ações e cuidados pluridisciplinares, flexíveis, abrangentes, acessíveis e articulados, de apoio social e de saúde, a prestar no domicílio, durante vinte e quatro horas por dia e sete dias por semana.

A Delegação de Tavira da Cruz Vermelha Portuguesa é responsável pelo Apoio Domiciliário Integrado, no concelho de Tavira, tendo capacidade para 10 utentes, encontrando-se lotada. A resposta em questão é similar à intervenção efetuada pela Equipa de Cuidados Continuados Integrados no Domicílio, criadas no âmbito da Rede Nacional de Cuidados inseridas nos centros de saúde. As equipas asseguram a prestação de cuidados de saúde, nomeadamente, a doentes crónicos acamados e com dificuldades de mobilidade, através de tratamentos programados.

POPULAÇÃO ADULTA

Pessoas Idosas

Serviço de Apoio Domiciliário

O serviço de apoio domiciliário é uma resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas ou as atividades da vida diária.

O serviço de apoio domiciliário é desenvolvido por sete instituições, Delegação de Tavira da Cruz Vermelha Portuguesa, Centro Social Paroquial de Santa Maria, Centro Social de Santo Estêvão, Centro Social de Santa Catarina, Centro Paroquial de Cachopo, Associação Âncora, Casa do Povo da Luz de Tavira, com capacidade total para 282 utentes e uma taxa de utilização de 83% (Quadro 45).

QUADRO 45 | Resposta social, serviço de apoio domiciliário, no concelho de Tavira.

FREGUESIA	EQUIPAMENTO	INSTITUIÇÃO	CAPACIDADE N.º	UTENTES N.º	TAXA DE UTILIZAÇÃO (%)
Tavira	Centro Social Paroquial de Santa Maria	Centro Social Paroquial de Santa Maria	25	19	76
	Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Tavira	Cruz Vermelha Portuguesa	84	84	100
Luz de Tavira e Santo Estêvão	Centro Social de Santo Estêvão	Centro Social de Santo Estêvão	40	40	100
	Casa do Povo da Luz de Tavira		15	15	100
Santa Luzia	Centro Comunitário de Santa Luzia	Âncora – Associação Centro Comunitário de Santa Luzia	50	12	24
Santa Catarina	Centro Social Nossa Senhora das Dores	Centro Social Nossa Senhora das Dores	18	14	77,7
Cachopo	Complexo Social D. Manuel Madureira Dias	Centro Paroquial de Cachopo	50	50	100
Total			282	234	83

Fonte: Rede Social de Tavira, 2015

O serviço prestado pela Cruz Vermelha de Tavira, abrange em termos territoriais todas as freguesias do concelho, com exceção da freguesia de Cachopo, diariamente são percorridos cerca de 500km, pelas ajudantes familiares, para prestação de apoio.

A freguesia de Conceição e Cabanas e Tavira, é coberta pelo serviço de apoio domiciliário da Cruz Vermelha Portuguesa. A Associação “O Pontão”, sedeadada na Conceição de Tavira, possui apenas Centro de Dia, como resposta social, para população adulta¹⁰.

O Centro Paroquial de Cachopo, apresenta ao nível da freguesia, uma taxa de cobertura territorial considerável, promovendo o apoio domiciliário, pelos principais lugares/aglomerados da freguesia de Cachopo. Num contexto rural, em que o grupo maioritário da população (716 indivíduos) se situa no escalão etário dos 65 ou mais, em que o isolamento social, a dependência e a desertificação geográfica, são variáveis constantes, a presente resposta social contribui, para melhoria da qualidade de vida dos beneficiários.

¹⁰ Iniciou atividade em setembro de 2014.

As instituições com a presente resposta social, incidem em termos de intervenção sobretudo, na sede de freguesia. Contudo, verifica-se uma “sobreposição” de trajetórias, ao nível das freguesias de Tavira, Santa Luzia e Luz de Tavira e Santo Estêvão (Figura 24).

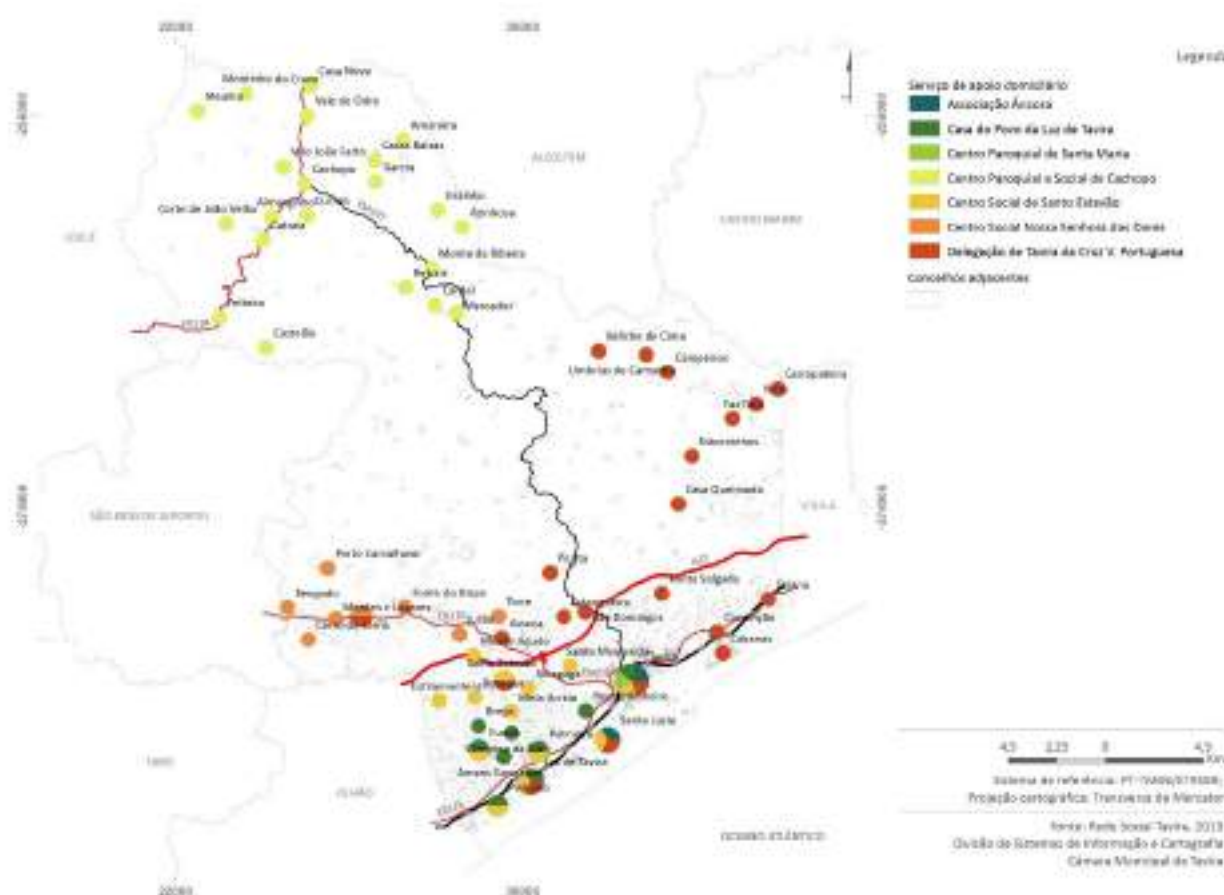


FIGURA 24 | Entidades a desenvolverem o serviço de apoio domiciliário, no concelho de Tavira, em 2015.

Em termos territoriais os lugares Alcaria Fria, Alcaria de Cume, Carneiros, Carvalhal, Casas Altas, freguesia de Santa Catarina da fonte do Bispo, Garrobo, freguesia de Cachopo e Malhada de Santa Maria, Fornalha, Corte de Besteiros, Tafe, freguesia de Tavira (Santa Maria e Santiago), afiguram-se como obstáculos, devido à sua localização geográfica, para os seus residentes no acesso às respostas sociais. Acentua-se, o fenómeno da interioridade, devido ao afastamento das sedes de freguesia onde se encontram sedeados os equipamentos que promovem o desenvolvimento de repostas sociais. Ao nível populacional os aglomerados enunciados apresentam entre cerca de 6 a 50 habitantes, em termos estatísticos. Considerando, as características territoriais, populacionais e vivenciais é necessária a reflexão e projeção de respostas sociais adequadas, com vista à promoção da qualidade da melhoria da vida (Figura 25).

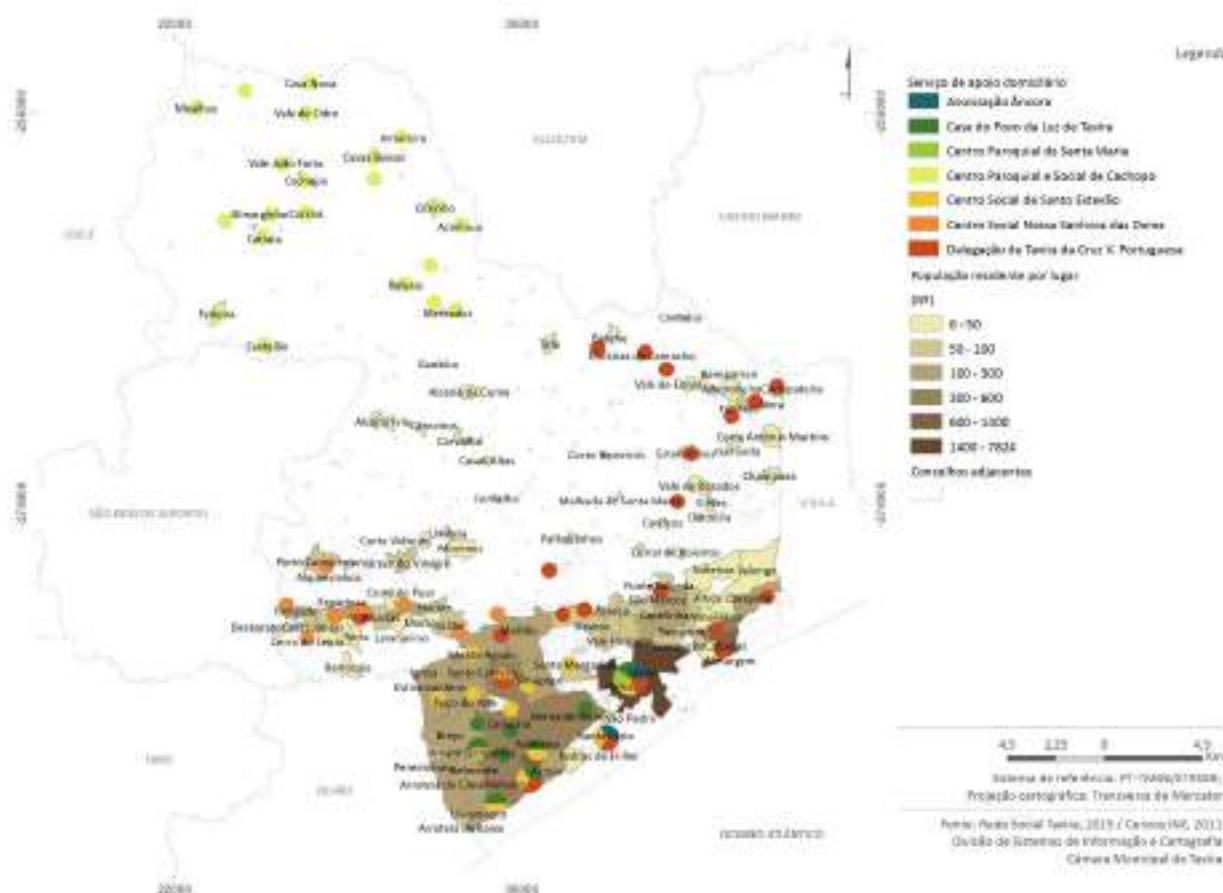


FIGURA 25 | Serviço de apoio domiciliário e população residente por lugar, no concelho de Távira, em 2015.

O concelho de Távira, segundo a Carta Social, em 2012 possui ao nível do serviço de apoio domiciliário, uma taxa de cobertura de 4,4%, situando-se acima da média do distrito de Faro (3,2%) e abaixo da média nacional 5 décimas¹¹.

Pessoas Idosas

Centro de Dia

O Centro de Dia, consiste na prestação de um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção das pessoas idosas no seu meio sócio familiar. A presente valência apresenta fragilidades, sobretudo quando os idosos não possuem suporte familiar no período da noite.

Existem 8 entidades no concelho a dinamizarem a resposta social de Centro de Dia, com capacidade total para 240 utentes e uma lotação de 157 utentes, verifica-se que a utilização da resposta é diminuta em relação à oferta (Quadro 46 e Figura 26).

QUADRO 46 | Resposta social de centro de dia no concelho de Távira, em 2015.

FREGUESIA	EQUIPAMENTO	INSTITUIÇÃO	CAPACIDADE N.º	UTENTES N.º	TAXA DE UTILIZAÇÃO (%)
Távira	Centro Social Paroquial de Santa Maria	Centro Social Paroquial de Santa Maria	10	9	90

¹¹ Instituto de Segurança Social/Gabinete de Planeamento Estratégico 2014 (percentagem face ao público alvo).

	Lar Major Castro Sousa	Santa Casa da Misericórdia de Tavira	30	25	83,3
Conceição e Cabanas de Tavira	“O Pontão” Associação de Solidariedade Social da Conceição de Tavira	“O Pontão” Associação de Solidariedade Social da Conceição de Tavira	30	14	46,6
Luz de Tavira e Santo Estêvão	Centro Social de Santo Estêvão	Centro Social de Santo Estêvão	30	26	86,6
	Casa Do Povo da Luz de Tavira	Casa Do Povo da Luz de Tavira	15	15	100
Santa Luzia	Centro Comunitário de Santa Luzia	Âncora – Associação Centro Comunitário de Santa Luzia	50	41	82
Santa Catarina	Centro Social Nossa Senhora das Dores	Centro Social Nossa Senhora das Dores	25	16	64
Cachopo	Complexo Social D. Manuel Madureira Dias	Centro Paroquial de Cachopo	50	11	22
Total			240	157	65,4

Fonte: Rede Social de Tavira, 2015

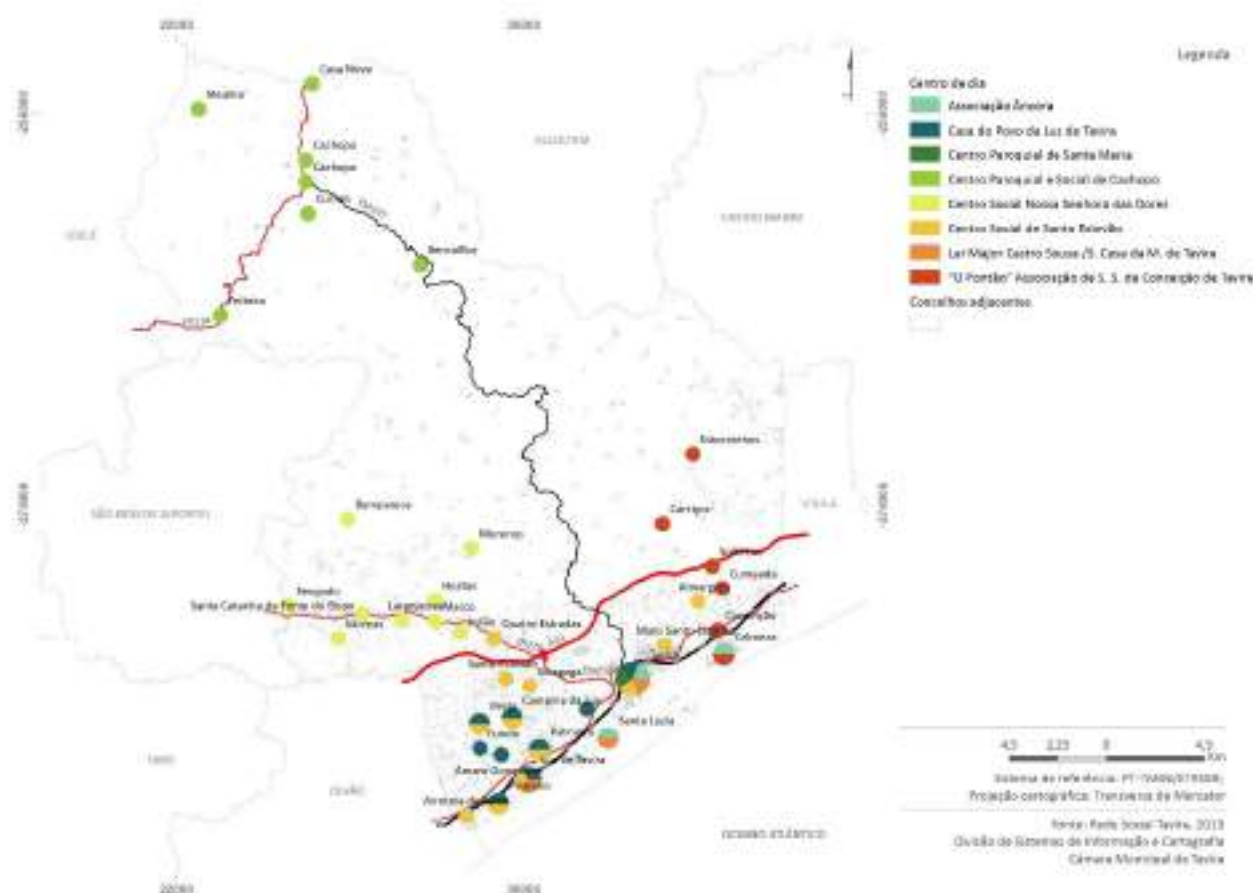


FIGURA 26 | Entidades a desenvolver resposta social de Centro de Dia, no concelho de Tavira, em 2015.

No que concerne à capacidade da resposta social de Centro de Dia, reportando-nos ao ano 2012, verifica-se que o concelho de Tavira apresentava ao nível da cobertura uma média superior (8,4%), quando comparado com as médias do distrito de Faro (5,3%) e Continente (6,3%)¹².

Em 2014, verificou-se abertura de um novo Centro de Dia, com capacidade para 30 utentes, dinamizado pela Associação “O Pontão”, na freguesia de Conceição e Cabanas de Tavira.

¹² Instituto de Segurança Social/Gabinete de Planeamento Estratégico 2014 (percentagem face ao público alvo).

No todo, as 6 freguesias do concelho, encontram-se abrangidas por equipamento de Centro de Dia, verificando-se inclusive nas freguesias de Tavira (Santa Maria e Santiago) e Luz de Tavira e Santo Estêvão, a existência de 2 equipamentos. Paralelamente, entidades como Âncora, Santa Casa da Misericórdia, Centro Social Paroquial de Santa Maria, Casa do Povo da Luz de Tavira, Centro Social de Santo Estêvão, desenvolvem a sua atividade em simultâneo sobre vários territórios (cidade de Tavira, Santa Luzia, Luz de Tavira e Santo Estêvão), onde se concentra o maior número de população (Figura 27).

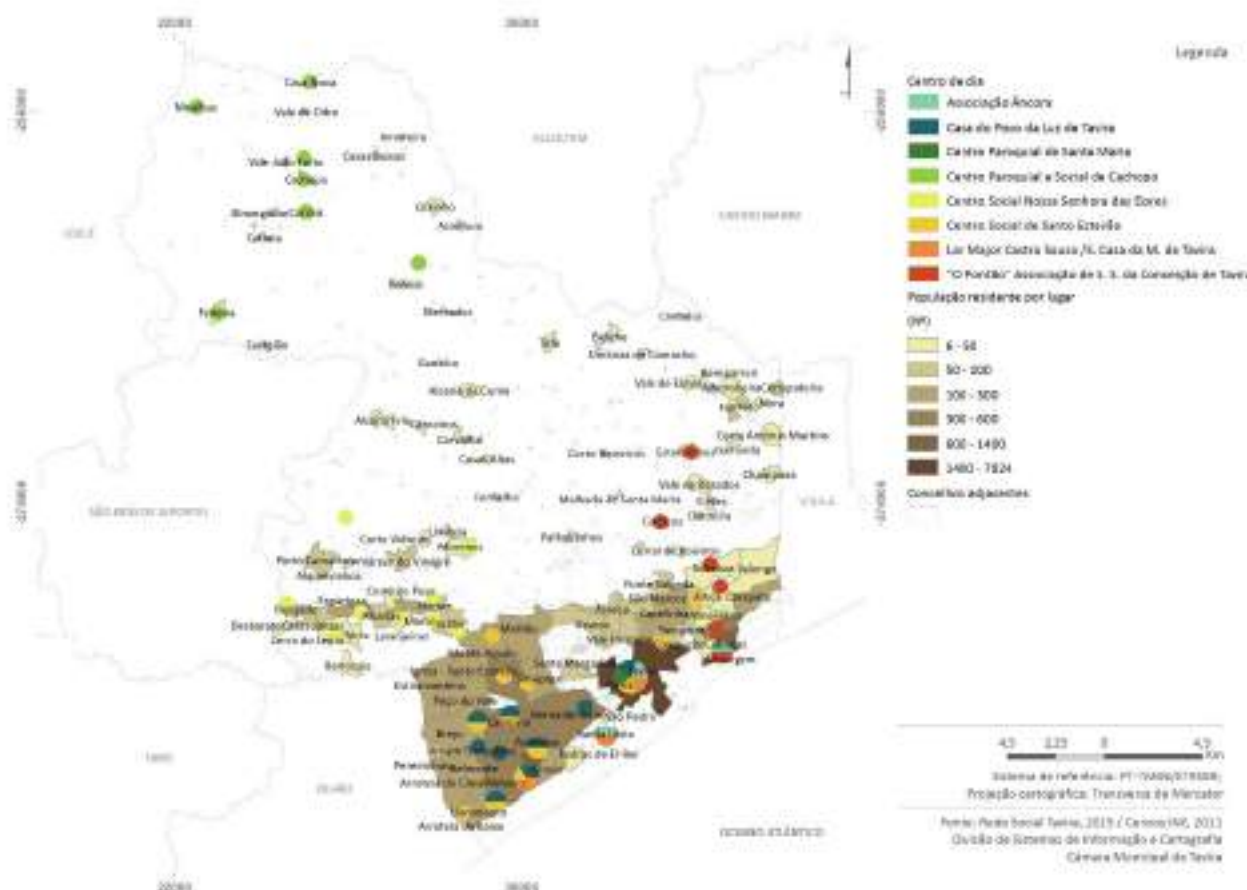


FIGURA 27 | Centros de Dia e população residente por lugar no concelho de Tavira em 2015.

Pessoas Idosas

Estrutura Residencial para Pessoas Idosas

Considera-se, “estrutura residencial para pessoas idosas a resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, para pessoas idosas ou outras em situação de maior risco de perda de independência ou de autonomia”.

Em 2012, a taxa de cobertura de estrutura residencial para pessoas idosas, no concelho de Tavira, situava-se em 6,8%, abaixo da média regional (7,3%) e nacional (8,3%)¹³.

A integração da população idosa em lar, apresenta uma procura elevada, por parte da sociedade e serviços, a taxa de utilização dos equipamentos da rede solidária (os quais beneficiam de comparticipação do Instituto de Segurança Social), situa-se nos 100 (Quadro 47).

¹³ Instituto de Segurança Social/Gabinete de Planeamento Estratégico 2014 (percentagem face ao público alvo).

Em 2014, abriu na freguesia de Conceição e Cabanas de Tavira, um equipamento com fins lucrativos, denominado por Residencial para Sêniores, com carácter inovador e capacidade para 111 clientes.

Ao nível social, o envelhecimento e a perda de autonomia dos idosos não encontra resposta na construção de equipamentos residenciais, mas na revalorização do papel dos idosos em termos sociais e familiares. A promoção do internamento da população idosa deverá acontecer em situações de ausência de familiares e doença grave, aquando necessitem de cuidados especializados.

Deverá equacionar-se a projeção de respostas sociais, como Centro de Noite, em meio serrano, cujo objetivo é o acolhimento noturno, prioritariamente de pessoas idosas com autonomia que, por vivenciarem situações de solidão, isolamento ou insegurança necessitam de suporte de acompanhamento durante a noite.

QUADRO 47 | Resposta social, estrutura residencial, rede solidária e privada, no concelho de Tavira, em 2015.

FREGUESIA	EQUIPAMENTO	INSTITUIÇÃO	CAPACIDADE N.º	UTENTES N.º	TAXA DE UTILIZA- ÇÃO (%)
Tavira	Centro de Idosos S. Casa da Misericórdia de Tavira	Santa Casa da Misericórdia de Tavira	47	47	100
	Lar de São José	Santa Casa da Misericórdia de Tavira	25	25	100
	Centro Social Paroquial de Sta. Maria	Centro Social Paroquial de Santa Maria	60	60	100
	Centro Intergeracional da Pegada	Centro Social Paroquial de Santa Maria	40	40	100
Luz de Tavira e Santo Estêvão	A Casa dos Avós*	Horas d’ Afecto, Lda	12	12	100
Conceição e Cabanas de Tavira	Residência Sol e Mar*	Sol e Mar Residência Sénior, Lda	111	35	31,5
Santa Catarina da Fonte do Bispo	C. Social Nossa Senhora das Dores	Centro Social Nossa Senhora das Dores	36	36	100
Cachopo	Complexo Social D. Manuel Madureira Dias	Centro Paroquial de Cachopo	30	30	100
Total			361	326	90,3

*Equipamentos com fins lucrativos

Fonte: Rede Social de Tavira, 2015

Pessoas Idosas

Centro de Convívio

O Centro Paroquial de Cachopo, dinamiza o Centro de Convívio da Feiteira, localizado em território serrano, desenvolve atividades sócio recreativas e culturais, organizadas com participação ativa das pessoas idosas residentes na comunidade. Possui capacidade para 20 utentes e frequência atual de 14.

Classificação/extensão

As vias rodoviárias do concelho distinguem-se entre:

- Rede Nacional
 - Rede Nacional Fundamental
 - Rede Nacional Complementar
- Rede Regional
- Rede Municipal

Na carta da rede rodoviária, identificam-se as principais vias existentes no concelho, destacando-se as vias de âmbito nacional e regional classificadas no PRN (Figura 28).

Rede Nacional Fundamental:

O IP1/A22 como via de grande capacidade, com perfil de autoestrada, que assegura as principais ligações de âmbito suprarregional; percorre o concelho, com direção este-oeste, atravessando as freguesias da Luz de Tavira e Santo Estêvão, de Tavira (Santa Maria e Santiago) e de Conceição e Cabanas de Tavira, numa extensão de cerca de 19,18 km. Esta via está integrada na concessão Algarve.

Rede Nacional Complementar:

EN270, esta via assegura a ligação de Tavira (entroncamento da ER125) e o IP1/A22, integrada na subconcessão Algarve Litoral.

Estradas Regionais:

A ER125, classificada como estrada regional e que complementa o papel do IP1/A22 a nível regional, ao assegurar a ligação entre os principais aglomerados do litoral algarvio. É a principal ligação das freguesias da Luz de Tavira e Santo Estêvão e de Conceição e Cabanas de Tavira à sede do município, integrada na subconcessão Algarve Litoral;

ER270, estrada regional que atravessa as freguesias de Santa Catarina da Fonte do Bispo e de Luz de Tavira e Santo Estêvão. Principal via de ligação entre Tavira e a freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo, sob jurisdição da Infra-estruturas de Portugal, S.A. (IP);

A ER124, atravessa a freguesia de Cachopo e permite a ligação deste aglomerado com os concelhos limítrofes (Alcoutim, São Brás de Alportel e Loulé), sob jurisdição municipal.

Para além das vias de âmbito nacional e regional classificadas no PRN, a rede rodoviária do concelho de Tavira é constituída por um conjunto de estradas municipais que embora possuam um nível de serviço inferior às de âmbito nacional e regional, desempenham uma função essencial na acessibilidade intra-concelhia, assegurando a ligação dos aglomerados de menor dimensão à sede de concelho. Existe uma correlação entre a sua classificação e o seu papel na hierarquia viária municipal.

Rede Municipal:

A EM397, esta via liga a cidade de Tavira à freguesia de Cachopo, na zona norte do concelho, articulando a ER124 com a ER125 e constituindo, deste modo, um dos poucos eixos transversais de ligação entre o interior e o litoral do Algarve, complementando o papel do IC27/EN122, a nascente, e da EN2, a poente;

A EM514 que liga Santo Estêvão à sede do concelho (Tavira); para oeste permite a ligação a alguns aglomerados, por ex. Butoque e Estiramanténs, prolongando-se em direção à zona norte do concelho de Olhão; a EM516 que liga Moncarapacho, no concelho de Olhão, a Tavira, passando pelos aglomerados de Amaro Gonçalves e Luz de Tavira, até à ER125;

a EM508 que se prolonga para nordeste da cidade de Tavira servindo um conjunto de pequenos lugares, dos quais se destacam, pela sua maior dimensão, Fonte Salgada, Estorninhos e Faz Fato; e a EM515 que assegura a ligação de Santa Luzia a Tavira. A EM514-1 e a EM514-2/514-3 destacam-se por promoverem o fecho de malhas entre as vias longitudinais, ligando o litoral ao barrocal. Na zona norte do concelho destacam-se a EM505 e a EM 504, as quais asseguram as ligações aos concelhos vizinhos de Alcoutim e Loulé e servem, respetivamente, os lugares de Amoreira e Mealha.

▪ Outras vias

A cidade de Tavira, a sul da ER125, é servida por um conjunto de vias possibilitando uma circulação interna, que atravessa o interior do perímetro urbano desde a ER125, da rotunda da Nora Velha, Rua Almirante Cândido dos Reis, Avenida D. Manuel I/Ponte dos Descobrimentos, Rua Arquiteto Eduardo Souto Moura, Rua da Atalaia/Rua da Atalaia Pequena, Rua Dr. Fausto Cansado, Rua Luís de Camões, Rua Maria da Piedade Vaz Baganha e Rua de Santo Estêvão, ligando novamente à ER125;

Os caminhos municipais, os quais asseguram fundamentalmente ligações de âmbito local, ligando pequenos aglomerados à rede viária de nível superior. Dos vários caminhos assinalados, destaca-se o caminho do Porto Carvalhoso que liga a ER270, perto de Santa Catarina, à EM397, junto à Alcaria do Cume. Para oriente da EM397, na zona de Alcaria do Cume, prolonga-se os CM1123 e o CM1122 (estrada de Tafe);

Outras vias não classificadas, as quais correspondem, fundamentalmente, a caminhos vicinais que asseguram o acesso das povoações às áreas rurais e florestais, apresentando, na generalidade dos casos, ausência de pavimentação.

No seu total a rede viária municipal do concelho de Tavira apresenta uma extensão na ordem dos 920km, 66% dos quais correspondem a vias não classificadas. As vias municipais classificadas, corresponde a cerca de 310km, ou seja 34%, do total da rede viária do concelho (Quadro 48 e Figura 31).

QUADRO 48 | Extensão da rede viária classificada existente.

CLASSIFICAÇÃO DA REDE VIÁRIA EXISTENTE			KM
Rede Nacional Fundamental	Itinerário Principal		19,175
Rede Nacional Complementar	Estrada Nacional		3,59
Estradas Regionais	Estrada Regional		54,13
Rede Municipal	Estrada Municipal		128,07
	Caminho Municipal		105,06
	Outras vias não classificadas	Cidade	96,35
		Exterior	513,51
TOTAL			919,885

Fonte: CMT, 2015

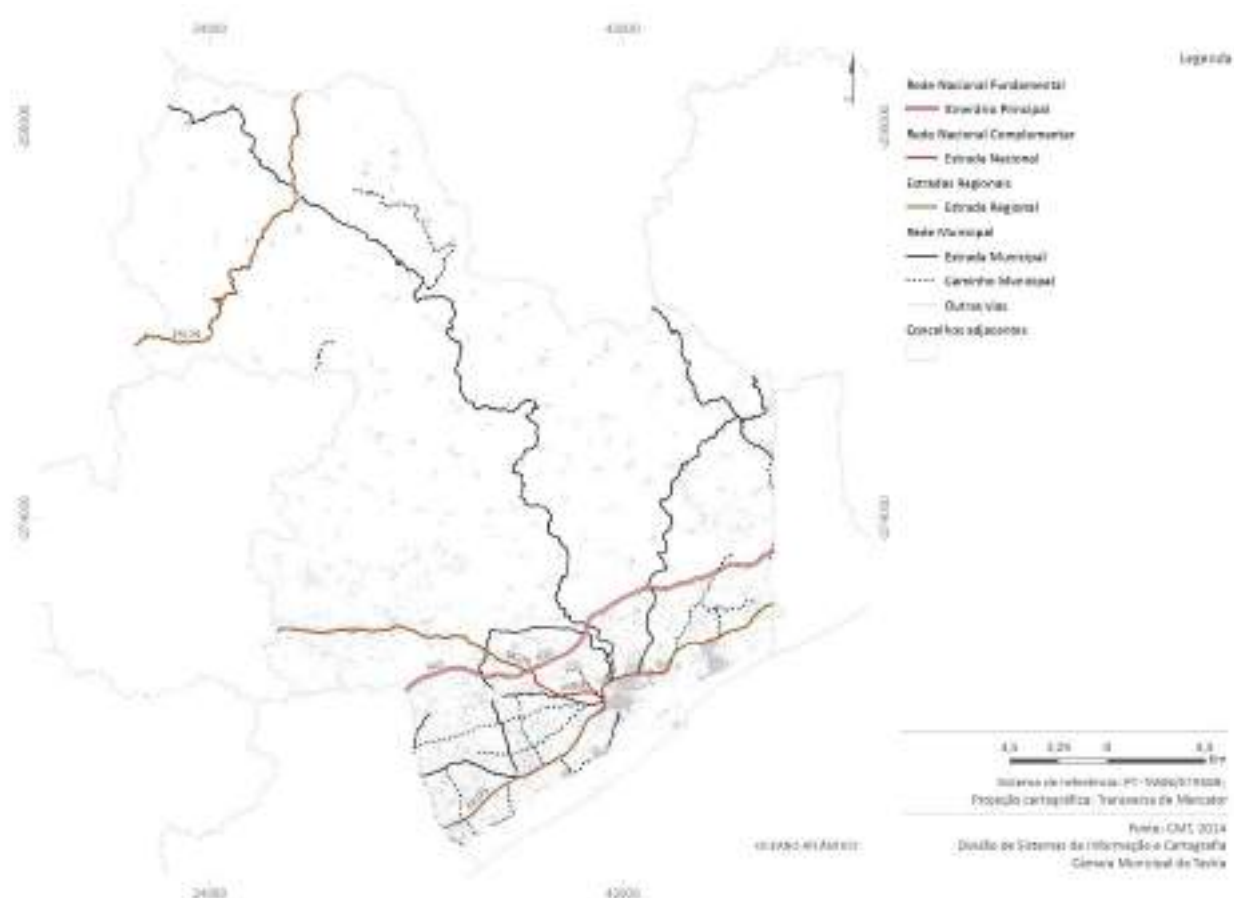


FIGURA 28 | Principal rede viária no concelho de Tavira.

REDE VIÁRIA

Densidade

A distribuição territorial das vias existentes no concelho, evidência as disparidades geográficas e de povoamento existentes entre o litoral e o interior. Na figura 32, onde se ilustra a densidade da rede viária por área e população residente na freguesia, é possível verificar que as freguesias mais interiores de Cachopo e Santa Catarina da Fonte do Bispo são as que apresentam menores densidades de km de via por km² de área, por outro lado, e apesar da dimensão em área a freguesia de Tavira (Santa Maria e Santiago) apresenta elevada densidade de vias, explicável pelo facto de esta integrar a cidade.

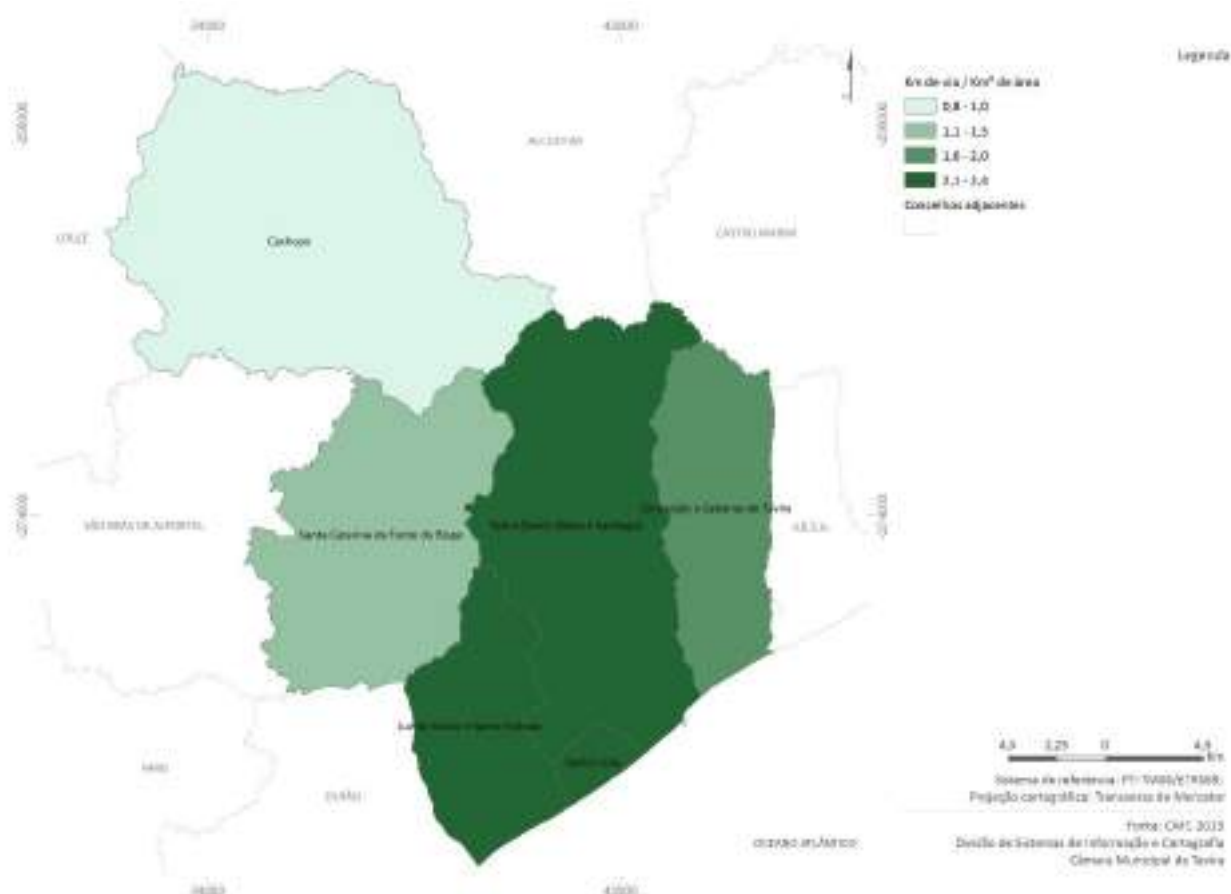


FIGURA 29 | Densidade de vias por freguesia (área).

Todavia, quando se analisa o indicador de km de via em relação à população, a situação inverte-se, correspondendo as maiores densidades à freguesia de Cachopo, com valor de 22,2km de via/100 habitantes, seguindo-se a freguesia de Conceição e Cabanas de Tavira e Santa Catarina da Fonte do Bispo, com valores entre 3,3 e 7,1km de via por cada 100 hab. Com as menores densidades temos a freguesia de Tavira (Santa Maria e Santiago) e Santa Luzia (Figura 33).

Observa-se pois uma menor densidade de vias por freguesia no litoral, facto explicável não pelo menor número de km de via, mas sim pela elevada concentração de população.

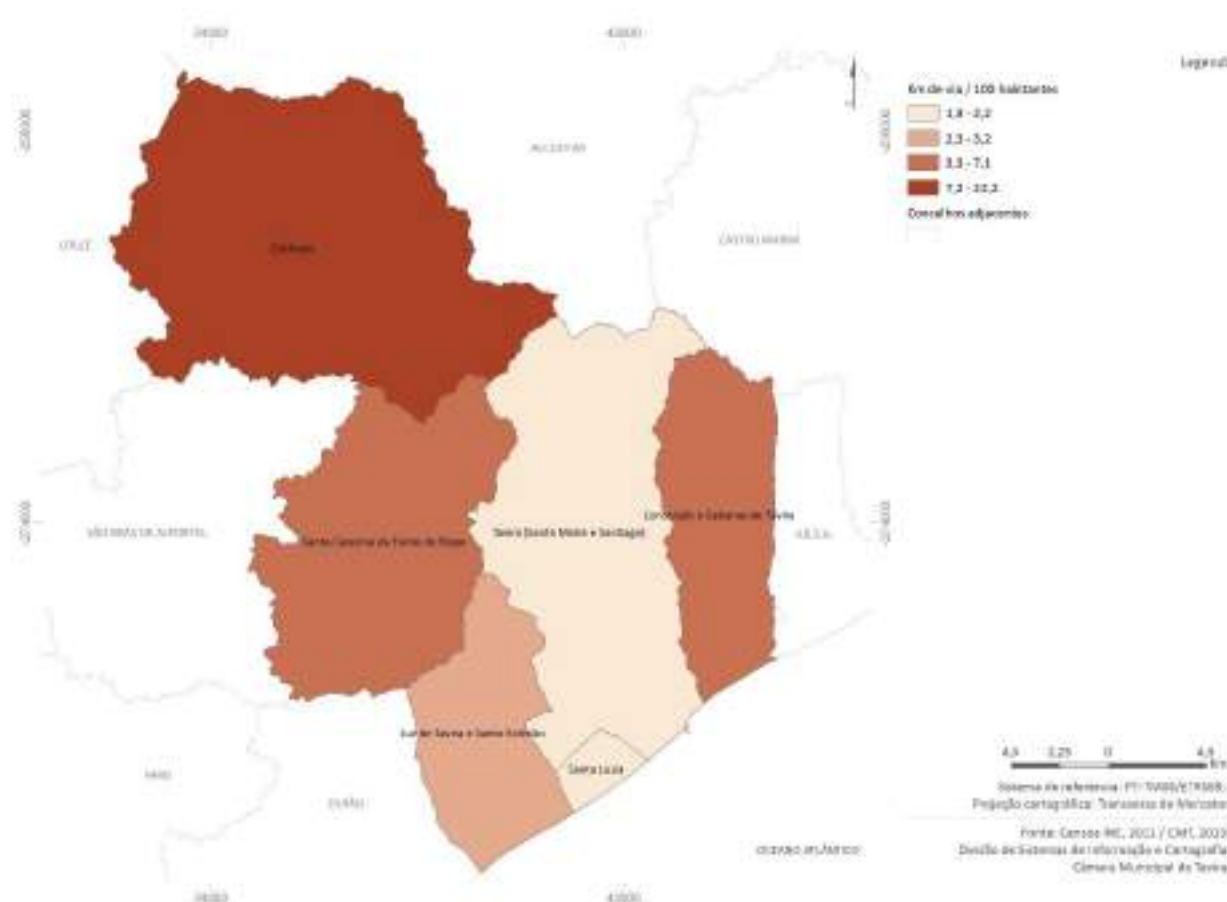


FIGURA 30 | Densidade de vias por freguesia/população residente.

Rede viária

ESTACIONAMENTO

O estudo do estacionamento deve contemplar uma perspetiva global do seu enquadramento com as problemáticas associadas a interfaces intermodais, à gestão da circulação e à geração/atração de tráfegos (peões e veículos).

A maior parte dos lugares delimitados existentes são de estacionamento gratuito e ao longo da via. As grandes bolsas de estacionamento/ parques de estacionamento apenas em Tavira têm relevância. Em ambos os casos anteriores existem lugares delimitados para operações de carga e descarga, deficientes, reservados a entidades/serviços, táxis ou outros.

Segundo o regulamento de trânsito do concelho de Tavira as operações de cargas e descargas apenas podem ser realizadas nos locais assinalados para o efeito, e, no período compreendido entre as 9:00 e as 19:00 horas, nos dias úteis, e entre as 9:00 e as 14:00 horas dos sábados. Excetuam-se os veículos pesados de mercadorias (com mais de 6,40 metros de comprimento), os quais podem carregar ou descarregar a qualquer hora mas apenas em local específico.

Nas ruas pedonais só são permitidas operações de carga e descarga entre as 7:00 e as 9:00 horas da manhã.

Em todos os aglomerados urbanos do concelho de Tavira, o estacionamento só é permitido na forma e nos locais expressamente destinados para esse efeito, devidamente sinalizados, ou nas ruas com largura suficiente para permitir o normal escoamento do trânsito, na faixa de rodagem, paralelamente, e o mais perto possível do seu bordo do lado direito, salvo se, por meio de sinalização especial, se mostre determinado o contrário (regulamento de trânsito).

De forma sucinta os lugares de estacionamento no concelho de Tavira (excetuando lugares de cargas e descargas, deficientes, táxis e entidades oficiais/ serviços) representam 14 333 lugares, dos quais 423 são tarifados na zona central da cidade, 1 539 são em parques de estacionamento públicos e 513 em parques de estacionamento privado (Quadro 49).

O estacionamento é um importante instrumento de gestão da mobilidade, uma vez que é uma variável que permite influenciar as escolhas modais de pessoas, desde que sejam introduzidas restrições à sua utilização, as quais podem ser de natureza diversa, destacando-se entre estas, a limitação da quantidade de estacionamento, do tempo de permanência ou a introdução de uma tarifa horária.

QUADRO 49 | Número de lugares de estacionamento.

(N.º)

Núcleo Urbano	LUGARES DE ESTACIONAMENTO							
	Longo da via	Tarifado	Cargas e descargas	Entidades oficiais/ Serviços	Deficientes	Táxis	Parque público	Parque privado
Tavira	7.472	423	155	95	82	25	1.410/6 ¹ /15 ²	
Santa Luzia	912		12	1	7			513
Conceição e Cabanas de Tavira	2.760		22	3	17		35	
Luz de Tavira e Santo Estêvão	512		15	10	3		94	
Santa Catarina F. do Bispo	138		1	2				
Cachopo	64							
Total	11.858	423	205		109	25	1.539/6 ¹ /15 ²	513

Nota: ¹Operações de carga e descarga em lugares de estacionamento público; ²Lugares reservados a deficientes.

Fonte: CMT, 2015

Por outro lado, o estacionamento é uma questão eminentemente urbana e, portanto, apenas relevante nos núcleos populacionais com alguma dimensão.

As áreas urbanas do concelho de Tavira classificam-se em três níveis: no primeiro está a cidade de Tavira (nível I); no nível II encontram-se as áreas urbanas de Conceição e Cabanas de Tavira, Santa Luzia, Luz de Tavira e Santo Estêvão, Santa Catarina da Fonte do Bispo e Cachopo. O nível III corresponde a aglomerados de pequena dimensão, pelo que não foram considerados relevantes, para efeitos deste estudo. Assim, e após uma análise mais cuidada da atração de cada um dos núcleos vamos debruçar-nos sobre três em especial, a cidade de Tavira, a vila de Santa Luzia, a aldeia de Conceição e a vila de Cabanas de Tavira. Dada a sua localização junto ao litoral, são áreas de grande dinamismo, seja pela dimensão dos seus aglomerados urbanos ou pela forte capacidade de atração turística e, como tal, mais geradoras de tráfego e, subsequentemente, de pressão sobre o estacionamento.

ESTACIONAMENTO

Núcleo urbano da cidade de Tavira

A oferta de estacionamento na cidade de Tavira centra-se nos parques de estacionamento periféricos e nas zonas de estacionamento tarifado na área central da cidade, enquanto soluções indutoras da redução da circulação automóvel no interior da malha urbana, incentivadoras da circulação pedonal e promotoras do ordenamento do trânsito.

É ainda de referir que existe no centro da cidade de Tavira, na zona mais antiga, onde as ruas são estreitas e o estacionamento escasso, a prática de estacionamento reservado a residentes. Este tipo de estacionamento permite a salvaguarda de estacionamento para os habitantes, locais que, na sua maioria não possuem estacionamento privado.

O número de lugares de estacionamento na cidade (excetuando lugares de cargas e descargas, deficientes, táxis e entidades oficiais/ serviços) é de 9 305 lugares (Figura 31).

Nalguns pontos da cidade ocorrem esporadicamente alguns conflitos de estacionamento associados a cargas e descargas. Embora não se tivesse procedido a um levantamento da situação, uma auscultação aleatória, em zonas de maior concentração de comércio, permite concluir a ocorrência de alguma problemática.

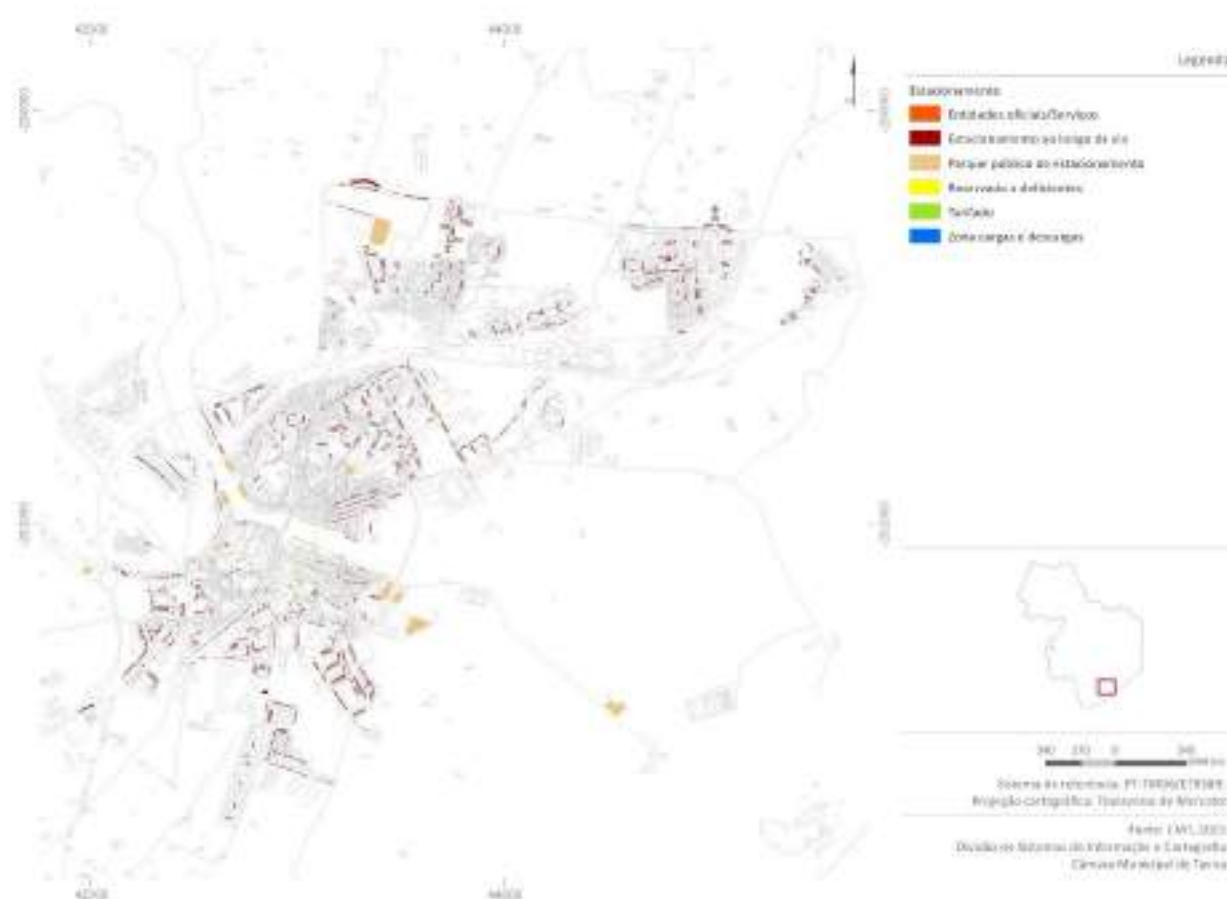


FIGURA 31 | Estacionamento na cidade de Távira.

ESTACIONAMENTO

Estacionamento em zona tarifada

A zona de estacionamento tarifado que se localiza na área central da cidade de Távira é constituída por 423 lugares (Figura 32).

A tarifação em certos períodos do dia, do estacionamento existente nas zonas centrais das cidades, constitui um importante instrumento de gestão do parqueamento e, indiretamente, da gestão da circulação automóvel nas áreas centrais urbanas, visando desincentivar a utilização do transporte individual nessas zonas, durante os períodos de maior movimento do dia e simultaneamente balancear a utilização do estacionamento. A grande rotatividade de estacionamento visa ainda facilitar o acesso ao comércio e serviços, localizados essencialmente nestas zonas.

Segundo o regulamento de trânsito os locais destinados a estacionamento tarifado são agrupados por zonas que se distinguem entre si pela duração máxima permitida (curta, média e longa duração) ou pela tarifa. O período de estacionamento tarifado divide-se em duas fases: nos dias úteis entre as 9:00 e as 19:00 horas e aos sábados entre as 9:00 e as 14:00 horas.

Por forma a incentivar a ocupação residencial no centro da cidade, a autarquia atribui aos residentes o cartão que possibilita a isenção do pagamento de estacionamento na rua de residência.



FIGURA 32 | Estacionamento tarifado na cidade de Tavira.

ESTACIONAMENTO

Parques públicos de estacionamento

Foram criados alguns parques de estacionamento na área envolvente ao centro da cidade, por forma a garantir uma boa acessibilidade e evitar a intrusão e circulação na zona histórica. O objetivo primordial dos parques é retirar os veículos da zona central, fomentando a circulação pedonal, uma vez que se trata de uma área com vias estreitas, fortemente turística e histórica.

A oferta de estacionamento em parques públicos é constituída por 1 431 lugares, dos quais 15 são reservados a deficientes e 6 destinados a operações de cargas e descargas (Figura 33).

No que respeita ao modo de utilização, os parques são de utilização gratuita, não existindo limitações quanto à duração do estacionamento, excetuando-se as restrições inerentes ao estacionamento considerado abusivo, tal como referenciado no regulamento de trânsito do concelho de Tavira e no Código da Estrada.



FIGURA 33 | Parques de estacionamento.

ESTACIONAMENTO

Núcleo urbano de Santa Luzia

É um núcleo urbano de grande influência sazonal, que pela sua localização tem grande atração turística, pois é servido por dois acessos às praias, daí se verificar grande afluência de tráfego, especialmente na época de verão, em que se verifica grande carência de estacionamento, especialmente na zona central de Santa Luzia.

O número de lugares de estacionamento ao longo da via são de 931, dos quais 12 destinam-se a operações de cargas e descargas e 7 são reservados a deficientes. Apenas existe um parque de estacionamento privado (pago), em Pedras D'El Rei com 513 lugares que serve o acesso à praia do Barril conforme a (Figura 34).



FIGURA 34 | Estacionamento em Santa Luzia e Pedras D'El Rei.

ESTACIONAMENTO

Núcleo urbano da Conceição e Cabanas de Tavira

Trata-se igualmente de uma área que sofre grande influência sazonal, especialmente pela sua localização junto à praia, verificando-se, especialmente na época de verão, um défice de estacionamento.

Esta área é servida por 2 799 lugares de estacionamento ao longo da via, dos quais 22 destinam-se a operações de cargas e descargas e 17 reservados a deficientes. Existem ainda 35 lugares em parques públicos de estacionamento conforme a figura 35.



FIGURA 35 | Estacionamento em Conceição e Cabanas de Tavira.

Rede viária

FLUXOS

Entrada e saída

Tendo como objetivo a apresentação das práticas de mobilidade que afetam o concelho de Tavira, será fundamental caracterizar o comportamento, em termos de mobilidade, da população ativa que estuda ou trabalha. Para tal, foram escolhidos indicadores que ajudam a compreender as tendências e dinâmicas existentes, nomeadamente a proporção de população residente que trabalha ou estuda noutro concelho, os principais meios de transporte utilizados e o tempo médio gasto nessas deslocações (Figuras 36 e 37).

A análise dos dados relativos, conforme se verifica nas figuras 36 e 37, quer aos residentes no concelho de Tavira, quer aos residentes noutros concelhos que trabalham ou estudam em Tavira, dominam as deslocações intra-concelhias (80,5% do total de residentes), registando-se que cerca de 2 600 residentes (19% do total de residentes) saem para trabalhar ou estudar noutro concelho, enquanto os que entram em Tavira cifram-se em cerca de 1 500 (pouco mais de metade dos residentes que saem).

Relativamente às deslocações intra-concelhias, verifica-se que da população que trabalha no concelho, 55% trabalha na freguesia de residência e 44% noutra freguesia do concelho. Em relação ao universo de estudantes 59% estudam na freguesia de residência e 40% deslocam-se para outra freguesia do concelho.

Mapa temático da distribuição espacial da população residente em Tavira que trabalha em estabelecimentos comerciais no Município. O mapa mostra a divisão do município em freguesias, cada uma com uma cor diferente que representa o número de residentes. Linhas vermelhas conectam o centro de cada freguesia a um ponto central no município. Um quadro de legendas no canto superior direito explica a escala de cores e os dados populacionais. Um quadro de dados no canto inferior direito fornece informações sobre o sistema de referência e a fonte dos dados.

Mapa temático da distribuição espacial da população residente em Tavira que trabalha em estabelecimentos comerciais no Município

Legenda:

Nº de residentes em Tavira que trabalham em estabelecimentos comerciais no Município

(Nº)

44 - 117
118 - 228
229 - 461
462 - 972

Concelhos adjacentes:

Algarve
Lisboa
Beja
Faro
Setúbal
Alentejo

T: Total
PD: (%) População a exercer profissão
ED: (%) População estudantil

Freguesias e População:

Freguesia	T	PD	ED
Algarve	117	41%	9%
Alentejo	117	41%	9%
Beja	117	41%	9%
Faro	117	41%	9%
Setúbal	117	41%	9%
Lisboa	117	41%	9%
Algarve	117	41%	9%
Alentejo	117	41%	9%
Beja	117	41%	9%
Faro	117	41%	9%
Setúbal	117	41%	9%
Lisboa	117	41%	9%
Algarve	117	41%	9%
Alentejo	117	41%	9%
Beja	117	41%	9%
Faro	117	41%	9%
Setúbal	117	41%	9%
Lisboa	117	41%	9%
Algarve	117	41%	9%
Alentejo	117	41%	9%
Beja	117	41%	9%
Faro	117	41%	9%
Setúbal	117	41%	9%
Lisboa	117	41%	9%
Algarve	117	41%	9%
Alentejo	117	41%	9%
Beja	117	41%	9%
Faro	117	41%	9%
Setúbal	117	41%	9%
Lisboa	117	41%	9%
Algarve	117	41%	9%
Alentejo	117	41%	9%
Beja	117	41%	9%
Faro	117	41%	9%
Setúbal	117	41%	9%
Lisboa	117	41%	9%
Algarve	117	41%	9%
Alentejo	117	41%	9%
Beja	117	41%	9%
Faro	117	41%	9%
Setúbal	117	41%	9%
Lisboa	117	41%	9%
Algarve	117	41%	9%
Alentejo	117	41%	9%
Beja	117	41%	9%
Faro	117	41%	9%
Setúbal	117	41%	9%
Lisboa	117	41%	9%
Algarve	117	41%	9%
Alentejo	117	41%	9%
Beja	117	41%	9%
Faro	117	41%	9%
Setúbal	117	41%	9%
Lisboa	117	41%	9%
Algarve	117	41%	9%
Alentejo	117	41%	9%
Beja	117	41%	9%
Faro	117	41%	9%
Setúbal	117	41%	9%
Lisboa	117	41%	9%
Algarve	117	41%	9%
Alentejo	117	41%	9%
Beja	117	41%	9%
Faro	117	41%	9%
Setúbal	117	41%	9%
Lisboa	117	41%	9%
Algarve	117	41%	9%
Alentejo	117	41%	9%
Beja	117	41%	9%
Faro	117	41%	9%
Setúbal	117	41%	9%
Lisboa	117	41%	9%
Algarve	117	41%	9%
Alentejo	117	41%	9%
Beja	117	41%	9%
Faro	117	41%	9%
Setúbal	117	41%	9%
Lisboa	117	41%	9%
Algarve	117	41%	9%
Alentejo	117	41%	9%
Beja	117	41%	9%
Faro	117	41%	9%
Setúbal	117	41%	9%
Lisboa	117	41%	9%
Algarve	117	41%	9%
Alentejo	117	41%	9%
Beja	117	41%	9%
Faro	117	41%	9%
Setúbal	117	41%	9%
Lisboa	117	41%	9%
Algarve	117	41%	9%
Alentejo			

Conforme se visualiza na figura 36, as deslocações dos residentes para outros concelhos, para trabalho ou estudo, destacam-se as saídas para o concelho de Faro (34% para trabalhar e 49% para estudar), seguido de Olhão e VRSA.

Conforme se visualiza na figura 36, as deslocações dos residentes para outros concelhos, para trabalho ou estudo, destacam-se as saídas para o concelho de Faro (34% para trabalhar e 49% para estudar), seguido de Olhão e VRSA.

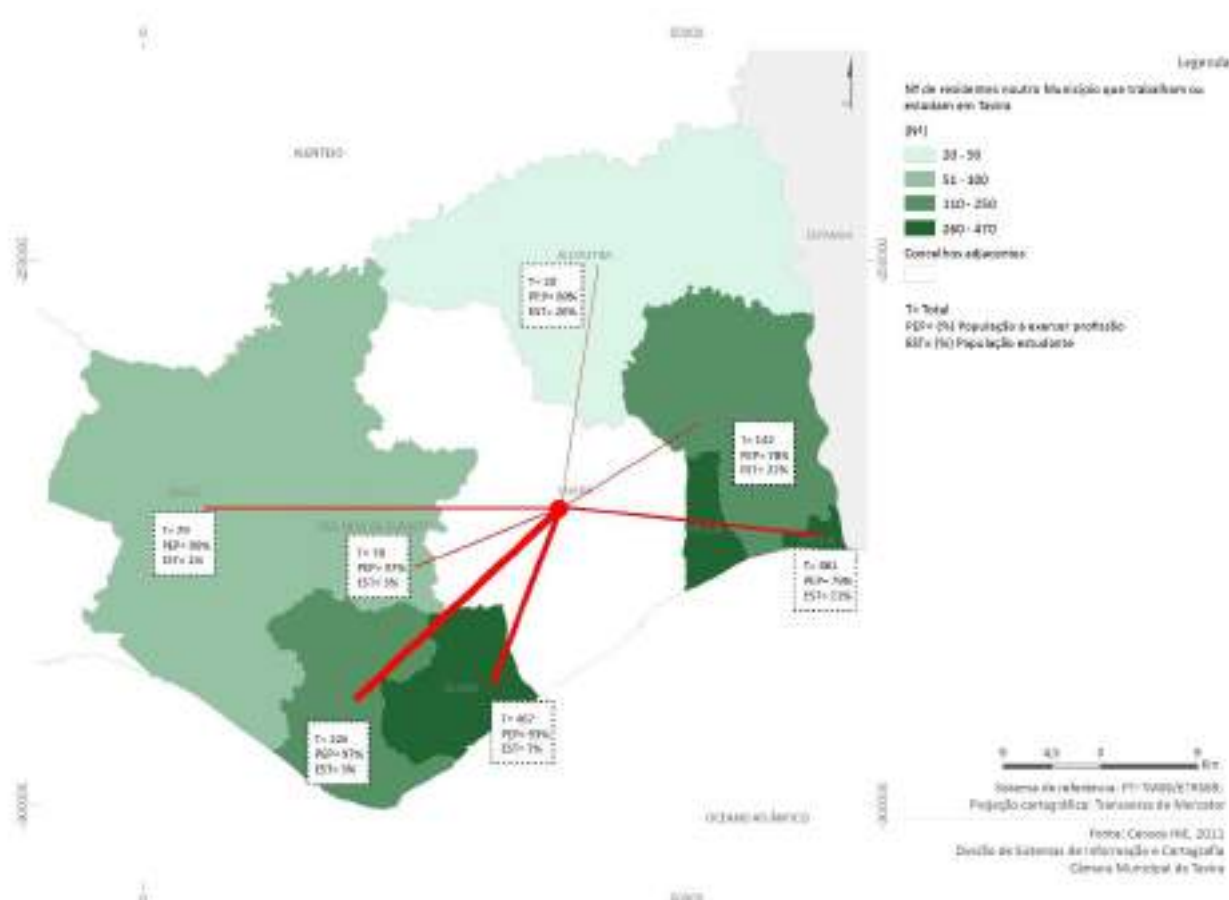


FIGURA 37 | População residente noutros concelhos que trabalham ou estudam em Távora.

Visualiza-se na figura 37, que, as viagens mais afluentes dos indivíduos residentes nos outros municípios para trabalhar e estudar em Távora, têm origem nos concelhos de Faro, Olhão e Vila Real de Santo António, no entanto para esta situação destacam-se as deslocações de Olhão e VRSA.

Comparando os dois últimos concelhos - Olhão e VRSA, a população estudantil que se desloca de Olhão é cerca de 30% da de VRSA, em relação à população que se desloca para trabalhar a diferença cifra-se em aproximadamente 10%.

Além das deslocações intra-concelhias, no global, as principais relações de interdependência de trabalho e de estudo ocorrem com os municípios mais próximos. Efetivamente, Faro, Olhão e VRSA representam 41% das deslocações obrigatórias com destino a Távora e 72% das deslocações de residentes em Távora para os mesmos concelhos.

Rede viária

TRANSPORTE URBANO

O transporte urbano, designado “sobe e desce”, constituído por dois circuitos urbanos que abrangem o centro e a periferia da cidade (urbanizações), é realizado diariamente, à exceção de domingos e feriados.

Visando a melhoria da qualidade do serviço prestado, os dois circuitos cruzam-se e complementam-se, passando pelos principais núcleos de comércio, serviços e escolas, dispensando a necessidade de utilização de viaturas particulares nas deslocações diárias.

Existe, durante o período escolar, um reforço de um percurso na linha do “sobe” nos horários de mais afluência de alunos, coincidente com os horários de entrada e saída das escolas. Realça-se que o aumento na adesão ao serviço, nomeadamente por parte da população estudante, tem evoluído significativamente.

Este serviço concessionado à empresa EVA tem uma área de influência de 4,08km², correspondente a 53% da área total da cidade, abrangendo 87% da população total residente na cidade (Figura 38).

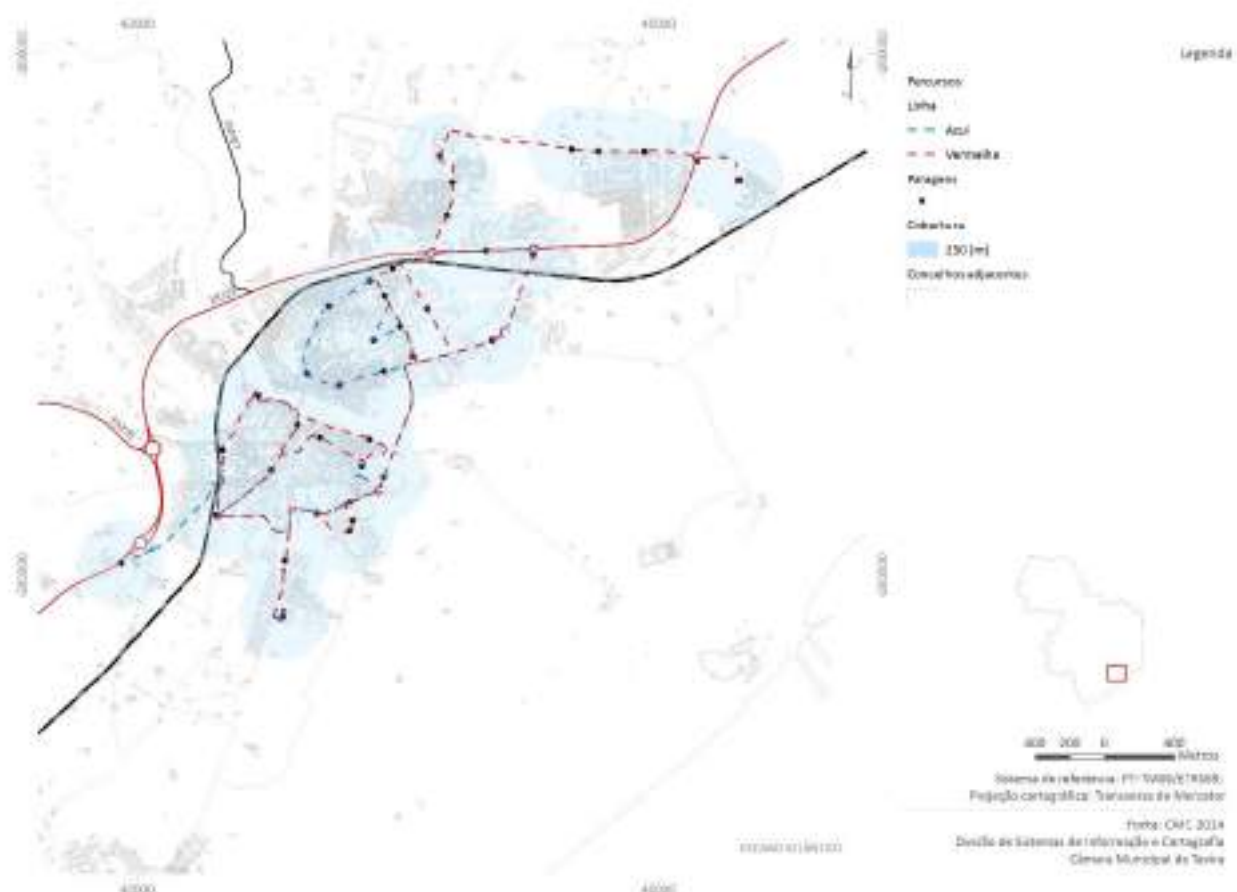


FIGURA 38 | Rede/cobertura do transporte urbano “Sobe e Desce”.

Rede viária

CICLOVIAS

O concelho de Tavira é atravessado pela Ecovia do Algarve, uma via ciclável que ligará o Cabo de São Vicente a VRSA, com uma extensão de 214km, passando por 12 concelhos. O troço da Ecovia do Algarve que atravessa Tavira tem uma extensão de 23km, ligando o Livramento (na freguesia da Luz de Tavira e Santo Estêvão) à freguesia de Conceição e Cabanas de Tavira (Figura 39). Assume, neste concelho, diferentes características, designadamente: via reservada a veículos exclusivamente não motorizados; percurso em via de utilização mista sem separação física entre veículos motorizados e não motorizados, sendo o trajeto da ecovia indicado por sinalização própria; percursos em caminhos com volume de tráfego muito reduzido. Acresce que, pelas suas características e atendendo ao seu traçado, esta infraestrutura potencia, sobretudo, a utilização da bicicleta para fins de recreio e lazer, não estabelecendo ligações entre polos geradores e atratores de deslocações capazes de fomentar a utilização da bicicleta nestes percursos (casa-escola; casa-trabalho).

Desta forma, é desejável a criação de uma rede ciclável municipal, articulada com a Ecovia do Algarve, que fomente a utilização da bicicleta nas deslocações urbanas e interurbanas de curta distância, propondo-se que esta rede seja objeto de estudo técnico, contemplado nas vias a criar ou a requalificar.

Considera-se ainda, que o troço da ecovia atualmente existente na Rua Almirante Cândido dos Reis, por oferecer reduzidas condições de segurança aos ciclistas, deverá ser objeto de intervenção no sentido de aumentar a segurança dos seus utilizadores, bem como o próprio conforto na sua utilização.

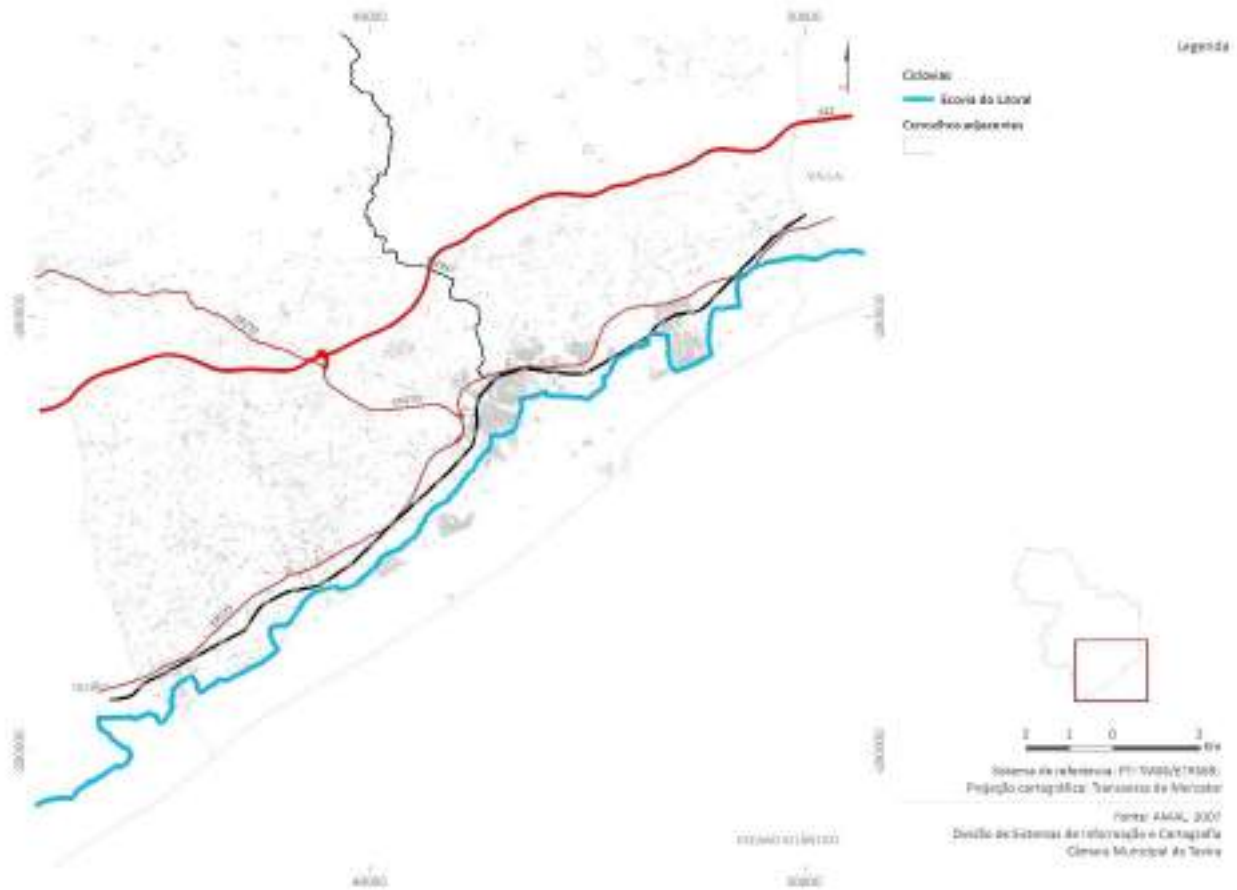


FIGURA 39 | Ciclovía no concelho de Tavira.

INFRAESTRUTURAS
RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

A Tavoraverde - Empresa Municipal de Ambiente, E. M. (Tavoraverde) é responsável pela recolha dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) em toda a área geográfica do concelho de Tavira, procedendo ao seu transporte até à Estação de Transferência de Tavira (instalação da ALGAR - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. (ALGAR) localizada na Senhora da Saúde, Fonte Salgada e que entrou em funcionamento em abril de 1998).

A empresa municipal dotou o concelho de Tavira com uma rede de contentores de várias dimensões, distribuídos pelas várias freguesias (Quadro 50 e Figura 40):

QUADRO 50 | Tipologia e quantidade de contentores.

(N.º)

FREGUESIA	CONTENTORES DE SUPERFÍCIE	CONTENTORES ENTERRADOS	
	800 L	3000L	1100L
Tavira (Santa Maria e Santiago)	545	118	12
Santa Luzia	104	5	
Luz de Tavira e Santo Estevão	320	2	7
Santa Catarina da Fonte do Bispo	140		2
Cachopo	65		
Conceição e Cabanas de Tavira	250	21	27
Total Concelho	1424	146	48

Fonte: Tavoraverde, 2015

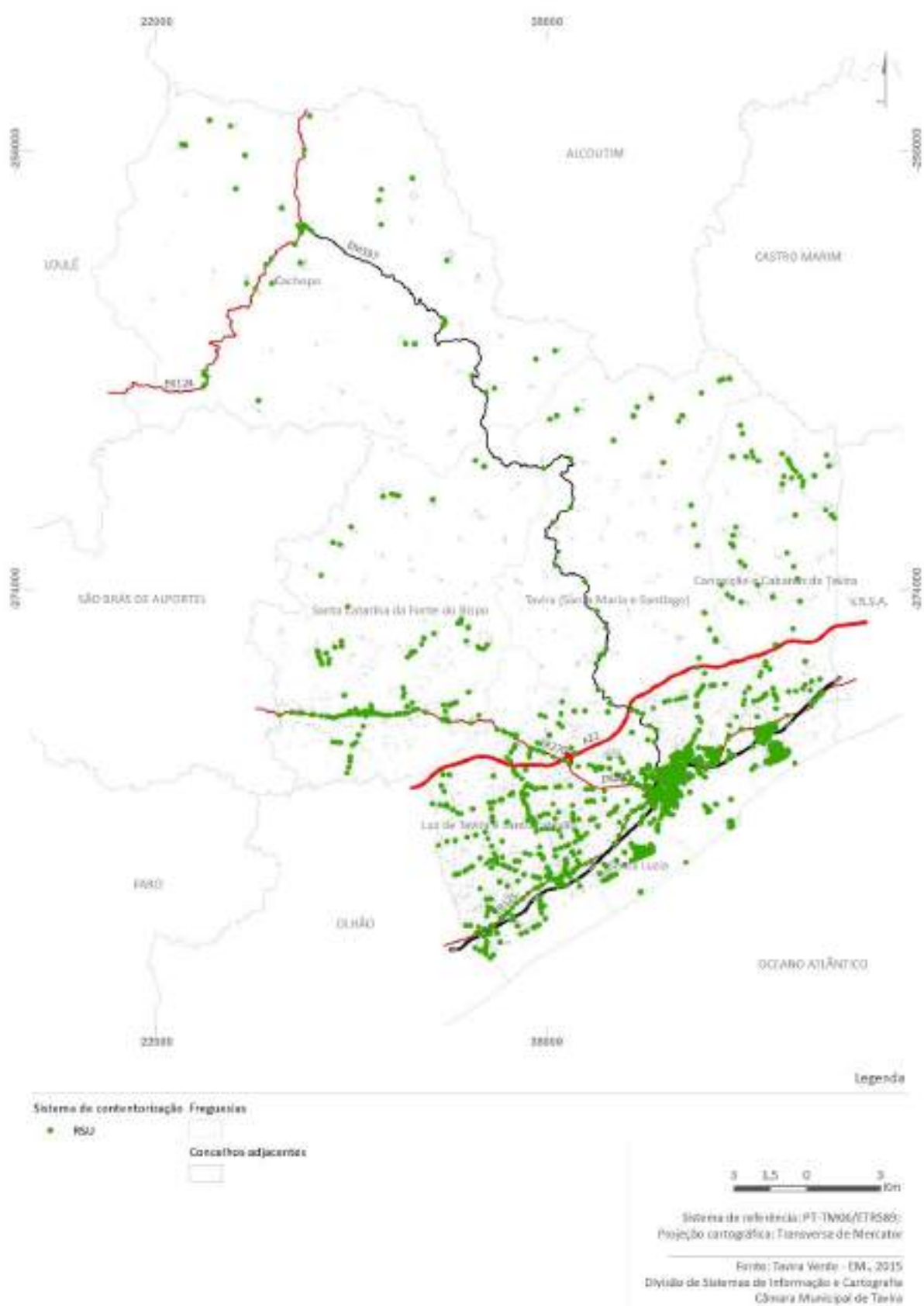


FIGURA 40 | Distribuição do sistema de contentorização de RSU no concelho de Tavira.

A recolha dos resíduos recicláveis no concelho de Tavira é na sua maioria realizada pela ALGAR.

A Tavraverde também faz parte da recolha, mas com menor expressão.

Para a deposição seletiva, no concelho de Tavira existem os equipamentos elencados no quadro 51, distribuídos de acordo com o quadro 52.

QUADRO 51 | Número de contentores de deposição seletiva.

MATERIAL	TOTAL DE CONTENTORES	N.º DE CONTENTORES DE SUPERFÍCIE	N.º DE CONTENTORES SUBTERRÂNEOS
Plástico/Metal	194	126	68
Papel/Cartão	203	134	69
Pilhas	41	41	0
Vidro	224	156	68

Fonte: ALGAR, 2015

QUADRO 52 | Total de contentores por freguesia.

(N.º)

MATERIAL	CABANAS E CONCEIÇÃO DE TAVIRA	CACHOPO	STA. CATARINA DA FONTE DO BISPO	STA. LUZIA	TAVIRA (STA. MARIA E SANTIAGO)	LUZ DE TAVIRA E SANTO ESTEVÃO
Plástico/Metal	48	3	4	13	105	21
Papel/Cartão	49	4	4	13	109	24
Pilhas	2	0	1	3	32	3
Vidro	52	4	6	20	113	30

Fonte: ALGAR, 2015

Os equipamentos elencados encontram-se distribuídos por 185 ecopontos, conforme quadro 53 e figura 41.

QUADRO 53 | Número total de ecopontos.

TIPOLOGIA	N.º ECOPONTOS
Superfície	118
Subterrâneos	67

Fonte: ALGAR, 2015

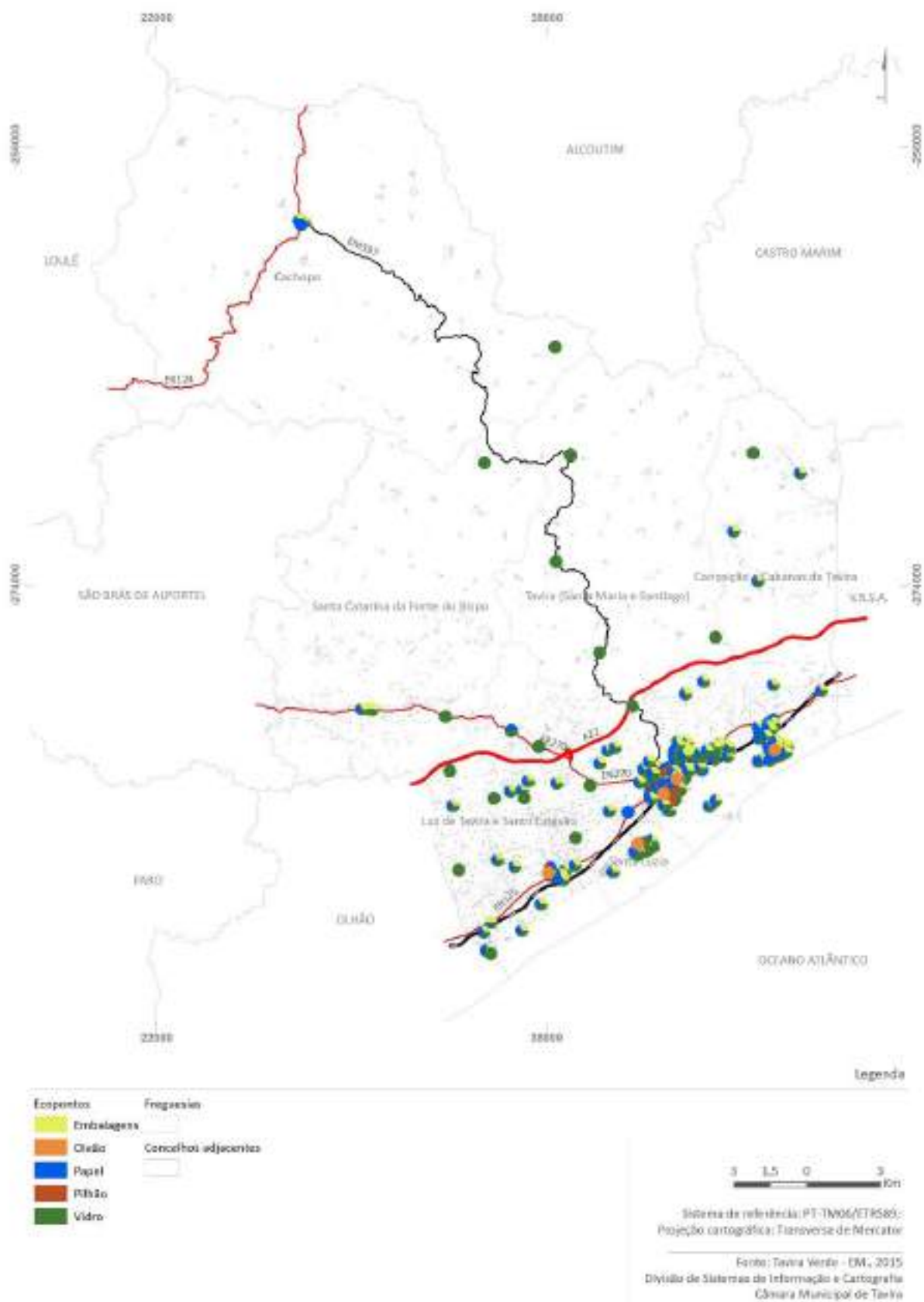


FIGURA 41 | Distribuição dos Ecopontos no concelho de Taveira.

Para além da recolha a partir da rede de ecopontos e contentores, a ALGAR criou um serviço gratuito de apoio exclusivo a comerciantes e a grandes produtores, denominado “Ambilinha”, para a recolha porta a porta de resíduos de embalagem (vidro, papel/cartão e plástico/metal).

À data de 31 de dezembro de 2014 existiam no concelho de Tavira, 249 aderentes ao serviço Ambilinha.

Infraestruturas

ILUMINAÇÃO PÚBLICA

A zona Norte do concelho é servida por uma rede elétrica aérea a 15 kV, estruturada em anel abrangendo as freguesias de Cachopo, Santa Catarina da Fonte do Bispo, interligando com a Subestação de Tavira e desenvolvendo-se para as freguesias - Tavira (Santa Maria – Santiago), Luz de Tavira e Santo Estêvão e Conceição e Cabanas de Tavira. As redes referidas estão, de um modo geral, com uma estrutura e dimensionamento adequados às necessidades do concelho, permitindo o fornecimento de energia elétrica a toda a população praticamente sem qualquer tipo de restrições.

Os 425 Postos de Transformação (PTs) estão distribuídos ao longo desta rede, estando de uma forma geral sobredimensionados para as cargas que servem. Em caso de existência de novas necessidades, quer pelo aparecimento de novos consumidores quer pelo aumento dos consumos dos atuais consumidores, será possível a instalação de novos PTs alimentados em MT a partir dos anéis subterrâneos já referidos ou a partir das linhas aéreas existentes. As redes de distribuição em baixa tensão são na generalidade subterrâneas, existindo, porém, troços aéreos ainda em cobre nu e cabos do tipo torçada apoiados em postes e/ou fixos ao longo dos edifícios em plena zona urbana. De um modo geral pode afirmar-se que a rede de distribuição de energia elétrica no concelho é fiável. A fiabilidade da rede de distribuição passa pela sua automatização, ao nível da MT, a qual está a ser implementada nas redes do concelho, ao nível dos PTs, embora presentemente apenas um pequeno número de PTs estejam dotados deste tipo de equipamentos / tecnologia.

No concelho de Tavira está estabelecida uma rede de AT que alimenta um conjunto de 2 subestações elétricas de transformação (Santa Margarida e Cachopo) de alta para média tensão. Destas subestações deriva uma rede de MT que garante fornecimento de energia a 425 PTs.

É a partir destes PTs que se desenvolve a rede de BT que chega às instalações e alimenta a maioria dos consumidores de eletricidade. A acompanhar a rede de BT, existe a rede de Iluminação Pública (IP) sobre a qual estão instaladas no concelho cerca de 14 500 luminárias (Figura 42).

ESTADO DO TERRITÓRIO

AMBIENTE CONSUMOS

Água

Os volumes de água aduzidos aos sistemas de abastecimento da Taviraverde integram água de diversas origens, sendo a maior percentagem entregue pelo Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve (SMAAA). Para além da água comprada à AdA, parte do volume da água aduzida tem origem nos furos (captações de água subterrânea) geridos pela empresa municipal.

Para o abastecimento de alguns aglomerados muito próximos do limite geográfico do concelho vizinho, a Taviraverde recorre à compra de água ao sistema de abastecimento do Município de VRSA (Quadro 54).

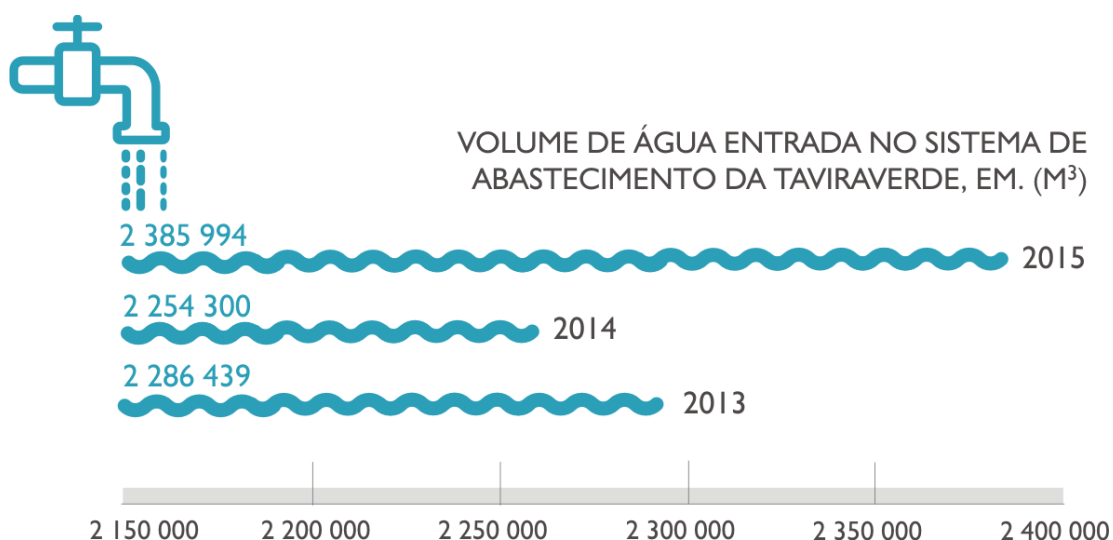
QUADRO 54 | Valores aduzidos para os reservatórios/redes abastecimento da Taviraverde no ano de 2014.

ORIGEM/ENTIDADE GESTORA	VALOR ADUZIDO (m³)
Águas do Algarve	2 228 032
Furos	24 869
DGU – VRSA *	1 399
TOTAL	2 254 300

Nota: *Água comprada ao concelho de Vila Real de Santo António

Fonte: Taviraverde, 2016

No gráfico 25 podem-se observar os volumes totais de água aduzidos ao sistema de abastecimento público nos últimos 3 anos.



Fonte: Taviraverde, 2016

GRÁFICO 25 | Volume de água aduzido de 2013 a 2015.

No ano de 2015, os meses de maior e menor volume de água aduzida foram julho (334 992 m³) e fevereiro (127 235 m³), respetivamente. Quanto à água faturada aos clientes, registou-se o maior e menor volume, nos meses de agosto (286 821 m³) e fevereiro (97 858 m³).

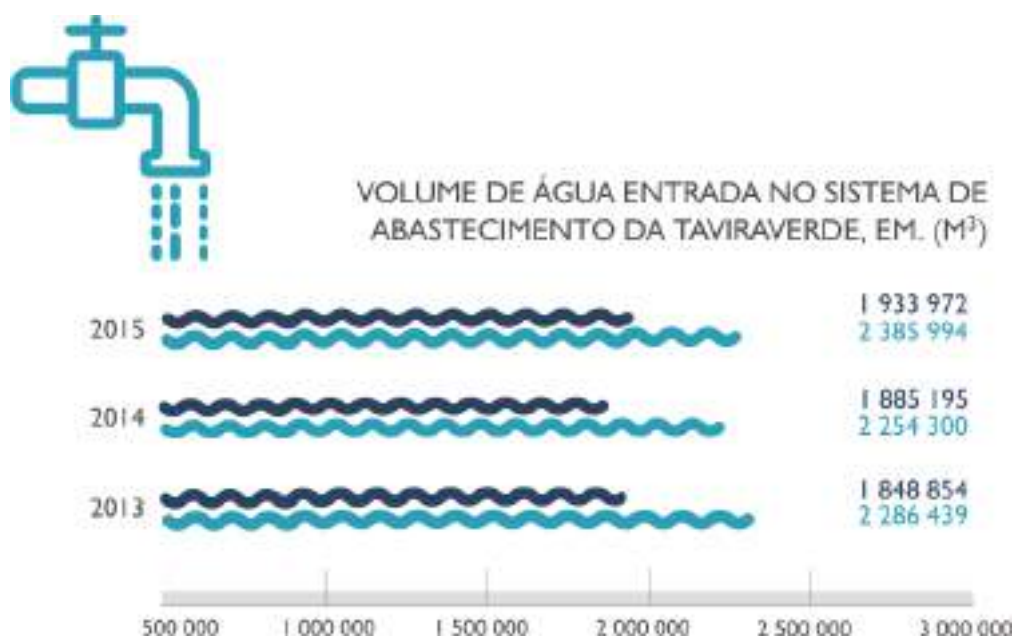
No gráfico 26 é perceptível o aumento gradual dos volumes de água faturada pela Taviraverde nos anos de 2013 a 2015.



Fonte: Tavraverde, 2016

GRÁFICO 26 | Volume de água faturado pela Tavraverde, de 2013 a 2015.

É também notória a diferença entre os volumes da água aduzida e da água efetivamente faturada (Gráfico 27). Tal facto deve-se essencialmente às perdas na rede e aos consumos próprios da entidade gestora.



Fonte: Tavraverde, 2016

GRÁFICO 27 | Diferencial entre água aduzida e água faturada entre 2013 a 2015.

Dos dados fornecidos pela Tavraverde as perdas reais nas redes sob gestão daquela empresa foram nos anos de 2013, 2014 e 2015 de 17,05%, 14,11% e de 16,70% respetivamente.

CONSUMOS

Energia elétrica

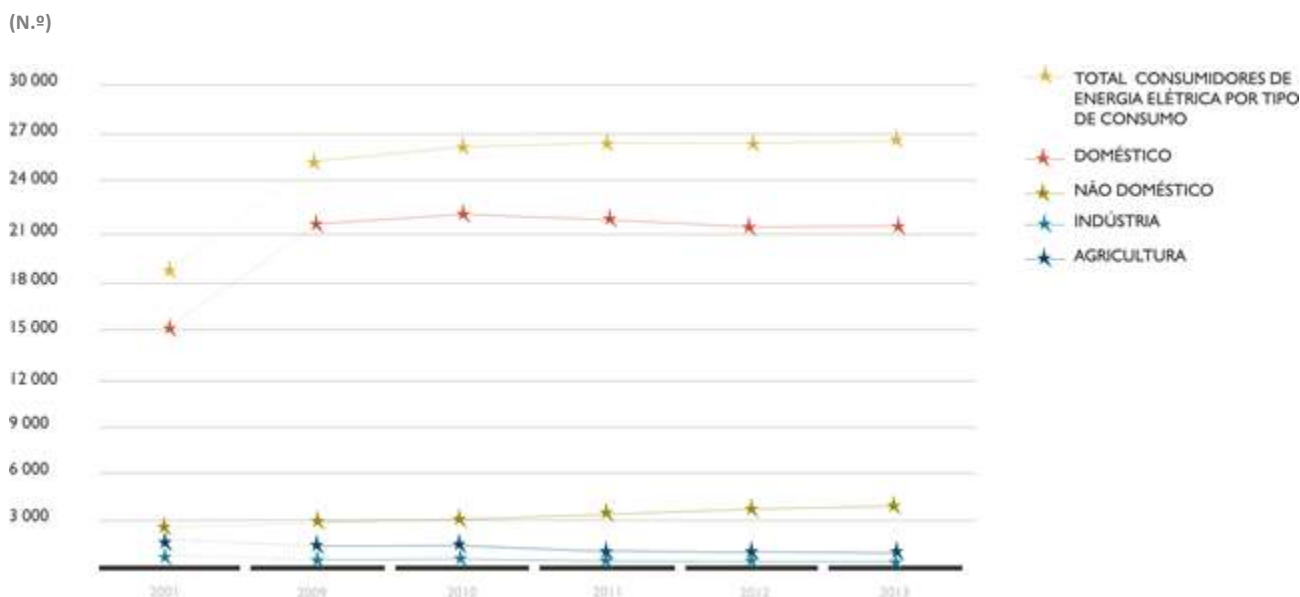
No que respeita ao número de consumidores, e recorrendo a dados para o período compreendido entre 2001 e 2013, constata-se que os mesmos têm vindo a aumentar gradualmente (Quadro 55).

QUADRO 55 | Evolução do número total de consumidores de energia elétrica no concelho de Tavira, entre 2001 e 2013.

TERRITÓRIO		TOTAL DE CONSUMIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA					
		TOTAL (Nº)					
Âmbito geográfico	Anos	2001	2009	2010	2011	2012	2013
Município	Tavira	19 302	25 808	26 273	26 386	26 326	26 541

Fonte: Pordata, 2015

No que respeita à distribuição do consumo total pelos diferentes tipos de atividade, verifica-se no concelho de Tavira, que o consumo de energia tem maior impacto ao nível Doméstico e, por outro lado, é na Indústria que os consumos têm menor relevância (Gráfico 28).



Fonte: Pordata, 2015

GRÁFICO 28 | Consumidores de energia elétrica por tipo de atividade no concelho de Tavira.

O quadro que se segue retrata os valores totais dos consumos de energia elétrica em todo o concelho, entre os anos de 2001 e 2013, sendo este último provisório. Nota-se um aumento progressivo do consumo até 2010, decrescendo a partir daí, resultado da difícil conjuntura económica do País e da própria Região (Quadro 56).

QUADRO 56 | Valores totais de consumo de Energia Elétrica no concelho de Tavira, entre 2001 e 2013.

KWh (quilowatt-hora)

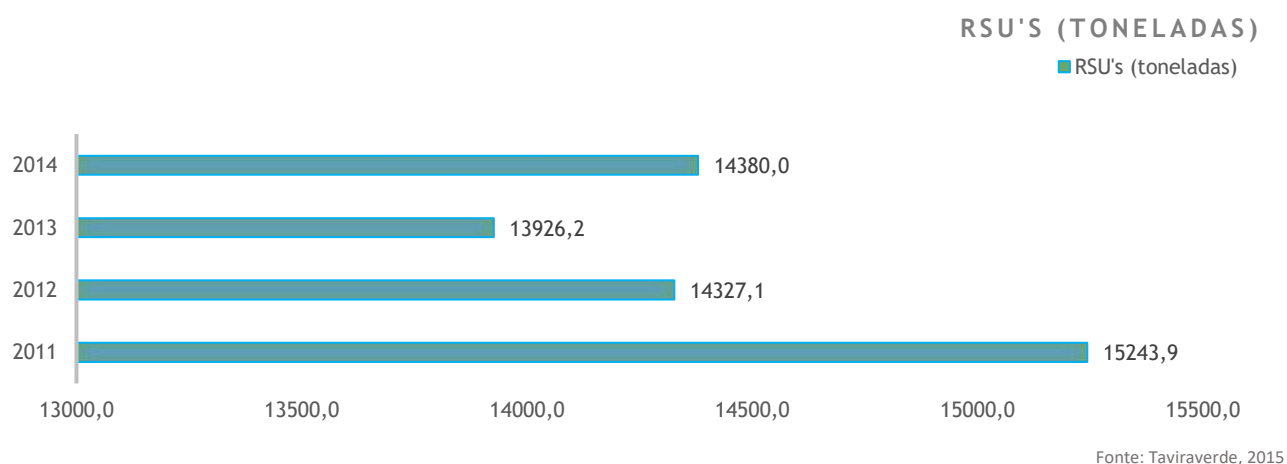
TERRITÓRIO		CONSUMO TOTAL DE ENERGIA ELÉTRICA					
		TOTAL					
Âmbito geográfico	Anos	2001	2009	2010	2011	2012	2013
Município	Tavira	70 375 943	111 776 762	(r) 116 552 299	111 967 600	107 425 699	Pro 101 796 661

Pro (dados provisórios)

Fonte: Pordata, 2015

CONSUMOS**Resíduos**

Nos gráficos 29, 30 e 31 é possível ver a evolução das quantidades em toneladas dos resíduos entregues pela Tavraverde à ALGAR nos anos de 2011 a 2014.

**GRÁFICO 29** | RSU entregues pela Tavraverde na Estação Transferência de Tavira (ALGAR).

Denota-se um decréscimo considerável na produção de RSU ao longo dos anos 2011 a 2013, voltando a crescer a produção no ano de 2014 (taxa de crescimento de 3% entre 2013 e 2014).

Toneladas

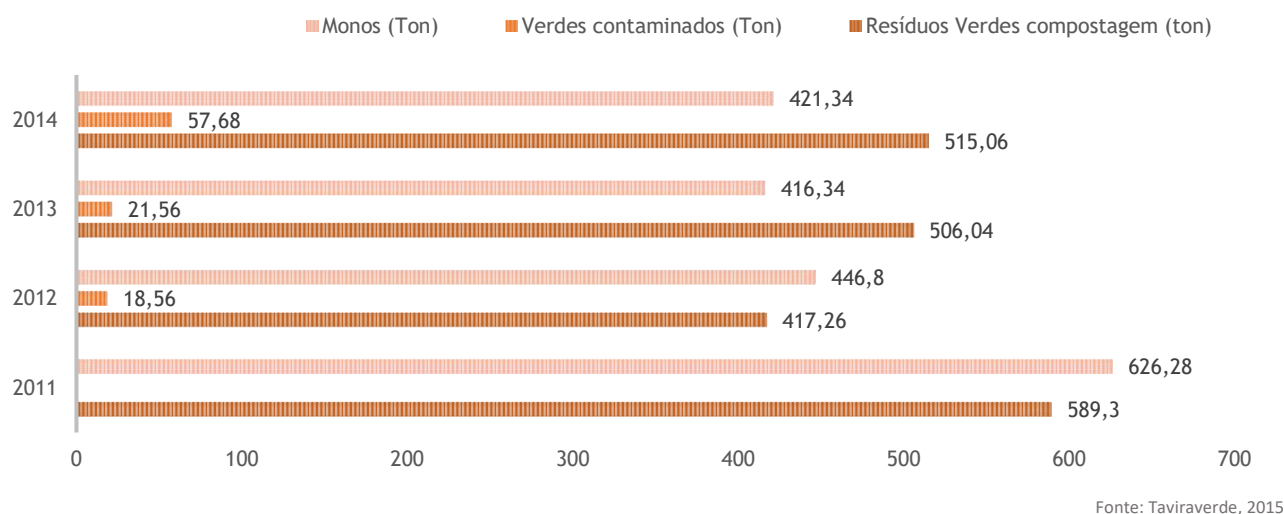


GRÁFICO 30 | Monos e verdes entregues pela Taververde na Estação Transferência de Tavira (ALGAR).

Verificou-se um decréscimo (-29%) na entrega dos resíduos verdes para compostagem de 2011 para 2012, voltando a aumentar em 21% no ano de 2013. Em 2012 iniciou-se a contabilização dos resíduos verdes contaminados sendo notório o aumento da produção destes resíduos de 2013 para 2014 (+ 168%).

A entrega de monos reduziu cerca de 29% de 2011 para 2012.

Toneladas

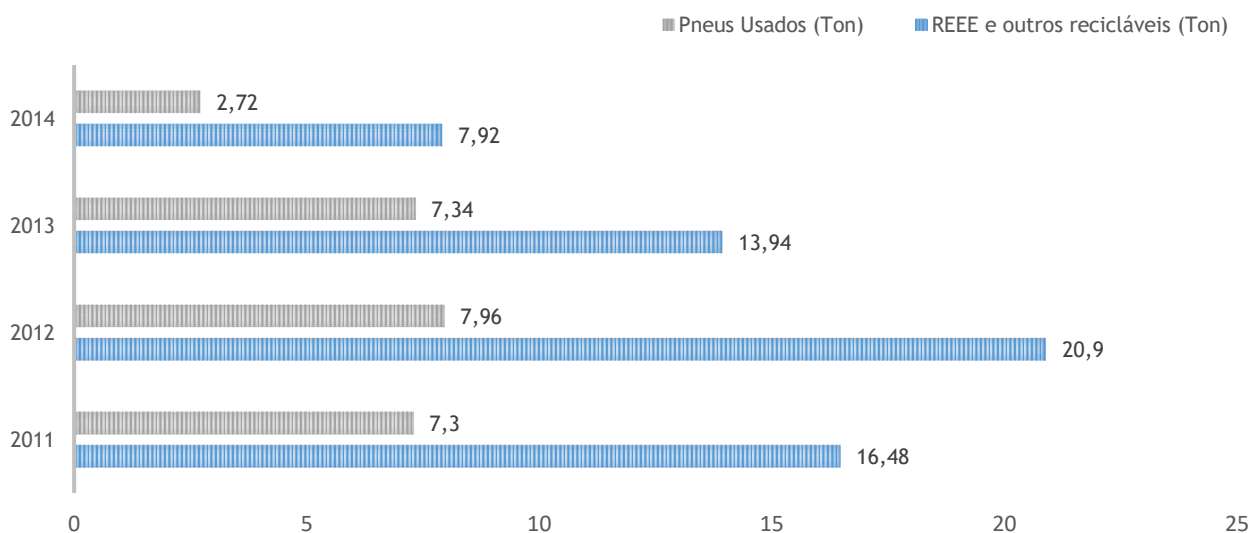


GRÁFICO 31 | Pneus usados, REEE e outros recicláveis entregues pela Taververde na Estação Transferência de Tavira (ALGAR).

A taxa de crescimento da entrega de Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos (REEE) entre 2011 e 2012 foi de 27%, caindo drasticamente nos anos seguintes (-33% em 2013 e -43% em 2014). Tal facto poderá estar associado à recolha dos resíduos em vários pontos instalados (ponto eletrão) por empresas aderentes ao Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos (SIGREEE).

Relativamente aos pneus verifica-se uma drástica diminuição da taxa de crescimento de 2013 para 2014 (- 63%).

QUADRO 57 | Total de resíduos entregues pela Tavraverde à ALGAR, entre 2011 e 2014, e respetivas taxas de crescimento.

Toneladas

	2011	2012	2013	2014
RSU	15243,96	14327,14	13926,20	14380,00
Verdes compostagem	589,30	417,26	506,04	515,06
Verdes contaminados	-	18,56	21,56	57,68
Monstros	626,28	446,80	416,34	421,34
REEE	16,48	20,90	13,94	7,92
Pneus Usados	7,30	7,96	7,34	2,72
Total	16483,32	15238,62	14891,42	15384,72
Tx. Cresc. RSU	n.a.	- 6%	-3%	3%
Tx. Cresc. Verdes compostagem	n.a.	-29%	21%	2%
Tx. Cresc. Verdes contaminados	n.a.	n.a.	16%	168%
Tx. Cresc. Monstros	n.a.	-29%	-7%	1%
Tx. Cresc. REEE	n.a.	27%	-33%	-43%
Tx. Cresc. Pneus usados	n.a.	9%	-8%	-63%
Tx. Cresc. Total	n.a.	-8%	-2%	3%

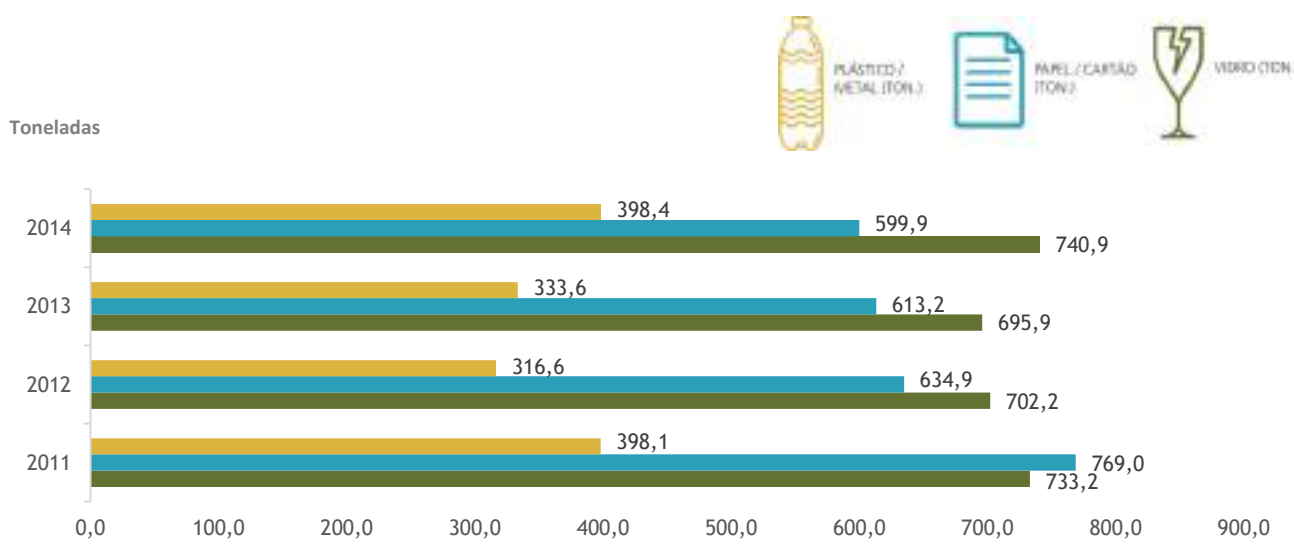
Fonte: ALGAR, 2015

RESÍDUOS

DiferenciadosEvolução dos resíduos de embalagens recolhidos pela algar e tavraverde

A recolha de cartão efetuada pela ALGAR tem vindo a diminuir ao longo dos últimos anos. O mesmo se verifica para o cartão recolhido pela Tavraverde, registando-se taxas de crescimento negativas de -38% em 2013 e -31% em 2014.

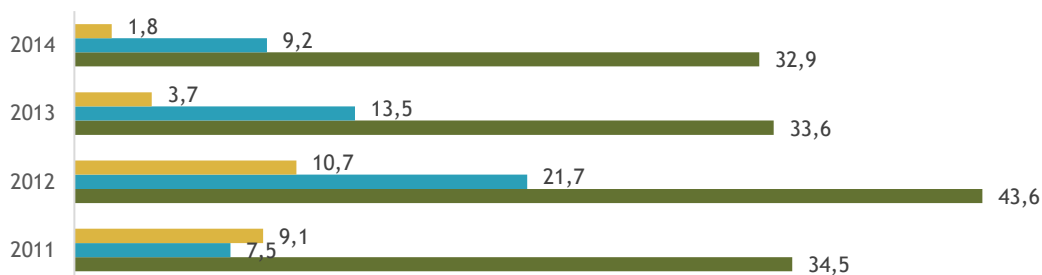
A recolha de plástico e metal pela ALGAR teve uma taxa de crescimento positiva nos últimos 2 anos, com 5% em 2013 e 19% em 2014. Em contrapartida a taxa de crescimento dos resíduos entregues pela Tavraverde, foi negativa com -65% em 2013 e -52% em 2014 (Gráficos 32, 33, 34, 35, 36, e 37).



Fonte: ALGAR, 2015

GRÁFICO 32 | Resíduos de embalagens recolhidos pela ALGAR.

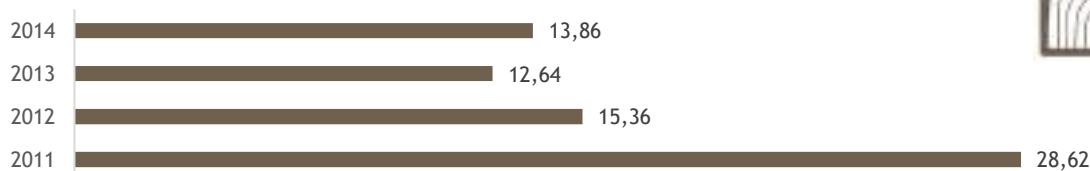
Toneladas



Fonte: ALGAR, 2015

GRÁFICO 33 | Resíduos de embalagens recolhidos pela Tavraverde.

Toneladas



Fonte: ALGAR, 2015

GRÁFICO 34 | Resíduos de madeira/ALGAR.

Toneladas



Fonte: ALGAR, 2015

GRÁFICO 35 | Resíduos de madeira/Tavraverde.

Toneladas



Fonte: ALGAR, 2015

GRÁFICO 36 | Pilhas/ALGAR.

Toneladas



Fonte: Taviraverde, 2015

GRÁFICO 37 | Pilhas/Taviraverde.

Em 2014 agosto foi o mês onde se registou uma maior recolha de resíduos recicláveis, com 251 511 ton. e dezembro o mês com menores quantidades recolhidas, com 94 867 ton. Esta diferença está diretamente relacionada com a sazonalidade turística que se verifica na região do Algarve.

A capitação média diária (kg/hab.) para os anos de 2011 a 2014, inclusive, não sofreu alteração e mantém o valor de 0,2 kg/hab./dia.

Nota: O número de habitantes do concelho de Tavira foi estimada para cada ano segundo os seguintes critérios:

2011 – População residente em lugares censitários (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011) e Escalão de dimensão populacional; Decenal – INE, Recenseamento da População e Habitação;

2012-2013 – População residente (N.º) por Local de residência (NUTS – 2002), Sexo e Grupo etário, Anual – INE Estimativas Anuais da População Residente;

2014 – Estimativas provisórias Anuais de População Residente em Portugal em 31 de dezembro de 2012 (aplicado a variação da região ao município de Tavira).

Ambiente

ESPAÇOS VERDES

Capitação

A Estrutura Verde Urbana (EVU) de uma cidade é um dos elementos seus constituintes mais importantes, devido ao seu múltiplo papel no equilíbrio urbano, proporcionando não apenas benefícios ambientais como também sociais e económicos. Possui como base os sistemas naturais e áreas verdes existentes em meio urbano devendo ser tratada conjuntamente, numa estrutura coerente com vista à promoção do equilíbrio, sustentabilidade e qualidade de vida.

Capitação

Padrões definidos para a EVU

Cada ser humano tem necessidade de uma quantidade média de oxigénio igual à que pode ser fornecida por uma superfície foliar de 150m². Tendo por base esta superfície, o valor global considerado desejável para a EVU é de 40m²/habitante.

Esta estrutura deverá ser constituída por duas subestruturas, para as quais se apontam as seguintes dimensões:

- Estrutura Verde Principal (EVP) – 30m²/hab.;
- Estrutura Verde Secundária (EVS) – 10m²/hab..

O que significa que a cidade de Tavira deverá ter no total 532 480m² de EVU, ao considerar 13 312 habitantes de acordo com os censos de 2011. A EVP deve ter a área de 399 360m² e a EVS 133 120m² de ocupação total.

A EVP engloba os espaços verdes localizados nas áreas de maior interesse ecológico ou nas mais importantes para o funcionamento dos sistemas naturais (vegetação, circulação hídrica e climática, património paisagístico, etc.). Com esta estrutura pretende-se assegurar a ligação da paisagem envolvente ao centro da cidade e o enquadramento das redes de circulação viária e pedonal, por integração dos espaços que constituem os equipamentos coletivos verdes de maior dimensão e de conceção mais naturalista. Funciona como que a espinha dorsal da estrutura ecológica da cidade e subdivide-se em:

- Espaços verdes de recreio, lazer e desporto compostos por:
 - Parque urbano: locais amplos ajardinados e arborizados vocacionados para servir as populações urbanas com fins de recreio, de descanso, educativos e desportivos entre outros.
- Espaços verdes de proteção e conservação compostos por:
 - Áreas de risco e proteção: incluem-se nesta categoria espaços como áreas em risco de erosão, ameaçadas pelas cheias e cabeceiras de linhas de água;
 - Eixos viários: infraestruturas viárias (ER125) e Linha Ferroviária definidas por área de proteção “*non aedificandi*”.

A EVS são áreas de menor relevância ecológica e dimensão que penetram nas zonas edificadas, apresentando portanto um carácter mais urbano e modificando-se ao longo do seu percurso, para constituir espaços de jogo e recreio, praças arborizadas, ruas arborizadas ou pequenos espaços de enquadramento. Subdivide-se em:

- Espaços verdes de recreio e lazer compostos por:
 - Jardim público: semelhante ao parque urbano mas de menor dimensão e sem vocação, normalmente, para atividades desportivas;
 - Praça e Largo ajardinados: praças ajardinadas de pequena dimensão ou pequenos jardins residenciais.
- Espaços verdes de enquadramento compostos por:
 - Arruamentos arborizados: áreas ajardinadas ou arborizadas para efeitos de minimização da intrusão paisagística de infraestruturas como estradas;
 - Estacionamentos arborizados;
 - Espaços adjacentes a zonas residenciais.
- Espaços verdes associados compostos por:
 - Espaços verdes associados a equipamentos e serviços públicos (escolas, polidesportivos, biblioteca, cemitérios, viveiros municipais).
- Espaços verdes de proteção e conservação compostos por:
 - Elementos paisagísticos: elementos pontuais de grande importância como árvores notáveis;
 - Pequenas linhas de água.
- Espaços verdes privados compostos por:
 - Jardins privados;
 - Hortas urbanas;
 - Logradouros.

QUADRO 58 | Estruturas, sistemas e tipologias da EVU.

ESTRUTURAS	SISTEMAS	TIPOLOGIAS
EVP	E.V. Recreio e Desporto	Parque Urbano
		Desporto livre
	E.V. de Proteção e Conservação	Taludes
		Infraestruturas viárias
		Linha de água
EVS	E.V. Recreio e Lazer	Jardim público

E.V. Enquadramento	Praças e Largos ajardinados
	Arruamentos arborizados
	Estacionamentos arborizados
E.V. Associados	Espaços adjacentes
	Escolas
	Biblioteca
	Parque de Feiras e Exposições
	Cemitério
E.V. Proteção e Conservação	Viveiro Municipal
	Elementos vegetais com interesse
	Pequenas linhas de água
E.V. Privados	Jardins privados
	Hortas urbanas
	Logradouros

Fonte: CMT, 2016

Capitação

Diagnóstico

Dos espaços identificados e quantificados, através do recurso a ferramentas de Sistemas de Informação Geográfica (SIG), é possível determinar totais para a EVU, cada subestrutura e cada tipologia de espaço:

- Total EVU = 503 937,59m²
- Total EVP = 274 362,68m²
- Total EVS = 229 574,91m²

Tipologia:

EVP:

- Espaços Verdes de Proteção e Conservação = 208 461,90m²
- Espaços Verdes de Recreio, Lazer e Desporto = 65 900,78m²

EVS:

- Espaços Verdes Associados = 68 131,67m²
- Espaços Verdes de Enquadramento = 88 783,76m²
- Espaços Verdes de Recreio e/ou Lazer = 72 659,47m²

Num total de 274 362,68m², a EVP (Espaços Verdes de Proteção e Conservação e Espaços Verdes de Recreio, Lazer e Desporto) na cidade de Tavira define uma área verde de 20,61m²/habitante.

A EVS (Espaços Verdes de Recreio e Lazer, Espaços Verdes de Enquadramento e Espaços Verdes Associados), num total de 229 574,91m², atribui uma área verde de 17,25m²/habitante.

O apuramento de dados permite concluir que a cidade apresenta valores muito enquadrados dentro dos parâmetros definidos como ideais, sendo que, no futuro, deverá ser fomentada a construção e implementação de uma rede de espaços verdes de maior dimensão e que contribuam para o aumento significativo da EVP.



FIGURA 43 |
EVU da cidade
de Tavira.

AVALIAÇÃO DO ORDENAMENTO E PLANEAMENTO MUNICIPAL

INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL DE AMBITO MUNICIPAL

O município de Tavira está abrangido por vários PMOT que serão identificados e descritos neste capítulo. Entende-se, como oportuno, numa primeira abordagem fazer uma síntese destes planos e o ponto de situação de cada um deles (Quadro 59 e Figura 44). Posteriormente é feita uma pequena descrição de cada um dos planos em vigor e é abordada respetiva dinâmica de concretização.

QUADRO 59 | Síntese dos PMOT no município de Tavira.

PLANOS EM VIGOR		
PDM	Plano Diretor Municipal de Tavira	
	Alterações	- Ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/97. - Publicado em <i>Diário da República</i>, I Série B, n.º 139, em 19/06/1997.
		- Aprovada pela Assembleia Municipal em 27/04/2007. - Publicada em <i>Diário da República</i>, II Série, n.º 238 em 11/12/2007 (Aviso n.º 24377-B/2007). - Aprovada pela Assembleia Municipal em 03/12/2007. - Publicada em <i>Diário da República</i>, II Série, n.º 248, em 26/12/2007 (Aviso n.º 25861/2007).
		- Alteração de adaptação ao PROTAL - Retificação ao texto publicada em <i>Diário da República</i>, II Série, n.º 46, em 05/03/2008 (Retificação n.º 473/2008). - Correção material ao Regulamento publicada em <i>Diário da República</i>, II Série, n.º 202, em 20/10/2011 (Declaração de Retificação n.º 1581/2011).
PP	PP de Cachopo	
	- Aprovado pela Assembleia Municipal em 26/09/2005. - Publicado em <i>Diário da República</i>, I Série B, n.º 120 em 25/06/2007 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 84/2007).	
	PP da Zona Industrial de St.ª Margarida	
	- Aprovado pela Assembleia Municipal em 25/02/2002. - Publicado em <i>Diário da República</i>, I Série B, n.º 42, em 19/02/2003 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 24/2003).	
	PP de Pêro Gil	
	- Aprovado pela Assembleia Municipal em 19/12/2006. - Publicado em <i>Diário da República</i>, II Série, n.º 242, em 17/12/2007 (Aviso n.º 336/2007). - Retificação ao Anexo B e C publicada em <i>Diário da República</i>, II Série, n.º 11, em 16/01/2008 (Retificação n.º 101/2008).	
PP	PP do NDT Quinta da Atalaia	
	- Aprovado pela Assembleia Municipal em 18/06/2007. - Publicado em <i>Diário da República</i>, II Série, n.º 237, em 10/12/2007 (Regulamento n.º 330/2007). - Correção Material e Retificação nos termos do artigo 97.º-A do RJIGT publicada em <i>Diário da República</i>, II Série, n.º 2, em 05/01/2010 (Declaração n.º 2/2010).	
	PP do NDT da Boavista	
	- Aprovado pela Assembleia Municipal em 19/12/2005. - Publicado em <i>Diário da República</i>, II Série, n.º 237, em 10/12/2007 (Regulamento n.º 331/2007).	
PU	Plano Geral de Urbanização de Tavira	
	- Ratificado por Declaração publicada em <i>Diário da República</i>, II Série, n.º 77, em 01/04/1992. - Aprovado pela Assembleia Municipal em 25/09/2006.	
	PU de Conceição/Cabanas	
	- Publicado em <i>Diário da República</i>, II Série, n.º 241, em 14/12/2007 (Aviso n.º 24781/2007).	
	PU de Santa Margarida	
	- Aprovado pela Assembleia Municipal em 24/09/2007.	

	PU de Amaro Gonçalves	- Publicado em <i>Diário da República</i>, II Série, n.º 237, em 10/12/2007 (Regulamento n.º 329/2007). - Correção Material e Retificação nos termos do artigo 97.º-A do RJGT publicada em <i>Diário da República</i>, II Série, n.º 246, em 22/12/2009 (Declaração n.º 436/2009). - Aprovado pela Assembleia Municipal em 03/12/2007.
	PU de Luz de Tavira	- Publicado em <i>Diário da República</i>, II Série, n.º 250, em 28/12/2007 (Aviso n.º 26280/2007). - Aprovado pela Assembleia Municipal em 03/12/2007.
	PU de Santo Estêvão	- Publicado em <i>Diário da República</i>, II Série, n.º 248, em 26/12/2007 (Aviso n.º 25858/2007). - Aprovado pela Assembleia Municipal em 03/12/2007. - Publicado em <i>Diário da República</i>, II Série, n.º 248, em 26/12/2007 (Aviso n.º 25860/2007). - Correção Material e Retificação nos termos do artigo 97.º-A do RJGT publicada em <i>Diário da República</i>, II Série, n.º 246, em 22/12/2009 (Declaração n.º 437/2009). - Aprovado pela Assembleia Municipal em 03/12/2007.
	PU de St.ª Catarina da Fonte do Bispo	- Publicado em <i>Diário da República</i>, II Série, n.º 11, em 16/01/2008 (Aviso n.º 1466/2008). - Retificação à Planta de Condicionantes e Planta de Zonamento publicada em <i>Diário da República</i>, II Série, n.º 32, em 14/02/2008 (Retificação n.º 269/2008). - Aprovado pela Assembleia Municipal em 03/12/2007.
	PU de Arroteia /Livramento	- Publicado em <i>Diário da República</i>, II Série, n.º 248, em 26/12/2007 (Aviso n.º 25859/2007).
Outros Instrumentos Relevantes		
ARU	Área de Reabilitação Urbana de Tavira	- Aprovada pela Assembleia Municipal em 25/02/2003. - Publicada em <i>Diário da República</i>, II Série, n.º 58, em 22/03/2013 (Aviso n.º 4225/2013). - A “Estratégia de reabilitação urbana simples para a cidade de Tavira” foi aprovada pela Assembleia Municipal em 24.04.2014 e publicada em <i>Diário da República</i>, II Série, n.º 110, em 09/06/2014 (Aviso n.º 6965/2014). O primeiro Relatório de Monitorização da ORU foi aprovado pela Assembleia Municipal em 28.04.2016.
Planos em Elaboração		
PU	Plano de Urbanização de Tavira	- A elaboração do plano foi deliberada em 23.03.2005 e publicada em <i>Diário da República</i>, II Série, n.º 90, de 10.05.2005 (Aviso n.º 3305/2005). Em 28.03.2007 foi deliberada a alteração da designação do plano, elaboração dos Termos de Referência e reabertura de período de participação preventiva - publicada em <i>Diário da República</i>, II Série, n.º 93, de 15.05.2007 (Aviso n.º 8760/2007). A proposta de plano foi submetida a Conferência de Serviços em 25.06.2015, não tendo merecido parecer favorável, encontra-se em fase de reformulação.

Fonte: CMT, 2016

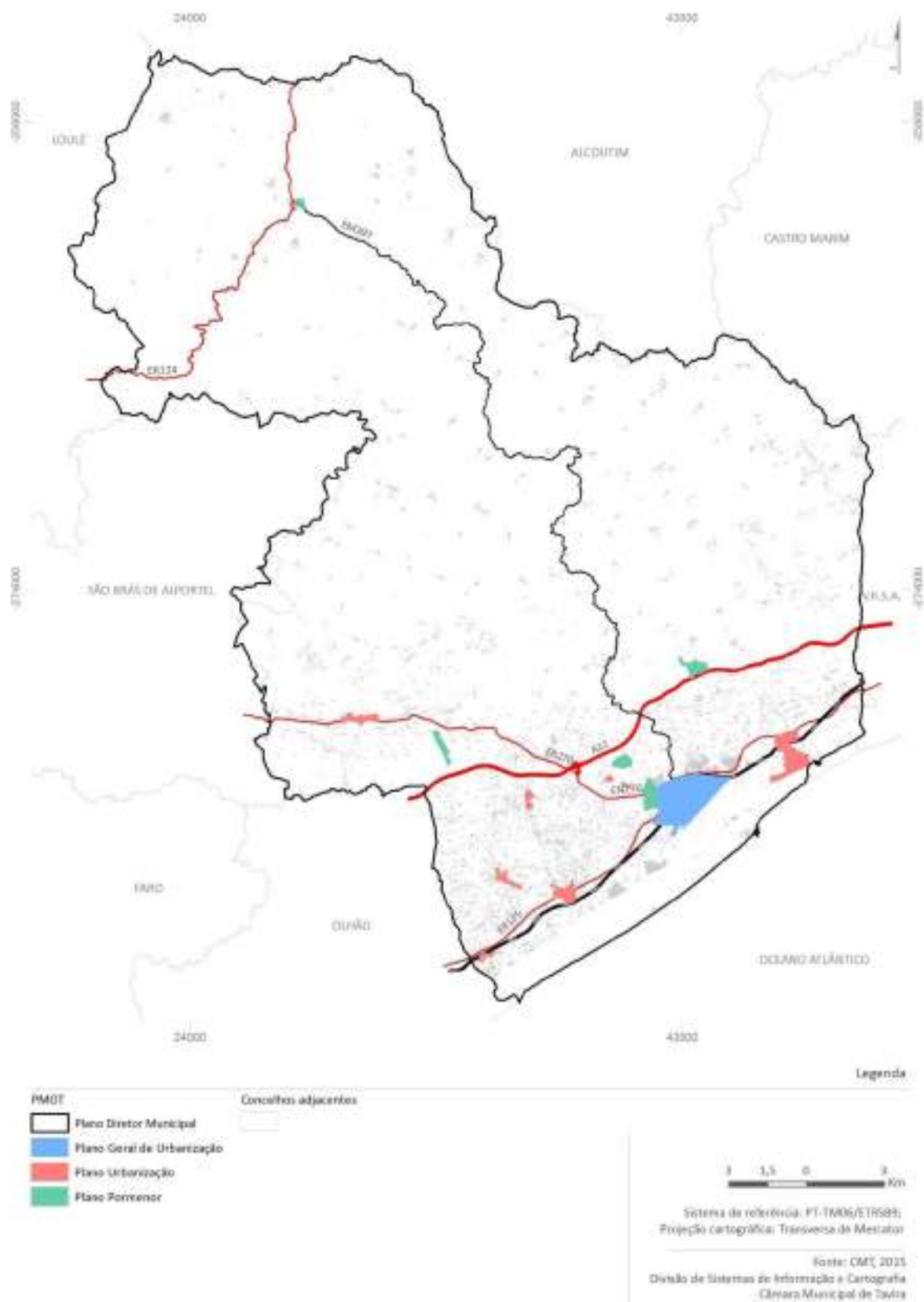


FIGURA 44 | Distribuição territorial dos PMOT no concelho de Tavira.

AVALIAÇÃO DO ORDENAMENTO E PLANEAMENTO MUNICIPAL

METODOLOGIA

A metodologia adotada na avaliação da execução do Plano Diretor Municipal (PDM) em vigor, em termos de ocupação e uso do solo, baseia-se numa análise comparativa do solo urbano entre a Planta de Ordenamento, os Planos de Pormenor (PP) e Planos de Urbanização (PU) quando aplicáveis, e a realidade territorial atual.

A aplicação desta metodologia consiste em analisar detalhadamente todas as áreas das categorias de uso do solo urbano (Quadro 60). Para isso foi necessário efetuar a vectorização da Planta de Ordenamento, com especial destaque para os perímetros urbanos e para as categorias de uso do solo pertencentes à classe de solo urbano. Esta vectorização teve em conta o processo de desenvolvimento e materialização territorial ocorrida desde a entrada em vigor do PDM, ou seja, o modo como se desenvolveu o tecido urbano.

Os aglomerados urbanos C1, C2 e alguns dos C3 (sujeitos a PP e PU) foram delimitados a uma escala maior, pelo que a margem de erro de delimitação dos perímetros urbanos é residual.

QUADRO 60 | Classificação e qualificação do solo do PDM de Tavira.

CLASSE	CATEGORIA	SUBCATEGORIA
Solo urbano	Espaços urbanos e urbanizáveis	Áreas urbanas
		Áreas urbanizáveis
		Áreas de edificação dispersa a estruturar
		Zonas de ocupação turística
	Núcleos de desenvolvimento turístico	
	Espaços industriais e de serviços	
Solo rural	Espaços de indústria extrativa	

Fonte: PDM de Tavira, 1997

Efetuiu-se uma confrontação entre estas áreas e a situação territorial atual, avaliando de que modo é que as propostas constantes no PDM Tavira em vigor foram, ou não, concretizadas. A análise da situação atual foi elaborada tendo como base ortofotomapas do concelho de 2012/14, a cartografia de referência homologada do concelho (1:10 000) e complementada com trabalho de campo.

Procedeu-se a uma análise do solo urbano, com o objetivo de se determinar a área que se encontra ocupada ou comprometida e, deste modo, se identificar o nível de execução.

A análise foi realizada para as áreas dos perímetros urbanos e demais áreas constantes no quadro 61.

QUADRO 61 | Lista de perímetros urbanos e outras áreas classificadas como solo urbano.

Nível	Designação	Nível	Designação	Nível	Designação
C1	Tavira	C3	Carvalhal	C3	Nora
	Cachopo		Casas Baixas		Pedras D'EL Rei
	Conceição / Cabanas		Cintados		Picota
C2	Luz de Tavira		Currais		Poço do Vale
	Sta Catarina da F. Bispo		Curral de Boieiros		Porto Carvalhoso
	Santa Luzia		Eirões		Santa Margarida
	Santo Estevão		Espartosa		Sinagoga
	Alcaria do Cume		Estiramantens		Tafe
	Alcaria Fria		Estorninhos		Umbria
	Alcarias		Faz Fato		Umbrias de Camacho
	Almargem		Feiteira		Vale Covo
	Amaro Gonçalves		Fonte do Bispo		Vale da Murta
	Amoreira		Fonte Salgada		Vale de Ebros
C3	Arroteia / Livramento		Garrobo		Vale de Ode
	Beliche		Grainho		Vale João Farto
	Bengado		Hortas		Várzea do Vinagre
	Bernardinheiro		Malhão		Área indust. de Sta Margarida
	Borracheira		Marco		NDT Boavista
	Cabeça Gorda		Mealha		NDT Quinta da Atalaia
	Carapeto		Monte Agudo	Não Aplicável (n.a.)	ZOT
	Carrapateira		Montes e Lagares		Pinheiro
	Carriços		Morenos		Rato

Fonte: CMT, 2016

*(n.a.) Não aplicável

A avaliação da execução estrutura-se de acordo com a árvore de classificação seguinte:

- Executado/Comprometido
 - o Executado
 - Urbano, e subdividindo-se pela categorias do uso do solo previstas no PDM;
 - Urbanizável;
 - Estrutura Ecológica e outras áreas condicionadas (áreas *non aedificandi*).
 - o Comprometido
 - Urbano, e subdividindo-se pelas categorias do uso do solo previstas no PDM. Subdividindo estas categorias em se existe receção ou não das infraestruturas;
 - Urbanizável.
- Não Executado/Comprometido

Seguidamente explicita-se os pressupostos e os conceitos inerentes à avaliação da execução, bem como algumas regras seguidas na implementação da metodologia.

O que se considera solo concretizado tem por base espaço ocupado/executado e espaço condicionado (áreas *non aedificandi*). Assim, solo afeto à estrutura ecológica e outras categorias que sejam áreas *non aedificandi* foram consideradas como áreas ocupadas.

Na avaliação da execução optou-se por separar o solo em executado e comprometido. O executado é solo nitidamente edificado e consolidado, por sua vez, o comprometido, genericamente consiste nas áreas ainda não ocupadas mas que se encontram sujeitas a compromissos urbanísticos válidos (loteamentos, obras particulares e informações prévias).

O solo não executado nem comprometido é solo que não contempla edificações, infraestruturas urbanísticas e compromissos urbanísticos válidos.

Por forma a tipificar alguma das posições adotadas no processo de avaliação e que o permitam compreender, lista-se alguns exemplos e respetivo critério seguido:

- Áreas executadas
 - o Rede viária, exceto quando impraticáveis (alguns caminhos vicinais ou veredas);
 - o Taludes da ER125 (plataforma da estrada);
 - o Espaços verdes e equipamentos, existentes ou previstos (já no domínio público municipal);
 - o Ruínas, edifícios degradados e construções inacabadas (com estrutura terminada);
 - o Na relação parcela com edificações e o logradouro associado, definiu-se as seguintes regras:
 - Se área livre do lote/parcela é no máximo o dobro da área ocupada – simulando um destaque considerando as construções, disposição e ligações/acessos (se não for identificável - faixa de 5 metros e ligação a anexos) então assumiu-se como logradouro.
- Áreas não executadas
 - o Lotes ou parcelas resultantes de demolição de edifícios, com limpeza do entulho;
 - o Na relação parcela com edificações e o logradouro associado, definiu-se as seguintes regras:
 - Se a área do terreno livre, mesmo método, é mais do dobro da área ocupada, avalia-se da possibilidade ou não de destaque, para distinguir o logradouro alargado;
 - Na distinção do logradouro alargado - solo não executado, delimitou-se um destaque considerando as construções, disposição e ligações/acessos (se não for identificável - faixa de 5 metros e ligação a anexos).
- Outras considerações
 - o Considerou-se sempre a relação do edificado com a rede viária existente;
 - o Para as delimitações inerentes à avaliação da execução recorreu-se, sempre que possível, à cartografia de referência homologada, nomeadamente limites físicos cartografados, acidentes topográficos e delimitações das áreas de uso do solo da cartografia.

AVALIAÇÃO DO ORDENAMENTO E PLANEAMENTO MUNICIPAL

COMPROMISSOS URBANÍSTICOS

A avaliação da execução do solo urbano tem em consideração os compromissos urbanísticos existentes, a data de referência para a compilação presente neste documento é 10 de outubro de 2016.

Na área considerada comprometida, da avaliação da execução, foi também aferido o nível de execução do compromisso, permitindo medir o peso deste na respetiva avaliação da execução do PDM.

Os compromissos urbanísticos válidos distinguem-se em operações de loteamento, pedidos de informação prévia e obras particulares, para além destes foram considerados os projetos municipais em curso ou ponderados e os direitos de superfície. A relevância de se enumerar estes dois últimos, embora não se constituam como compromissos urbanísticos válidos, traduz opções ou protocolos do Município, que poderão resultar em nova ocupação de solo (Quadros 62, 63, 64 e 65).

QUADRO 62 | Loteamentos que constituem compromissos urbanísticos válidos.

ID	Processo	Ano do Processo
1	L235	2009
2	L223	2007
3	L209	2005
4	L207	2005
5	L33	1986
6	L236	2009
7	L202	2005
8	L229	2008
9	L201	2004
10	L208	2005
11	L189	2003
12	L152	2000
13	L130	1998
14	L167	2001
15	L192	2004
16	L230	2008
17	L166	2001
18	L210	2006
19	L21	1998
20	L123	1997
21	L221	2007
22	L227	2008
23	L234	2008
24	L238	2009
25	L240	2010
26	L28	1980
27	L228	2008
28	L231	2008
29	L193	2004
30	L224	2007

Fonte: CMT, 2016

QUADRO 63 | Compromissos urbanísticos por tipo de processo.

Tipo de processo	ID	Processo	Ano do Processo
Informações Prévias	3	C10/2015	2015
	4	C6/2015	2015
	23	C5/2012	2012
	24	C19/2015	2015

Tipo de processo	ID	Processo	Ano do Processo
Obras Particulares	34	C19/2014	2014
	57	C22/2015	2015
	58	C14/2016	2016
	61	C19/2016	2016
	1	43/2016	2016
	2	27/2016	2016
	5	123/2015	2015
	6	49/2015	2015
	7	76/2015	2015
	8	139/2015	2015
	9	98/2015	2015
	10	91/2015	2015
	11	62/2015	2015
	12	243/2015	2015
	13	244/2015	2015
	14	190/2015	2015
	15	24/2015	2015
	16	122/2015	2015
	17	13/2015	2015
	18	213/2015	2015
	19	158/2013	2013
	20	104/2013	2013
	21	19/2016	2016
	22	20/2016	2016
	25	18/2014	2014
	26	65/2014	2014
	27	82/2014	2014
	28	95/2014	2014
	29	105/2014	2014
	30	115/2014	2014
	31	120/2014	2014
	32	122/2014	2014
	33	189/2014	2014
	35	140/2014	2014
	36	146/2014	2014
	37	125/2013	2013
	38	105/2013	2013
	39	144/2013	2013
	40	153/2013	2013
	41	73/2013	2013
	42	33/2013	2013
	43	43/2013	2013
	44	161/2013	2013
	45	179/2013	2013
	46	164/2013	2013
	47	82/2013	2013
	49	116/2012	2012
	50	14/2012	2012
	51	238/2015	2015
	52	138/2013	2013
	53	58/2014	2014
	54	161/2012	2012
	55	111/2016	2016
	56	55/2016	2016
	59	257/2015	2015
	60	171/2016	2016

Fonte: CMT, 2016

QUADRO 64 | Projetos municipais.

ID	Designação do projeto	Tipologia
1	Parque Verde do Séqua – Fase C	Equipamento de recreio e lazer
2	Núcleo Museológico Fenício	Equipamento cultural
3	Intervenção no complexo desportivo (Construção campos de ténis, campos de padel e instalações de apoio)	Equipamento desportivo

Fonte: CMT, 2016

QUADRO 65 | Direitos de superfície.

ID	Tipo de compromisso	Ano	Destino	Entidade	Rua	Lugar
1	Cedência de terreno em direito de superfície	2003	Construção de uma Unidade Hospitalar	Cruz Vermelha Portuguesa	Mato de Santo Espírito	Mato de Santo Espírito
2	Cedência de terreno em direito de superfície	1999	Construção de edifício Sede da Associação	Sonâmbulos Futebol Clube	Rua João Levante	Luz de Tavira
3	Cedência de terreno em direito de superfície	2000	Construção de edifício Sede do Clube	Clube de Caça e Pesca Luzense	Rua João Levante	Luz de Tavira
4	Cedência de terreno em direito de superfície	2010	Construção de habitação social	Unifaro - União de Cooperativas de Habitação de Faro	Rua Central	Santo Estêvão
5	Cedência de terreno em direito de superfície	2003	Construção de edifício para instalação do centro de acolhimento e tratamento de animais	Sociedade Protetora dos Animais	Sítio de S. Marcos - C.M. 1235	Sítio de S. Marcos
6	Cedência de terreno em direito de superfície	2005	Implantação do campo de tiro desportivo das Cachamorras	Sociedade de Tiro de Tavira	Cachamorras	Sítio das Cachamorras
7	Cedência de terreno em direito de superfície - Lote 9-A	2001	Construção de Sede da Associação	Novager, Associação dos Angolanos Residentes em Portugal	Rua Tomóteo da Costa, Lote 9-A	Loteamento Municipal Stª. Catarina
8	Cedência de terreno em direito de superfície - Lote 9-B	2001	Construção de Sede da Associação	Novager, Associação dos Angolanos Residentes em Portugal	Rua Tomóteo da Costa, Lote 9-B	Loteamento Municipal Stª. Catarina
9	Cedência de terreno em direito de superfície	2007	Construção de um centro de incubação Tecnológica, empresarial e ambiental	Tavira CITEA - Centro de Incubação Tecnológica Empresarial Ambiental	Quinta da Pegada	Quinta da Pegada
10	Cedência de terreno em direito de superfície	2003	Construção de Estação de Transferência de Resíduos Sólidos	Algar - Valorização de Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A	Sítio de S. Marcos - C.M. 1235	Sítio de S. Marcos

Fonte: CMT, 2016

AVALIAÇÃO DO ORDENAMENTO E PLANEAMENTO MUNICIPAL

PLANO DIRETOR MUNICIPAL

O PDM de Tavira constitui-se como o principal IGT em vigor desde 1997. Este plano representa um importante avanço no ordenamento do território, contribuindo para planear e estruturar o desenvolvimento do concelho.

A avaliação do PDM pretende efetuar a apreciação do nível de execução ocorrido ao longo da sua aplicação, a qual constituirá uma importante base de trabalho no âmbito do seu processo de revisão.

O PDM de Tavira tem por área de intervenção a totalidade do território municipal definindo as linhas gerais da política de ordenamento e gestão do território, e tendo como principais objetivos os seguintes:

- a) Concretizar uma política de ordenamento do território que garanta as condições para um desenvolvimento socioeconómico equilibrado;
- b) Definir princípios e regras de uso, ocupação e transformação do solo que consagrem uma utilização racional do espaço;
- c) Promover uma gestão criteriosa dos recursos naturais que assente na salvaguarda dos seus valores e na melhoria da qualidade de vida das populações;
- d) Compatibilizar as diversas intervenções sectoriais;
- e) Fornecer indicadores para o planeamento, designadamente para a elaboração de outros planos municipais ou de planos de carácter sub-regional, regional ou nacional;
- f) Servir de enquadramento à elaboração de planos de atividades do município.

O sistema urbano vertido no PDM hierarquiza-se em 3 níveis:

- C1 – centro sub-regional e concelho principal, cuja área de influência se estende além dos limites concelhios;
- C2 - centros concelhios de nível 2, com uma área de influência que se reporta à população residente nas respetivas freguesias e, em alguns casos, às freguesias vizinhas;
- C3 - pequenos aglomerados, centros concelhios de nível 3, com uma área de influência que se reporta ao lugar, estabelecendo relações de dependência funcional com centros de ordem superior, do concelho ou de concelhos limítrofes.

Tendo subjacentes os referidos objetivos do Plano, o Programa de Execução do PDM de Tavira em vigor, elenca diversas ações setoriais, respetiva priorização e estimativa orçamental. As ações não se encontram parametrizadas quantitativamente nem está temporalizada a sua execução.

As ações materializadas no Programa de Execução resultaram de um conjunto de evidências, critérios e fatores que, à data da sua elaboração, correspondiam às necessidades existentes e à estratégia que se pretendia para o concelho. No entanto, no decurso dos cerca de 20 anos de vigência deste plano ocorreram naturalmente progressos, mudanças e uma natural evolução a diversos níveis, os quais, no seu conjunto, se traduziram em alterações relativamente às necessidades e prioridades sentidas.

Neste contexto e face à inexistência de indicadores quantitativos, a avaliação da execução das ações constantes do Programa de Execução foi efetuada em função da sua total, parcial ou inexistente execução verificada a partir do pressuposto do nível de satisfação das necessidades subjacentes a cada uma das ações. Assim, e do exposto no quadro 66, pode-se concluir que, apesar do tempo decorrido e das mudanças entretanto verificadas, as ações constantes do mesmo apresentam um elevado grau de execução.

QUADRO 66 – Avaliação da execução das ações constantes do Programa de Execução do PDM de Tavira em vigor.

Sectores	Domínios	Ações	Avaliação da execução		
			Executado	Parcialmente executado	Não executado
Saneamento básico	Rede de distribuição de água	ETA – Aumento da capacidade de armazenagem	X		
		Novas redes de distribuição	X		
		Estudo de fugas nas redes existentes	X		
		Nova alimentação da malha de Tavira	X		
		Ampliação das redes existentes	X		
	Redes de coletores de esgotos domésticos e pluviais	Construção das ETAR de Conceição/Cabanas, St.ª	X(1)		
		Luzia/ Pedras e Ilha de Tavira			
		Retificação das redes de águas pluviais	X		
		Execução de novas redes em zonas urbanas	X		
		Ampliação das redes de esgoto e pluviais	X		
	Sistema de resíduos sólidos	Afinar a qualidade dos efluentes das ETAR	X		
		Transformação do aterro controlado em aterro sanitário	X		
		Aquisição de equipamento para compactar lixo	X(2)		
		Aquisição de novo equipamento de recolha	X		
		Elaboração de um estudo dos circuitos de recolha	X		
Transportes	Investimento nos transportes	Públicos rodoviários na zona serrana (minibus)		X(3)	
		Fluviais à Ilha de Tavira		X(4)	
		Táxis zona serrana		X(5)	
		Públicos rodoviários na zona litoral	X		
		Públicos urbanos	X		
Infraestruturas portuárias	Investimento nas infraestruturas portuárias	Marina/Porto de Recreio			X
		Porto de Pesca no canal de Tavira			X
		Acessibilidades aos Portos			X
		Infraestruturas terrestres para as atividades comercial/piscatória		X	
		Prolongamento/recuperação muros-cais		X	
Infraestruturas industriais	Investimento em infraestruturas industriais	Loteamento industrial	X		
Energia elétrica	Investimento na rede de energia elétrica	Rede de média tensão na Serra	X		
		Rede de média tensão na zona de Conceição	X		
		Rede de média tensão na cidade de Tavira	X		
Infraestruturas comerciais	Investimento no mercado retalhista	Mercado Municipal	X		
Infraestruturas viárias	Investimento na rede rodoviária	Melhoria EN270	X		
		Novo acesso a Tavira (Rio Gilão)	X		
		Novo acesso a Cabanas – passagem desnivelada			X
		Ligação direta a St.ª Luzia – EN125			X
		Acessibilidade aos centros concelhios de nível 3		X	
		Melhoria da acessibilidade em geral		X	
Equipamentos coletivos	Investimento em equipamentos coletivos	Jardim de Infância e Creche na Luz	X		
		Jardim de Infância e Apoio a Deficientes em Tavira	X		
		Centro de Dia em Luz e Santa Luzia	X		
		Lar de Idosos em Tavira	X		
		Centro de Saúde em Tavira	X		
		Piscinas cobertas (incluindo aprendizagem) em Tavira	X		
		Escola EB (1,2,3) em Tavira	X		
		Escola EB (1,2) em Sta Catarina da F. do Bispo		X	
		Jardim de Infância e Creche em Conceição	X		
		Parque Urbano em Tavira		X	
		Polidesportivos em Estorninhos e Faz Fato			X
		Campo de Futebol relvado em Tavira			X
		Campos de Ténis em Tavira	X		
		Polidesportivos em Luz e Livramento	X		
Urbanístico	Investimento em urbanismo	Plano de Pormenor (PP) Cabanas	X		
		Plano de Pormenor (PP) de Santo Luzia			X

Plano de Pormenor (PP) da Zona Industrial	X	
Revisão do Plano de Urbanização de Tavira		X(6)
Plano de Pormenor (PP) Luz de Tavira	X	
Plano de Pormenor (PP) Santo Estêvão	X	
Plano de Pormenor (PP) Sta Catarina da F. do Bispo	X	
Plano de Pormenor (PP) Cachopo	X	
Plano de Pormenor (PP) Pêro Gil-Tavira	X	
Investimento em património edificado		X

Fonte: CMT, 2016

- (1) As ETAR foram executadas e posteriormente desativadas com a entrada em funcionamento da ETAR do Almargem.
 (2) Existe resposta ao nível do serviço de transporte social assegurado semanalmente.
 (3) Foram efetuados investimentos, no entanto, a resposta existente ainda não satisfaz todas as necessidades.
 (4) Existem licenças para praça livre, podendo estes táxis operar em todo o concelho.
 (5) Apesar de ainda não estar concluído, o processo de revisão do Plano decorre desde 2004.

PLANO DIRETOR MUNICIPAL

SOLO URBANO

A avaliação da execução do PDM de Tavira em solo urbano é realizada em termos da percentagem de área afeta a cada categoria de espaço que se encontra ocupada. Este parâmetro - taxa de execução - não reflete a utilização do solo, visto não considerar as áreas de implantação no terreno, nem a intensidade de utilização do solo e por não incorporar a área bruta de construção, mas sim o grau de execução de uma determinada superfície de solo e, por oposição, qual a parte da área de solo que ainda não apresenta nenhum tipo de ocupação. Em síntese, o grau de ocupação do solo traduz a superfície de solo de uma categoria de uso do solo que se encontra ocupada/executada.

Para uma melhor identificação das diferentes áreas afetas a cada categoria de uso do solo, cada categoria é identificada pela associação à toponímia do perímetro urbano onde se localiza.

Com vista a integrar a informação de uso do solo dos PU/PP em vigor na qualificação do solo do PDM, e por forma a facilitar a leitura, optou-se por uniformizar as categorias e subcategorias destes ao definido pelo regulamento do PDM de Tavira (Quadro 67).

QUADRO 67 | Classificação e qualificação do solo do PDM de Tavira, com ajustes do uso do solo dos outros planos em vigor.

Classe	Categoria	Subcategoria
Solo Urbano	Espaços de equipamentos e comércio	Espaços de equipamentos e comércio
	Espaços industriais e de serviços	Área industrial, serviços e comércio
	Espaços urbanizáveis	Áreas urbanizáveis
	Espaços urbanos	Áreas de edificação dispersa a estruturar
		Áreas urbanas
		Áreas urbanas e urbanizáveis
		Zonas de ocupação turística
	Estrutura ecológica / condicionado	Estrutura ecológica / condicionado
	Núcleos de desenvolvimento turístico	Núcleos de desenvolvimento turístico
	Sem qualificação	Sem qualificação
	Unidade Operativa - área sujeita a PP	Área sujeita a PP

Fonte: Adaptação PDM de Tavira, 1997

Avaliação da execução dos espaços urbanos

A avaliação da execução dos Espaços Urbanos consiste na aplicação da metodologia adotada e descrita anteriormente, às subcategorias de uso do solo que integram os Espaços Urbanos são: Áreas Urbanas, Áreas Urbanas e Urbanizáveis, Áreas de Edificação Dispersa a Estruturar e Zonas de Ocupação Turística.

A avaliação da execução dos Espaços Urbanos mostra-nos que, dos perímetros identificados, três destacam-se pela sua elevada taxa de execução superior a 80% (Tavira 92,71%, Conceição/Cabanas 92,07%, Santa Luzia 93,44% e Luz de Tavira 81,44%), os níveis mais baixos de execução situam-se especialmente na zona norte do concelho (Quadro 68).

QUADRO 68 | Avaliação da execução dos espaços urbanos, por subcategoria, segundo os perímetros urbanos e por nível.

Nível	Designação	Subcategoria	Não executado / não comprometido		Comprometido		Executado / comprometido		Subtotal	
							Executado			
			m²	%	m²	%	m²	%	m²	%
C1	TAVIRA	Áreas urbanas	231 530,80	7,29	194 478,34	6,12	2 750 449,72	86,59	2 944 928,06	92,71
	CACHOPO	Áreas urbanas	55 485,10	45,43	1 279,67	1,05	65 368,81	53,52	66 648,49	54,57
		Áreas urbanas	3 207,12	1,67	3 222,71	1,68	185 674,55	96,65	188 897,26	98,33
	CONCEIÇÃO / CA-BANAS	Áreas urbanas e urbanizáveis	59 111,92	14,98	70 743,08	17,93	264 630,75	67,08	335 373,83	85,02
		ZOT	8 800,41	2,83	12 520,04	4,03	289 392,99	93,14	301 913,03	97,17
		Subtotal	71 119,45	0,19	86 485,84	0,24	739 698,28	2,57	826 184,12	2,81
C2	LUZ DE TAVIRA	Áreas urbanas	79 490,97	18,56	137 081,39	32,00	211 828,92	49,45	348 910,32	81,44
	SANTA CATARINA F. BISPO	Áreas urbanas	61 713,87	49,37	512,97	0,41	62 787,21	50,22	63 300,18	50,63
	SANTA LUZIA	Áreas urbanas	13 806,49	6,56	8 317,82	3,96	188 185,73	89,48	196 503,54	93,44
	SANTO ESTEVÃO	Áreas urbanas	20 494,36	28,34	25 052,56	34,64	26 770,58	37,02	51 823,15	71,66
		Subtotal	302 110,24	16,28	258 730,25	13,94	1 294 639,54	69,77	1 553 369,80	83,72
	ALCARIA DO CUME	Áreas urbanas e urbanizáveis	9 213,44	64,32	0,00	0,00	5 110,45	35,68	5 110,45	35,68
	ALCARIA FRIA	Áreas urbanas e urbanizáveis	28 871,29	64,37	0,00	0,00	15 983,41	35,63	15 983,41	35,63
	ALCARIAS	Áreas urbanas e urbanizáveis	15 221,97	70,39	0,00	0,00	6 403,07	29,61	6 403,07	29,61
	ALMARGEM	Áreas urbanas e urbanizáveis	7 317,63	56,14	0,00	0,00	5 717,01	43,86	5 717,01	43,86
	AMARO GONÇALVES	Áreas urbanas	59 630,96	48,70	15 087,32	12,32	47 721,63	38,98	62 808,95	51,30
	AMOREIRA	Áreas urbanas e urbanizáveis	12 642,59	57,30	0,00	0,00	9 419,78	42,70	9 419,78	42,70
	ARROTEIA / LIVRAMENTO	Áreas urbanas	20 462,35	36,81	2 002,84	3,60	33 119,77	59,58	35 122,61	63,19
	BELICHE	Áreas urbanas e urbanizáveis	7 558,14	48,42	0,00	0,00	8 050,76	51,58	8 050,76	51,58
	BENGADO	Áreas urbanas e urbanizáveis	20 212,07	64,83	0,00	0,00	10 966,67	35,17	10 966,67	35,17
	BERNARDINHEIRO	Áreas urbanas e urbanizáveis	14 197,74	82,06	0,00	0,00	3 104,27	17,94	3 104,27	17,94
	BORRACHEIRA	Áreas urbanas e urbanizáveis	7 784,46	49,27	0,00	0,00	8 014,47	50,73	8 014,47	50,73
	CABEÇA GORDA	Áreas urbanas e urbanizáveis	6 663,43	57,27	0,00	0,00	4 972,66	42,73	4 972,66	42,73
	CARAPETO	Áreas urbanas e urbanizáveis	4 902,27	26,91	0,00	0,00	13 317,89	73,09	13 317,89	73,09
	CARRAPATEIRA	Áreas urbanas e urbanizáveis	8 392,69	50,41	0,00	0,00	8 255,26	49,59	8 255,26	49,59
	CARRIÇOS	Áreas urbanas e urbanizáveis	11 921,37	52,16	0,08	0,00	10 934,47	47,84	10 934,55	47,84
C3	CARVALHAL	Áreas urbanas e urbanizáveis	17 139,47	52,71	0,00	0,00	15 375,52	47,29	15 375,52	47,29
	CASAS BAIXAS	Áreas urbanas e urbanizáveis	5 191,86	29,63	0,00	0,00	12 333,16	70,37	12 333,16	70,37
	CINTADOS	Áreas urbanas e urbanizáveis	7 590,06	47,74	0,00	0,00	8 309,87	52,26	8 309,87	52,26
	CURRAIS	Áreas urbanas e urbanizáveis	4 720,99	22,41	0,00	0,00	16 345,44	77,59	16 345,44	77,59
	CURRAL DE BOIEIROS	Áreas urbanas e urbanizáveis	22 129,97	74,66	0,00	0,00	7 511,21	25,34	7 511,21	25,34
	EIRÕES	Áreas urbanas e urbanizáveis	5 042,87	37,80	0,00	0,00	8 299,25	62,20	8 299,25	62,20

n a	ESPARTOSA	Áreas urbanas e urbanizáveis	17 691,24	68,47	0,00	0,00	8 146,69	31,53	8 146,69	31,53
	ESTIRAMANTENS	Áreas urbanas e urbanizáveis	22 216,29	67,06	0,00	0,00	10 911,74	32,94	10 911,74	32,94
	ESTORNINHOS	Áreas urbanas e urbanizáveis	19 982,01	59,39	0,00	0,00	13 665,43	40,61	13 665,43	40,61
	FAZ FATO	Áreas urbanas e urbanizáveis	7 772,67	48,74	0,00	0,00	8 175,75	51,26	8 175,75	51,26
	FEITEIRA	Áreas urbanas e urbanizáveis	24 581,30	55,96	0,00	0,00	19 345,27	44,04	19 345,27	44,04
	FONTE DO BISPO	Áreas urbanas e urbanizáveis	9 507,72	37,31	0,00	0,00	15 975,25	62,69	15 975,25	62,69
	FONTE SALGADA	Áreas urbanas e urbanizáveis	3 005,33	69,24	0,00	0,00	1 335,08	30,76	1 335,08	30,76
	GARROBO	Áreas urbanas e urbanizáveis	19 509,26	62,12	0,00	0,00	11 896,62	37,88	11 896,62	37,88
	GRAINHO	Áreas urbanas e urbanizáveis	7 399,10	47,67	0,00	0,00	8 123,99	52,33	8 123,99	52,33
	HORTAS	Áreas urbanas e urbanizáveis	30 179,24	65,45	0,00	0,00	15 934,36	34,55	15 934,36	34,55
	MALHÃO	Áreas urbanas e urbanizáveis	32 275,10	57,78	3 138,85	5,62	20 447,36	36,60	23 586,21	42,22
	MARCO	Áreas urbanas e urbanizáveis	15 671,84	64,98	0,00	0,00	8 444,26	35,02	8 444,26	35,02
	MEALHA	Áreas urbanas e urbanizáveis	44 769,44	57,14	0,00	0,00	33 575,41	42,86	33 575,41	42,86
	MONTE AGUDO	Áreas urbanas e urbanizáveis	17 593,14	80,71	645,75	2,96	3 559,69	16,33	4 205,44	19,29
	MONTES E LAGARES	Áreas urbanas e urbanizáveis	24 024,48	72,04	0,00	0,00	9 322,10	27,96	9 322,10	27,96
	MORENOS	Áreas urbanas e urbanizáveis	11 776,99	68,38	44,32	0,26	5 402,14	31,37	5 446,46	31,62
	NORA	Áreas urbanas e urbanizáveis	23 183,09	63,61	0,00	0,00	13 260,34	36,39	13 260,34	36,39
	PEDRAS D'EL REI	ZOT	56 551,70	18,06	4 280,30	1,37	252 321,48	80,57	256 601,78	81,94
	PICOTA	Áreas urbanas e urbanizáveis	6 807,65	49,54	0,00	0,00	6 933,99	50,46	6 933,99	50,46
	POÇO DO VALE	Áreas urbanas e urbanizáveis	16 881,58	52,96	0,00	0,00	14 991,71	47,04	14 991,71	47,04
	PORTO CARVALHOSO	Áreas urbanas e urbanizáveis	25 510,24	74,09	0,00	0,00	8 922,53	25,91	8 922,53	25,91
	SANTA MARGARIDA	Áreas urbanas	34 309,38	47,81	4 715,52	6,57	32 731,23	45,61	37 446,76	52,19
	SINAGOGA	Áreas urbanas e urbanizáveis	10 296,75	52,77	0,00	0,00	9 217,16	47,23	9 217,16	47,23
	TAFE	Áreas urbanas e urbanizáveis	7 069,00	61,42	0,00	0,00	4 439,77	38,58	4 439,77	38,58
	UMBRIA	Áreas urbanas e urbanizáveis	9 421,47	76,34	0,00	0,00	2 920,52	23,66	2 920,52	23,66
	UMBRIAS DE CAMACHO	Áreas urbanas e urbanizáveis	8 187,23	45,65	0,00	0,00	9 749,09	54,35	9 749,09	54,35
	VALE COVO	Áreas urbanas e urbanizáveis	28 388,19	60,81	0,00	0,00	18 294,02	39,19	18 294,02	39,19
	VALE DA MURTA	Áreas urbanas e urbanizáveis	6 056,79	54,91	0,00	0,00	4 973,01	45,09	4 973,01	45,09
	VALE DE EBROS	Áreas urbanas e urbanizáveis	11 107,09	50,31	0,00	0,00	10 968,11	49,69	10 968,11	49,69
	VALE DE ODRE	Áreas urbanas e urbanizáveis	10 858,20	47,97	0,00	0,00	11 775,67	52,03	11 775,67	52,03
	VALE JOÃO FARTO	Áreas urbanas e urbanizáveis	14 117,26	51,19	0,00	0,00	13 458,71	48,81	13 458,71	48,81
	VÁRZEA DO VINAGRE	Áreas urbanas e urbanizáveis	30 234,20	71,73	0,00	0,00	11 913,03	28,27	11 913,03	28,27
	SUBTOTAL		903 742,59	49,82	29 914,98	1,65	880 397,55	48,53	910 312,53	50,18
	ZOT	ZOT	12 895,94	20,27	18 824,30	29,59	31 893,42	50,14	50 717,72	79,73
	PINHEIRO	Áreas de edificação dispersa a estruturar	5 428,01	43,83	0,00	0,00	6 957,52	56,17	6 957,52	56,17

	RATO	Áreas de edificação dispersa a estruturar	13 102,25	62,90	0,00	0,00	7 728,05	37,10	7 728,05	37,10
		Subtotal	31 426,20	32,46	18 824,30	19,44	46 579,00	48,10	65 403,30	67,54
		Total	1 468 809,84	21,16	501 947,87	7,23	4 972 065,81	71,61	5 474 013,68	78,84

Fonte: CMT/TERRAFORMA, 2016

*(n.a.) Não aplicável

Solo urbano

Avaliação da execução dos espaços urbanizáveis

Os Espaços Urbanizáveis, na subcategoria de Áreas Urbanizáveis, de acordo com o PDM, destinam-se à expansão dos aglomerados urbanos, onde a estrutura urbana é ainda incipiente ou inexistente.

Na análise da execução dos Espaços Urbanizáveis verifica-se que estes apresentam uma percentagem reduzida de área executada (33,65%), o que deve ser enquadrado pelo fato de se ter optado pela inclusão dos Espaços Urbanos e Urbanizáveis, sem distinção ao nível da subcategoria, nos espaços urbanos. Tal decorreu da classificação do solo da Planta de Ordenamento do PDM em vigor estar agregada.

Já o nível de execução dos Espaços Urbanizáveis com áreas comprometidas revela-se mais positiva, passando a taxa de execução para cerca de 61,52%. Dos perímetros com esta qualificação do solo sobressai Tavira e Santa Luzia, com níveis de execução de 64,99% e 61,63%, respetivamente (Quadro 69).

QUADRO 69 | Avaliação da execução dos Espaços Urbanizáveis – Áreas Urbanizáveis, segundo os perímetros urbanos e por nível.

Nível	Designação	Não executado / não comprometido		Executado / comprometido				Subtotal	
		m ²	%	m ²	%	m ²	%	m ²	%
C1	Tavira	781 476,02	35,01	641 574,38	28,74	809 209,41	36,25	1 450 783,78	64,99
	Cachopo	82 706,83	76,70	3 352,09	3,11	21 770,03	20,19	25 122,12	23,30
	Luz de Tavira	36 241,85	72,34	10 565,68	21,09	3 293,21	6,57	13 858,89	27,66
C2	Santa Catarina da Fonte do Bispo	26 392,30	94,62	0,00	0,00	1 501,74	5,38	1 501,74	5,38
	Santa Luzia	118 141,52	38,37	107 366,49	34,87	82 376,50	26,76	189 742,98	61,63
	Santo Estevão	4 755,65	55,57	1 703,34	19,90	2 098,42	24,52	3 801,75	44,43
	Subtotal	268 238,15	53,41	122 987,59	24,49	111 039,89	22,11	234 027,48	46,59
C3	Arroteia / Livramento	8 804,29	55,03	1 843,17	11,52	5 350,48	33,44	7 193,65	44,97
Total		1 058 518,45	38,48	766 405,14	27,86	925 599,79	33,65	1 692 004,92	61,52

Fonte: CMT/TERRAFORMA, 2016

Os perímetros urbanos que possuem menor taxa de execução com compromissos dos Espaços Urbanizáveis são Santa Catarina da Fonte do Bispo (5,38%) e Luz de Tavira (27,66%). Estes valores devem ser vistos na perspetiva do peso relativo desta categoria nos perímetros urbanos e que, nestes casos, representam apenas 8,5% e 10,5% da área total dos perímetros.

Solo urbano

Avaliação da execução dos espaços de equipamentos e comércio

Nesta categoria estão incluídas as áreas que nos PMOT estão associadas a zonamentos e usos de equipamentos, bem como a área classificada no PDM de Tavira como Espaços de Equipamentos de Comércio.

O quadro 70 permite observar que a categoria tem uma execução com compromissos de 82,04%. Tavira e Santa Catarina da Fonte do Bispo têm o nível de execução mais elevado, 89,62% e 97,01%, respetivamente.

QUADRO 70 | Avaliação da execução dos Espaços de Equipamentos e Comércio, segundo os perímetros urbanos e por nível.

Nível	Designação	Não executado / não comprometido		Executado / comprometido					
		m ²	%	Comprometido		Executado		Subtotal	
		m ²	%	m ²	%	m ²	%	m ²	%
C1	Tavira	17 735,94	10,38	39,62	0,02	153 082,02	89,60	153 121,64	89,62
	Cachopo	7 945,97	40,28	0,00	0,00	11 782,61	59,72	11 782,61	59,72
	Conceição / Cabanas	11 086,27	22,10	1 425,27	2,84	37 651,67	75,06	39 076,93	77,90
	Luz de Tavira	11 391,28	27,17	10 520,44	25,09	20 011,47	47,73	30 531,91	72,83
	Santa Catarina da F. do Bispo	392,55	2,99	3,80	0,03	12 747,82	96,98	12 751,62	97,01
	Santo Estevão	6 269,29	30,03	115,46	0,55	14 489,65	69,41	14 605,11	69,97
C2	Subtotal	37 085,36	25,43	12 064,97	8,27	96 683,21	66,30	108 748,18	74,57
	Amaro Gonçalves	4 058,13	29,63	0,00	0,00	9 638,60	70,37	9 638,60	70,37
	Santa Margarida	1 159,17	29,37	0,00	0,00	2 787,64	70,63	2 787,64	70,63
C3	Subtotal	5 217,29	29,57	0,00	0,00	12 426,24	70,43	12 426,24	70,43
Total		60 038,59	17,96	12 104,59	3,62	262 191,47	78,42	274 296,07	82,04

Fonte: CMT/TERRAFORMA, 2016

O nível de execução específico de áreas comprometidas é de apenas 3,62% da área total de equipamentos, o que destaca o nível de execução desta categoria de solo.

Solo urbano

Avaliação da execução dos núcleos de desenvolvimento turístico

Os Núcleos de Desenvolvimento Turístico (NDT) correspondem a novos empreendimentos turísticos, que se localizam fora dos perímetros urbanos e das Zonas de Ocupação Turística (ZOT).

Na anterior versão do PROT Algarve, as orientações para o desenvolvimento turístico que foram vertidas para o PDM de Tavira baseavam-se nas Áreas de Aptidão Turística (AAT), onde se deveriam localizar os NDT. Na vigência deste modelo houve lugar a várias pretensões, sendo que apenas duas reuniram as devidas condições com a consequente aprovação de PP para implementação de NDT.

Atualmente, com a revisão do PROT Algarve em vigor e a adaptação do PDM de Tavira a este, as AAT foram eliminadas enquanto conceito territorialmente delimitado, sendo o modelo de desenvolvimento turístico diferente. Devido à capacidade de atrair novos investimentos e ao seu carácter dinamizador na modernização e crescimento das atividades económicas em geral, os NDT são classificados como investimentos estruturantes para a região pelo PROT Algarve em vigor, não estando a sua localização previamente definida em instrumento de planeamento territorial e concretiza-se mediante concurso.

Como se pode observar do quadro 71 a percentagem de área executada é praticamente nula, uma vez que resulta de pequenas edificações e rede viária já existente. Valores que se alteram no NDT da Quinta da Boavista ao nível da execução com áreas comprometidas, dado existir um compromisso urbanístico válido no NDT mencionado.

QUADRO 71 | Avaliação da execução dos Núcleos de Desenvolvimento Turístico.

Nível	Designação	Não executado / comprometido		Comprometido		Executado / comprometido		Subtotal	
		m²	%	m²	%	m²	%	m²	%
n.a.	NDT Boavista	0,00	0,00	277.400,87	99,00	2.801,86	1,00	280.202,73	100,00
	NDT Quinta da Atalaia	381 439,21	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total	381 439,21	57,65	277 400,87	41,93	2 801,86	0,42	280 202,73	42,35

Fonte: CMT/TERRAFORMA, 2016

*(n.a.) Não aplicável

O presente panorama foi analisado mais detalhadamente na avaliação da execução dos PMOT que enquadram as áreas qualificadas como NDT (ver ponto correspondente), e para o qual não se deve esquecer as áreas comprometidas ao abrigo de compromissos urbanísticos válidos e o estado atual da economia nos diferentes sectores conexos.

Solo urbano**Avaliação da execução dos espaços industriais e de serviços**

Os Espaços Industriais e de Serviços que correspondem às áreas para a implantação de estabelecimentos industriais e de serviços complementares, estão localizados no perímetro urbano de Santa Catarina da Fonte do Bispo e na área industrial de Santa Margarida, locais sujeitos a PU e PP, respetivamente, e, por isso, serão descritos no ponto dos PMOT.

Em termos municipais, como se pode observar do quadro 72, a área executada é de 40,75%, essencialmente devido ao estado de desenvolvimento da área industrial de Santa Margarida. Ao ter em conta as áreas comprometidas nos espaços industriais e de serviço verifica-se que o nível de execução corresponde a 96%.

QUADRO 72 | Avaliação da execução dos Espaços Industriais e de Serviço, segundo os perímetros urbanos e por nível.

Nível	Designação	Não executado / com-		Comprometido		Executado / comprometido		Subtotal	
		m²	%	m²	%	m²	%	m²	%
C2	Santa Catarina da F. do Bispo	567,48	2,96	0,00	0,00	18.608,95	97,04	18.608,95	97,04
n.a.	Área industrial de Santa Margarida	6 496,07	4,20	95 856,41	62,04	52 164,81	33,76	148 021,22	95,80
Total		7 063,55	4,07	95 856,41	55,19	70 773,75	40,75	166 630,16	95,93

Fonte: CMT/TERRAFORMA, 2016

*(n.a.) Não aplicável

De realçar a ocupação dos Espaços Industriais e de Serviços do perímetro urbano de Santa Catarina da Fonte do Bispo, com o nível de execução a corresponder a 97,4%, sem a existência de compromissos.

PLANO DIRETOR MUNICIPAL**SOLO RURAL**

Nesta categoria apenas se optou por avaliar os Espaços de Indústria Extrativa, atendendo à sua natureza de atividade económica que pressupõe a exploração de um recurso finito.

Solo rural

Avaliação da execução dos espaços de indústria extrativa

Na avaliação da execução desta categoria assumiu-se um procedimento similar ao utilizado para o solo urbano, por forma a determinar o solo já sujeito à extração de inertes ou, pelo menos, aparentemente intervencionado pela atividade em questão.

No quadro 73 verifica-se que a área afeta ao uso em questão apenas indicia menos de metade da área em fase de intervenção (42,48%). Não foi possível determinar se da área avaliada como não executada constam áreas já repostas/requalificadas após extração.

QUADRO 73 | Avaliação da execução dos Espaços de Indústria Extrativa.

Não executado		Executado / ocupado		Total	
m ²	%	m ²	%	m ²	%
132 624,06	57,52	97 941,17	42,48	230 565,22	100,00

Fonte: CMT/TERRAFORMA, 2016

PLANO DIRETOR MUNICIPAL

UNIDADES OPERATIVAS DE PLANEAMENTO E GESTÃO

O PDM identificou ou estabeleceu, decorrente da estratégia implícita no PROT Algarve em vigor à data, um conjunto de Unidades Operativas de Planeamento e de Gestão (UOPG) com o objetivo de ser mais assertivo no planeamento de algumas áreas recorrendo a PMOT mais pormenorizados, nomeadamente:

- Plano Geral de Urbanização de Tavira (PGU de Tavira);
- Plano de Salvaguarda do Centro Histórico de Tavira;
- Plano de Pormenor de Santa Luzia;
- Plano de Pormenor de Conceição e Cabanas;
- Plano de Pormenor da Luz de Tavira;
- Plano de Pormenor da Área Industrial de Santa Margarida;
- Plano de Pormenor de Pêro Gil – Tavira;
- Plano de Pormenor do Livramento e Arroiteia;
- Plano de Pormenor de Cachopo;
- Plano de Pormenor de St.º Estêvão;
- Plano de Pormenor de St.ª Catarina da Fonte do Bispo.

Das UOPG elencadas anteriormente foram elaborados e encontram-se em vigor 9 planos, nem sempre adotando o tipo de PMOT inicialmente previsto.

No decorrer da vigência do PDM foram ainda elaborados 4 PMOT não previstos, mas que enquadram a estratégia e orientações de planeamento municipal inerentes, nomeadamente:

- Dois PU que concretizam o planeamento mais pormenorizado em dois aglomerados do concelho: o de Santa Margarida e o de Amaro Gonçalves;
- Dois PP que implementam os correspondentes NDT enquadrados nas antigas AAT: o NDT da Quinta da Atalaia e o NDT da Boavista.

Dos planos previstos com as UOPG ficou apenas por elaborar o Plano de Salvaguarda do Centro Histórico de Tavira, após a tentativa não conseguida de incluir o mesmo no PGU de Tavira. O Plano de Urbanização de Tavira, em elaboração, incide sobre a zona central da cidade, deste modo proporcionará para além de um correto planeamento e ordenamento da cidade de Tavira a valorização do seu núcleo histórico. Cumulativamente, da evolução do quadro jurídico aplicável, em concreto com a entrada em vigor do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU) e da posterior aprovação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Tavira, com a inerente estratégica de reabilitação, verifica-se que a salvaguarda do núcleo histórico está acautelada, assegurando a Operação de Reabilitação Urbana (ORU) os demais objetivos de planeamento para a área em questão.

O PP de Santa Luzia foi iniciado como PU, mas acabou por ficar suspenso, após uma primeira consulta às entidades, no decorrer do início de elaboração do Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) Vilamoura – VRSA e da revisão do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Ria Formosa (POP NRF).

Em termos de área ocupada verifica-se que o nível de execução dos diversos planos é distinto entre si, sendo que as áreas comprometidas são significativas em alguns dos planos, como é perceptível no quadro 74.

QUADRO 74 | Avaliação da execução dos PMOT, com áreas comprometidas, segundo a qualificação do solo.

IGT	Não executado / comprometido		Comprometido		Executado / comprometido		Subtotal	
	m ²	%	m ²	%	m ²	%	m ²	%
Plano de Pormenor de Pêro Gil	248 327,42	46,06	188 400,52	34,94	102 440,01	19,00	290 840,53	53,94
Plano Geral de Urbanização de Tavira	392 991,85	13,11	269 270,64	8,99	2 334 343,09	77,90	2 603 613,73	86,89
Plano Pormenor da Área industrial de Santa Margarida	6 496,07	2,47	95 856,41	36,45	160 598,73	61,08	256 455,14	97,53
Plano Pormenor de Cachopo	68 813,49	79,22	0,00	0,00	18 049,38	20,78	18 049,38	20,78
Plano Pormenor do NDT Boa-vista	0,00	0,00	277 400,87	99,00	2 801,86	1,00	280 202,73	100,00
Plano Pormenor do NDT Quinta da Atalaia	381 439,21	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Urbanização de Amaro Gonçalves	63 689,09	28,59	15 087,32	6,77	144 003,77	64,64	159 091,09	71,41
Plano Urbanização de Arroiteia e Livramento	29 266,64	38,89	3 846,01	5,11	42 145,27	56,00	45 991,28	61,11
Plano Urbanização de Conceição e Cabanas	105 993,11	8,26	98 522,86	7,68	1 078 636,56	84,06	1 177 159,43	91,74
Plano Urbanização de Luz de Tavira	115 732,81	24,19	147 647,08	30,86	215 122,14	44,96	362 769,21	75,81
Plano Urbanização de Santa Catarina da Fonte do Bispo	89 066,20	27,26	516,77	0,16	237 189,62	72,59	237 706,39	72,74
Plano Urbanização de Santa Margarida	35 468,54	39,17	4 715,52	5,21	50 369,58	55,62	55 085,10	60,83
Plano Urbanização de Santo Estêvão	49 748,41	31,56	27 656,00	17,55	80 217,97	50,89	107 873,97	68,44

Fonte: CMT/TERRAFORMA, 2016

Unidades Operativas de Planeamento e Gestão

Plano Geral de Urbanização de Tavira

Por razões específicas do Plano e da sua relação com o PDM de Tavira, atendendo ao período de vigência e ao facto de se encontrar em processo de elaboração um novo plano para a área deste, a avaliação de execução do PGU de Tavira não foi analisada na globalidade segundo a sua qualificação do solo, mas segundo a qualificação preconizada no PDM (Figura 45).

Importa referir que, cumulativamente ao exposto, as regras urbanísticas hoje aplicáveis à cidade de Tavira são um misto entre o previsto no PDM e o previsto no PGU, com as áreas urbanas no interior do PGU a seguir as normas regulamentares deste e as áreas urbanizáveis a seguir o regulamento do PDM.



Fonte: CMT, 1990

FIGURA 45 | Planta de Regulamento do PGU de Tavira.

Da área de intervenção do PGU de Tavira, apenas 13,11% não está executado e/ou comprometido, destes mais de metade refere-se a áreas urbanizáveis. A reforçar a elevada taxa de execução está o facto de apenas 9% da área do Plano ser solo comprometido não executado (Quadro 75).

QUADRO 75 | Avaliação da execução PGU de Tavira, com áreas comprometidas, segundo qualificação do solo.

Categoria	Não executado / comprometido		Executado / comprometido				Subtotal	
	m ²	%	Comprometido		Executado		m ²	%
			m ²	%	m ²	%		
Espaços urbanizáveis	263 982,79	36,09	180 051,17	24,62	287 427,26	39,29	467 478,43	63,91
Espaços urbanos	113 962,28	5,16	88 594,90	4,01	2 006 728,52	90,83	2 095 323,42	94,84
Sem qualificação	15 046,78	27,00	624,58	1,12	40 052,42	71,88	40 677,01	73,00
Unidade Operativa - área sujeita a PP	0,00	0,00	0,00	0,00	134,88	100,00	134,88	100,00
Total	392 991,85	13,11	269 270,64	8,99	2 334 343,09	77,90	2 603 613,73	86,89

Fonte: CMT/TERRAFORMA, 2016

O Plano, com base em estudos de caracterização, identificou as debilidades e potencialidades da área de intervenção, definindo um conjunto de objetivos e metas, nomeadamente:

- “Promover o desenvolvimento polarizado através da imagem de centro, dotando-o de equipamentos, atividades e espaços de recreio e lazer;
- Melhorar as condições de interligação do aglomerado com sua rede viária;
- Clarificar as qualidades e funções do espaço urbano, salientando a respetiva vocação urbana, permitindo a sua ocupação com diversas funções;
- Estabelecer um conjunto de Subunidades Operativas de Planeamento e Gestão que viabilizem os objetivos e propostas deste Plano;
- Garantir a unidade e coerência da eminente transformação urbanística da área.”

O resultado foi o seguinte programa de intervenção:

- “Morfologia:
 - o Consolidação das malhas urbanas existentes e criação de novas malhas urbanas, com características próprias, que permita o desenvolvimento ordenado dos centros urbanos;
 - o Sedimentação de frentes urbanas que apresentam espaços intersticiais vazios;
 - o Enquadramento do núcleo antigo piscatório de Cabanas, devidamente regulamentado e com malha urbana própria.
- Rede viária:
 - o Promoção de redes viária e pedonal de distribuição local e de acesso local, devidamente integradas e definidas;
 - o Articulação da nova rede viária com a atual, de forma a responder ao conflito viário e eliminar zonas de estrangulamento;
 - o Previsão de áreas de estacionamento, devidamente enquadradas no meio urbano, que respondam positivamente a situações pontuais de maior afluência de tráfego.
- Parque habitacional:
 - o Criação de áreas habitacionais com um programa de ocupação misto;
 - o Consolidação das zonas habitacionais existentes e propostas, pela introdução de novas áreas habitacionais;
 - o Regulamentação de morfologias e tipologias.
- Equipamentos:
 - o Criação de áreas para equipamentos de utilização coletiva, respondendo de forma equilibrada às premissas dos planos de ordenamento mais abrangentes.
- Espaços públicos:
 - o Implementação de espaços públicos de carácter local, de apoio e complemento ao uso habitacional;
 - o Criação de espaços públicos devidamente integrados com os vários tipos ocupação, valorizando a estrutura verde da zona.”

Para além da Planta de Zonamento (Figura 46), este definiu duas subunidades operativas de planeamento e gestão - PP da Marginal e Envolvente e Plano de Salvaguarda e Valorização do Núcleo Antigo de Cabanas, os quais nunca foram iniciados.



FIGURA 46 | Planta de Zonamento do PU de Conceição e Cabanas.

O Plano apresenta um nível de execução e/ou comprometido elevado, 91,74%, sendo que as áreas comprometidas não executadas apenas significam 7,68% do solo urbano. Cumulativamente, da área não executada ou comprometida, cerca de 34 900m² são áreas afetadas a equipamentos propostos ou zonas verdes, i.e. 2,7% do total de solo urbano, o que pode reduzir o solo não executado para aproximadamente 5,54% (Quadro 76).

QUADRO 76 | Avaliação da execução PU de Conceição e Cabanas, com áreas comprometidas, segundo qualificação do solo.

Categoria	Subcategoria	Não executado / comprometido		Comprometido		Executado / comprometido		Subtotal	
		m ²	%	m ²	%	m ²	%	m ²	%
Solo urbanizado e cuja urbanização é possível programar	Habitação social e/ou de custos controlados	66,45	3,09	596,63	27,78	1 484,88	69,13	2 081,51	96,91
	Zona consolidada a preservar	3 140,67	1,65	2 626,08	1,38	184 189,67	96,96	186 815,76	98,35
	Zona de ocupação turística	8 800,41	2,83	12 520,04	4,03	289 392,99	93,14	301 913,03	97,17
	Zona habitacional de baixa densidade	47 679,90	25,64	32 815,22	17,65	105 456,71	56,71	138 271,93	74,36

	Zona habitacional de média densidade	11 432,02	5,48	37 927,86	18,19	159 174,03	76,33	197 101,90	94,52
	Subtotal	71 119,45	7,93	86 485,84	9,64	739 698,28	82,44	826 184,12	92,07
Zona de equipamentos de utilização coletiva	Equipamento existente	0,00	0,00	0,00	0,00	19 450,88	100,00	19 450,88	100,00
	Equipamento proposto	11 086,27	36,10	1 425,27	4,64	18 200,79	59,26	19 626,06	63,90
	Subtotal	11 086,27	22,10	1 425,27	2,84	37 651,67	75,06	39 076,93	77,90
Zona verde e rede viária	Zona verde e rede viária	23 787,39	7,09	10 611,75	3,16	301 286,62	89,75	311 898,37	92,91
Total		105 993,11	8,26	98 522,86	7,68	1 078 636,56	84,06	1 177 159,43	91,74

Fonte: CMT/TERRAFORMA, 2016

Unidades Operativas de Planeamento e Gestão

Plano Geral de Urbanização da Luz de Távora

Os princípios gerais da estrutura do Plano são a aposta na qualidade dos espaços construídos e a construir, a consolidação das funções económicas e a diversificação da rede de equipamentos e de serviços, incluindo a criação de áreas verdes de recreio e de lazer (Figura 47).

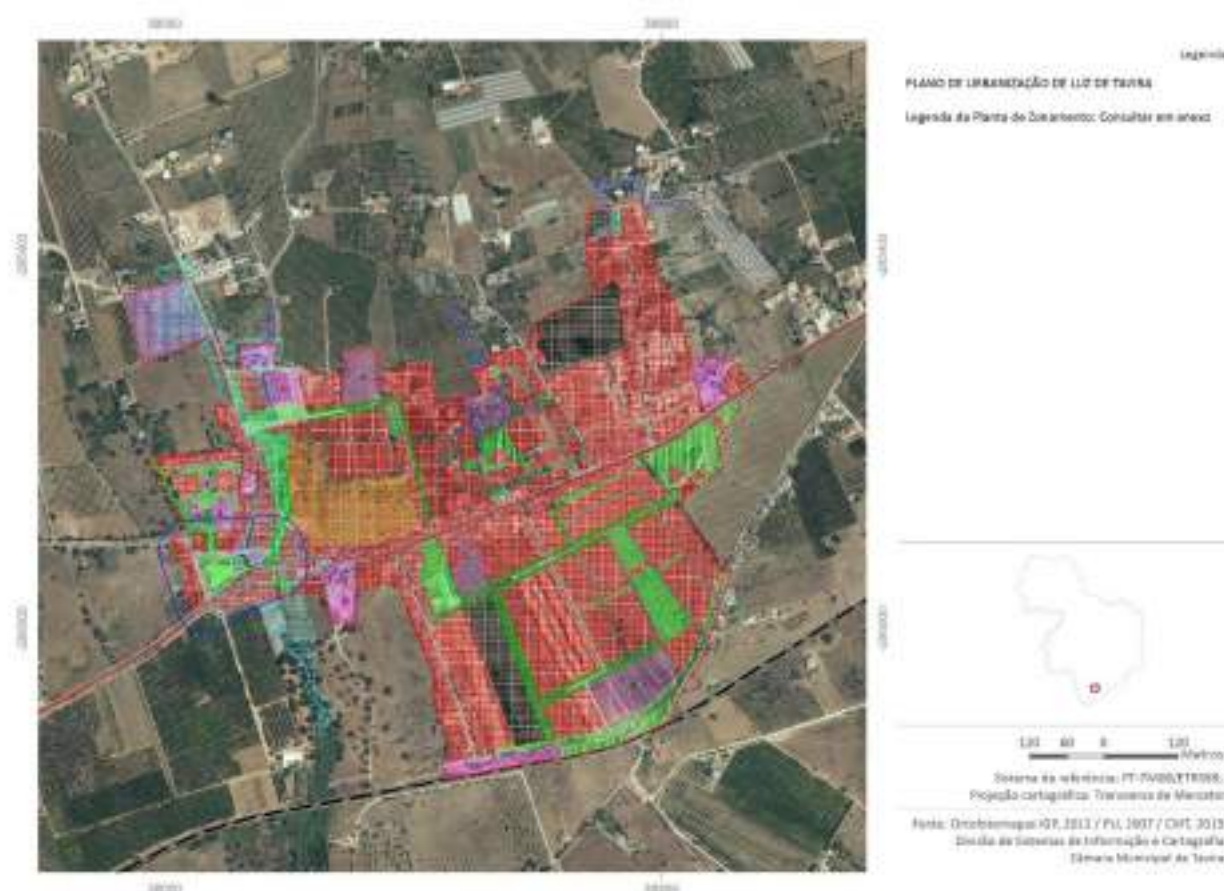


FIGURA 47 | Planta de Zonamento do PU da Luz de Távora.

O nível de execução do solo executado e/ou comprometido é significativo (75,81%), mas o peso do solo comprometido não executado é elevado visto que excluindo-o a taxa de execução situar-se-á abaixo dos 50% (Quadro 77).

QUADRO 77 | Avaliação da execução do PU da Luz de Tavira, com áreas comprometidas, segundo a qualificação do solo.

Categoria	Subcategoria	Não executado / comprometido		Executado / comprometido				Subtotal	
		m ²	%	m ²	%	m ²	%	m ²	%
Solo de urbanização programada		36 241,85	72,34	10 565,68	21,09	3 293,21	6,57	13 858,89	27,66
Solo urbanizado	Área urbana / agroindustrial / estrutura ecológica	68 099,68	17,62	126 560,96	32,75	191 817,46	49,63	318 378,41	82,38
	Equipamentos	11 391,28	27,17	10 520,44	25,09	20 011,47	47,73	30 531,91	72,83
	Subtotal	79 490,97	18,56	137 081,39	32,00	211 828,92	49,45	348 910,32	81,44
Total		115 732,81	24,19	147 647,08	30,86	215 122,14	44,96	362 769,21	75,81

Fonte: CMT/TERRAFORMA, 2016

Unidades Operativas de Planeamento e Gestão

Plano Geral de Urbanização de Santa Catarina da Fonte do Bispo

O Plano estipulou que o zonamento do aglomerado devia seguir a aposta na qualidade dos espaços construídos e a construir, assim como a diversificação da rede de equipamentos e de serviços, incluindo a estrutura ecológica urbana.

A Planta de Zonamento (Figura 48) concretiza os seguintes objetivos:

- Proteção e enquadramento das paisagens e dos recursos naturais existente;
- Estruturação e organização morfológica do crescimento urbano, que permita o alinhar das áreas urbanas consolidadas (solo urbanizado) com as áreas intersticiais (expansão – solo da urbanização programada).

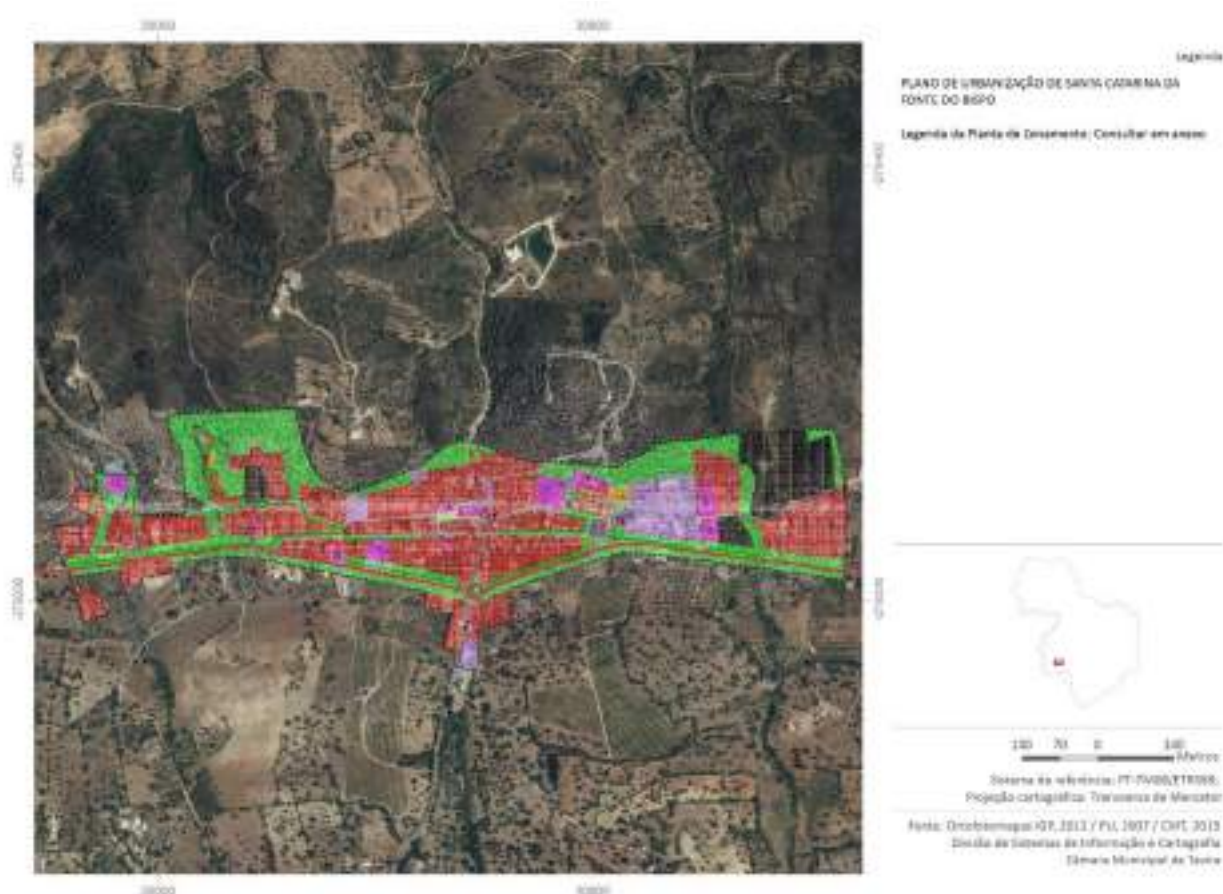


FIGURA 48 | Planta de Zonamento do PU de Santa Catarina da Fonte do Bispo.

O nível de execução do solo urbano do Plano executado e/ou comprometido corresponde a 72,74%. As Áreas de Indústria e Armazenagem apresentam um nível de execução alto, 97,01%, em contrapartida o Solo de Urbanização Programada apresenta um baixo nível de execução (5,38%) (Quadro 78).

QUADRO 78 | Avaliação da execução do PU de Santa Catarina da Fonte do Bispo, com áreas comprometidas, segundo qualificação do solo.

Categoria	Subcategoria	Não executado / comprometido		Executado / comprometido				Subtotal	
		m ²	%	m ²	%	m ²	%	m ²	%
Área verde e rede viária	Área verde e rede viária	0,00	0,00	0,00	0,00	141 543,91	100,00	141 543,91	100,00
Equipamentos e serviços	Equipamentos e serviços existentes/propostos	392,55	2,99	3,80	0,03	12 747,82	96,98	12 751,62	97,01
Solo de urbanização programada		26 392,30	94,62	0,00	0,00	1 501,74	5,38	1 501,74	5,38
Solo urbanizado	Área de indústria e armazenagem	567,48	2,96	0,00	0,00	18 608,95	97,04	18 608,95	97,04
	Área urbana	61 713,87	49,37	512,97	0,41	62 787,21	50,22	63 300,18	50,63
	Subtotal	62 281,35	43,19	512,97	0,36	81 396,16	56,45	81 909,13	56,81
Total		89 066,20	27,26	516,77	0,16	237 189,62	72,59	237 706,39	72,74

Fonte: CMT/TERRAFORMA, 2016

Plano de Urbanização de Santo Estêvão

A estrutura definida para o desenvolvimento do aglomerado de Santo Estêvão (Figura 49), com vista à aplicação do planeamento municipal, segue duas linhas de orientação principais:

- A aposta na qualidade dos espaços construídos e a construir;
- A diversificação da rede de equipamentos e de serviços, aqui se incluindo a criação de áreas verdes de recreio e de lazer.

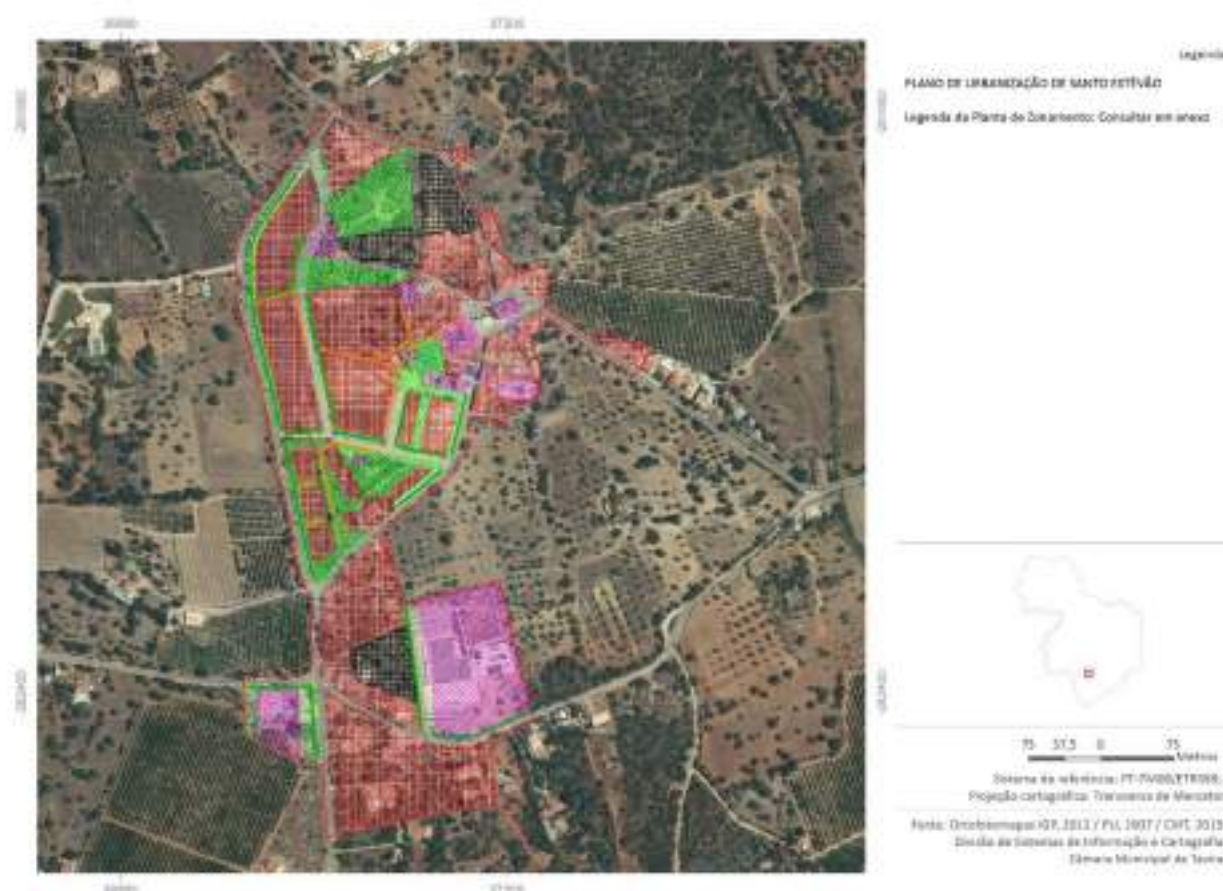


FIGURA 49 | Planta de Zonamento do PU de Santo Estêvão.

A Planta de Zonamento anterior é a tradução dos objetivos a alcançar no desenvolvimento da estratégia e orientações definidas para este aglomerado, que pretende:

- Valorizar o conjunto urbano mediante o reforço dos espaços verdes, do arranjo dos espaços exteriores e da rede de equipamentos coletivos;
- Valorizar função habitacional no conjunto do aglomerado;
- Enquadrar nova área de habitação social a localizar na continuidade da área central e junto ao futuro museu;
- Valorização da estrutura ecológica urbana.

O quadro 79 traduz o nível de execução segundo a qualificação do solo inerente ao plano, e onde é possível observar uma taxa de execução próxima do valor médio do concelho, mesmo que seja visível que as áreas comprometidas não executadas signifiquem cerca de 17,55% do total do solo urbano.

QUADRO 79 | Avaliação da execução do PU de Santo Estêvão, com áreas comprometidas, segundo a qualificação do solo.

Categoria	Subcategoria	Não executado / comprometido		Executado / comprometido				Subtotal	
		m²	%	m²	%	m²	%	m²	%
Área verde e rede viária	Área verde e rede viária	18 229,11	32,63	784,64	1,40	36 859,31	65,97	37 643,96	67,37
Equipamentos e serviços	Equipamentos e serviços existentes/propostos	6 269,29	30,03	115,46	0,55	14 489,65	69,41	14 605,11	69,97
Solo de urbanização programada		4 755,65	55,57	1 703,34	19,90	2 098,42	24,52	3 801,75	44,43
Solo urbanizado	Área urbana	20 494,36	28,34	25 052,56	34,64	26 770,58	37,02	51 823,15	71,66
Total		49 748,41	31,56	27 656,00	17,55	80 217,97	50,89	107 873,97	68,44

Fonte: CMT/TERRAFORMA, 2016

Unidades Operativas de Planeamento e Gestão

Plano de Urbanização de Arroiteia/Livramento

O desenvolvimento urbano do aglomerado de Arroiteia/Livramento, de acordo como estabelecido pelo relatório de elaboração, estruturou-se de acordo com as seguintes linhas de orientação principais:

- A aposta na qualidade dos espaços construídos e a construir;
- A diversificação da rede de equipamentos e de serviços, aqui se incluindo a criação de áreas verdes de recreio e de lazer;
- Uma hierarquização e definição de uma estrutura ecológica urbana que se harmonize e dê continuidade com a envolvente natural (Aproveitamento Hidroagrícola do Sotavento Algarvio - AHSA).

A Planta de Zonamento (Figura 50), traduz a solução encontrada, e em vigor, para o aglomerado em termos de grandes objetivos para ao planeamento municipal, nomeadamente:

- Enquadramento na paisagem envolvente;
- Estruturação e organização morfológica do crescimento urbano através do estabelecimento de regras que racionalizem a expansão urbana;
- Definição e concretização da Estrutura Ecológica Urbana.

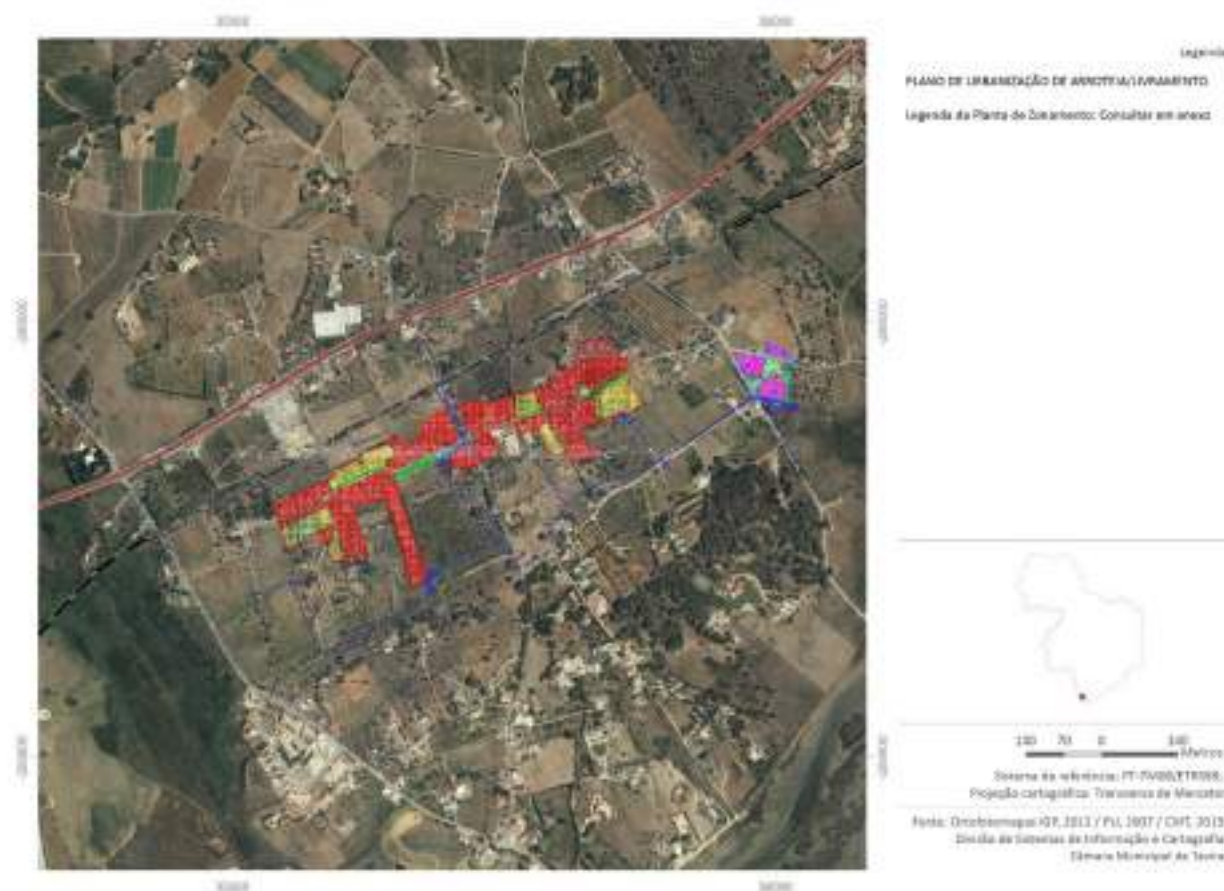


FIGURA 50 | Planta de Zonamento do PU do Arroiteia/Livramento.

O nível de execução do aglomerado submetido ao Plano é razoável (61,11%), equilibrado e as áreas comprometidas significam apenas 5,11% do solo urbano. O Solo de Urbanização Programada tem um nível de execução de 44,97%, categoria que representa 20% do total do perímetro urbano (Quadro 80).

QUADRO 80 | Avaliação da execução do PU do Arroiteia/Livramento, com áreas comprometidas, segundo a qualificação do solo.

Categoria	Subcategoria	Não executado / comprometido		Executado / comprometido				Subtotal	
		m ²	%	m ²	%	m ²	%	m ²	%
Estrutura ecológica urbana		0,00	0,00	0,00	0,00	3 675,02	100,00	3 675,02	100,00
Solo de urbanização programada		8 804,29	55,03	1 843,17	11,52	5 350,48	33,44	7 193,65	44,97
Solo urbanizado	Área urbana	20 462,35	36,81	2 002,84	3,60	33 119,77	59,58	35 122,61	63,19
Total		29 266,64	38,89	3 846,01	5,11	42 145,27	56,00	45 991,28	61,11

Fonte: CMT/TERRAFORMA, 2016

Plano de Pormenor da Área Industrial de Santa Margarida

A Planta de Implantação do Plano em vigor (Figura 51), atualmente já com as infraestruturas essenciais executadas, definiu um total de 142 lotes, sendo dos quais 123 destinados a indústria ou armazenamento. A poente da via estruturante da área industrial estão os lotes destinados a serviços, comércio, equipamento ou estabelecimentos de restauração e bebidas. Quatro dos lotes têm funções específicas de apoio técnico e logístico ao funcionamento de parque industrial, nomeadamente Estação de serviço, Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR), Reservatório de gás e Ecocentro.



FIGURA 51 | Planta de Implantação do PP da Área Industrial de Santa Margarida.

Contudo, decorrente da evolução das condições socioeconómicas verificadas nos últimos anos, a implementação deste PP encontrou algumas dificuldades, revelando a necessidade de se proceder à introdução de algumas alterações.

Desta forma a Câmara Municipal, por deliberação de 18/02/2014 deu início à elaboração da alteração do PP (Aviso n.º 3599/2014, publicado no Diário da República de 13 de março, 2.ª série, n.º 51).

A mudança estratégica inerente à necessidade de alteração do PP, e no respeito pela deliberação da Câmara Municipal, incide nas opções de implementação do Plano, transformando a área de intervenção num parque empresarial e não exclusivamente industrial, assentando, de acordo com relatório do procedimento em questão, nas seguintes premissas:

- “Assegurar uma maior diversidade e flexibilização de usos permitidos nos lotes ainda não comercializados;
- Remoção de caminhos pedonais que se localizam entre lotes, para permitir a eventual junção dos mesmos e assim facilitar a implantação de empresas que necessitam de espaços com maior dimensão;

- Relocalização dos postes de apoio da linha elétrica de alta tensão que atravessa a área do Plano, para libertar das condicionantes inerentes aos lotes por ela anteriormente atravessados;
- Eliminação do lote 15, destinado a Miradouro, com 40m² de área, e que foi previsto inicialmente como um espaço de valorização paisagística, mas cujo uso não se prevê atrair qualquer investidor, nem se coaduna com os usos da envolvente próxima;
- Redução das áreas de estacionamento privado no interior dos lotes, visto que se tem vindo a verificar que a construção das caves previstas para esse fim não se afigura financeiramente viável, pelo que será necessário adaptar os índices de estacionamento anteriormente previstos à nova realidade;
- Criação de novas bolsas de estacionamento ao longo das vias, como alternativa à redução de estacionamento privado;
- Alteração do uso e divisão do antigo lote 102, destinado a Ecocentro, por forma a facilitar a sua comercialização, no caso de não se afigurar necessária a implementação do Ecocentro no interior da área do Plano.”

A execução da Área Industrial de Santa Margarida corresponde a 97,53%, sendo que a Zona Verde de Enquadramento se encontra totalmente executada e a Área Industrial, Serviços e Ecocentro 95,80%, contudo, neste Plano é importante referir que, embora as categorias deste se encontrem executadas a sua execução, conforme a metodologia adotada, não nos permite observar diretamente que existe ainda uma área considerável de lotes disponível (Quadro 81).

QUADRO 81 | Avaliação da execução do PP da Área Industrial de Santa Margarida, com áreas comprometidas, segundo qualificação do solo.

Categoria	Não executado / comprometido		Executado / comprometido				Subtotal	
	m ²	%	m ²	%	m ²	%	m ²	%
Área industrial, serviços e ecocentro	6 496,07	4,20	95 856,41	62,04	52 164,81	33,76	148 021,22	95,80
Zona verde de enquadramento	0,00	0,00	0,00	0,00	108 433,93	100,00	108 433,93	100,00
Total	6 496,07	2,47	95 856,41	36,45	160 598,73	61,08	256 455,14	97,53

Fonte: CMT/TERRAFORMA, 2016

Unidades Operativas de Planeamento e Gestão

Plano de Pormenor de Pêro Gil

Dos objetivos definidos para o Plano realçamos os seguintes:

- Objetivo estratégico / vetor de suporte ao desenvolvimento concelhio:
 - o Qualificar o ambiente urbano como forma de afirmação positiva da cidade de Tavira, contribuindo-se também por esta via para a captação de investimento, visitantes e novos residentes.
- Objetivos urbanísticos:
 - o Dar resposta adequada e flexível à procura habitacional existente e emergente, bem como às carências de equipamentos de utilização coletiva existentes ou previstas para médio prazo;
 - o Organizar e programar com maior racionalidade, equilíbrio e integração, o crescimento urbano da cidade.

A estrutura urbana proposta para a área de intervenção é bastante simples, consubstanciando-se num tecido coeso e hierarquizado (Figura 52). Os princípios estruturantes propostos conduzem à conceção de um trecho urbano de elevada qualidade urbanística e ambiental, onde é claramente perceptível e identificável um conjunto de espaços de apropriação pública.



FIGURA 52 | Planta de Implantação do PP de Pêro Gil.

A Planta de Implantação enquadra uma ocupação do solo de 1 789 fogos. Beneficiando de excelentes condições paisagísticas e ambientais, foi ainda reservado um espaço no limite poente para a instalação de uma unidade hoteleira (com 6 000m² de área de construção e cerca 110 quartos), de uma clínica privada (com 1 500m² de área de construção) e de uma extensa zona verde para enquadramento destes equipamentos, além da manutenção e possível expansão da unidade hoteleira existente.

Esta opção resulta da conjugação de duas condições essenciais: a carência de unidades hoteleiras no concelho e a existência de investidores interessados neste sector. Por outro lado, o Plano determina a construção de vários equipamentos de utilização coletiva, públicos e privados, cuja área é cerca de 34 000m², sendo a área reservada a espaços verdes de utilização coletiva da ordem dos 75 000m².

A taxa de execução da área de intervenção do Plano com compromissos representa 53,94%, sendo que estes correspondem a 34,94% do solo urbano previsto, decorrendo de 3 compromissos urbanísticos de loteamento recentes (Quadro 82).

QUADRO 82 | Avaliação de execução do PP de Pêro Gil, com áreas comprometidas

Categoria	Subcategoria	Não executado / comprometido		Comprometido		Executado / comprometido		Subtotal	
		m ²	%	m ²	%	m ²	%	m ²	%
Áreas urbanizáveis	Uso habitacional, com usos compatíveis	248 327,42	46,06	188 400,52	34,94	102 440,01	19,00	290 840,53	53,94

Fonte: CMT/TERRAFORMA, 2016

Plano de Pormenor de Cachopo

O PP, de forma muito resumida, consiste na área de expansão do aglomerado de Cachopo (Figura 53). Para tal foram definidas as seguintes ideias base para o desenvolvimento e crescimento do aglomerado:

- Fixação de população jovem na povoação - criação de habitação com tipologias pequenas, de baixo e médio custo;
- Implantação da atividade turística – hotel – criando emprego;
- Requalificação e ampliação dos equipamentos desportivos de modo a atrair população jovem e a ter-se um polo desportivo importante – polidesportivo coberto, campo de treinos com balneários, vestiários, instalações sanitárias e bancadas para o público, tanque de aprendizagem e edifício para os clubes desportivos – capaz de atrair determinados eventos;
- Implantação de novos equipamentos e ampliação dos existentes – mercado e cemitério, de modo a completar o que falta no aglomerado;
- Reforço e implantação de indústria / manufatura para criação de emprego;
- Implantação de comércio, cafés e restaurantes para criação de emprego e apoio aos equipamentos propostos;
- Organizar espacialmente todas as ideias base utilizando um método comparativo com a organização do aglomerado de Cachopo e com a cultura das povoações, vilas e cidades;
- Integração funcional de todas as funções da vida urbana, numa estrita separação física entre o aglomerado e o campo;
- Organizar um novo bairro com o seu próprio centro, periferia e limite, onde residir, trabalhar e lazer estejam a uma distância pedonal;
- Organizar os espaços públicos sob a forma de ruas, largos e praças apresentando um carácter permanente e familiar, em que as suas dimensões e proporções sejam obtidas e verificadas a partir da cultura milenária do fazer ruas e praças.

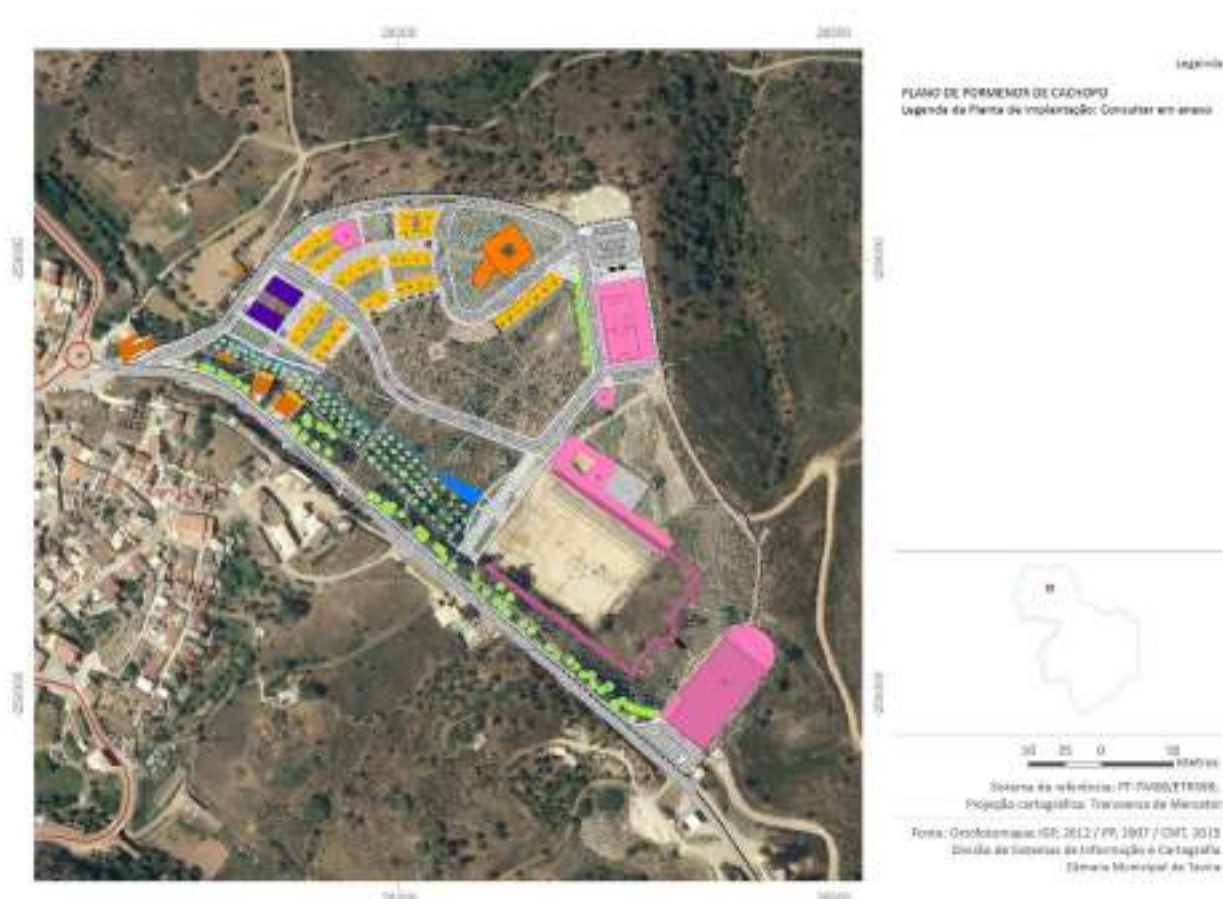


FIGURA 53 | Planta de Implantação do PP de Cachopo.

Assim, para além de uma estrutura verde com uma importância central na área de intervenção do Plano, a Planta de Implantação prevê uma área edificável com um total de 36 fogos, bem como equipamentos coletivos relevantes.

O Plano apresenta uma taxa de execução muito reduzida, 20,78% do solo urbano, sem se verificar qualquer área comprometida. Também neste a estrutura ecológica urbana não foi considerada totalmente executada, uma vez que está diretamente relacionada com a rede viária, rede pedonal e equipamentos existentes e propostos, usos ainda não executados (Quadro 83).

QUADRO 83 | Avaliação de execução do PP de Cachopo, com áreas comprometidas, segundo a qualificação do solo.

Categoria	Subcategoria	Não executado / comprometido				Executado / comprometido			
		Comprometido		Comprometido		Executado		Subtotal	
		m ²	%	m ²	%	m ²	%	m ²	%
Área urbanizável	Área habitacional	17 840,01	82,76	0,00	0,00	3 715,45	17,24	3 715,45	17,24
	Equipamentos	6 987,82	43,39	0,00	0,00	9 115,53	56,61	9 115,53	56,61
	Subtotal	24 827,83	65,93	0,00	0,00	12 830,98	34,07	12 830,98	34,07
Espaço urbanizado	Área urbana		0,00	0,00	0,00	740,06	100,00	740,06	100,00
	Equipamentos	958,16	26,43	0,00	0,00	2 667,08	73,57	2 667,08	73,57
	Infraestruturas	1 528,91	54,13	0,00	0,00	1 295,67	45,87	1 295,67	45,87
	Subtotal	2 487,07	34,59	0,00	0,00	4 702,80	65,41	4 702,80	65,41
Estrutura ecológica urbana		41 498,59	98,77	0,00	0,00	515,60	1,23	515,60	1,23
Total		68 813,49	79,22	0,00	0,00	18 049,38	20,78	18 049,38	20,78

Fonte: CMT/TERRAFORMA, 2016

PLANO DIRETOR MUNICIPAL

NÚCLEOS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

Os NDT existentes no concelho decorrem da intenção de implementação de novos empreendimentos turísticos, fora dos perímetros urbanos e das zonas de ocupação turística, ao abrigo de PP com o enquadramento dado pelas AAT, anteriormente reguladas no PDM de Tavira, antes da adaptação deste à revisão do PROT Algarve em vigor, a qual alterou o modelo de desenvolvimento turístico da região.

As AAT foram suprimidas do modelo de desenvolvimento turístico, mas os NDT já previstos em PMOT em vigor asseguram a sua validade enquanto direito abstrato.

Núcleos de desenvolvimento turístico

Plano de Pormenor do NDT da Quinta da Atalaia

O Plano enquadra a implementação de um aldeamento turístico composto por Áreas Edificáveis e Áreas Não Edificáveis, com manutenção da estrutura verde existente, apostando na revitalização deste elemento, como fator diferenciador (Figura 54).

A proposta de implantação prevê um total de 300 camas, divididas nas seguintes ofertas turísticas:

- Vinte unidades isoladas de tipologias T3 (5 unidades = 30 camas) e T4 (15 unidades=120) com 3 lugares de estacionamento por unidade interiores à parcela, e mais 20% de lugares de uso público ao longo da via adjacente;
- Setenta e cinco apartamentos tipologia T1 (150 camas) com 2 lugares de estacionamento em cave por unidade dentro da parcela, e mais 20% para uso público ao longo da via adjacente.



FIGURA 54 | Planta de Implantação do PP do NDT da Quinta da Atalaia.

O Plano atualmente encontra-se por executar e passados os quase 10 anos de vigência continua sem qualquer proposta de implantação (Quadro 84).

QUADRO 84 | Avaliação da execução do PP do NDT da Quinta da Atalaia, com áreas comprometidas, segundo qualificação do solo.

Categoria	Não executado / comprometido		Executado / comprometido				Subtotal	
	m²	%	m²	%	m²	%	m²	%
Áreas não urbanizáveis	328 494,76	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Áreas urbanizáveis	52 944,45	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	381 439,21	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: CMT/TERRAFORMA, 2016

Núcleos de desenvolvimento turístico

Plano de Pormenor do NDT da Boavista

As origens deste Plano remontam a um alvará de urbanização de 1990, mas que nunca foi terminado, apesar de ter apresentado a execução parcial de algumas infraestruturas, segundo o histórico no relatório do Plano.

A Planta de Implantação do PP (Figura 55) enquadra um total de 200 camas, distribuídas em 45 fogos, mais especificamente 6 fogos T1 (12 camas), 21 fogos T2 (80 camas), e 18 fogos T3 (108 camas). Um dos fogos (T2) destina-se a habitação da família que explorará o “club house” e que, como tal, não conta como cama turística.



FIGURA 55 | Planta de Implantação do PP do NDT da Boavista.

Mais uma vez, desde que entrou em vigor, o Plano não foi implementado em nenhuma das suas componentes, como podemos ver pelo quadro 85. Não obstante, neste caso um compromisso urbanístico sob a forma de loteamento.

QUADRO 85 | Avaliação de execução do PP do NDT da Boavista, com áreas comprometidas.

Categoria	Subcategoria	Não executado / comprometido		Executado / comprometido					
		m ²	%	m ²	%	m ²	%	m ²	%
NDT	Área verde de proteção e enquadramento paisagística	0,00	0,00	211 503,49	100,00	0,00	0,00	211 503,49	100,00
	Áreas turísticas	0,00	0,00	65 897,37	95,92	2 801,86	4,08	68 699,23	100,00
Total		0,00	0,00	277 400,87	99,00	2 801,86	1,00	280 202,73	100,00

Fonte: CMT/TERRAFORMA, 2016

PLANO DIRETOR MUNICIPAL

OUTROS PMOTS

O Município de Távira elaborou outros IGT que foram além dos PMOT previstos em termos de UOPG no PDM de Távira em vigor, mas na linha das estratégias previstas no modelo de planeamento municipal.

Plano de Urbanização de Santa Margarida

O Plano, na fase de elaboração, identificou os problemas do aglomerado ao nível de estrutura e ocupação do espaço, bem como da qualidade do espaço público. Dessa análise, resultou um conjunto de objetivos que tiveram na base da Planta de Zonamento (Figura 56), nomeadamente;

- “Estrutura e Ocupação do Espaço:
 - o Manter a baixa densidade construtiva, contrariando a polarização do edificado;
 - o Manter a forte característica rural e todos os valores culturais que lhe são inerentes;
 - o Promover o conceito de turismo rural;
 - o Promover a habitação de qualidade;
 - o Definir padrões de edificabilidade de forma a evitar a descaracterização do edificado e da paisagem na área do plano;
 - o Criar áreas para equipamentos coletivos.
- Espaços exteriores:
 - o Delimitação e pavimentação das áreas de circulação pedonal ao longo da EN270;
 - o Implementação de mobiliário urbano;
 - o Criação de espaços adequados a estacionamento;
 - o Revitalização do espaço adjacente à Igreja de Santa Margarida;
 - o Criação de espaços exteriores de permanência quer impermeáveis (praças) quer permeáveis (zonas verdes), integrados nas áreas mais urbanas;
 - o Promoção dos percursos pedonais.”

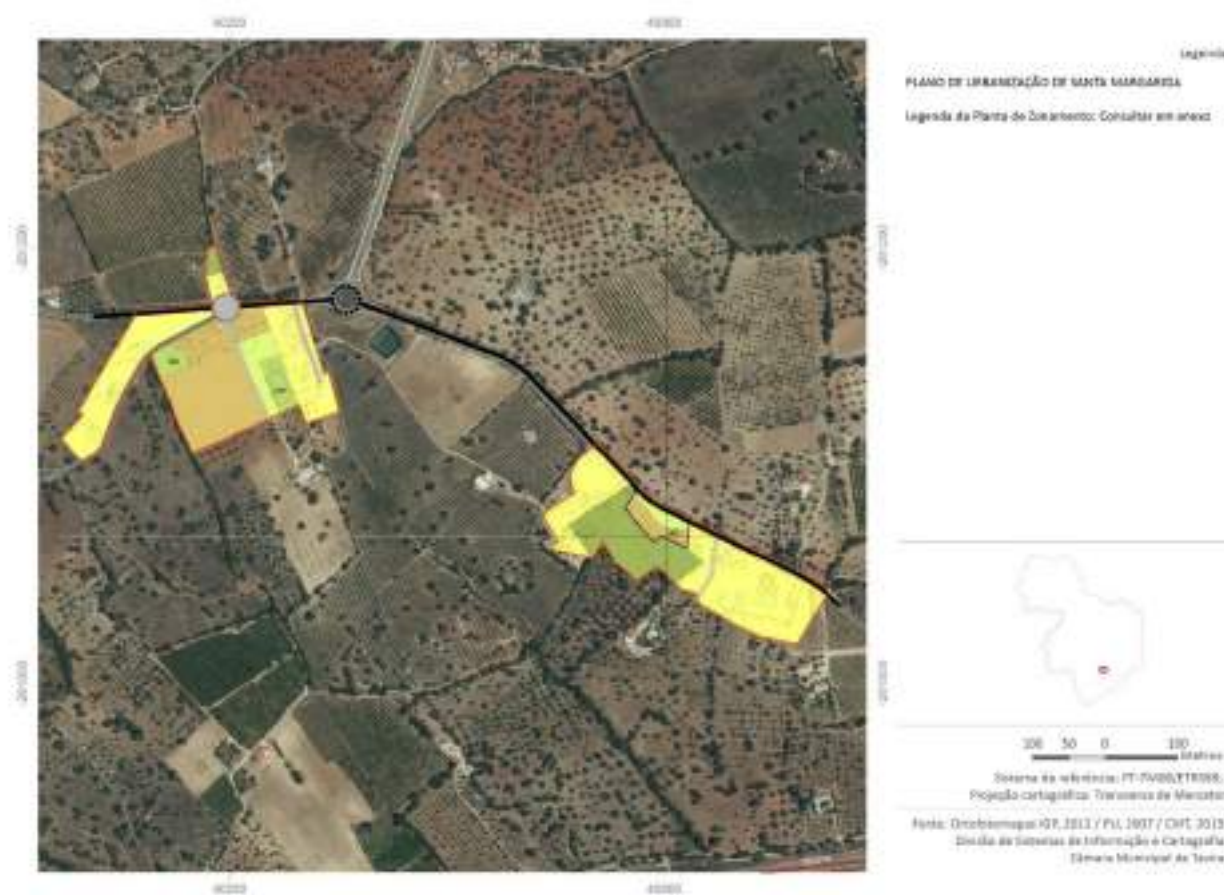


FIGURA 56 | Planta de Zonamento do PU de Santa Margarida.

O nível de execução do Plano resume-se no quadro 86, de onde se pode observar que as áreas executadas e/ou comprometidas compreendem 60,83% do perímetro urbano.

QUADRO 86 | Avaliação da execução do PU de Santa Margarida, com áreas comprometidas, segundo qualificação do solo.

Categoria	Subcategoria	Não executado / com-prometido		Executado / comprometido				Subtotal	
		m ²	%	m ²	%	m ²	%	m ²	%
Solo urbanizado	Zona urbana de baixa densidade - nível 1	13 765,22	67,46	0,00	0,00	6 638,90	32,54	6 638,90	32,54
	Zona urbana de baixa densidade - nível 2	20 544,16	40,62	4 715,52	9,32	25 313,53	50,05	30 029,05	59,38
	Subtotal	34 309,38	48,34	4 715,52	6,64	31 952,43	45,02	36 667,96	51,66
Solos afetos à estrutura ecológica		0,00	0,00	0,00	0,00	15 629,51	100,00	15 629,51	100,00
Zonas de equipamentos de utilização coletiva	Zonas de equipamentos de utilização coletiva	1 159,17	29,37	0,00	0,00	2 787,64	70,63	2 787,64	70,63
Total		35 468,54	39,17	4 715,52	5,21	50 369,58	55,62	55 085,10	60,83

Fonte: CMT/TERRAFORMA, 2016

Outros pmots

Plano de Urbanização de Amaro Gonçalves

Com base no estudo de caracterização o Plano estabeleceu os usos a manter/potenciar e as alterações necessárias para corrigir os problemas da ocupação do aglomerado, definindo para tal os seguintes objetivos:

- “Estrutura e Ocupação do Espaço:
 - o Estancar e criar alternativas à concentração linear de edificado ao longo da via principal (EM516);
 - o Definição de padrões de edificabilidade de forma a evitar a descaracterização do edificado e da paisagem na área do plano;
 - o Promover a implantação de edificado pouco concentrado, que respeite o carácter rural da zona;
 - o Dotar a área com equipamento desportivo.
- Espaços exteriores:
 - o Delimitação e pavimentação das áreas de circulação pedonal ao longo da EM516;
 - o Implementação de mobiliário urbano;
 - o Criação de espaços adequados a estacionamento sempre que este seja necessário;
 - o Reduzir ao essencial os acessos diretos à E.M. 516;
 - o Espaços exteriores de permanência;
 - o Criação de espaços exteriores de permanência quer impermeáveis (praças) quer permeáveis (zonas verdes), integrados nas áreas mais urbanas.

A figura 57 traduz a solução encontrada para a Planta de Zonamento, que concretiza os objetivos previstos para o Plano.

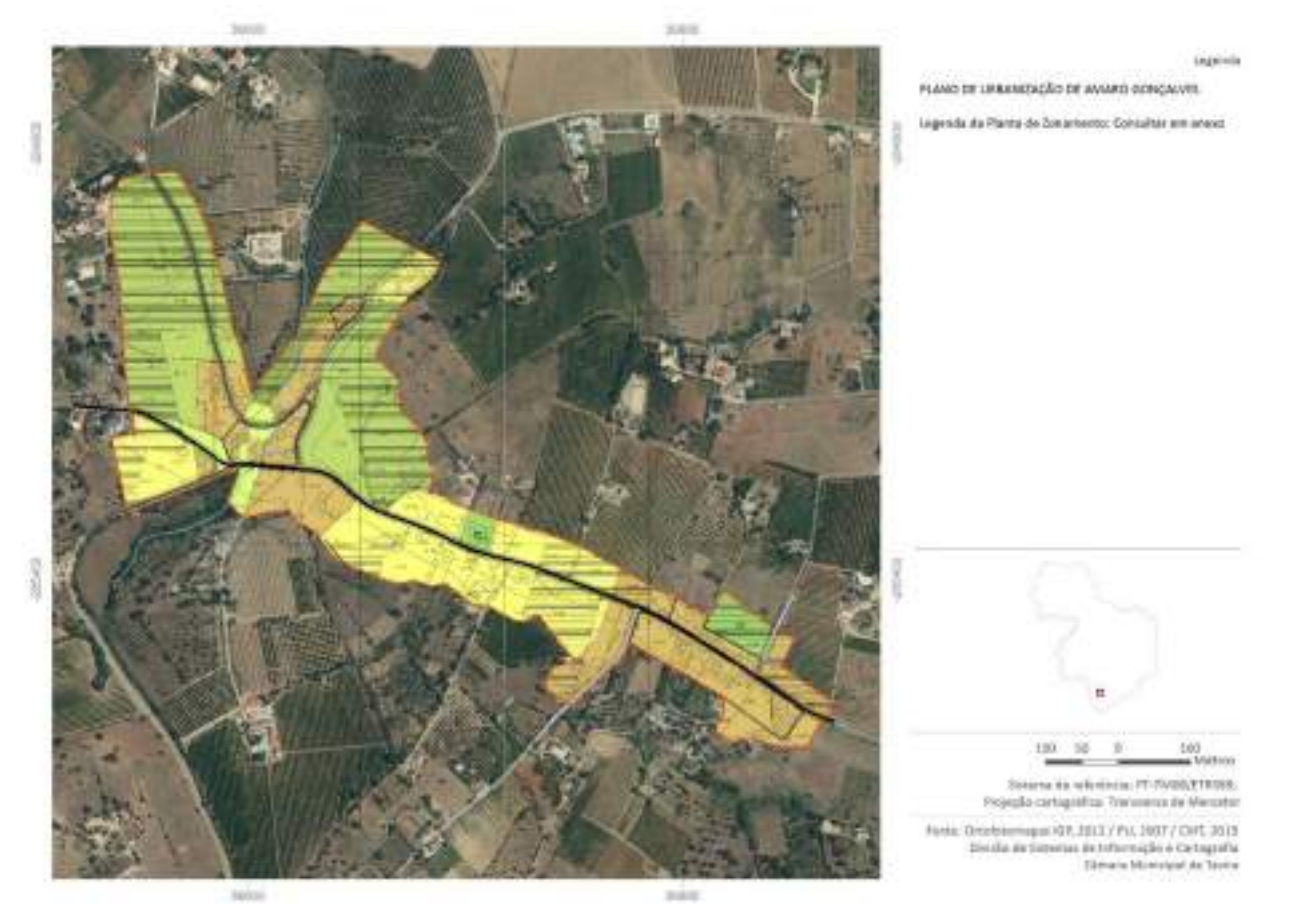


FIGURA 57 | Planta de Zonamento do PU de Amaro Gonçalves.

Do quadro da avaliação da execução, verifica-se que as áreas executadas são atualmente cerca de 64,64% do solo urbano, nível que sobe para 71,41% considerando áreas comprometidas. A estrutura verde considera-se executada dado que enquadra paisagística e funcionalmente a Zona Urbana a Manter/Preservar, sendo que as demais zonas urbanas de baixa densidade apresentam uma taxa de execução equilibrada no âmbito do Plano (Quadro 87).

QUADRO 87 | Avaliação da execução do PU de Amaro Gonçalves, com áreas comprometidas, segundo qualificação do solo.

Categoria	Subcategoria	Não executado / comprometido		Executado / comprometido				Subtotal	
		m²	%	m²	%	m²	%	m²	%
Solo urbanizado	Zona urbana a manter/ preservar	6 414,80	28,27	0,00	0,00	16 279,71	71,73	16 279,71	71,73
	Zona urbana de baixa densidade - nível 1	22 650,07	54,17	2 586,23	6,19	16 574,91	39,64	19 161,14	45,83
	Zona urbana de baixa densidade - nível 2	30 566,09	52,76	12 501,08	21,58	14 867,01	25,66	27 368,09	47,24
	Subtotal	59 630,96	48,70	15 087,32	12,32	47 721,63	38,98	62 808,95	51,30
Solos afetos à estrutura ecológica		0,00	0,00	0,00	0,00	93 888,81	100,00	93 888,81	100,00

Zonas de equipamentos de utilização coletiva	Zonas de equipamentos de utilização coletiva	4 058,13	62,90	0,00	0,00	2 393,33	37,10	2 393,33	37,10
Total		63 689,09	28,59	15 087,32	6,77	144 003,77	64,64	159 091,09	71,41

Fonte: CMT/TERRAFORMA, 2016

PLANO DIRETOR MUNICIPAL

LOTEAMENTOS

Embora os loteamentos não correspondam a um IGT considerou-se relevante a sua avaliação da execução, pois estes representam uma operação urbanística privilegiada no desenvolvimento e execução dos planos. Neste contexto, e da compilação efetuada obteve-se 131 operações de loteamento a considerar, conforme o quadro 88.

QUADRO 88 | Avaliação de execução das operações de loteamento.

Processo	Ano	Fase	Número de Alvará	% de área ocupada
L27	1982	Loteamento com receção provisória	2/87	65,06
L225	2007	Loteamento - decorrer		0,59
L235	2009	Loteamento - decorrer		2,52
L125	1998	Loteamento com receção definitiva	2/99	100,00
L118	1998	Loteamento com receção definitiva	1/00	100,00
L89	1990	Loteamento com receção definitiva	1/94	100,00
L128	1998	Loteamento com receção definitiva	4/99	100,00
L56	1987	Loteamento com receção definitiva	1/93	77,17
L113	1992	Loteamento com alvará	2/92	100,00
L188	2003	Loteamento com receção provisória	2/09	9,99
L13	1978	Loteamento com receção provisória	2/84	98,31
L222	2007	Loteamento com receção provisória	4/08	51,02
L34	1973	Loteamento com receção provisória		95,79
L206	2005	Loteamento com receção provisória	1/08	89,34
L156	2000	Loteamento com receção provisória	4/03	72,31
L223	2007	Loteamento - decorrer	1/12	0,00
L214	2006	Loteamento com receção provisória	1/11	61,54
L209	2005	Loteamento - decorrer		0,05
L185	2003	Loteamento com receção provisória	5/07	29,31
L207	2005	Loteamento - decorrer	6/07	39,30
L164	2001	Loteamento com receção definitiva	6/02	86,28
L33	1986	Loteamento - decorrer		8,94
L178	2001	Loteamento com receção provisória	3/05	99,96
L42	1972	Loteamento com receção provisória		97,53
L127	1998	Loteamento com receção definitiva	5/99	93,94
L236	2009	Loteamento com receção provisória	2/12	49,15
L202	2005	Loteamento - decorrer		67,89
L198	2004	Loteamento com receção provisória	6/06	49,74
L200	2004	Loteamento com receção provisória	4/06	75,92
L174	2001	Loteamento com receção provisória	3/06	87,25
L45	1973	Loteamento com receção provisória		97,30
L144	1999	Loteamento - decorrer	2/05	87,71
L82	1989	Loteamento - decorrer	4/89	100,00
L229	2008	Loteamento - decorrer	4/12	41,00
L183	2003	Loteamento com alvará	5/03	89,56
L226	2007	Loteamento com receção provisória	1/09	52,03
L201	2004	Loteamento - decorrer	1/07	35,88
L217	2006	Loteamento com alvará	3/12	5,00

Processo	Ano	Fase	Número de Alvará	% de área ocupada
L208	2005	Loteamento - decorrer	7/07	0,00
L205	2005	Loteamento com receção provisória	5/06	91,80
L145	1999	Loteamento com receção definitiva	3/02	93,65
L215	2006	Loteamento com receção definitiva	3/08	35,02
L195	2004	Loteamento com receção provisória	4/07	35,56
L147	1999	Loteamento com receção definitiva	1/03	70,95
L153	2000	Loteamento com receção definitiva	2/03	100,00
L189	2003	Loteamento - decorrer	3/07	68,49
L152	2000	Loteamento com receção provisória	1/02	79,29
L175	2001	Loteamento com receção definitiva	2/04	36,99
L203	2005	Loteamento com alvará	2/06	100,00
L138	1999	Loteamento com receção provisória	9/03	100,00
L130	1998	Loteamento com receção provisória	4/02	89,44
L122	1998	Loteamento com receção definitiva	2/98	100,00
L139	1999	Loteamento com receção definitiva	6/01	100,00
L171	2001	Loteamento com receção provisória	1/04	80,16
L126	1999	Loteamento com receção definitiva	3/98	97,30
L172	2001	Loteamento com receção provisória	7/03	95,63
L224	2007	Loteamento - decorrer		1,38
L159	2000	Loteamento com receção definitiva	9/02	100,00
L193	2004	Loteamento com receção provisória	2/08	37,91
L177	2001	Loteamento com receção definitiva	8/02	79,73
L7	1979	Loteamento com receção definitiva	2/82	90,39
L190	2003	Loteamento com receção definitiva	1/06	87,64
L124	2000	Loteamento com receção definitiva	11/02	92,43
L44	1964	Loteamento com receção definitiva	0	93,29
L167	2001	Loteamento com alvará	10/02	80,98
L160	2000	Loteamento com receção definitiva	5/02	77,66
L142	1999	Loteamento com receção definitiva	1/01	50,23
L146	1999	Loteamento com receção definitiva		100,00
L230	2008	Loteamento - decorrer		0,18
L131 e L117	1998	Loteamento com receção definitiva	3/99	100,00
L143	1999	Loteamento com receção definitiva	8/03	58,69
L158	2000	Loteamento - decorrer		69,19
L43	1967	Loteamento com receção provisória		100,00
L3	1982	Loteamento com receção definitiva	9/87	89,99
L136	1999	Loteamento com receção definitiva	2/00	92,94
L141	1999	Loteamento com receção definitiva	3/03	61,78
L163	2000	Loteamento com receção definitiva	6/03	100,00
L166	2001	Loteamento com alvará	3/04	38,14
L129	1998	Loteamento com receção provisória	2/01	97,28
L134	1999	Loteamento com receção provisória	7/02	100,00
L120	1997	Loteamento com receção definitiva	1/98	100,00
L170	2001	Loteamento com receção definitiva	12/02	97,69
L210	2006	Loteamento com alvará	1/10	36,29
L11	1986	Loteamento com receção provisória		99,96
L2	1982	Loteamento com receção definitiva	5/86	94,44
L192	2004	Loteamento com alvará	1/05	0,00
L191	2003	Loteamento com receção provisória	2/07	98,45
L233	2008	Loteamento com receção provisória	2/11	26,89
L148	2000	Loteamento com alvará	3/01	99,76
L91	1989	Loteamento com alvará	3/92	100,00
L16	1986	Loteamento com receção definitiva		97,76
L87	1999	Loteamento com receção provisória	2/91	100,00
L92	1987	Loteamento com receção definitiva	1/91	100,00
L10	1987	Loteamento - decorrer	8/87	57,98
L49	1981	Loteamento com receção definitiva	1/87	39,99
L88	1992	Loteamento com receção provisória		100,00
L140	1999	Loteamento com receção definitiva	5/01	100,00
L4	1982	Loteamento com receção provisória	5/87	100,00
L30	1998	Loteamento com receção definitiva	1/89	73,23
L66	1990	Loteamento com alvará	1/92	100,00
L105	1990	Loteamento com receção definitiva	1/87	100,00
L157	2000	Autorização de utilização		95,12
L82	1989	Loteamento - decorrer	4/89	100,00

Processo	Ano	Fase	Número de Alvará	% de área ocupada
L29	1978	Loteamento com receção definitiva	1/85	100,00
L48	1979	Loteamento com receção definitiva	1/81	65,73
L60	1981	Loteamento com receção definitiva	1/79 - 3/81	89,98
L21	1998	Loteamento - decorrer	1/82	100,00
L123	1997	Loteamento - decorrer	1/99	6,31
L221	2007	Loteamento - decorrer		0,00
L227	2008	Loteamento - decorrer		3,02
L234	2008	Loteamento - decorrer		1,37
L238	2009	Loteamento - decorrer		12,50
L50	1984	Loteamento com receção definitiva	4/86	99,78
L240	2010	Loteamento - decorrer		0,06
L64	1987	Loteamento com receção definitiva	4/87	100,00
L28	1980	Loteamento com receção definitiva	3/82	61,58
L20	1984	Loteamento com receção definitiva	3/86	94,36
L55	1987	Loteamento com receção provisória	5/89	100,00
L75	1988	Loteamento com receção definitiva	4/90	99,99
L228	2008	Loteamento - decorrer		1,00
L8	1987	Loteamento com receção definitiva	1/88	100,00
L65	1983	Loteamento com receção definitiva	3/87	100,00
L32	1986	Loteamento com receção definitiva	3/90	94,17
L242	2012	Loteamento com receção definitiva	2/85	100,00
L77	1988	Loteamento - decorrer	1/90	0,00
L218	2007	Loteamento com receção definitiva	5/08	43,01
L132	1999	Loteamento com receção definitiva	4/01	68,53
L137	1999	Loteamento com receção definitiva	2/02	100,00
L231	2008	Loteamento - decorrer		5,01

Fonte: CMT/TERRAFORMA, 2016

Apesar de a maioria das operações de loteamento terem as infraestruturas executadas, ou seja, constituírem solo urbano “executado”, apenas se teve em consideração para a avaliação de execução dos perímetros urbanos a área realmente ocupada. A totalidade da área afeta às operações de loteamento é apenas contabilizada como compromisso para a avaliação de execução com áreas comprometidas.

AVALIAÇÃO DO ORDENAMENTO E PLANEAMENTO MUNICIPAL

SÍNTESE DA AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO

Analisando globalmente os perímetros urbanos verifica-se que o solo urbano do concelho apresenta 59,94% de solo executado/ocupado, o que perfaz 694,82ha num total de aproximadamente 1 150ha, com o nível de execução com compromissos a atingir os 74,11% do solo urbano, isto é, perfazendo 863,77ha executados e/ou comprometidos.

Como podemos observar ao longo deste capítulo, os níveis de execução nos diferentes perímetros urbanos apresentam bastantes discrepâncias. Os perímetros mais relevantes e localizados no litoral têm valores elevados de execução, pelo contrário, os localizados a norte do concelho, especialmente os de nível C3, possuem baixos valores. Um outro fator relevante de se realçar são os perímetros urbanos de origem não tradicional, que assumem baixos valores de execução (Quadro 89).

QUADRO 89 | Avaliação da execução do solo urbano, por perímetro urbano e por nível.

Perímetro urbano / área edificada		Não executado / comprometido		Executado / comprometido					
Categoria	Designação	m2	%	Comprometido		Executado		Subtotal	
				m2	%	m2	%	m2	%
C1	Tavira ¹	1 050 360,86	18,47	839 106,39	14,75	3 797 910,09	66,78	4 637 016,47	81,53
C2	Cachopo ²	138 191,93	60,09	4 631,76	2,01	87 138,84	37,89	91 770,60	39,91
	Conceição / Cabanas ²	105 993,11	8,26	98 522,86	7,68	1 078 636,56	84,06	1 177 159,43	91,74
	Luz de Tavira ²	115 732,81	24,19	147 647,08	30,86	215 122,14	44,96	362 769,21	75,81
	Santa Catarina da Fonte do Bispo ²	89 066,20	27,26	516,77	0,16	237 189,62	72,59	237 706,39	72,74
	Santa Luzia ²	131 948,02	25,46	115 684,30	22,32	270 562,23	52,21	386 246,53	74,54
	Santo Estevão ²	49 748,41	31,56	27 656,00	17,55	80 217,97	50,89	107 873,97	68,44
	Subtotal	630 680,48	21,06	394 658,78	13,18	1 968 867,36	65,76	2 363 526,13	78,94
C3	Alcaria do Cume	9 213,44	64,32	0	0	5 110,45	35,68	5 110,45	35,68
	Alcaria Fria	28 871,29	64,37	0	0	15 983,41	35,63	15 983,41	35,63
	Alcarias	15 221,97	70,39	0	0	6 403,07	29,61	6 403,07	29,61
	Almargem	7 317,63	56,14	0	0	5 717,01	43,86	5 717,01	43,86
	Amaro Gonçalves	63 689,09	28,59	15 087,32	6,77	144 003,77	64,64	159 091,09	71,41
	Amoreira	12 642,59	57,3	0	0	9 419,78	42,7	9 419,78	42,7
	Arroteia / Livramento	29 266,64	38,89	3 846,01	5,11	42 145,27	56	45 991,28	61,11
	Beliche	7 558,14	48,42	0	0	8 050,76	51,58	8 050,76	51,58
	Bengado	20 212,07	64,83	0	0	10 966,67	35,17	10 966,67	35,17
	Bernardinheiro	14 197,74	82,06	0	0	3 104,27	17,94	3 104,27	17,94
	Borracheira	7 784,46	49,27	0	0	8 014,47	50,73	8 014,47	50,73
	Cabeça Gorda	6 663,43	57,27	0	0	4 972,66	42,73	4 972,66	42,73
	Carapeto	4 902,27	26,91	0	0	13 317,89	73,09	13 317,89	73,09

Carrapateira	8 392,69	50,41	0	0	8 255,26	49,59	8 255,26	49,59
Carriços	11 921,37	52,16	0,08	0	10 934,47	47,84	10 934,55	47,84
Carvalhal	17 139,47	52,71	0	0	15 375,52	47,29	15 375,52	47,29
Casas Baixas	5 191,86	29,63	0	0	12 333,16	70,37	12 333,16	70,37
Cintados	7 590,06	47,74	0	0	8 309,87	52,26	8 309,87	52,26
Currais	4 720,99	22,41	0	0	16 345,44	77,59	16 345,44	77,59
Curral de Boieiros	22 129,97	74,66	0	0	7 511,21	25,34	7 511,21	25,34
Eirões	5 042,87	37,8	0	0	8 299,25	62,2	8 299,25	62,2
Espartosa	17 691,24	68,47	0	0	8 146,69	31,53	8 146,69	31,53
Estiramantens	22 216,29	67,06	0	0	10 911,74	32,94	10 911,74	32,94
Estorninhos	19 982,01	59,39	0	0	13 665,43	40,61	13 665,43	40,61
Faz Fato	7 772,67	48,74	0	0	8 175,75	51,26	8 175,75	51,26
Feiteira	24 581,30	55,96	0	0	19 345,27	44,04	19 345,27	44,04
Fonte do Bispo	9 507,72	37,31	0	0	15 975,25	62,69	15 975,25	62,69
Fonte Salgada	3 005,33	69,24	0	0	1 335,08	30,76	1 335,08	30,76
Garrobo	19 509,26	62,12	0	0	11 896,62	37,88	11 896,62	37,88
Grainho	7 399,10	47,67	0	0	8 123,99	52,33	8 123,99	52,33
Hortas	30 179,24	65,45	0	0	15 934,36	34,55	15 934,36	34,55
Malhão	32 275,10	57,78	3 138,85	5,62	20 447,36	36,6	23 586,21	42,22
Marco	15 671,84	64,98	0	0	8 444,26	35,02	8 444,26	35,02
Mealha	44 769,44	57,14	0	0	33 575,41	42,86	33 575,41	42,86
Monte Agudo	17 593,14	80,71	645,75	2,96	3 559,69	16,33	4 205,44	19,29
Montes e Lagares	24 024,48	72,04	0	0	9 322,10	27,96	9 322,10	27,96

	Morenos	11 776,99	68,38	44,32	0,26	5 402,14	31,37	5 446,46	31,62	
	Nora	23 183,09	63,61	0	0	13 260,34	36,39	13 260,34	36,39	
	Pedras D'EL Rei	56 551,70	18,06	4 280,30	1,37	252 321,48	80,57	256 601,78	81,94	
	Picota	6 807,65	49,54	0	0	6 933,99	50,46	6 933,99	50,46	
	Poço do Vale	16 881,58	52,96	0	0	14 991,71	47,04	14 991,71	47,04	
	Porto Carvalhoso	25 510,24	74,09	0	0	8 922,53	25,91	8 922,53	25,91	
	Santa Margarida	35 468,54	39,17	4 715,52	5,21	50 369,58	55,62	55 085,10	60,83	
	Sinagoga	10 296,75	52,77	0	0	9 217,16	47,23	9 217,16	47,23	
	Tafe	7 069,00	61,42	0	0	4 439,77	38,58	4 439,77	38,58	
	Umbria	9 421,47	76,34	0	0	2 920,52	23,66	2 920,52	23,66	
	Umbrias de Camacho	8 187,23	45,65	0	0	9 749,09	54,35	9 749,09	54,35	
	Vale Covo	28 388,19	60,81	0	0	18 294,02	39,19	18 294,02	39,19	
	Vale da Murta	6 056,79	54,91	0	0	4 973,01	45,09	4 973,01	45,09	
	Vale de Ebros	11 107,09	50,31	0	0	10 968,11	49,69	10 968,11	49,69	
	Vale de Odre	10 858,20	47,97	0	0	11 775,67	52,03	11 775,67	52,03	
	Vale João Farto	14 117,26	51,19	0	0	13 458,71	48,81	13 458,71	48,81	
	Várzea do Vinagre	30 234,20	71,73	0	0	11 913,03	28,27	11 913,03	28,27	
	Subtotal	917 764,17	47	31 758,15	1,63	1 003 343,54	51,38	1 035 101,69	53	
	Nível não aplicável	Área industrial de Santa Margarida	6 496,07	2,47	95 856,41	36,45	160 598,73	61,08	256 455,14	97,53
		NDT Boavista	0	0	277 400,87	99	2 801,86	1	280 202,73	100
NDT Quinta da Atalaia		381 439,21	100	0	0	0	0	0	0	
ZOT		12 895,94	20,27	18 824,30	29,59	31 893,42	50,14	50 717,72	79,73	
Pinheiro		5 428,01	43,83	0	0	6 957,52	56,17	6 957,52	56,17	
Rato		13 102,25	62,9	0	0	7 728,05	37,1	7 728,05	37,1	

	Subtotal	419 361,48	41,06	392 081,57	38,39	209 979,59	20,56	602 061,17	58,94
Total		3 018 166,99	25,89	1 657 604,88	14,22	6 980 100,58	59,88	8 637 705,46	74,11

*(1) Planta em anexo | *(2) Plantas em anexo | *(n.a.) Não aplicável

Fonte: CMT/TERRAFORMA, 2016

Verifica-se que o nível de execução do solo urbano executado e/ou comprometido no C1 corresponde a 81,53%, no nível C2 a 78,94% e, por último, nos aglomerados de nível C3 a 53%.

Como já referido ao longo deste capítulo observam-se níveis de execução díspares no concelho, a faixa litoral, que integra o C1 e os C2 mais relevantes, apresentam elevados valores de execução e dinâmica urbanística considerável realçada pelos inúmeros compromissos, por sua vez, a zona interior do concelho marcada essencialmente por aglomerados de nível C3 e pelas respetivas sedes de freguesia (C2), apresentam baixos valores de execução e fraca dinâmica urbanística, comprovada pela escassez de compromissos urbanísticos.

Síntese da avaliação da execução

QUALIFICAÇÃO DO SOLO URBANO

O quadro 90 pretende ser uma súmula da avaliação da execução por categorias e subcategorias do solo e considerando as áreas comprometidas decorrentes das operações urbanísticas.

De realçar que o solo qualificado no PDM em vigor como solo total ou parcialmente executado (Áreas Urbanas) caracteriza-se por um elevado nível de execução, em torno dos 87%.

QUADRO 90 | Avaliação da execução do solo urbano, segundo a qualificação do solo – categorias e subcategorias.

Classe	Categoria	Subcategoria	Infraestruturas	Não executado/ comprome-		Comprometido		Executado / comprometido		Total	
				m²	%	m²	%	m²	%	m²	%
Solo Urbano	Espaços de equipamentos e comércio	Espaços de equipamentos e comércio	Recebidas	0,00	0,00	50,34	0,04	133 794,21	99,96	133 844,55	100,00
			Não aplicável	40 701,34	32,30	3,80	0,00	85 305,59	67,70	85 309,39	67,70
			Não recebidas	0,00	0,00	1 530,01	27,41	4 052,33	72,59	5 582,34	100,00
			Subtotal	40 701,34	15,33	1 584,16	0,60	223 152,12	84,07	224 736,28	84,67
	Espaços industriais e de serviços	Área industrial, serviços e comércio	Recebidas	0,00	0,00	95 856,41	64,91	51 815,62	35,09	147 672,03	100,00
			Não aplicável	7 063,55	27,14	0,00	0,00	18 958,13	72,86	18 958,13	72,86
			Subtotal	7 063,55	4,07	95 856,41	55,19	70 773,75	40,75	166 630,16	95,93
	Espaços urbanizáveis	Áreas urbanizáveis	Recebidas	0,00	0,00	178 539,35	27,91	461 162,13	72,09	639 701,48	100,00
			Não aplicável	931 022,72	70,30	17 740,50	1,34	375 589,50	28,36	393 329,99	29,70
			Não recebidas	127 495,73	16,21	570 125,29	72,49	88 848,16	11,30	658 973,45	83,79
			Subtotal	1 058 518,45	38,48	766 405,14	27,86	925 599,79	33,65	1 692 004,92	61,52
	Espaços urbanos	Áreas urbanas	Recebidas	0,00	0,00	157 605,78	14,60	922 144,43	85,40	1 079 750,22	100,00
			Não aplicável	518 635,04	17,62	44 746,27	1,52	2 380 460,03	80,86	2 425 206,30	82,38
			Não recebidas	47 689,88	13,92	181 081,27	52,85	113 847,97	33,23	294 929,24	86,08
			Subtotal	566 324,92	12,97	383 433,33	8,78	3 416 452,43	78,25	3 799 885,76	87,03
	Espaços urbanos e urbanizáveis	Áreas de edificação dispersa a estruturar	Não aplicável	18 530,26	55,79	0,00	0,00	14 685,58	44,21	14 685,58	44,21
			Recebidas	0,00	0,00	1 526,59	8,62	16 182,07	91,38	17 708,66	100,00
		Áreas urbanas	Não aplicável	13 806,49	7,60	265,69	0,15	167 549,46	92,25	167 815,15	92,40
			Não recebidas	0,00	0,00	6 525,53	59,43	4 454,20	40,57	10 979,73	100,00
			Subtotal	13 806,49	6,56	8 317,82	3,96	188 185,73	89,48	196 503,54	93,44
		Áreas urbanas e urbanizáveis	Recebidas	0,00	0,00	28 125,63	11,63	213 707,03	88,37	241 832,65	100,00
			Não aplicável	789 149,07	58,58	9 521,88	0,71	548 564,32	40,72	558 086,19	41,42
			Não recebidas	2 751,05	4,87	36 924,57	65,31	16 862,85	29,83	53 787,42	95,13
			Subtotal	791 900,12	48,12	74 572,08	4,53	779 134,19	47,35	853 706,27	51,88
		ZOT	Recebidas	0,00	0,00	35 624,64	6,02	555 950,47	93,98	591 575,11	100,00
			Não aplicável	78 248,06	81,61	0,00	0,00	17 631,85	18,39	17 631,85	18,39
			Não recebidas	0,00	0,00	0,00	0,00	25,57	100,00	25,57	100,00
			Subtotal	78 248,06	11,38	35 624,64	5,18	573 607,89	83,44	609 232,53	88,62
		Subtotal		902 484,92	35,03	118 514,54	4,60	1 555 613,38	60,37	1 674 127,92	64,97
	Estrutura ecológica / condicionado	Estrutura ecológica / condicionado	Recebidas	0,00	0,00	3 865,60	2,10	180 206,19	97,90	184 071,79	100,00
			Não aplicável	39 657,43	10,03	448,52	0,11	355 085,60	89,85	355 534,13	89,97
			Não recebidas	2 359,08	4,94	7 082,28	14,84	38 286,86	80,22	45 369,13	95,06
			Subtotal	42 016,51	6,70	11 396,40	1,82	573 578,65	91,48	584 975,04	93,30

	Estrutura ecológica/condicio- nado	Estrutura ecológica/condicio- nado	Recebidas	0,00	0,00	0,00	0,00	52 637,32	100,00	52 637,32	100,00
			Não aplicável	0,00	0,00	0,00	0,00	74 322,34	100,00	74 322,34	100,00
			Subtotal	0,00	0,00	0,00	0,00	126 959,65	100,00	126 959,65	100,00
	Núcleos de desenvolvimento turístico	Núcleos de desenvolvimento turístico	Não aplicável	381 439,21	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			Não recebidas	0,00	0,00	277 400,87	99,00	2 801,86	1,00	280 202,73	100,00
			Subtotal	381 439,21	57,65	277 400,87	41,93	2 801,86	0,42	280 202,73	42,35
	Sem qualificação	Sem qualificação	Recebidas	0,00	0,00	1 341,28	12,10	9 741,15	87,90	11 082,42	100,00
			Não aplicável	14 468,58	16,80	111,91	0,13	71 558,75	83,07	71 670,66	83,20
			Não recebidas	229,42	5,16	1 560,86	35,12	2 654,41	59,72	4 215,28	94,84
			Subtotal	14 698,00	14,46	3 014,05	2,96	83 954,31	82,58	86 968,36	85,54
	Unidade Operativa - área su- jeita a PP	Área sujeita a PP	Recebidas	0,00	0,00	0,00	0,00	34,10	100,00	34,10	100,00
			Não aplicável	4 920,10	80,65	0,00	0,00	1 180,53	19,35	1 180,53	19,35
			Subtotal	4 920,10	80,20	0,00	0,00	1 214,63	19,80	1 214,63	19,80
	Total			3 018 166,99	25,89	1 657 604,88	14,22	6 980 100,58	59,88	8 637 705,46	74,11

Fonte: CMT/TERRAFORMA, 2016

Algumas ressalvas são necessárias, dado poderem induzir a análise em algumas incoerências, nomeadamente:

- Estrutura ecológica/condicionado não apresenta uma área executada de 100% uma vez que existem áreas que só serão integradas após a execução total ou parcial do solo urbano envolvente, permanecendo até lá com o uso atual, não contribuído dessa forma para uma área urbana (total ou parcialmente executada), como é o exemplo disso a área de intervenção do PP de Cachopo;

Unidade operativa - área sujeita a PP e espaço sem qualificação resultante da alteração pontual do PDM de Tavira, nomeadamente com alteração do perímetro urbano de Tavira, e inerente qualificação do solo, procedimento que, pela qualidade da informação disponível não apresenta uma total coincidência entre os limites do PP de Pêro Gil, o PGU de Tavira e o PDM.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A evolução ocorrida ao longo de 20 anos de vigência do principal instrumento de gestão territorial revelou níveis de concretização elevados do quadro programático do ordenamento territorial do Plano, traduzido na dinâmica de elaboração/alteração de diversos instrumentos de gestão territorial, previstos no plano e conforme a Avaliação do Grau de Concretização / Execução.

Mas face a uma estratégia delineada a mais de 20 anos e às alterações socioeconómicas entretanto decorridas, existe a necessidade da sua revisão com novas orientações estratégicas, tanto no âmbito dos quadros comunitários 2014-2020, como relativamente a opções de fundo para o território, num contexto de oportunidade para promover o desenvolvimento, competitividade e atratividade do concelho e simultaneamente para se posicionar como um instrumento inovador, transparente e eficaz.

Igualmente, a necessidade de poder contar com um plano adequado aos novos processos cartográficos e informáticos, que satisfaçam a maior celeridade de análise dos serviços municipais e do acesso do cidadão em geral.

Por outro lado deve ser referido que a morosidade do processo de revisão do PDM em muito se deveu à constante alteração legislativa em vários domínios: constantes alterações do RJIGT, dos regimes da REN e da RAN, da exigência de cartografia homologada e outros.

BIBLIOGRAFIA

ANSR (2013) – *Anuário da Segurança Rodoviária 2013*. Associação Nacional de Segurança Rodoviária. Ministério da Administração Interna. Lisboa.

APA (2008) – *Projeto de Mobilidade Sustentável 2007/2008*. Agência Portuguesa do Ambiente. Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional. Lisboa.

DGE (2009) - *Referenciais Técnicos para conceção/construção de Escolas Básicas*. Direcção-Geral da Educação. Rede Escolar. Lisboa.

DGOTDU (2002) - *Normas para Programação e Caracterização de Equipamentos Coletivos*. Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano. Lisboa.

DHV, S.A. (2012) – *Relatório de Caracterização e Diagnóstico. Estudo de Mobilidade Interurbana “Algarve Central” – EMI*. Algarve Central. Municípios de Albufeira, Faro, Olhão, São Brás de Alportel, Loulé, Tavira.

INE (2005) – *Anuário Estatístico da Região do Algarve de 2004*. Instituto Nacional de Estatística. Lisboa.

INE (2006) – *Anuário Estatístico da Região do Algarve de 2005*. Instituto Nacional de Estatística. Lisboa.

INE (2007) – *Anuário Estatístico da Região do Algarve de 2006*. Instituto Nacional de Estatística. Lisboa.

INE (2008) – *Anuário Estatístico da Região do Algarve de 2007*. Instituto Nacional de Estatística. Lisboa.

INE (2009) – *Anuário Estatístico da Região do Algarve de 2008*. Instituto Nacional de Estatística. Lisboa.

INE (2010) – *Anuário Estatístico da Região do Algarve de 2009*. Instituto Nacional de Estatística. Lisboa.

INE (2011) – *Anuário Estatístico da Região do Algarve de 2010*. Instituto Nacional de Estatística. Lisboa.

INE (2012) – *Anuário Estatístico da Região do Algarve de 2011*. Instituto Nacional de Estatística. Lisboa.

INE (2012) – *Censos 2011- Resultados definitivos Região do Algarve*. Instituto Nacional de Estatística. Lisboa.

INE (2013) – *Anuário Estatístico da Região do Algarve de 2012*. Instituto Nacional de Estatística. Lisboa.

INE (2014) – *Anuário Estatístico da Região do Algarve de 2013*. Instituto Nacional de Estatística. Lisboa.

INE (2014) – *Estatísticas do Turismo 2013*. Instituto Nacional de Estatística. Lisboa.

INE (2015) – *Estatísticas da Pesca, 2014*. Instituto Nacional de Estatística. Lisboa.

Silva *et al.* (2014) - Reflexões sobre a economia do turismo, in Turismo nos Países Lusófonos: Conhecimento, Estratégia e Território (vol.I), C. Costa, F.Brandão & Z.Breda (edS). Escolar Editora.

SÍTIOS CONSULTADOS:

ANSR – Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária: www.ansr.pt

ARSA – Administração Regional de Saúde do Algarve, IP: www.arsalgarve.min-saude.pt

BP – Banco de Portugal: www.bportugal.pt

CCDRA – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve: www.ccdr-alg.pt

CE – Comissão Europeia: ec.europa.eu

CNPCJR – Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens: www.cnpcjr.pt

CP – Comboios de Portugal, E.P.E: www.cp.pt/passageiros/pt

DGS – Direção-Geral de Saúde: www.dgs.pt

EMPET – Parques Empresariais de Tavira, E.M: www.ativartavira.pt

EVA – Transportes, S.A.: www.eva-bus.com/

GEP – Gabinete de Estratégia e Planeamento: www.cartasocial.pt

ICNF – Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas: www.icnf.pt

IEFP – Instituto do Emprego e da Formação Profissional: www.iefp.pt

INE – Instituto Nacional de Estatística: www.ine.pt

IP – Infraestruturas de Portugal, S.A.: www.estradasdeportugal.pt

ISS – Instituto de Segurança Social, IP: www.seg-social.pt

PE – Parlamento Europeu: www.europarl.europa.eu

PORDATA – Base de Dados Portugal Contemporâneo: www.pordata.pt

REN – Rede Elétrica Nacional, S.A.: www.ren.pt

RNE – Rede Nacional de Expressos, Lda.: www.rede-expressos.pt

RTA – Região de Turismo do Algarve: www.visitalgarve.pt

SNS – Serviço Nacional de Saúde: www2.portaldasaude.pt

TP – Turismo de Portugal, IP: www.turismodeportugal.pt

WTO – World Tourism Organization: cf.cdn.unwto.org

WTTC – World Travel & Tourism Council: www.wttc.org

ENTIDADES:

EDP Distribuição - Energia S.A.

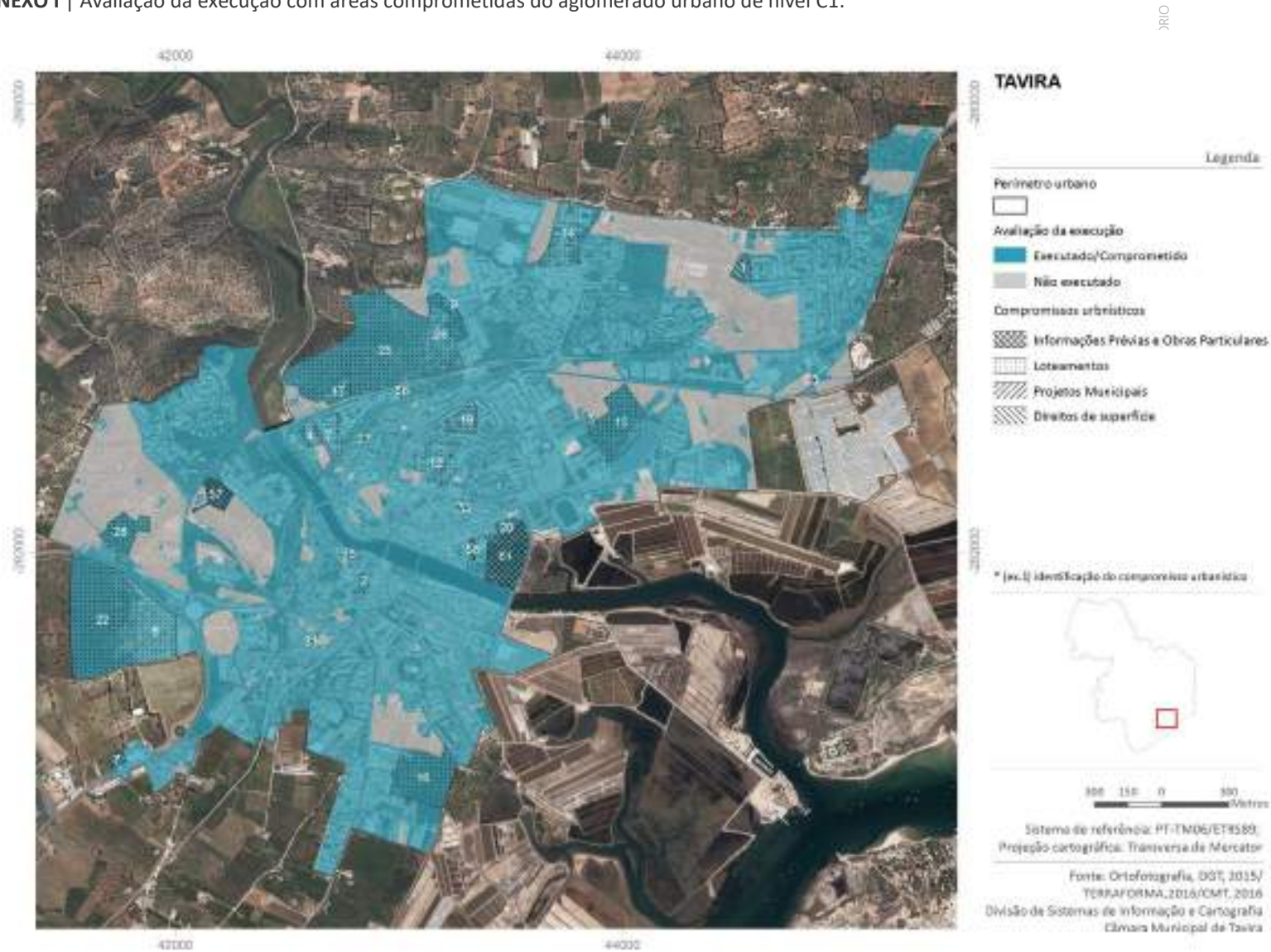
EVA – Transportes, S.A.

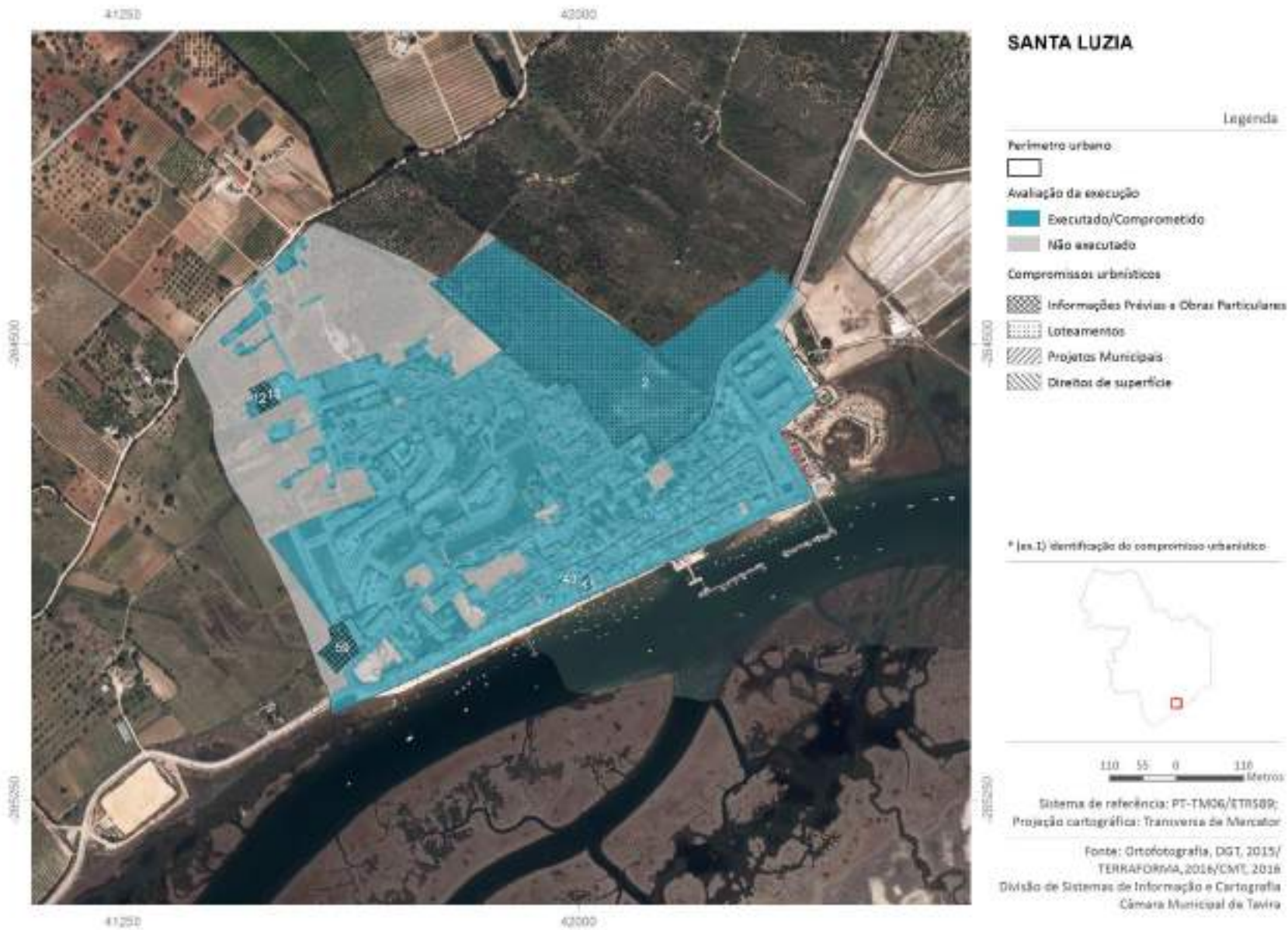
Freguesia de Tavira (Santa Maria e Santiago)

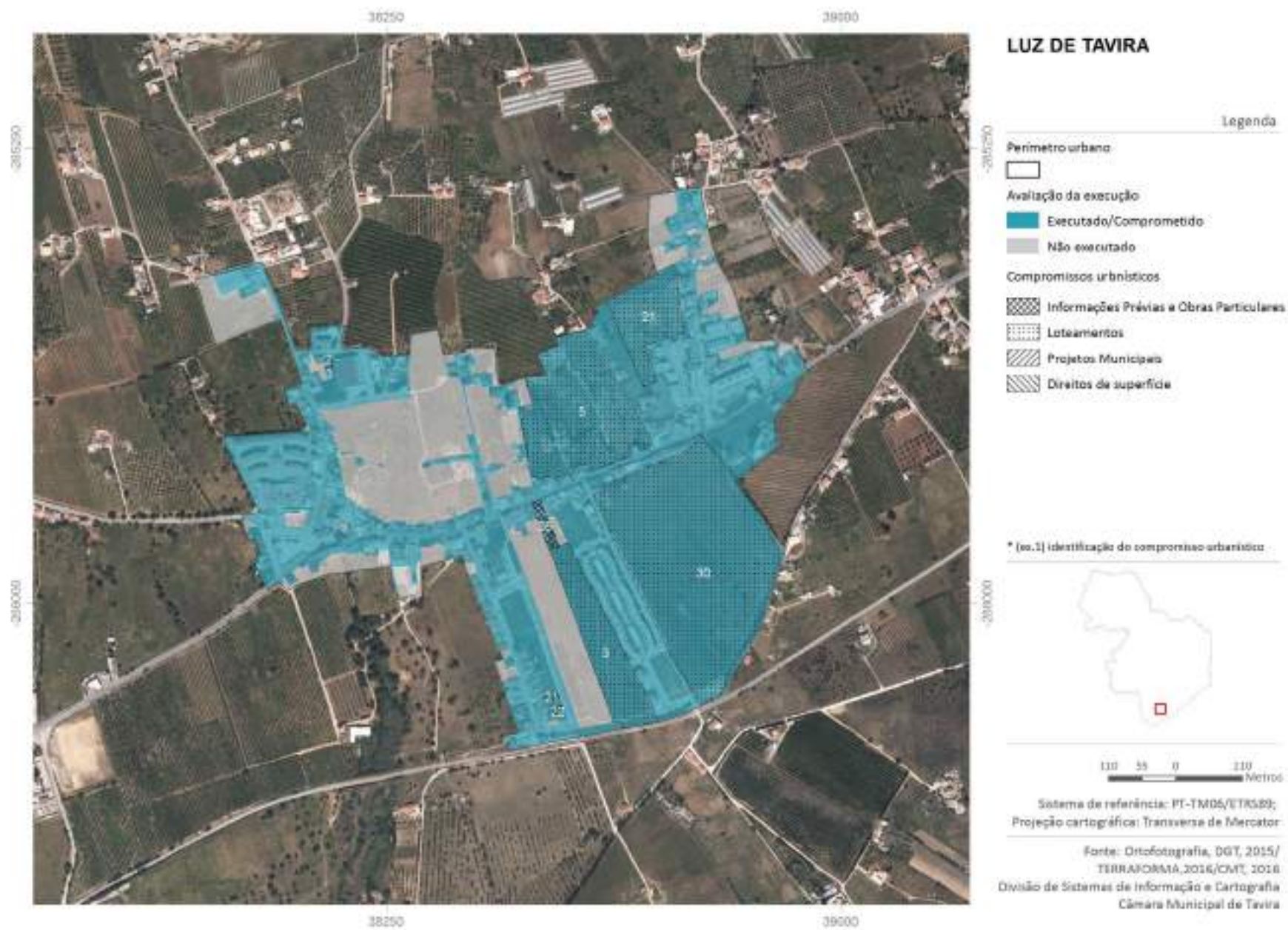
Infraestruturas de Portugal, S.A.

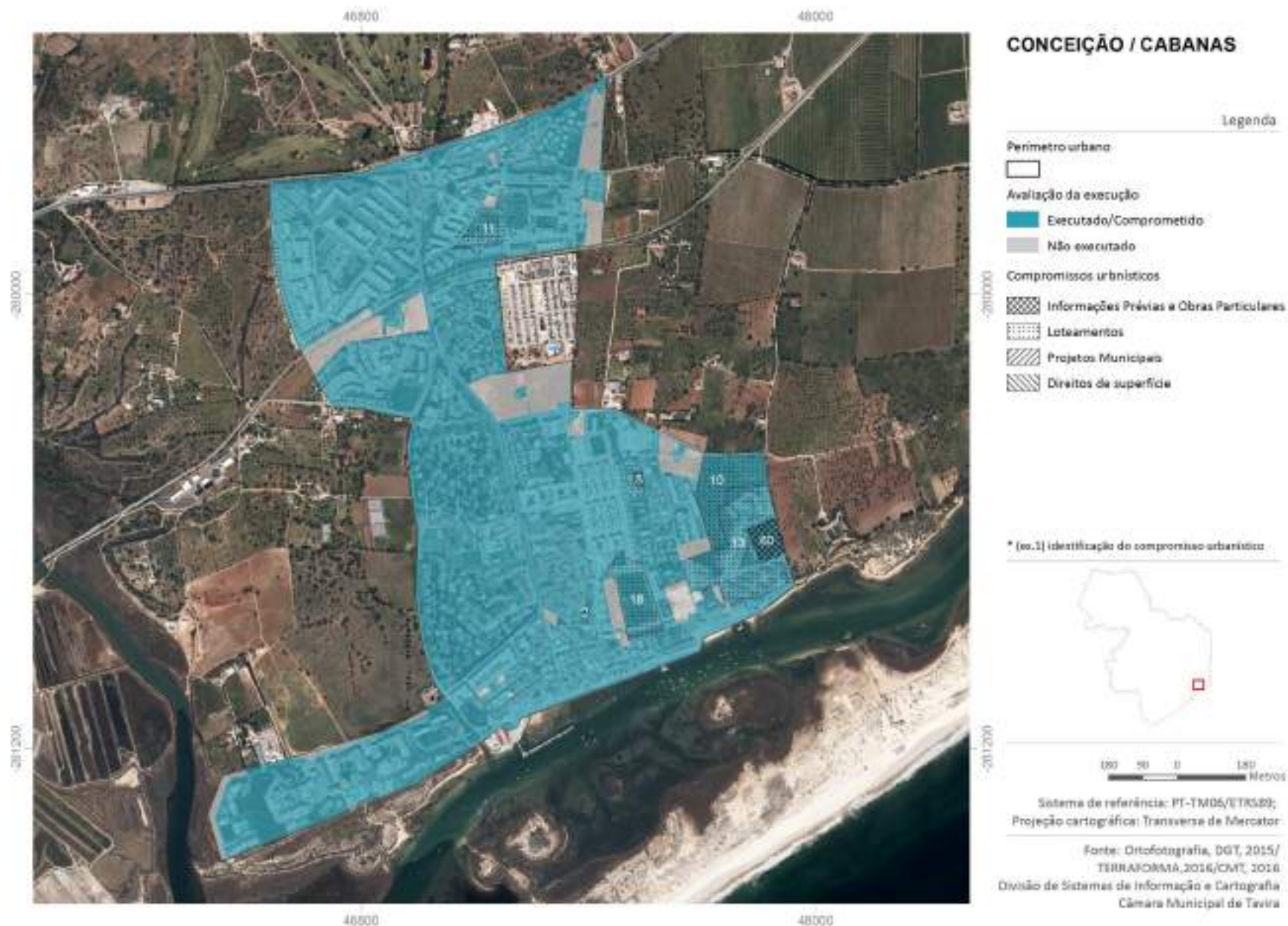


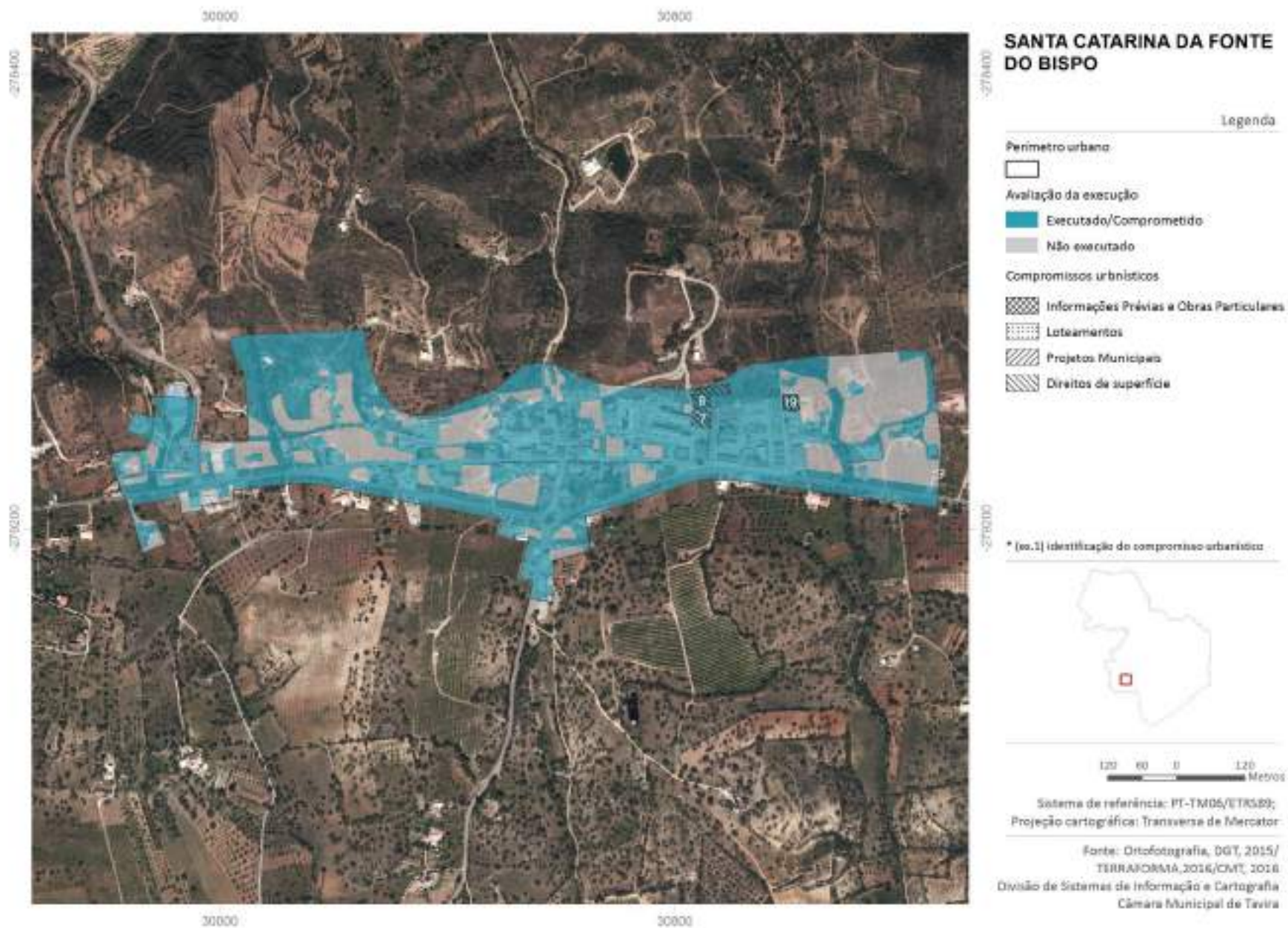
ANEXO I | Avaliação da execução com áreas comprometidas do aglomerado urbano de nível C1.

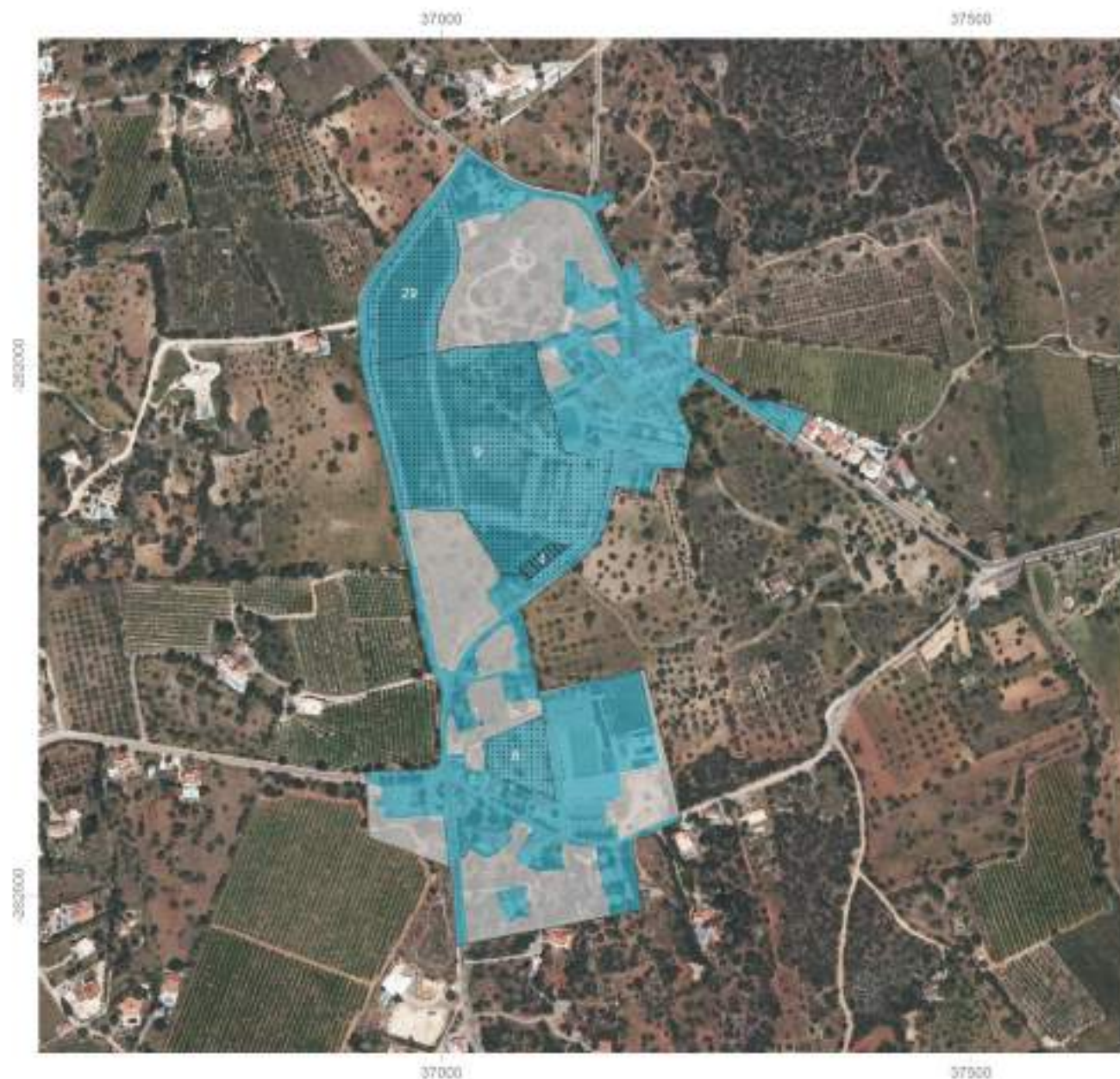












SANTO ESTEVÃO

Legenda

Perímetro urbano



Avaliação da execução

Executado/Comprometido

Não executado

Compromissos urbanísticos

Informações Prévias a Obras Particulares

Loteamentos

Projetos Municipais

Direitos de superfície

* (ex.1) identificação do compromisso urbanístico



75 57,5 0 75 Metros

Sistema de referência: PT-TM05/ETRS89;
Projeção cartográfica: Transversa de Mercator

Fonte: Ortofotografia, DGT, 2015/
TERRAFORMA, 2016/CMT, 2016
Divisão de Sistemas de Informação e Cartografia
Câmara Municipal de Tavira

